

Documentos do SNI

Os Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia

Documentos do SNI

Os Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia

Copyright © 2024 Arquivo Nacional
Praça da República, 173
Rio de Janeiro – RJ - 20211-350
Telefone: (021) 3952-4300



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons – Atribuição CCBY 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidência da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
Esther Dweck

ARQUIVO NACIONAL

Direção-Geral do Arquivo Nacional
Ana Flávia Magalhães Pinto

Superintendente Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal Henrique César de Jesus Piccolo

Pesquisa e textos
Vivien Ishaq
Pablo E.Franco

Assistentes de pesquisa
Camila França
Tereza Eleutério de Souza
Raynes Adiron Castro
Guaracy Jose Bueno Vieira
Carolina da Cunha Rocha
Paulo Rafael Feldhues

Projeto gráfico
Camila França

Editoração eletrônica
Camila França

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Maria Beatriz Nascimento – Arquivo Nacional)

Arquivo Nacional

Documentos do SNI: os mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia [recurso eletrônico] / – Dados eletrônicos (1 arquivo : 4.679 Kb). – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2024. – (Publicações Históricas ; 119).

Formato: PDF
Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-85-7009-020-1

1. História - Brasil. 2. Ditadura Militar. 3. Serviço Nacional de Informações (SNI). I. Arquivo Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 981.063

Ficha catalográfica elaborada por Dayo de Araújo Silva Côrbo (CRB 7/5633)

Documentos do SNI:
Os Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
Arquivo Nacional
Brasília, 2024

Sumário

Introdução **8**
Os Mortos e Desaparecidos ..... **- 30 -**
Operações Militares no Araguaia ..... **- 120 -**
Documentos após 1974 ..... **- 174 -**
Fotografias da Região do Araguaia ..... **- 247 -**
Índice Onomástico ..... **- 264 -**
Tabela de correspondência das ACEs no SIAN ..... **- 266 -**

Introdução

O acervo do SNI no Arquivo Nacional

O acervo do extinto Serviço Nacional de Informações – SNI, recolhido ao Arquivo Nacional em dezembro de 2005, com seus 9 milhões de páginas de textos, expressa os resultados das atividades de espionagem e repressão integradas à política de Estado, como expressam os dossiês com informações sobre milhares de cidadãos brasileiros e estrangeiros, abrangendo os mais variados assuntos**,** desde segurança do Estado; movimento estudantil e sindical; subversão; depoimentos; partidos políticos; até registros de mortes. Encontram-se relatórios que analisavam o funcionamento e as atividades das lideranças das Igrejas, dos sindicatos, das entidades estudantis, da imprensa e dos movimentos sociais. Há**,** também**,** relatórios sobre política externa e outros documentos que registram informações sobre o governo e o setor público em geral. A Guerrilha do Araguaia foi um dos focos de atenção do SNI.

A partir de 2007, a equipe da então Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília[1] iniciou pesquisa sobre o tema, identificando os dossiês referentes aos militantes do PCdoB mortos e desaparecidos no Araguaia, com intuito de atender à sentença da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal**,** que determinou que o Estado brasileiro entregasse todas as informações em seu poder para elucidação das circunstâncias de morte e da localização dos corpos dos desaparecidos.

Assim, foi realizada pesquisa na base de dados do acervo do SNI, utilizando-se apenas os nomes dos combatentes e suas diferentes formas de grafia, sem a inclusão de qualquer recorte cronológico, gerando a identificação de 667 dossiês, com cerca de 20.300 páginas de texto. Também foram definidos os seguintes descritores temáticos, no período de 1971 a 1974, a saber: Guerrilha do Araguaia; Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia; Operação Mesopotâmia; Operação Marajoara; Operação Mãos Limpas; Operação Axixá; Operação Peixe I, II, III e IV; Operação Cigana; Marabá (PA); São Félix (MT); Xambioá (GO), entre outras localidades.

Em 2024, o texto da edição original foi revisado e suas referências renomeadas para o padrão atualmente em uso pelo Arquivo Nacional.

A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Ocorrida entre 1972 e 1975, a Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado desenvolvido pelo Partido Comunista do Brasil, PCdoB, formado por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro, na região da tríplice fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás (hoje Tocantins), tendo como objetivo central a derrubada do regime militar, para, com isso, desencadear a Revolução Socialista no Brasil, partindo do campo para a conquista das cidades.

Na concepção do PCdoB, a Revolução Socialista seria alcançada somente através da luta armada, o que diferia diametralmente da perspectiva do Partido Comunista Brasileiro, PCB, que defendia a luta pacífica para se chegar ao poder.

[1] A Coordenação Regional foi renomeada Superintendência Regional em 2022

O Araguaia, para os líderes do Partido Comunista do Brasil, configurava-se como uma etapa da luta revolucionária, isto é, o combate armado em forma de guerrilha rural, nos moldes desenvolvido por Mao Tsé-Tung na China, cujo objetivo estratégico era criar um exército regular de libertação, uma vez que a primeira fase para a consecução da Revolução, a formação de um partido político para guiar as massas, já havia sido concluída.

O movimento começou a ser organizado em 1966 com a chegada do primeiro militante do PCdoB à região do Bico do Papagaio, mas os confrontos começariam seis anos depois, em abril de 1972, quando o Exército iniciou o ataque aos guerrilheiros. A Guerrilha era formada por 69 militantes do PCdoB e por cerca de 20 moradores que aderiram ao movimento, distribuídos em três destacamentos.

As Forças Armadas realizaram três campanhas militares, mobilizando cerca de 10 mil homens. No ano de 1972, foram feitos prisioneiros, mas**,** depois, a ordem do comando militar era matar todos os envolvidos. Há registros de que guerrilheiros foram levados vivos para as bases militares de Marabá, conhecida como Casa Azul, ou Xambioá.

Assim, o saldo final dos confrontos das operações militares foi de cerca de 70 pessoas desaparecidas entre militantes do PCdoB e moradores da região. Registra-se que 17 militantes do PCdoB sobreviveram: alguns conseguiram sair da região, outros abandonaram o movimento e, por fim, alguns guerrilheiros foram presos e não executados.

AS OPERAÇÕES MILITARES

O combate ao movimento guerrilheiro do Araguaia ficou a cargo das Forças Armadas, especificamente o Exército. A articulação das ações coube ao Centro de Inteligência do Exército (CIE), vinculado diretamente ao gabinete do Ministro do Exército, à época General Orlando Geisel. Como a Guerrilha se desenvolveu em área limítrofe entre três comandos militares – o Comando Militar da Amazônia (CMA, com sede em Manaus); o Comando Militar do Planalto (CMP, sediado em Brasília) e o IV Exército (com sede em Recife) –, existia um conflito de jurisdição. Coube ao CIE decidir que o CMP seria o responsável pela ação repressiva.

O CIE contou com o apoio direto dos centros de informações da Marinha (CENIMAR) e da Aeronáutica (CISA), além do SNI, conforme demonstram os documentos do serviço secreto brasileiro. Além do trabalho de inteligência, estes órgãos forneceram o apoio logístico para o Exército realizar suas principais ações.

Em novembro de 1970, o Exército realizou uma manobra militar, simulando um combate a possíveis focos de guerrilha na região, intitulado Operação Carajás. No acervo do Conselho de Segurança Nacional - CSN há um documento intitulado "Quadrilátero Marabá - Araguaína - Imperatriz – Porto Franco"[2] , datado de 1970, que faz um estudo pormenorizado da região. O relatório identificou, em várias localidades, que as tensões resultantes de disputa de terras**,** além da reduzida infraestrutura na área da saúde, educação, transportes e comunicações, geravam insatisfações, o que deixava a população "em baixo nível cultural e de padrão de vida". O documento previa "o surgimento de novos povoados e o crescimento desordenado dos existentes, bem como o desencadeamento de propaganda subversiva junto às populações marginais, fatos estes que serão maiores quanto menos intensas e mais tardias forem às providências visando neutralizá-las". O documento ressalta também

[2] Acervo do Conselho de Segurança Nacional, caixa 04, volume C.

a precariedade das estradas e os grandes rios que cortavam a área como fatores que dificultavam o emprego das tropas regulares, exigindo, ainda, o uso de equipamento específico para combate na selva.

Esta análise serviu de base para o planejamento estratégico das futuras incursões do Exército na região. Nos arquivos do SNI, o documento mais antigo referente à presença de guerrilheiros na região é relativo à "Operação Mesopotâmia", redigido em 27 de agosto de 1971[3]. O documento demonstra que o Exército já sabia, antes do início do confronto com os militantes do PCdoB, da existência de focos guerrilheiros na região – neste caso, compostos por membros da ALN e VAR-Palmares. O relatório apresenta os principais fatos ocorridos no desenvolver da Operação Mesopotâmia, aponta os resultados obtidos e sugere medidas que possibilitem maior eficiência no combate à subversão em áreas similares.

Segundo o dossiê, a "área é propícia ao estabelecimento de bases para guerrilha rural, mais pela sua distância dos grandes centros e pelas condições de interiorização do que pelos acidentes fisiográficos. O isolamento da área dificulta o desencadeamento imediato de operações, sendo que a dificuldade de circulação mesmo em tempo seco torna penosa, mesmo para pequenos elementos, a execução das operações; já em tempo chuvoso, até as operações com apoio aéreo serão extremamente difíceis, face à falta de meios de apoio em terra. Deve-se utilizar as vias aquáticas, somente acessíveis em regiões ribeirinhas ao longo da rodovia Belém-Brasília". A produção de informações militares provou-se fundamental para a organização das diversas operações de combate à guerrilha que se desenvolveram entre os anos de 1972 e 1974.

Paralelamente às operações militares, e em uma tentativa de reverter o apoio popular à guerrilha, pôs-se em prática a "Operação ACISO", que eram as Ações Cívico-Sociais – que tinham por objetivo desenvolver "atividades de cunho assistencialista, utilizando-se médicos e odontólogos no atendimento da população". As equipes do CMP**,** com ajuda de tropas do CMA e do IV Exército, de paraquedistas, da Marinha e da Aeronáutica, chegaram em Xambioá e Araguatins em 20 de setembro de 1972, dando início às ACISO em 21 de setembro daquele ano, com a vacinação da população, certificação de alistamento, distribuição de bandeiras do Brasil, entre outras atividades.

Uma estrutura importante para o alcance dos objetivos da ACISO era o chamado Hospital Tático*,* instalado pela Força Aérea Brasileira – FAB em algumas áreas próximas ao conflito do Araguaia que, se por um lado atuava dando auxílio médico-dentário à população local, carente de assistência, por outro conseguia coletar informações da população atendida sobre as atividades das forças guerrilheiras. O Hospital Tático era, portanto, um núcleo de coleta de informações sobre atividades consideradas subversivas, e, sobretudo, um disfarce para justificar a presença do Exército na região.

Foram as seguintes operações militares identificadas:

Operação Mesopotâmia: com deslocamento de trinta e oito militares, no período de 2 a 12 de agosto de 1971, efetuou trinta e duas prisões de pessoas consideradas suspeitas, as quais, após interrogatório e triagem, foram transportadas para Brasília. Os interrogatórios preliminares positivaram a existência de duas organizações de esquerda na área: VAR-PALMARES e PRT, oriunda da Ação Popular (AP). A primeira adquiriu três pequenas propriedades em torno de Imperatriz (MA), e nelas instalou três aparelhos, com a finalidade de recrutar elementos locais para a guerrilha

[3] Acervo do SNI, ACE AC A03793/71.

rural. A segunda organização também visava arregimentar elementos para o movimento guerrilheiro, organizando um núcleo em Imperatriz e outro em Tocantinópolis, Porto Franco. Segundo informações do SNI, os militantes pertencentes aos dois núcleos citados não se conheciam. **(ACE A037923/71)**

***Operação Axixá**:* com duração de doze dias, entre 24 de fevereiro e 03 de março de 1972, teve por objetivo reconhecer e levantar dados sobre a presença de focos guerrilheiros nas cidades maranhenses e goianas de Imperatriz, Açailândia, Axixá, São Félix, Itaúba, Cidra, Gavião, Lagoa Verde, São Sebastião e Buriti. O relatório sobre a operação afirmou que "Embora haja indício de movimentação de subversivos, não foi localizada nenhuma estruturação de terroristas na área". **(ACE A046472/72**)

Operação Peixe I a IV: Realizadas entre 27 de março e 12 de abril de 1972, trata-se de operações realizadas a partir dos documentos apreendidos com o militante **Y**, em São Paulo, quando foram encontrados quinze mapas, uma planta de orientação e uma carta-guia, os quais representavam as localidades de Dianópolis, Paraíso do Norte, Ponte Alta do Norte, Dueré, Peixe, Almas, Natividade, Alvorada, Tocantínia, Formoso do Araguaia, Novo Acordo, Pium, Ilha do Bananal, Porto Seguro, Pantanal, São João, Canto dos Boiadeiros, São José, Lago Preto, Bom Jesus, São Salvador, Jacuns, Coqueiro, Cocal, Jatobá e Nova, além da região que compreende os municípios de Trombas e Formoso, limítrofes aos municípios de Peixe e Paraná. Tais localidades foram identificadas pelo SNI como focos de atividades "comuno-subversivas" (sic) desde antes de 1964. (**ACE A054351/73**) As operações foram basicamente ações de informações, com o intento de identificar possíveis militantes políticos em um campo de treinamento para a guerrilha rural.

Operação Cigana: Missão articulada no início de abril, após a prisão de alguns guerrilheiros que, sob tortura, teriam revelado informações sobre as forças guerrilheiras aos militares. O objetivo principal da operação era desbaratar as áreas de treinamento das forças guerrilheiras em Caianos, Cachimbeiro e Cigana.

***Primeira Campanha Militar*:** Iniciada nos primeiros dias de abril de 1972, a ação militar coordenada do Exército contra os militantes do PCdoB instalados na tríplice fronteira entre Maranhão, Pará e Goiás (atual Tocantins) foi composta por dois mil homens pertencentes à várias unidades militares. Os militares instalaram em Marabá e Xambioá seus quartéis-generais, e de lá comandaram a operação por todo o Baixo Araguaia. O resultado desta ação foi a morte de Bérgson Gurjão Farias, e a prisão de alguns guerrilheiros, sendo que os demais se refugiam nas matas. As dificuldades enfrentadas pelos militares – condições climáticas, pouco conhecimento da região, despreparo para combate na selva – resultou no pouco sucesso da operação, que teve fim em julho, no início das chuvas na região.

Operação Papagaio (**ACE A007955/80**): Considerada a segunda campanha militar, foi realizada no período de 14/09/1972 a 25/09/1972, começa de fato com a chegada na região do Araguaia do Comando Militar do Planalto e do Comando Militar da Amazônia, os quais desembarcaram simultaneamente em Xambioá e Araguatins em 20/09. A missão tinha dois objetivos: operações contra guerrilheiros e Ação Cívico-Social (ACISO). Tinham ainda o apoio do IV Exército, de paraquedistas, da Marinha e Aeronáutica. Nas operações contra guerrilheiros, foi localizado e destruído depósito de propriedade de elementos subversivos, ao norte da Serra das Andorinhas. O saldo de baixas entre os militares fora de dez homens, entre mortos e feridos.

Operação Sucuri, entre novembro de 1972 e setembro de 1973, o Exército decidiu investir intensamente no trabalho de inteligência. Disfarçados como funcionários de outros órgãos do governo federal, como INCRA (Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária) e SUCEM (Superintendência de Combate e Erradicação da

Malária), os militares passaram a ter maior contato com a população local, colhendo informações importantes para poderem mapear por completo o palco de operações, em especial a localização dos guerrilheiros, suas verdadeiras identidades, o destacamento que integravam, além das relações que mantinham com os povoados adjacentes.

Operação Marajoara: terceira e última Campanha Militar contra as forças guerrilheiras no Araguaia, realizada entre 7 de outubro de 1973 a fevereiro de 1974. O Exército reformulou sua forma de atuação: instalou três bases militares (uma em Marabá, principal posto de comando; e outras duas em Xambioá e em Bacaba); estabeleceu um sistema de apoio logístico especial para operação, que se configurou não mais pela utilização de pelotões de 30 ou 40 soldados, e sim por patrulhas com efetivo de 5 a 10 soldados, o que facilitou o deslocamento e perseguição aos guerrilheiros. Nesta ocasião, o Exército almejava reprimir por completo o movimento guerrilheiro. A principal ação militar ocorreu no natal de 1973, quando grande parte dos guerrilheiros foi capturada ou morta.

MORTOS E DESAPARECIDOS

No ano de 1980, com a promulgação da Lei de Anistia e com a gradativa abertura política do regime, os familiares dos combatentes no Araguaia iniciaram um longo périplo em busca dos corpos de seus filhos, irmãos, irmãs e pais na região do conflito, expressando o direito inalienável de sepultamento, de acordo com as tradições culturais de cada família. Desde então, exige-se que o Estado forneça as informações sobre as mortes e os desaparecimentos, com suas circunstâncias e a localização dos restos mortais. Três décadas depois, esta busca continua.

Inicialmente, o resgate desta memória coube, em sua maior parte, à iniciativa privada das famílias e dos ex-combatentes, que, em diversas caravanas para a região, contatando moradores, colhendo depoimentos, seguindo pistas, tentam reconstruir esta história.

Na primeira caravana realizada em 1980, o grupo de familiares obteve indícios da existência de corpos enterrados tanto no cemitério municipal de Xambioá, como em uma vala clandestina na área denominada Vietnã, próxima àquela cidade, obtendo também depoimentos sobre a existência de outros cemitérios clandestinos localizados na região.

Enquanto as famílias continuavam suas buscas no Araguaia, em 4 de setembro de 1990 foi aberta a vala clandestina de Perus, localizada no cemitério Dom Bosco, na cidade de São Paulo, onde foram encontradas cerca de mil ossadas, entre indigentes, vítimas dos esquadrões da morte e presos políticos. Em dezembro do mesmo ano, essas ossadas foram transferidas para o Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Além da utilização de valas clandestinas, descobriu-se, igualmente, a prática do sepultamento com registro oficial de presos políticos assassinados, utilizando-se a identidade falsa que usavam na clandestinidade, conforme atestam os livros de registros dos cemitérios. Estas descobertas tiveram um importante papel em revelar a rede existente entre os órgãos de repressão, institutos de medicina legal e cemitérios, que resultou, também**,** na localização de sítios clandestinos de sepultamento de cadáveres sem identificação.

Graças aos trabalhos realizados em São Paulo, em abril de 1991, familiares realizaram novas escavações no cemitério municipal de Xambioá, tendo sido encontradas duas ossadas, uma delas a de uma jovem envolta em tecido de paraquedas. Estes restos mortais também foram transferidos para a UNICAMP. Anos

mais tarde, em 1996, o jornal *O Globo* publicou uma série de reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia, apresentando, entre outras, a foto do corpo de uma guerrilheira envolto em um paraquedas, o que possibilitou que a família de Maria Lúcia Petit a reconhecesse. Pela primeira vez, um combatente desaparecido foi identificado e sepultado por familiares.

Em 29 de maio de 2009, o Grupo de Trabalho Tocantins - GTT foi criado no âmbito do Ministério da Defesa para cumprir sentença da 1ª Vara Federal do Distrito Federal, que determinou à União a entrega dos restos mortais dos guerrilheiros desaparecidos durante o conflito. O GTT é formado por representantes do Comando do Exército; Polícia Federal**;** Museu Emílio Goeldi**;** dos Governos do Pará e do Distrito Federal**;** observadores independentes e da Universidade de Brasília. Atendendo os pleitos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos**,** foi instituído, por decreto presidencial, em 20 de julho de 2009, o Comitê Interinstitucional de Supervisão das atividades do GTT. Assim, esta expedição**,** agora formada por um grande grupo, percorre o Araguaia para analisar pistas, relatos e indicações de locais onde poderiam ser encontrados combatentes desaparecidos na selva amazônica há quase 40 anos.

Em julho de 2009, conseguiu-se identificar os restos mortais do primeiro guerrilheiro morto no conflito, Bérgson Gurjão Farias, por meio de exame de DNA na ossada recolhida, em 1996, no cemitério de Xambioá. Os restos mortais de Bérgson foram sepultados em Fortaleza, sua terra natal, em 5 de outubro de 2009, 37 anos após sua morte na Guerrilha do Araguaia, diante da presença da mãe, dona Luiza, de 94 anos de idade.

REGISTRO DE MORTES

Fugas, atropelamentos e suicídios de opositores contra a ditadura militar fazem parte da história oficial da repressão política no Brasil. As detenções clandestinas, sequestros seguidos de prisão, inquérito sob tortura ou ameaça de tortura, e do assassinato e desaparecimentos de militantes foram práticas sistemáticas do regime militar.

Parte desta história foi revelada pelos relatos corajosos de presos, contidos nas centenas de processos políticos que chegaram à esfera do Superior Tribunal Militar. Denúncias feitas em juízo, com nomes de torturadores, de centros de sevícias, de presos políticos assassinados, de desaparecidos, formaram um conjunto incontestável de testemunhos que mostram a face cruel da repressão na luta contra a oposição. Coube ao *Projeto Brasil: Nunca Mais* revelar esta história oculta nestes processos, sob o manto protetor da Arquidiocese de São Paulo, representada pelo seu Cardeal-Arcebispo, Dom Evaristo Arns, com a publicação dos principais resultados da pesquisa, em 1985.

Ainda na década de 1980, foi organizada a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que entregou à Comissão Mista sobre a Anistia, instalada no Congresso Nacional, um dossiê contendo os relatos dos casos dos mortos e desaparecidos. Anos mais tarde, este trabalho orientou a pesquisa para a elaboração do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicado em Recife, em 1995 e, no ano seguinte, em São Paulo, onde estão registradas 358 mortes ocorridas durante o regime militar.

Sobre os mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, os familiares obtiveram as primeiras informações no relatório escrito pelo dirigente do PCdoB,

Ângelo Arroyo, morto em confronto com os agentes dos órgãos de repressão, no episódio conhecido como Massacre da Lapa, ação do governo para desfazer o núcleo dirigente do Partido Comunista do Brasil em São Paulo. Este manuscrito, elaborado a partir das observações de Arroyo quando este esteve no Araguaia, traz informações, em detalhes, da vida dos guerrilheiros, as operações militares, além de datas de prisões, mortes e desaparecimento dos guerrilheiros.

Nos últimos anos, a imprensa tem publicado documentos inéditos das Forças Armadas, obtidos em arquivos particulares protegidos pelo sigilo de fonte, que trazem novas informações sobre as condições em que se realizou o confronto. Alguns jornalistas se especializaram no tema e publicaram livros importantes, apresentando inúmeros documentos que registram relatórios de operações, circunstâncias de prisão, assassinatos e indícios de enterramento. Nesta direção, destacamos a *Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha,* de Taís Morais e Eumano Silva, e *A lei da Selva – estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia, de* Hugo Studart.

Em 15 de abril de 2007, os jornais brasileiros *Correio Braziliense* e *Estado de Minas* iniciaram a publicação de uma série de reportagens, de autoria do jornalista Lucas Figueiredo, com trechos do "livro secreto" produzido pelo Exército Brasileiro entre os anos de 1986 e 1988, jamais publicado. A reportagem divulgou as informações sobre o destino de 16 guerrilheiros do PCdoB na região do Araguaia.

Ainda em 2007, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República publicou o livro *Direito à Memória e à Verdade*. Baseado no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, o livro traz também dados colhidos nos processos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos – CEMDP.

O jornalista Leonencio Nossa, do *Estado S. Paulo*, publicou em 2009 documentos do arquivo pessoal do major Sebastião Curió Rodrigues de Moura. Tais papéis, em posse do major Curió há 34 anos, registram detalhes importantes das operações militares realizadas pelo Exército Brasileiro. O jornalista divulgou**,** também, uma relação com datas de mortes de guerrilheiros do PCdoB e de camponeses, registrados no diário de Curió.

Com o intuito de apresentar ao público as informações disponíveis no momento sobre os diversos registros de morte dos guerrilheiros do PCdoB no Araguaia, elaboramos um quadro comparativo com as datas de morte dos guerrilheiros, registradas em seis fontes: *Relatório Arroyo***;** *Direito à Memória e à Verdade***;** *Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha***;** *A lei da Selva***;** *Arquivo Curió***;** e o livro secreto do Exército – *Orvil*. Incluímos**,** também**,** os documentos do acervo do extinto SNI, hoje sob a guarda do Arquivo Nacional, que apresentam os registros oficiais do Estado brasileiro.

.

SUBVERSIVOS QUE PARTICIPARAM DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Nº	N O M E	CODINOME	S I T U A Ç Ã O	F O N T E
1	ADRIANO FONSECA FILHO	CHICO	Morto - Dez 1973	ACE 72378/74 ACE 72067/74
2	ALFREDO FRANCISCO DE LIMA	ALFREDO	Morto - 13 Out 73	ACE 62812/73
3	ALUÍSIO NUNES FERREIRA	BETO	Morto - 13 Mai 74	PRG-10516/74 e PRG-10899/74
4	AMADEU ALVES DE BARROS		Preso em 1974	ACE 72378/74
5	AMAURY DE AZEVEDO SIQUEIRA	AMAURY	Morto em 27 Fev 74	ACE 72378/74 e 72067/74
6	ANDRÉ GRABOIS	ZÉ CARLOS	Morto em 13 Out 73	ACE 68812/73
7	ÂNGELO ARROIO	JOAQUIM	Morto em 16 Dez 76	INFÃO 7023/116/ASP/SNI - 16.12.76
8	ANTÔNIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA	ANTÔNIO	Morto em 1972	ACE 62812/73
9	ANTÔNIO FERREIRA PINTO	ANTÔNIO	Morto em 30 Abr 74	
10	ANTÔNIO TEODORO DE CASTRO	RAUL	Morto em 27 Fev 74	ACE 72378/74 e ACE 72067/74
11	ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA	ANTÔNIO-MINEIRO	Preso em 1974	ACE 72378/74
12	ANTÔNIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS	ZÉ FERREIRA	Morto em 19 Dez 73	ACE 72067/74 PRG-2926 e 51/74
13	ANTÔNIO PÁDUA COSTA	PIAUÍ	Morto em 05 Mar 74	ACE 72067/74 PRG-5127/74
14	AIGO HUDSON PYLES		Preso em 1974	ACE 72378/74
15	ARILDO VALADÃO	ARI	Morto em 23 Nov 73	ACE 72067/74 - ACE 72378/74
16	ÁUREA ELISA PEREIRA	ÁUREA	Presa em 30 Abr 74	PRG-9564/74
17	BERGSON GURJÃO FARIAS	JORGE	Morto em 03 Jun 72	ACE 49474/72
18	CARLOS ALVES DELANÔNICA	CAZUZA	Func. Banco Central	INFÃO 338/79/DSI/MF
19	CÉLIA SANCHES DE CRISTIE	CRISTINA	Morta em 08 Fev 74	ACE 72067/74 - PRG 3209/74
20	CELON CUNHA BRUM	SIMÃO	Morto em 27 Fev 74	ACE 72067/74 - PRG 5127/74
21	CÍCERO DANIEL	C. TOCADOR	Desertou em 1973	
22	CIRO FLÁVIO SALAZAR DE OLIVEIRA	FLÁVIO	Morto em 1972	Relação do CBA

SECRETO

SECRETO

Nº	N O M E	CODINOME	S I T U A Ç Ã O	F O N T E
23	CREMÉIA ALICE SCHIMDT DE ALMEIDA	ALICE	Presa em 29 Dez 72	ACE 54770/72
24	CUSTÓDIO SARAIVA NETO	LAURO	Morto em 15 Fev 74	PRG-4352/74 - ACE 72067/74
25	DAGOBERTO ALVES COSTA	GABRIEL	Preso em Jun 72	ACE 49474/72
26	DANIEL RIBEIRO CALADO	DANIEL	Preso em 29 Mai 74	PRG-12327/74 - ACE 72067/74
27	DANILO CARNEIRO	NILO	Preso em 12 Out 73	ACE 62812/73
28	DINAELSA SOARES SANTANA	MARIA DINÁ	Morta em 09 Abr 74	INFÃO 871/116/ABE e 956/116/ARE
29	DINALVA CONCEIÇÃO OLIVEIRA TEIXEIRA	DINA	Morta em 16 Jul 74	INFÃO 1798/16/ABE/74
30	DEMERVAL DA SILVA PEREIRA	JOÃO ARAGUAIA	Morto em 28 Mar 74	PRG- 6885/74
31	DIVINO FERREIRA DE SOUZA	NUNES	Morto em 14 Out 73	ACE 62812/73
32	DOWER MORAES CAVALCANTE	DOMINGOS	Encontrava-se em SP/74	ACE 77516/74
33	EDUARDO JOSÉ MONTEIRO TEIXEIRA	DUDA	Preso em Abr 72	ACE 49474/72
34	ELMO CORREA	FOGOIÓ	Morto em 14 Ago 74	INFÃO 1967/16/ABE/74
35	ELZA DE LIMA MONERAT	TIA MARIA	Encontra-se em SÃO PAULO	
36	GILBERTO OLÍMPIO MARIA	PEDRO GIL	Morto em 25 Dez 73	ACE 72067/74
37	GLÊNIO FERNANDES DE SÁ	GLÊNIO	Preso em 1972	ACE 54903 -
38	GUILHERME GOMES LUND	LUIZ	Morto em 25 Dez 73	ACE 72067/74
39	HELENIRA DE REZENDE S. NAZARÉ	FÁTIMA	Morta em 08 Set 72	Relação do CBA
40	HÉLIO LUIZ NAVARRO DE MAGALHÃES	EDINHO	Morto em 14 Abr 74	ACE 72067/74
41	IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO	APARÍCIO	Morto em 13 Jun 72	ACE 49474/72 - ACE 51015/72
42	JAIME PETIT DA SILVA	JAIME	Morto em 22 Dez 73	PRG 2926 - ACE 72067/74
43	JANA MORONI BARROSO	CRISTINA	Morta em 08 Fev 74	Mens.Rec. 485/16/ABE/74 - 8-2-74
44	JOÃO AQUINO JAIME	JOÃO COIANO	Morto em 17 Jan 74	ACE 72067/74 PRG-2166/74

SECRETO

Nº	N O M E	CODINOME	S I T U A Ç Ã O	F O N T E
45	JOÃO AMAZONAS DE SOUZA PEDROSO	CID	Encontra-se na ALBÂNIA	INFÃO O 86/16/AC/79
46	JOÃO BISPO FERREIRA BORGES	JOCA	Morto em 28 Mar 74	ACE 72067/74 - PRG-6885/74
47	JOÃO CARLOS HASS SOBRINHO	JUCA	Morto em 1972	PRG-3209/74
48	JOÃO CARLOS CAMPOS WINESKI	PAQUETÁ	Desertou em 1973	
49	JOÃO GUALBERTO CALATRONI	ZEBÃO	Morto em 13 Out 73	ACE 62812/73
50	JOÃO MOACIR SANTIAGO DE MENDONÇA	SANTIAGO	Morto em 18 Ago 72	ACE 51015/72
51	JOSÉ AMAURÍLIO PATRÍCIO	MANÉ	Morto em Set 74	INFÃO 2227/16/ABE/74
52	JOSÉ ANTÔNIO BOTELHO	ANTÔNIO	Morto em 30 Abr 74	PRG-9564/74
53	JOSÉ DE RIBAMAR	ZÉ RIBAMAR	(LOCAL) Preso em 7 Nov 73	
54	JOSÉ DE LIMA PIAUÍ DOURADO	ZÉ IVO	Preso em 23 Jan 74	PRG-2926/74
55	JOSÉ FRANCISCO CHAVES	ZÉ FRANCISCO	Morto em 20 set 72	Relação do CBA
56	JOSÉ HUMBERTO BRONCA	ZEQUINHA	Morto em 13 Mai 74	ACE 72067/74 - PRG-12327/74
57	JOSÉ GENUINO NETO	OSVALDO	Encontra-se em SÃO PAULO	PRG-11473/79
58	JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA	VICTOR	Morto em 1972	
59	JOSÉ VIEIRA DE ALMEIDA	ZÉ DO L	(LOCAL) Preso em 24-01-74	
60	JOSÉ WILSON DE BRITO FEITOSA	ZÉ WILSON	(LOCAL) Preso em 07-11-73	
61	JOSIAS GONÇALVES DE SOUZA	JONAS	Preso em 02 Fev 74	ACE 72067/74 PRG-3209/74
62	LOURIVAL MOURA PAULINO		Morto em 28 Mai 72	ACE 49474/72
63	LÚCIA MARIA DE SOUZA	SÔNIA	Morta em 25 Out 73	ACE 72067/74 DI 2144/16/ABE/73
64	LÚCIO PETIT DA SILVA	BETO	Morto em 28 Abr 74	
65	LUIZ RENÊ SILVEIRA E SILVA	DUDA	Morto em 14 Mar 74	ACE 72067/74 - PRG-5600/74
66	LUIZ VIEIRA	LUIZINHO	Morto em 30 Dez 73	ACE 72067/74 - PRG-1135/74

SECRETO

24

Nº	N O M E	COD_NOME	S I T U A Ç Ã O	F O N T E
67	LUZIA AUGUSTA CARLIPE	TUCA	Morta em 16 Jul 74	INFÃO 1798/16/ABE/74
68	LUZIA REIS RIBEIRO	LÚCIA	Presa em Jun 72	ACE 49474/72
69	MANOEL DIAS COSTA	TOURINHO	Preso em 12 Dez 73	PRG-4665/74
70	MANOEL JOSÉ NURCHIS	GIL	Morto em 30 Set 72	Relação do CBA
71	MANOEL NERES SANTANA	BATISTA	Preso em 30 Abr 74	PRG-9564/74
72	MARCOS JOSÉ DE LIMA	ARI	Preso em 25 Dez 73	ACE 72067/74 PRG-0458/74
73	MARIA CÉLIA CORRÊA	ROSA	Morta em 05 Mar 74	ACE 72067/74 PRG-5127/74
74	MARIA LÚCIA PETIT DA SILVA	MARIA	Morta em Jun 72	ACE 51015/72
75	MAURÍCIO GRABOIS	MÁRIO	Morto em 25 Dez 73	ACE 72067/74 - INFÃO 677/16/AC
76	MIGUEL TAVARES	GAZUZA	Morto em 20 Set 74	Relação do CBA
77		MANOEL	Morto em 12 Jan 74	ACE 72067/74 PRG-0451/74
78	NELSON DE LIMA PIAUÍ DOURADO	NELITO	Morto em 02 Jan 74	PRG-451/74 e 1135/74 MD 02/16/74
79	OSNIEL FERREIRA DA CRUZ	ORNIL	Preso em 12 Jan 74	INFÃO 956/16/ABE/74 PRG-72067/74
80	OSWALDO ORLANDO DA COSTA	OSWALDÃO	Morto em 07 Fev 74	ACE 72067/74
81	PAULO MAURO RODRIGUES	PAULO	Morto em 25 Dez 73	ACE 72067/74 PRG-458/74
82	PEDRO ALEXANDRINO OLIVEIRA FILHO	PERI	Morto em 04 Ago 74	INFÃO 1798/16/ABE/74
83	PEDRO ALBUQUERQUE NETO	PEDRO	Encontra-se no CANADÁ	INFÃO 086/16/AC/79
84	PEDRO PEREIRA DE SOUZA	PEDRO CARRETEL	Morto em 15 Fev 74	ACE 72067/74 PRG-4352/74
85	REGILENA DA SILVA CARVALHO	LENA	Presa em 1972	
86	REGINA FERREIRA DA SILVA	REGINA	Desertou em 1972	
87	KIOKO KAIANO	LAURA	Presa em Abr 1972	ACE 49474/72
88	ROSALINO DE SOUZA	MUNDICO	Morto em 1973	ACE 72067/74

SECRETO

Nº	N O M E	CODINOME	S I T U A Ç Ã O	F O N T E
89	SALVADOR PEREIRA		Preso em 1974	ACE 72378/74
90	SEBASTIÃO BATISTA DA CRUZ	SEBASTIÃOZINHO	Preso em 1974	ACE 72378/74
91	SEBASTIÃO DE SANTANA	TIÃO	Preso em 12 Jan 74	ACE 72067/74
92	SUELY YOMIKO KANAYAMA	CHICA	Morta em Set 74	INFÃO 2227/16/ABE/74
93	TELMA REGINA CORDEIRO CORREA	LIA	Morta em Set 74	INFÃO 2227/16/ABE/74
94	TEREZA CRISTINA ALBUQUERQUE	ANA	Encontra-se no CANADÁ	INFÃO 086/16/AC/79
95	TOBIAS PEREIRA JUNIOR	JOSIAS	Morto em 15 Fev 74	ACE 72067/74 - PRG-4352/74
96	UIRASSU ASSIS BATISTA	VALDIR	Morto em 29 Abr 74	
97	VICTOR HUGO KLAGSBRUM	ZÉ MARIA	Encontra-se em BERLIM	INFÃO 086/16/AC/79
98	WALDIR DA COSTA LIMA	WALDIR	Morto em 29 ABr 74	PRG-9564/74 INFÃO 871/16/ABE/74
99	WALKIRIA AFONSO COSTA	WALQUIRIA	Morta em 25 Out 74	INFÃO 2421/16/ABE/74
100	WANDICK REILNER PEREIRA COQUEIRO	JOÃO GOIANO	Morto em 12 Jan 74	
101	KLEBER LEMOS DA SILVA	CARLITO	Morto em 29 Jun 72	ACE 51015/72
102		ZEZINHO	Em 1974 encontrava-se preso	ACE 72378/74
103		ZÉ LUIZ	Morto em 13 Out 73	ACE 62812/73
104		LANDINHO	Morto em 25 Jan 74	ACE 72067/74 PRG-2926/74.

SECRETO

Nº	N O M E	CODINOME	S I T U A Ç Ã O	F O N T E
89	SALVADOR PEREIRA		Preso em 1974	ACE 72378/74
90	SEBASTIÃO BATISTA DA CRUZ	SEBASTIÃOZINHO	Preso em 1974	ACE 72378/74
91	SEBASTIÃO DE SANTANA	TIÃO	Preso em 12 Jan 74	ACE 72067/74
92	SUELY YOMIKO KANAYAMA	CHICA	Morta em Set 74	INFÃO 2227/16/ABE/74
93	TELMA REGINA CORDEIRO CORREA	LIA	Morta em Set 74	INFÃO 2227/16/ABE/74
94	TEREZA CRISTINA ALBUQUERQUE	ANA	Encontra-se no CANADÁ	INFÃO 086/16/AC/79
95	TOBIAS PEREIRA JUNIOR	JOSIAS	Morto em 15 Fev 74	ACE 72067/74 - PRG-4352/74
96	UIRASSU ASSIS BATISTA	VALDIR	Morto em 29 Abr 74	
97	VICTOR HUGO KLAGSBRUM	ZÉ MARIA	Encontra-se em BERLIM	INFÃO 086/16/AC/79
98	WALDIR DA COSTA LIMA	WALDIR	Morto em 29 ABr 74	PRG-9564/74 INFÃO 871/16/ABE/74
99	WALKIRIA AFONSO COSTA	WALQUIRIA	Morta em 25 Out 74	INFÃO 2421/16/ABE/74
100	WANDICK REILNER PEREIRA COQUEIRO	JOÃO GOIANO	Morto em 12 Jan 74	
101	KLEBER LEMOS DA SILVA	CARLITO	Morto em 29 Jun 72	ACE 51015/72
102		ZEZINHO	Em 1974 encontrava-se preso	ACE 72378/74
103		ZÉ LUIZ	Morto em 13 Out 73	ACE 62812/73
104		LANDINHO	Morto em 25 Jan 74	ACE 72067/74 PRG-2926/74.

SECRETO

SECRETO

Relação de guerrilheiros do PcdoB no Araguaia

Guerrilheiro	Direito à Memória e à Verdade	Fonte *Relatório Arroyo*	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Marinha	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Dossiê (Exército)	Fonte *Operação Araguaia, os arquivos secretos da guerrilha* Taís Araújo e Eumano Silva	Fonte SNI	Arquivo Cúrio	ORVIL
Adriano Fonseca Fernandes Filho, Chico:	Desaparecido entre 28 e 29/11/1973	Desapareceu em 29/11/1973	Morto em 3/12/1973	Morto em 3/12/1973	Morto em 3/12/1973	Morto em dezembro de 1973	"Cabeça cortada". Queixada: Guerrilheiro morto em combate 11/1973	Morto em dezembro de 1973, após confronto com o Exército
André Grabois:	Desaparecido em 14/10/1973	Morte em 14/10/1973	Morto em 13/10/1973	Morto em 13/10/1973	Morto em 13/10/1973	Morto em 13/10/1973	Zé Carlos Guerrilheiro: morto em combate 13/10/1973	Morto em outubro de 1973, após confronto com o Exército
Antônio Carlos Monteiro Teixeira	Desaparecido em 21/09/1972	Desaparecido em 21/09/1972		Morto em 29/09/1972	Morto em 29/09/1972	Morto em 1972	Executado em 1972	Morto em 29/09/1972, após "contra-emboscada" do Exército
Antônio de Pádua Costa:	Desaparecido em 14/01/1974	Conseguiu escapar de um choque com o Exército em, 14/01/1974, e não teria sido mais visto	Morto em 05/03/1974	Morto em 24/01/1974	Morto em 05/03/1974	Morto em 05/03/1974	"Piauí e Rosinha foram executados num terreno às margens da rodovia PA-70 em 05/03/1974". "Antônio de Pádua Costa (Piauí). Fugiu em 05.03.74 em companhia de Maria Célia Correa às margens da antiga PA-70".	
Antônio Ferreira Pinto "Alfaiate"	Desaparecido em 14/01/1974			Morto em 13/10/1973	Preso em 21 /04/1974	Morto em 30/04/1974	Antonio Alfaiate: guerrilheiro executado em 28/04/1974	

Guerrilheiro	Direito à Memória e à Verdade	Fonte *Relatório Arroyo*	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Marinha	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Dossiê (Exército)	Fonte *Operação Araguaia, os arquivos secretos da guerrilha* Taís Araújo e Eumano Silva	Fonte SNI	Arquivo Cúrio	ORVIL
Antônio Guilherme Ribeiro Ribas	Desaparecido em 25/12/1973	Visto vivo em 29/11/1973	Morto em 20/02/1973	Morto em 19/12/1973	Nada consta	Morto em 19/12/1973	Executado. "Cabeça cortada".Zé Ferreira: preso e decapitado 19/12/1973	
Antônio Teodoro de Castro	Desaparecido em 25/12/1973	Desaparece em 17/12/1973	Morto em 27/02/1974	Morto em 30/12/1973	Morto em 27/01/1974	Morto em 27/02/1974	Raul guerrilheiro executado em 01/1974	
Arildo Aírton Valadão	Morto em 24/11/1973	Morto e decapitado em novembro de 1973	Morto em 24/12/1974	Morto em 26/11/1973	Morto em final de 1973	Morto em 23/11/1973	"Morreu em nov/73 por um morador da região(...) Teve sua cabeça cortada para fins de reconhecimento"	Possivelmente morto em novembro de 1973, após confronto com o Exército
Áurea Eliza Pereira	Desaparecida no início de 1974	Viva em 30/12/1973	Morta em 13/06/1973	Morta em 01/01/1974	Viva no início de 1974	Presa em 30/04/1974	Presa e executada em 04/1974	
Bérgson Gurjão Farias:	Desaparecido em 08/05/1972	Morto em 08/05/1972	Morto em 06/1972	Morto em 04/05/1972	Morto em 02/06/1972	Morto em 03/06/1972	Jorge, guerrilheiro morto em combate em 06/1972	Morto em 04/06/1972, após confronto com o Exército em Caiano
Cilon da Cunha Brum	Desaparecido em 25/12/1973	Vivo em 30/12/1973	Morto em fevereiro de 1974	Morto em 27/02/1974	Morto em fevereiro de 1974	Morto em 27/02/1974	Comprido ou Simão: guerrilheiro preso e executado em janeiro de 1974	
Ciro Flávio Salazar Oliveira	Desaparecido em 30/09/1972	Morto em 29 ou 30/09/1972		Morto em 30/09/1972	Morto em 30/09/1972	Morto em 1972	Flávio; guerrilheiro morto em combate em 30/09/1972	Morto em 29/09/1972, após confronto com o Exército
Custódio Saraiva Neto	Desaparecido em 30/12/1973	Vivo em 30/12/1974	Morto em 15/02/1974	Morto em 12/12/1973	Morto em 15/02/1974	Morto em 15/02/1974	Lauro: guerrilheiro preso e executado em 01/1974	

Guerrilheiro	Direito à Memória e à Verdade	Fonte *Relatório Arroyo*	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Marinha	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Dossiê (Exército)	Fonte *Operação Araguaia, os arquivos secretos da guerrilha* Taís Araújo e Eumano Silva	Fonte SNI	Arquivo Cúrio	ORVIL
Daniel Ribeiro Callado	Desaparecido em 25/12/1973		Morte em 28/06/1974	Morto em 14/03/1974	Morto em 28/03/1974	Morto em 29/05/1974	Doca; guerrilheiro preso e executado 07/1974	
Dermeval da Silva Pereira:	Desaparecido em 1974		Morte em 28/03/1974	Morte em janeiro de 1974	Morto em 28/03/1974	Morto em 28/03/1974	João Araguaia: guerrilheiro preso e executado em 28/03/1974	
Dinaelza Soares Santana Coqueiro	Desaparecida em 30/12/1973		Morta em 08/04/1974	Morta em abril de 1974	Morta em 08/04/1974	Morta em 09/04/1974	Maria Dina: presa e executada em 04/1974	
Dinalva Conceição Oliveira Teixeira	Desaparecida em 25/12/1973		Morto em julho de 1974	Morto em julho de 1974	Não há versão conclusiva.	Morta em 16/07/1974	"Dinalva Oliveira Teixeira. Presa-24.06.74". Dina: guerrilheira presa em 24/06/1974 executada em 07/1974	
Divino Ferreira de Souza	Desaparecido em 14/10/1973		Morto em 12/1973	Morto em 13/10/1973	Ferido e preso em outubro de 1973, morreu nas mãos do Exército.	Morto em 14/10/1973	Nunes: guerrilheiro preso e executado e, 13/10/1973	
Elmo Correia	Desaparecido em 25/12/1973		Morto em 14/05/1974	Morto em dezembro de 1973	Morto em 14/05/1974	Morto em 14/08/1974	"Morreu envenenado por um morador da região que lhe deu comida preparada por Aldrin". Lourival: guerrilheiro envenenado em 14/05/1974	
Francisco Manoel Chaves	Morto em 21/09/1972	Morto em 21/09/1972		Morto em 29/09/1972	Morto em 29/09/1972	Nada consta		Morto em 29/09/1972, após "contra-emboscada" do Exército

Guerrilheiro	Direito à Memória e à Verdade	Fonte *Relatório Arroyo*	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Marinha	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Dossiê (Exército)	Fonte *Operação Araguaia, os arquivos secretos da guerrilha* Taís Araújo e Eumano Silva	Fonte SNI	Arquivo Cúrio	ORVIL
Gilberto Olímpio Maria	Desaparecido em 25/12/1973		Morto em 25/12/1973	Morto em 25/12/1973	Morto no natal de 1973	Morto em 25/12/1973	Pedro Gil: comandante morto em combate em 25/12/1973	
Guilherme Gomes Lund	Desaparecido em 25/12/1973	Morreu em 25/12/1973	Morto em 25/12/1973	Morto em 25/12/1973	Morreu de malária em 25/12/1973	Morto em 25/12/1973	Luis: guerrilheiro morto em combate 25/12/1973	
Helenira Rezende de Sousa Nazareth	Morta em 29/09/1972	Morta em 29/09/1972	Em outubro de 1971 registra que encontrava-se foragida.	Morta em 28/09/1972	Morta em 28/09/1972	Morta em 08/09/1972	Fátima: guerrilheira presa e executada 29/09/1972	Morta em 28/09/1972, após confronto com o Exército
Hélio Luiz Navarro de Magalhães	Desaparecido em 14/01/1974	Teria escapado de um confronto com o Exército em 14/01/1974.	Morto em 14/03/1974	Morto em 14/03/1974	Morte em 14/03/1974	Morto em 14/04/1974	Edinho guerrilheiro preso em 1974. Uma incógnita	
Idalísio Soares Aranha Filho	Desaparecido em 12/07/1972	Morto em julho de 1972	Morto em julho de 1972	Morto em 13/07/1972	Morte em 13/07/1972	Morto em 13;06/1972	Aparício: guerrilheiro morto em combate em julho de 1972	Morto em 13/07/1972, após confronto com o Exército
Jaime Petit da Silva	Desaparecido em 29/11/1973	Entre os dias 28 e 29/11/1973, teria se desligado do grupo após confronto com militares	Morto em 22/12/1973	Morto em 22/12/1973	Morte em 22/12/1973	Morto em 22/12/1973	Jaime: guerrilheiro executado em 22/12/1973. "Cabeça cortada"	
Jana Moroni Barroso	Desaparecido em 02/01/1974		Morta em 08/02/1974	Morta em 11/02/1974	Morta em 08/02/1974	Nada consta	Cristina: guerrilheira morta em combate 08/02/1974	
João Carlos Haas Sobrinho	Desaparecido em 30/09/1972	Morto em 29 ou 30/09/1972	Morto em outubro de 1972	Morto em 30/09/1972	Morte em 30/09/1972	Morto em 1972	Juca: comandante morto em combate em 30/09/1972	Morto em 29/09/1972, após confronto com o Exército
João Gualberto Calatroni	Desaparecido em 14/10/1973			Morto em 13/10/1973	Morte em 14/10/1973	Morto em 13/10/1973	Zebão: guerrilheiro morto em combate 13/10/1973	Morto em outubro de 1973, após confronto com o Exército

Guerrilheiro	Direito à Memória e à Verdade	Fonte *Relatório Arroyo*	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Marinha	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Dossiê (Exército)	Fonte *Operação Araguaia, os arquivos secretos da guerrilha* Taís Araújo e Eumano Silva	Fonte SNI	Arquivo Cúrio	ORVIL
José de Lima Piauhy Dourado	Desaparecido em 30/12/1973	Visto pelo última vez em 29/11/1973	Morto em 14/05/1974	Morto em 02/01/1974	Morto em 24/01/1974	Preso em 23/01/1974	Executado na prisão da Casa Azul, em Marabá. Participou de uma emboscada a uma patrulha. (...) Morreu em 23.01.74. Ivo: guerrilheiro preso e executado 23/01/1974	
José Humberto Bronca	Desaparecido em 25/12/1973		Morto em 13/05/1974	Morto em 14/05/1974	Morto em 13/03/1974	Morto em 13/05/1974	" Homem de confiança de Maurício Grabois. Armava rede, fazia guarda. Era uma espécie de secretario. Em abril de 74 foi capturado vivo. Fogoió: guerrilheiro preso e executado em abril de 1974	
José Maurílio (Amaulío) Patrício	Desaparecido no ínicio do ano de 1974	Saiu de seu destacamento antes do dia 25/12/1973, e não foi mais visto	Morto em outubro de 1974	Morto em janeiro de 1974	Morto em outubro de 1974	Morto em setembro de 1974	Manoel do B: guerrilheiro preso e executado 10/1974.	
José Toledo de Oliveira	Desaparecido em 21/09/1972	Morto em 21/09/1972		Morto em 29/09/1972	Morto em 29/09/1972	Morte entre os dias 25/09 e 02/10/1972	Vitor: guerrilheiro morto em combate 1972	Morto em 29/09/1972, após "contra-emboscada" do Exército
Kleber Lemos da Silva	Desaparecido em 29/06/1972	Preso e torturado no início de julho. Não sabia se Kleber teria sido morto	Morto em 29/06/1972	Morto em 29/06/1972	Morto em 29/06/1972	Morto em 29/06/1972	Carlito: guerrilheiro preso e executado 26/07/1972	Foi preso, após ser ferido no ombro, em 26/07/1972

Guerrilheiro	Direito à Memória e à Verdade	Fonte *Relatório Arroyo*	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Marinha	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Dossiê (Exército)	Fonte *Operação Araguaia, os arquivos secretos da guerrilha* Taís Araújo e Eumano Silva	Fonte SNI	Arquivo Cúrio	ORVIL
Libero Giancarlo Castiglia	Desaparecido em 25/12/1973			Morto em março de 1974	Não indica data de morte	Nada consta	Joca: comandante morto, teve as mãos cortadas 01/1974	
Lúcia Maria de Souza	Desaparecido em 24/10/1973	Morta em 24/10/1973	Morta em 24/10/1973	Morta em 14/10/1973	Morta em 24/10/1973	Morta em 25/10/1973	Sônia: guerrilheira morta em combate 23/10/1973	Morta em outubro de 1973, após confronto com o Exército
Lúcio Petit da Silva	Desaparecido em 14/01/1974		Morto em março de 1974	Morto em julho de 1974	Preso em 21/04/1974	Morto em 28/04/1974	Beto: guerrilheiro preso e executado 02/05/1974	
Luiz René Silveira e Silva	Desaparecido em 1974	Desaparecido desde 19/01/1974	Morto em março de 1974	Morto em 14/03/1974	Morto em março de 1974	Morto em 14/03/1974	Duda: guerrilheiro preso e executado 03/1974	
Luíza Augusta Garlippe	Desaparecida em 25/12/1973		Morta em junho de 1974	Morta em julho de 1974	Morta em maio ou junho de 1974	Morta em 16/07/1974	Tuca comandante presa e executada 07/1974	
Manoel José Nurchis	Desaparecido em 30/09/1972	Morto em 29 ou 30/09/1972	Morto em 30/09/1972	Morto em 30/09/1972	Morto em 30/09/1972	Morto em 30/09/1972	Gil: guerrilheiro morto em combate 10/1972	Morto em 29/09/1972, após confronto com o Exército
Maria Célia Corrêa	Desaparecida em 02/01/1974		Morta em 05/30/1974	Morta em janeiro de 1974	Não é conclusivo	Morta em 25/03/1974	Rosinha: guerrilheira presa e executada 05/03/1974	
Maria Lúcia Petit da Silva	Desaparecida em 15/06/1972	Morta em junho de 1972	Morta em 03/09/1972	Morta em 16/06/1972	Morta em 16 de junho de 1972	Morta em junho de 1972	Maria, guerrilheira morta em combate 16/06/1972	Morta em 16/06/1972, após confronto com o Exército
Marco(s) José de Lima ou José Marcos de Lima campones	Desaparecido em 20/12/1973	Desapareceu em 20/12/1972		Paradeiro desconhecido	Morto em 14/01/1974	Preso em 25/12/1973		
Maurício Grabois	Desaparecido em dezembro de 1973		Morto em 25/12/1973	Morto em 25/12/1973	Morto em dezembro de 1973	Morto em 25/12/1973	Velho Mário: comandante-chefe morto em combate em 25/12/1973	

Guerrilheiro	Direito à Memória e à Verdade	Fonte *Relatório Arroyo*	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Marinha	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Dossiê (Exército)	Fonte *Operação Araguaia, os arquivos secretos da guerrilha* Taís Araújo e Eumano Silva	Fonte SNI	Arquivo Cúrio	ORVIL
Miguel Pereira dos Santos	Desaparecido em 20/09/1972	Morto em 20/09/1972		Morto em 20/09/1972	Morto em 20/09/1972	Com o nome de Miguel Tavares (Cazuza), morto em 20/09/1972	Cazuza: guerrilheiro morto em combate, 1972.	Morto em 27/09/1972, em uma emboscada
Nelson de Lima Piauhy Dourado	Desaparecido em 02/01/1974		Morto em 02/01/1974	Morto em 02/01/1974	Morto em 02/01/1974	Morto em 02/01/1974	Nelito guerrilheiro morto em combate em 02/01/1974	
Orlando Momente	Desaárecido em 30/12/1973	Desaparecido desde 1974		Morto em dezembro de 1973	Desaparecido em dezembro de 1973.	Nada consta	Landim guerrilheiro preso e executado em 30/12/1973.	
Osvaldo (Oswaldo) Orlando da Costa	Desaparecido em abril de 1974		Morto em 07/02/1974	Morto em abril de 1974	Morto em 07/02/1974	Morto em 07/02/1974	Guerrilheiro morto em combate em em 07/02/1974. Morto por Arlindo Vieira em 07/02/1974, com um tiro de 20. Foi sepultado em Xambioá. Exumado em 19.01.75 e levado para a Serra das Andorinhas	
Paulo Mendes (Mauro) Rodrigues	Desaparecido em 25/12/1973			Morto em 25/12/1973	Desaparecido no natal de 1973	Preso em 25/12/1973	Paulo: comandante morto em combate 25/12/1973	
Paulo Roberto Pereira Marques (Amaury de Azevedo Siqueira)	Desaparecido em 25/12/1973	Desaparecido em 25/12/1973		Morto em 25/12/1973	Desaparecido no natal de 1973	Morto em 27/02/1974	Amaury guerrilheiro preso e executado 01/74. e “Após ferido, se entregou em janeiro de 1974”	
Pedro Alexandrino de Oliveira Filho	Desaparecido em 1974		Morto em 04/08/1974	Morto em 03/08/1974	Desaparecido em 04/08/1974 em Xambioá	Preso em 04/08/1974	Peri Executado	

Guerrilheiro	Direito à Memória e à Verdade	Fonte *Relatório Arroyo*	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Marinha	Fonte *A lei da Selva* de Hugo Studart: Dossiê (Exército)	Fonte *Operação Araguaia, os arquivos secretos da guerrilha* Taís Araújo e Eumano Silva	Fonte SNI	Arquivo Cúrio	ORVIL
Rodolfo de Carvalho Troiano	Desaparecido em 25/12/1973	Iria encontrar com outros guerrilheiros em 25/12/1973	Morto em 12/01/1974	Morto em janeiro de 1974	Morto em 12/01/1974	Há menção a um guerrilheiro de codinome Manoel, morto em 12/01/1974	Manoel do A: guerrilheiro preso e executado em 12/01/1974	
Rosalindo (Rosalino) Souza	Desaparecido em 16/08/1973	Morto em setembro de 1973 por acidente com arma de fogo	Morto em setembro de 1973	Morto em 26/08/1973	Morto em setembro de 1973	Morto em 1973	Mundico: guerrilheiro justiçado pela guerrilha 16/08/1973.	Justiçado em 16/08/1973
Suely Yomikoou Yumiko Kanayama	Desaparecida em setembro de 1974			Morta em janeiro de 1974	Desaparecida em setembro de 1974	Morta em setembro de 1974	Chica: guerrilheira presa e executada em 09/1974	
Telma Regina Cordeiro Corrêa	Desaparecida no início de 1974		Morta em janeiro de 1974	Morta em janeiro de 1974	Desaparecida em janeiro de 1974	Morta em setembro de 1974	Lia: guerrilheira presa e executada em 06/1974	
Tobias Pereira Junior	Desaparecido no início de 1974	Teria desertado no final de 1973	Morto em 15/02/1974	Morto em 15/02/1974	Morto em 15 de fevereiro de 1974	Morto em 15/02/1974	Josias: guerrilheiro preso e executado em 15/02/1974	
Uirassu de Assis Batista	Desaparecido no início de 1974		Morto em abril de 1974	Morto em 11/01/1974	Morto em abril de 1974	Morto em 29/04/1974	Valdir: guerrilheiro preso e executado em 28 /04 1974	
Vandick (Wandick) Reidner Pereira Coqueiro	Desaparecido no início de 1974	Desaparecido desde dezembro de 1973	Morto em 17/01/1974	Morto em setembro de 1974	Morto em 25/10/1974	Morto em 12/01/1974	João do B: guerrilheiro preso e executado em 12/01/1974.	
Walquíria (Walkíria) ou Valquíria Afonso Costa	Desaparecida em 1974		Morta em 25/10/1974	Morta em 30/09/1974	Desaparecida em 25/10/1974	Morta em 25/10/1974	Valquíria guerrilheira presa e executada 1974.	

Os Mortos e Desaparecidos



Adriano Fonseca Filho (codinomes: Chico, Alberto, Felipe, Queixada, **Luiz Carlos**) – Consta que **Adriano Fonseca Filho**, utilizava os codinomes "**Maurício**" ou "**Alberto**", era mineiro, cursava o terceiro ano de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1971, e era funcionário da Delegacia Regional do Trabalho, lotado na Junta de Conciliação. Era, na ocasião, dirigente da União da Juventude Patriótica (UJP), entidade criada em 1970. (ACEs A050789/72 e C000646/79)

Conforme documento produzido pela Agência RJ /SNI, em 16 de junho de 1973, foi realizada uma reunião do Congresso Regional Leste do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no início de 1971, no apartamento de **Adriano Fonseca Filho**, situado à Rua João de Barros, no bairro do Leblon, onde compareceram os representantes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, sendo identificado como "*fiscais*" pelo PCdoB **Ronald de Oliveira Rocha** e, pela Ação Popular (AP), **Umberto de Albuquerque Camara Neto** Nessa mesma época, **Francisco Buarque de Holanda** (Chico Buarque) fez um show no Teatro João Caetano para a UJP, com o MPB4, a convite de **Otoniel Veiga**, com ingressos cobrados e cuja renda foi entregue a **Adriano Fonseca Filho** (Alberto, Felipe, Queixada) e a **David Tygel. Adriano Fonseca Filho** fazia parte da "*Comissão de Organização responsável pelo 'impulso inicial'*" de construção da UJP. Foi eleita uma nova Direção Universitária, que o escolheu para o cargo de Secretário Político, em 1971. Em 1970, **Adriano Fonseca Filho** fazia parte do Comitê Universitário do PCdoB, e participou, em agosto daquele ano, da única reunião do Comitê Universitário. De acordo com **Mauro Brandão Carneiro**, esta reunião definiu as campanhas que o Comitê faria junto aos universitários, cujos tópicos eram movimentação das massas, aliciamentos novos, campanhas do voto nulo, contra o Decreto-Lei nº 477 e reabertura dos diretórios acadêmicos. De acordo com informe da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 16 de junho de 1973, **Mauro Brandão Carneiro** ao ser perguntado sobre a denominada "Área de Campo" (área do conflito no Araguaia) do PCdoB, respondeu que tomou conhecimento do deslocamento, em 1971, dos militantes **Jana Moroni Barroso**, **João Carlos Wineski**, **Tobias Pereira Júnior, Antonio Teodoro de Castro**, **Selma Martins de Oliveira e Silva** (Cristina), **Hélio Luiz Navarro de Magalhães**, **Maria Célia Corrêa**, **Elmo Corrêa** (Fernando), **Luiz Renê Silveira e Silva**, e **Lúcia Maria de Souza**. E, em 1972, **Adriano Fonseca Filho** e **Dagoberto Alves Costa**. (ACE C006269/82)

Sua foto consta no álbum fotográfico dos estudantes que participaram do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna/SP. Produzido pelo CIE (Centro de Informações do Exército), em 22 de novembro de 1973. (ACE A046670/84)

Em dossiê do Destacamento de Operações e Informações do I Exército (DOI/I EX), datado de 20 de agosto de 1975, constam depoimentos prestados por diversos militantes do PCdoB presos. Segundo depoimento de **Nelson Nahon**, este, em novembro de 1971, "*passou a integrar o Comitê Universitário do PCdoB, juntamente com os militantes **Marco Antonio Carvalho Santos**, **Mauro Brandão Carneiro** e **Adriano Fonseca Filho** (Alberto, Felipe, Queixada)*". Em outro depoimento, **Nelson Nahon** disse saber, com data aproximada, quais os militantes do PCdoB foram para a

"Área de Marabá": "***Elmo Correa*** *(Fernando - 1971);* ***João Carlos Wineski*** *(Cláudio – 1971);* ***Luis Renê Silveira e Silva*** *(Pedro – 1970/1971) ;* ***Telma Regina Cordeiro Correa*** *(1971);* ***Maria Célia Correia*** *(Rosa – 1971);* ***Lúcia Maria de Souza*** *(Marisa – 1971);* ***Adriano Fonseca Filho*** *(Alberto, Queixada – 1972);* ***Jana Moroni Barroso*** *(Ângela – 1970/1971) e* ***Dagoberto Alves Costa*** *(Ernesto – 1972)*". De acordo com o depoimento de **João Carlos Alves Mateus,** de 1971 até sair da faculdade, em meados de 1973, **Adriano Fonseca Filho** (Luiz Carlos) manteve contatos com ele na faculdade, procurando levá-lo para sua organização de esquerda. Segundo o documento que "*o depoente não sabe a que organização* ***Adriano Fonseca Filho*** *pertencia; que* ***Adriano Fonseca Filho*** *passou a entregar ao depoente um jornal da UJP para que o depoente lesse; que* ***Adriano Fonseca Filho*** *sempre recomendou ao depoente que o jornal da UJP, após ser lido, deveria ser rasgado [...] Que* ***Adriano Fonseca Filho****, ao ser sabedor que o depoente deixaria a faculdade, 'passou' o depoente para* ***ARLINDENOR PEDRO DE SOUZA*** *[...] Que o depoente, devido aos contatos com* ***Adriano Fonseca Filho****,* ***Arlindenor Pedro de Souza*** *e* ***NELSON NAHON****, ficou impregnado psicologicamente, tendo o depoente recorrido a livros de teoria marxista para se aprofundar no sistema comunista*". Em depoimento, **Arlindenor Pedro de Souza** "*reconhece a foto de* ***Adriano Fonseca Filho*** *em álbum existente no DOI/CODI – I EX, pelo codinome de* ***Luiz Carlos***". (ACE C009819/83)

Em lista de militantes do PCdoB citados em diversos depoimentos prestados no Destacamento de Operações e Informações do I Exército (DOI/I EX) em 1973, da Agência RJ/ SNI, em 4 de abril de 1973, consta o nome de **Adriano Fonseca Filho** (Alberto). (ACE C006611/82)

No depoimento do preso **Mauro Brandão Carneiro**, ao ser perguntado sobre a denominada "Área de Campo" do PCdoB, respondeu que tinha conhecimento do deslocamento do militante **Adriano Fonseca Filho** (Alberto, Felipe, Queixada) para a referida região em 1972. (ACE C006269/82)

Em depoimento de **Luiz Oscar Donat Matzembacher** declarou que, numa ocasião em que viajou de São Paulo para a Guanabara, no intuito de cobrir um ponto com **R.O.R.** em Copacabana, foi levado por este último para o apartamento de **Adriano Fonseca Filho** (Queixada), situado também na Zona Sul, onde permaneceu por dois meses, apenas aguardando a realização do Congresso da UNE e sem desenvolver qualquer atividade política. Para receber notícias sobre o Congresso da UNE, o depoente mantinha pontos esporádicos com **Ronald de Oliveira Rocha** e **Ozeas Duarte de Oliveira.** Relatou que, "*para cobrir esses pontos, eu era retirado do apartamento pela manhã por* ***Adriano Fonseca Filho*** *de olhos fechados, e ele me levava até Copacabana, de onde eu seguia meu destino. À noite, tínhamos novo ponto marcado, quando ele me levou de volta ao seu apartamento*". (ACE A048914/72)

André Grabois (codinomes: Zé Carlos) – De acordo com documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, afirmou o informante **José Antônio da Silva (Zezão)** que "***Zé Carlos*** *[****André Grabois****],* ***Piauí*** *[****Antônio de Pádua Costa****],* ***Cristina*** *[****Jana Moroni Barroso****],* ***Dina*** *[****Dinalva Conceição Oliveira Teixeira****] e outros elementos estiveram no dia 18 de março de 1973 na localidade Metade, onde falaram com um tropeiro que caminhava pela estrada. Que estavam bem armados, mas o tropeiro não identificou as armas. Foram também a um lugar de nome Chega Com Jeito. Iam a caminho da Feira do Saranzal, para se reunirem com a turma do* ***Oswaldão*** *na Serra das*

Andorinhas". (ACE A062588/73)



Antonio Carlos Monteiro Teixeira (codinomes: Antônio) – Nasceu em Ilhéus, Bahia, em 22 de agosto de 1944. Era filho de Gerson da Silva Teixeira e de Luíza Monteiro Teixeira, e residia à Rua Barão de Loreto, bairro da Graça, Salvador/BA. Estudou Geologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo grande participação nos movimentos estudantis nos anos de 1967 e 1968. Seu nome consta na relação dos alunos da UFBA, que deixaram de ser matriculados, no ano de 1969, "*por terem participado de subversão*". Era casado com **Dinalva Conceição Oliveira**. Foi indiciado no Inquérito n° 28/68-SOPS/DPF/BAHIA "*enquadrado nos Arts. 23, Inciso IV do Art. 38 do Decreto-Lei 314*", e consta como um dos estudantes enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN) em janeiro de 1971, denunciados pelo Procurador Militar à Auditoria da 6ª CJM, mesmo ano em que foi objeto de mandado de prisão. Participou, no ano de 1968, do "*movimento de agitação estudantil* [juntamente com **Manoel Conceição de Araújo Neto** e **Dinalva Conceição Teixeira**] *realizado em Salvador/BA em 1968, motivo pelo qual teve seu nome vetado para matrícula no ano de 1969, conforme sugestão feita à Reitoria pelo Comando da 6ª RM*". (ACEs P003333/82, P003649/82, E008435/81)

O documento produzido pelo II Exército, em 9 de dezembro de 1971 apresenta uma lista de pessoas com prisão preventiva decretada pela 6ª Circunscrição Judiciária Militar, dentre as quais consta **Antonio Carlos Monteiro Teixeira**. Sobre **Antonio Carlos**, afirma o documento que tinha "*24 anos de idade, natural de Ilhéus, Estado da Bahia, filho de Gerson da Silva Teixeira e Luiza Monteiro Teixeira*". (ACE E008435/81)

O relatório produzido pelo Departamento de Polícia Federal na Bahia, datado de 16 de novembro de 1967, trata da Escola de Geologia da UFBA e do movimento estudantil ocorrido contra a reforma universitária proposta pelo governo. Os nomes de **Dinalva Conceição Oliveira** e **Antônio Carlos Monteiro Teixeira** aparecem numa "*relação dos elementos mais perigosos do Diretório*". **Antônio** era então candidato à presidência do Diretório Acadêmico "*apoiado pelos comunistas*" e que teria participado de Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) ocorrido naquele ano. E **Dinalva Conceição Oliveira** foi descrita como "*namorada do candidato a presidente*". (ACE P003776/82)

Segundo depoimento **Antonio Carlos Monteiro Teixeira**, contido no Inquérito Policial nº 028/68-DOPS, confessou ter participado de manifestações de rua, "*sempre levado pela subversão*", e que não faltava aos comícios-relâmpago e passeatas. Foi condenado, à revelia, à pena de 16 meses de detenção, como incurso no art. 38, inciso IV do Decreto-Lei n° 314, de 13 de março de 1967, sendo expedido mandado de prisão. (ACE P003143/82)

Antonio Carlos Monteiro Teixeira foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional nos arts. 23 e inciso IV do art. 38 do Decreto-Lei n° 314, de 13 de março de 1967, denunciado pelo Procurador Militar à Auditoria da 6ª CJM e condenado, à revelia, à pena de 16 meses de detenção, tendo sido expedido Mandado de prisão com o Ofício nº 358 de 14 de abril de 1971, dirigido ao Sr. Coronel Superintendente Regional do DPF/BA. (ACE

P004065/82)

Documento produzido pelo CENIMAR (Centro de Inteligência da Marinha), em 28 de dezembro de 1972, trata do movimento subversivo identificado no Instituto de Geociências da UFBA. Nele estão citados **Antônio** e **Dinalva Conceição Teixeira** como militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e que tinham participado ativamente da agitação estudantil naquela faculdade em 1968. (ACE P003138/82)

Antonio Carlos Monteiro Teixeira foi apontado como tendo ligações com o professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), **José Seixas Lourenço** e com o seu grupo de Geofísica, conhecido como o "*grupo de Seixas Lourenço*", que atuou em agitações e movimentos de esquerda. Esse grupo mantinha ligações com **Carlos Alberto Silva Lima**, do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB); com **José Haroldo da Silva**, na época pós-graduando do Instituto de Geociência da Universidade de São Paulo (USP); com **Jose Barros Correa Veigas**, integrante da Frente Nacionalista Fluminense, em Niterói, no Rio de Janeiro; com chineses ou coreanos não identificados; possivelmente, com **Ângelo Arroyo** (Joaquim), responsável pelo Setor Norte e Nordeste do PCdoB; e com **Carlos Alberto Dias**, Diretor do Centro de Geofísica da UFBA, que, por sua vez, mantinha ligações com **Roberto Max Argolo**, com o guerrilheiro **Antônio Carlos Monteiro Teixeira** e com **Dinalva Conceição Oliveira**. (ACE A089570/76)

De acordo com o documento da Agência Salvador/SNI de 17 de setembro de 1975, "*o professor **Carlos Alberto Dias** selecionou os alunos **Antônio Carlos Monteiro Teixeira** e **Dinalva Conceição Oliveira**, ambos com registros de subversão, para que fizessem um curso de pós-graduação em Geofísica. Após a conclusão do curso, seriam nomeados para o Instituto de Geociência, sem concurso*". (ACE P002999/82)

Segundo o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), em documento de 22 de novembro de 1972, em São Félix, região do conflito do Araguaia, "*vários habitantes identificaram a fotografia de **Antônio Carlos Monteiro Teixeira** como sendo do professor '**Antônio**', que lecionou no período de junho a dezembro de 1971 na Escola dos Padres de São Félix, situada em Terra Nova, no sopé da Serra do Roncador*". Este local era onde o bispo **Pedro Casaldaliga** teria mandado construir um campo de pouso clandestino, onde, segundo o CISA, fora observado considerável movimentação de aviões transportando pessoas vindas dos estados da Bahia e de São Paulo. "*O '**Professor Antônio**' se fazia acompanhar de uma professora e enfermeira, de cor morena, alta, que atendia pelo nome de **Diomar**. Todas as pessoas do local interrogadas acharam-na parecida com a fotografia de **Dinalva Conceição Oliveira** (Dina)*". (ACE A054616/72)

No documento produzido pela Agência Salvador/SNI, em 4 de julho de 1975, consta que em 1968, juntamente com **Dinalva Conceição Oliveira Teixeira**, dentre outros, **Antônio Carlos Monteiro Teixeira** desenvolveu "*intensa atividade subversiva*", sendo interrogado e indiciado no Inquérito Policial 028/68/SOPS/BA. (ACE P003020/82)

Em 13 de novembro de 1975, a Agência Salvador/SNI produziu o documento no qual registra informações sobre **Antônio Monteiro Teixeira,** citando **Dinalva Conceição Oliveira** como sua esposa. Sobre **Antônio** aparecem as seguintes informações: "*Indiciado no Inquérito nº 028/68/SOPS/DPF/BA, enquadrado no Artigo 23, Inciso IV, do Artigo 38, do Decreto Lei 314; um dos estudantes universitários enquadrados na Lei de Segurança Nacional, que em janeiro de 1971, foi denunciado pelo Procurador*

Militar à Auditoria da 6ª CJM; participou do movimento de agitação estudantil realizado em Salvador/BA, no ano de 1968, motivo pelo qual teve seu nome vetado para matrícula no ano de 1969, conforme indicação feita à Reitoria, pelo Comando da 6ª RM; foi objeto do PB nº 179/SI/SR/DPF/BA, em 21/10/1971, também difundido para esse COMCOS - (mandado de prisão)". (ACE P003649/82)

Na *Relação de civis com mandado de prisão expedido pela 4ª CJM*, produzida pelo Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, de 9 de julho de 1973, consta o nome de **Antônio Carlos Monteiro Teixeira**, como um dos indivíduos com prisão preventiva decretada pela 6ª Circunscrição Judiciária Militar. De acordo com o dossiê, **Antonio** tinha "*24 anos de idade, natural de Ilhéus. Estado da Bahia, filho de Gerson da Silva Teixeira e Luiza Monteiro Teixeira*". (ACE P004815/82)

Antônio de Pádua Costa ou **Antonio Pádua Costa** (codinomes*:* Piauí, Ceará, Paulo) – No documento da Agência Central do SNI de 3 de junho de 1973, **Antônio de Pádua Costa** consta na lista do estudantes presos no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, com os seguintes dados de qualificação: nascido no Estado do Piauí, filho de João Lino da Costa e de Maria Jardelina da Costa, era estudante do 1º ano do curso de Geo-Ciências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (ACE A112996/72)

Sua foto consta no álbum fotográfico dos estudantes que participaram do XXX Congresso da UNE produzido pelo CIE (Centro de Informações do Exército) em 22 de novembro de 1973. Em seus dados de qualificação, consta que era estudante do primeiro ano do curso de Geo-Ciências da UFRJ. Nascido no Piauí era filho de João Lino da Costa e de Maria Jardelina da Costa. (ACE A046670/84)

Documento produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI em 15 de novembro de 1969, versa sobre o sequestro do embaixador americano **Charles Burke Elbrick** e traz em anexo relatório elaborado pela Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal da Guanabara. Nele, **Antonio de Pádua Costa** é citado como um dos três frequentadores do aparelho da Rua Barão de Petrópolis, onde ficou "*guardado*" o embaixador **Elbrick**. Informa ainda que **Antonio** foi preso em 12 de outubro de 1968 em Ibiúna, São Paulo, durante o XXX Congresso da UNE. O endereço residencial de **Antonio** seria: Ladeira dos Tabajaras, Copacabana/GB. Sobre seus dados de qualificação, consta que **Antonio de Pádua Costa** era "*branco, brasileiro, natural do Piauí, com 25 anos de idade, filho de João Lima da Costa e Maria Jardelina da Costa*". (ACE C011087/84)

Documento do CENIMAR (Centro de Inteligência da Marinha) de 25 de setembro de 1969 trata do sequestro do embaixador **Charles Burke Elbrick**. O nome de **Antônio de Pádua Costa** consta da "*Relação dos elementos da organização intimamente ligados aos que tomaram parte ativa no sequestro do embaixador*". Sobre ele há também informação que seria ligado ao militante **Franklin Martins** (ACE C011523/84)

No documento do CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), de 8 de junho de 1971, consta o depoimento de **Alexandre Lyra de Oliveira**, militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8/GB). **Alexandre Lyra de Oliveira** citou em seu depoimento uma pessoa de nome de **Pádua**,

que o CENIMAR acreditou ser **Antonio de Pádua Costa**. **Pádua**, identificado como aluno do Instituto de Física, teria ido até São Paulo com destino ao XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em um automóvel Rural junto com **Alexandre Lyra de Oliveira.** (ACE C002972/71)

No documento produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI, de 4 de abril de 1973, consta uma lista de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) citados em diversos depoimentos prestados no DOI/I EX em 1973. Faz parte desta lista, dentre outros, **Antônio Pádua Costa** (Paulo). (ACE C006611/82)

No depoimento de **Mauro Brandão Carneiro**, militante do PCdoB, registrado em dossiê da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 16 de junho de 1973, o preso relatou que se apresentou ao Destacamento de Operações e Informações do I Exército (DOI/I EX) em 10 de maio de 1973. Em seu depoimento, afirmou ter tido contato com **Antonio de Pádua Costa**. (ACE C006269/82)

Segundo o depoimento de **José Carvalho de Noronha** prestado no DOI/I EX, datado de 27 de dezembro de 1973, **Antonio de Pádua Costa** (Paulo), em 1969, era secretário político do setor estudantil do PCdoB na UFRJ. (ACE C007290/82)

O documento do DOI/I Ex, datado de 20 de agosto de 1975, contém depoimentos prestados por diversos militantes do PCdoB. Sobre o depoimento de **Nelson Nahon**, afirma o documento "*que em outubro de 1968, o depoente conheceu **Antônio Pádua Costa** – Ceará, na Escola de Medicina e Cirurgia – EMC da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara – FEFIEG; que **Antônio Pádua Costa** 'ganhou' o depoente para o PCdoB em outubro de 1969, na EMC; que, a partir de outubro de 1969, **Antônio Pádua Costa** passou a ser o assistente direto do depoente; que **Antônio Pádua Costa** passou para o depoente, em novembro de 1969, o jornal 'Classe Operária', estatuto do PCdoB, programas do PCdoB: VI Conferência do Comitê Central do PCdoB, Imperialismo Americano, Principal Inimigo do Povo, Guerra Popular; que **Antônio Pádua Costa**, o depoente e **J.V.**, em outubro de 1969, formavam a Base Ho Chi Min dentro da EMC*". Sobre a Base Ho Chi Min, **Nelson Nahon** afirmou que "*entregava o dinheiro arrecadado da Base, em princípio, para **Antônio Pádua Costa**, depois para **Marco Antonio Carvalho Santos**, assistente da Base Ho Chi Min.*" e que "***Antônio Pádua Costa**, com a finalidade de incentivar o depoente a integrar a 'Área de Campo' do PCdoB, falou com o depoente que estava seguindo para a 'Área de Campo', mas não precisou qual seria a área*". Ainda segundo o documento, **Antônio Pádua Costa** apresentou **Marco Antonio Carvalho Santos** a **Nelson Nahon**, como sendo o novo assistente da Base Ho Chi Min, em princípio de 1971. Em outro depoimento de **Nelson Nahon**, prestado em 14 de junho de 1975, **Nelson Nahon** relata que o "*assistente **Antônio Pádua Costa**, e mais tarde **Marco Antonio Carvalho Santos**, pediam que eu arranjasse remédios, concedidos por mim através de amostras grátis dos diversos laboratórios. Segundo os assistentes, esses remédios eram enviados para a 'Área de Campo'. Os militantes não tinham noção onde era a referida área, e quando algum militante ia se deslocar para a área, se desligava de todas as suas tarefas do momento. Os militantes que se deslocavam para a 'Área de Campo' não escondiam que iam para tal área, embora não explicassem como chegariam e onde era a área. Em torno de 1970, fui convidado pelo assistente **Antônio Pádua Costa** para ir para a 'Área'; entretanto, recusei, por ter receio de ir para uma tarefa que desconhecia qual exatamente e por ter que romper totalmente com a família*". Segundo **Nelson**

Nahon, "***Antônio Pádua Costa**, em fins de 1970, foi transferido de assistente da Base Ho Chi Min para a 'Área de Campo' do Partido Comunista do Brasil ('Área Marabá')*". (ACE C009819/83)

De acordo com documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, o informante **José Veloso de Andrade** alegou que "*foi informado pelo Sr. **Geraldo Martins**, residente no povoado de São Domingos do Araguaia, que apareceu um grupo de terroristas na área pertencente ao referido cidadão [...] Os elementos estavam armados de rifles 44, espingardas e revólver 38. Eram em número de seis, aproximadamente. O sr. **Geraldo Martins** trinta minutos após a chegada dos bandidos, conseguiu conversar com os mesmos, procurando descobrir a finalidade de suas presenças no local. Foram identificados os seguintes elementos: **Nunes** (chefe) [**Divino Ferreira de Souza**], **Piauí** [**Antônio de Pádua Costa**]. Nunes portava uma metralhadora Ina. **Geraldo Martins** perguntou a um dos terroristas se eles tinham alguma queixa contra ele e o sr. **Mano Ferreira** (proprietário da Fazenda Consolação, Rodovia Santa Cruz – Consolação), os quais responderam negativamente, afirmando, outrossim, serem suas queixas exclusivamente contra o Exército. Disseram ainda os terroristas que, caso os elementos citados se juntassem ao Exército, se arrependeriam depois*". Já, segundo o informante **José Antônio da Silva (Zezão)**, "***Zé Carlos** [**André Grabois**], **Piauí** [**Antônio de Pádua Costa**], **Cristina** [**Jana Moroni Barroso**], **Dina** [**Dinalva Conceição Oliveira Teixeira**] e outros elementos estiveram no dia 18 de março de 1973 na localidade Metade, onde falaram com um tropeiro que caminhava pela estrada. Que estavam bem armados, mas o tropeiro não identificou as armas. Foram também a um lugar de nome Chega Com Jeito. Iam a caminho da Feira do Saranzal, para se reunirem com a turma do **Oswaldão** na Serra das Andorinhas*". (ACE A062588/73)

Antônio Ferreira Pinto (codinome: Alfaiate) – Conforme a Informação da Agência Rio de Janeiro do SNI, vários membros do Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecção e Roupas e Chapéus de Senhoras, do Estado da Guanabara haviam conseguido, com **Antônio Ferreira Pinto**, "*literatura subversiva comunista*" e, pelo exame da documentação apreendida, ficara delineado para os agentes de informação o interesse do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) na estruturação de bases nas fábricas e nos meios sindicais. Diante dos fatos descobertos, a Delegacia de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB) abriu inquérito para apurar as responsabilidades da confecção e distribuição do material apreendido. Os implicados haviam sido transferidos para a Marinha de Guerra, a fim de responderem a Inquérito Policial Militar (IPM). (ACE C009450/83)

Antônio Guilherme Ribeiro Ribas (codinomes: Zé Ferreira, Gordo) – No documento da Agência Central do SNI de 3 de junho de 1973, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas** consta na lista de estudantes presos no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, com os seguintes dados de qualificação: nascido em 20 de setembro de 1946 em São Paulo/SP, era filho de Walter Pinto Ribas e de Benedita de Araújo Ribeiro Ribas e residente, em 1968, à Rua Domingos de Moraes, Vila Mariana/SP. (ACE A112996/72)

Segundo o relatório da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS), sobre a prisão de **Antonio Funari Filho**, no dia 27 p.p. (*sic*), "*por volta de catorze horas, os estudantes* ***José Dirceu de Oliveira e Silva****,* ***Luiz Gonzaga Travassos da Rosa*** *e* ***Antônio Guilherme Ribeiro Ribas****, devidamente escoltados, foram apresentados à Segunda Auditoria da Justiça Militar de São Paulo, a fim de assistirem à tomada do depoimento de testemunha em ação penal, onde figuram como réus*". Ainda segundo o documento, a estudante **Catarina Meloni**, militante da Ação Popular (AP), tinha como aliado no Movimento Secundarista "*o estudante* ***Antônio Guilherme Ribeiro Ribas****, presidente da União Paulista de Estudantes Secundários – UPES*". **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas** foi interrogado naquela Delegacia, acusado do crime de agitação de massas, cometido e pego em flagrante delito, ao proferir a "*palavra de ordem*" convencionada entre os estudantes secundaristas, como ponto de partida de manifestações hostis à Parada Militar de 7 de setembro daquele ano, no Ipiranga. Foi preso no dia 7 de setembro de 1968, junto com outros estudantes, quando distribuíam panfletos que pregavam a luta por uma verdadeira independência nacional, considerados subversivos e ofensivos às Forças Armadas. De acordo com o relatório, ele estava sempre em companhia de ***José Dirceu de Oliveira e Silva***, e **Catarina Meloni**, com os quais participava de diversas atividades no meio estudantil. Somado a isto, "*seguem-se aparições em companhia dos seus 'mestres', em meio às turbulentas passeatas onde, em várias oportunidades, a sua presença é constatada por policiais deste Departamento, destacados nos trabalhos de observações, consoante se lê nos depoimentos dos senhores* ***Nello Rodolpho Giongo*** *(condutor do acusado),* ***Adi...*** *[ilegível]* ***Moretto*** *e* ***Francisco D.S. Bandini****, testemunhas da atuação e antigos colaboradores nas investigações de 'ordem política'*". "*Interrogado sobre os episódios,* ***Antônio Guilherme Ribeiro Ribas*** *admite a sua posição nas lutas políticas e manifestações de rua, eximindo-se todavia de qualquer participação no desfile militar de 7 de setembro, no qual comparecera 'como mero espectador'*". Sobre **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**, constam os seguintes dados de qualificação: filho de Walter Schiba Pinto Ribas e de Benedicta de Araújo Ribeiro Ribas, nascido em 20 de outubro de 1946, natural de São Paulo, Capital, solteiro, estudante, residente à rua Domingos de Morais, acusado do delito dos arts. 25 e 33 incisos I, II, IV e V e art. 38, inciso II. (ACE E005352/80)

Segundo os documentos, **J.R.P.L.** e **J.C.**, interrogados respectivamente em 18 de fevereiro de 1971 e em 7 de maio de 1971 pelo II Exército/MG – 2ª Seção, declararam que reconheceram **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas** no álbum de fotografias do Congresso de Ibiúna. Segundo o depoimento de **José Marinho Gusmão Pinto**, em 1968 ele participou de um curso sobre o marxismo, feito na Lapa, na residência de **Myrna Terezinha Rossi Rego** Participou desse curso **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas** (**Gordo**). Segundo o depoente, "*após o Congresso de Ibiúna,* ***Antônio Guilherme Ribeiro Ribas*** *deixou de comparecer às reuniões do grupo (havia sido preso pela sua participação no referido congresso) [...] 'Gordo' cursava o colegial em colégio desconhecido pelo declarante.* ***Antônio Guilherme Ribeiro Ribas*** *tem as seguintes características: gordo, 1m75 de altura, pele clara, cabelos castanhos claros cortados curtos, penteados para trás, idade aparente 18 anos. 'Gordo' foi preso duas vezes em 1968, sendo sua segunda prisão motivada pela participação no Congresso de Ibiúna*". (ACEs E008934/81 e E002721/80)

Segundo depoimento de **Jose Reynaldo Paes Leme**, da 2ª Seção do II Exército em 13 de fevereiro de 1971, declarou que reconheceu **Antônio**

Guilherme Ribeiro Ribas "*como secundarista em 1968 na Faculdade de Filosofia da USP*", ao analisar o álbum fotográfico do Congresso de Ibiúna. (ACE E008932/81)

Conforme o documento produzido pelo CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), em 9 de fevereiro de 1973, no dia 25 de janeiro de 1973, na região do conflito do Araguaia onde atuou o Destacamento B, o guerrilheiro **Osvaldo Orlando da Costa** esteve por volta das 18h na residência de Compadre **Zuza**, caboclo da região. Estava acompanhado de cinco homens, entre eles **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**, o "**Zé Ferreira**", para interrogar o dono da casa sobre a existência de soldados na região de Palestina. Ainda segundo o documento, "*em janeiro de 1973, '**Zé Ferreira**', acompanhado por seis homens, esteve na casa de **João Lopes**, procurando comprar alimentos. Como estes não tinham nada para vender, eles embrenharam-se na mata na direção da localidade conhecida como Couro Dantas*". (ACE A054903/73)

Conforme o resultado do processo referente ao XXX Congresso da UNE, realizado no município de Ibiúna/SP, em 12 de outubro de 1968, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas** foi condenado à pena de um ano e seis meses de detenção, confirmada pelo Superior Tribunal Militar, que cumpriu integralmente. (ACE E003019/80)

Sua foto consta em álbum fotográfico de 22 de novembro de 1973 dos estudantes que participaram do XXX Congresso da UNE. Em seus dados de qualificação, consta como estudante nascido em São Paulo, em 20 de setembro de 1946, filho de Walter Pinto Ribas e Benedita de Araújo Ribeiro Ribas. (ACE A046670/84)

No documento produzido pela Delegacia Regional em Goiás do Departamento de Polícia Federal em 21 de março de 1973, registra-se "*[...] novos e valiosos dados de atividades de grupos terroristas no extremo norte do Estado de Goiás e principalmente sul do Pará*". Segundo o informante **Joaquim Gomes da Silva**, em 12 de março de 1973, por volta das 15h, **Oswaldo Orlando da Costa** e um grupo de 15 homens e duas mulheres "*justiçaram **Pedro Mineiro***". O informante afirma ter reconhecido nesta ação os seguintes militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): "***Dinalva Conceição Oliveira** (Dina), **Antonio Guilherme Ribeiro** (Riba) e **Zé Ferreira** (**Amauri de Azevedo Siqueira**)*". (ACE R004465/83)

O informe *Estimativa sobre o aumento ou diminuição das atividades subversivas* da Agência São Paulo do SNI, de 14 de maio de 1973, relata que, pela 2ª Auditoria Militar, foi decidido sobre a participação dos "*elementos*" envolvidos no processo de Ibiúna (XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes), resultando na absolvição de 645 participantes e na condenação de **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas** a 18 meses de detenção. Ainda neste dossiê, o documento produzido pela Agência Belém do SNI em 27 de julho de 1973, trata da atuação de organizações de esquerda no sudeste do Pará. Foi destacado que a única organização com presença significativa na região era o PCdoB, e que naquele Estado atuava sob a sigla **MOLIPO**. Os líderes do movimento, o qual contaria com "*cerca de cem adeptos*" na região do Araguaia, seriam **Oswaldo Orlando da Costa** (Oswaldão), **Dinalva Conceição Oliveira** (Dina) e um militante conhecido como "**Paulo**"; como militantes foram citados, ainda, **Amaury de Azevedo Siqueira**, **Áurea Eliza Pereira**, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**, **Arilson Valadão**, **Carlos Nicolau Danieli**, **Carlos Victor Alves Delamônica**, **Edgar de Almeira Martins**, **Gilberto Aarão Reis**, **Gerson Alves Pereira**, **João Carlos Haas**

Sobrinho e **José Germino** *(sic)* **Neto**, dentre outros. Também segundo o documento, "*consta que ultimamente '**Oswaldão**' se mostrava contente pela entrada de 'gente nova' em suas fileiras, proveniente de regiões externas à área*". Após um período de redução de sua atuação na área, "*os componentes dos Destacamentos que compõem o Comando Militar do PCdoB reiniciaram as suas atividades na região compreendida entre Xambioá, Araguanã, São Geraldo, Gameleira, Santa Cruz e Palestina. Encontram-se atualmente executando trabalho de massa junto à população local, e dos informes recebidos, indicam que receberam reforço de pessoal e material para prosseguirem o trabalho na implantação de Guerrilha Rural naquela região. A partir de dezembro de 1972, os caboclos que tiveram contato com elementos dos Destacamentos B e C, verificaram que eles portaram novas armas [...] Todavia, com exceção dos militantes que estão há pouco tempo na área, os antigos estão bastante debilitados e quase todos atacados de malária*". Também segundo o documento, "*no dia 25 de janeiro de 1973, '**Osvaldão**' esteve por volta de 18:00 h na residência de compadre **Zuza** (caboclo da região). Estava acompanhado de cinco homens, entre eles, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas** – 'Zé Ferreira'. Interrogou o dono da casa para saber da existência de soldados em Palestina. Pediram comida e embrenharam-se na mata*". Ainda em janeiro de 1973, "***Zé Ferreira**, acompanhado de seis homens, estiveram na casa de **José Leão**, procurando comprar alimentos. Como este não tinha nada para vender, eles embrenharam-se na mata em direção da localidade conhecida como Couro D'Antas*". (ACE A065116/73)

Há registro de que **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas** também utilizava o codinome de "**Gordo**". Consta que está desaparecido desde o dia 29 de novembro de 1973, após tiroteio que travou com as Forças Armadas. (ACE E002721/80)

De acordo com documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, o informante **Antonio Pereira Lima** afirma que **Oswaldão** [**Oswaldo Orlando da Costa**], **Amaury** [**Paulo Roberto Pereira Marques**], **Zé Ferreira** [**Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**] e **Dinalva** [**Conceição Oliveira**] participaram do justiçamento de **Pedro Mineiro** no rancho localizado na beira do rio Gameleira, denominado Fazenda Saranzal. Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, "***Oswaldão** tem sob seu comando 4 grupos; o primeiro, sob a chefia do próprio e compõe-se dos seguintes elementos: **Lourival** [**Elmo Correa**], **João Goiano** [**Wandick Reidner Pereira Coqueiro**], **Dina** [**Dinalva Conceição**], **Lia** [**Telma Regina Cordeiro**], **Simão** [**Cilon da Cunha Brum**], **Zezinho** [**Miquéas Gomes de Almeida**] , **Zé Fogoió** [**José Humberto Bronca**], **Amaury** [**Paulo Roberto Pereira Marques**], **Cleny** , **Geraldo** [**José Genoíno Neto**], **Suely** [**Suely Yumiko Kanayama**], **Pery** [**Pedro Alexandrino de Oliveira**], **Turca** (sic) [**Luiza Augusta Garlippe**], **Manoel**, **Aparecido** com esposa e **Zé Ferreira** [**Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**]; o segundo grupo é comandado por **Dina**, e seus elementos são desconhecidos pelo informante; o terceiro, comandado por **Joca** [**Líbero Giancarlo Castiglia**], elementos também não identificados; e o quarto grupo sob comando de **Cristina***". (ACE A062588/73)

Antônio Teodoro de Castro (codinomes: Raul, Ceará) – Está na lista de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) citados em depoimentos prestados no Destacamento de Operações e Informações do I Exército (DOI/I EX) durante o ano de 1973, anexa ao documento produzido pela Agência Rio de

Janeiro do SNI, em 4 de abril de 1973. (ACE C006611/82)

Os dados de qualificação de **Antônio Teodoro de Castro** constam do telegrama do CIE (Centro de Informações do Exército) encaminhado para a 2ª Seção da 6ª R.M, anexado ao dossiê da Agência Salvador do SNI, de 8 de junho de 1973. O telegrama também afirma que, segundo informações de **José Roberto Bron de Luna**, em julho de 1972, "*os seguintes militantes do PCdoB foram deslocados para Xambioá:* ***Antônio Teodoro de Castro****,* ***Arlindo Valadão*** *(Ivan),* ***Lúcia Maria de Souza*** *(Lúcia),* ***João Carlos Campos Wineski*** *(Cláudio, Paquetá),* ***Elmo Correa*** *(Fernando),* ***Hélio Luiz Magalhães Navarro*** *(Rui)".* (ACE A057634/73)

Segundo depoimento de **Antonio dos Santos Valente**, prestado em 1974, ele conheceu, nas reuniões da semana de calouros no início de 1971, **Antônio Teodoro de Castro**, codinome "**Ceará**", como membro do PCdoB. Este militante teria morado com ele na Casa do Estudante. Como se intensificassem as perseguições políticas, **Antônio** acabou por mudar-se para o interior, indo residir na região do Gameleira. (ACE C007935/83)

De acordo com informe da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 16 de junho de 1973, **Mauro Brandão Carneiro**, em seu depoimento, diz que "*em abril de 1971 houve a primeira conferência do Comitê Intermediário Federal*", órgão formado pelos Secretariados da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e criado entre março e abril de 1971, após a reestruturação do Comitê Universitário do PCdoB. A conferência, realizada no sítio de **João Luiz De Santiago Dantas Barbosa Quental** com o objetivo de eleger o secretariado do Comitê Intermediário, contou com a participação de **João Carlos Winesky, Maria Célia Corrêa** e **Antônio Teodoro de Castro**, dentre outros. Ao ser perguntado sobre a denominada "Área de Campo" do PCdoB, **Mauro Brandão Carneiro** respondeu que tomou conhecimento do deslocamento, em 1971, dos militantes **Jana Moroni Barroso**, **João Carlos Winesky**, **Tobias Pereira Júnior, Antonio Teodoro de Castro** (Raul), **Selma Martins de Oliveira e Silva**, **Hélio Luiz Navarro de Magalhães**, **Maria Célia Corrêa**, **Elmo Corrêa** (Fernando), **Luiz Renê Silveira e Silva**, e **Lúcia Maria de Souza**. E, em 1972, **Adriano Fonseca Filho** e **Dagoberto Alves Costa** (ACE C006269/82)

Arildo Aírton Valadão ou Arlindo Valadão ou Arilson Valadão (codinomes: Ari, Ivan, Arilson) – Está na lista de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) citados em depoimentos prestados no DOI/I EX durante o ano de 1973, anexa ao documento produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI, em 4 de abril de 1973. (ACE C006611/82)

Arlindo Valadão (Ivan) foi citado no telegrama do CIE (Centro de Informações do Exército) para a 2ª Seção da 6ª R.M., no qual, segundo informações de **José Roberto Bron de Luna**, em julho de 1972, **Arlindo** era um dos militantes do PCdoB que tinham se "*deslocado para Xambioá, juntamente com:* ***Antônio Teodoro de Castro****,* ***Lúcia Maria de Souza*** *(Lúcia),* ***João Carlos Campos Wineski*** *(Cláudio, Paquetá),* ***Elmo Correa*** *(Fernando),* ***Hélio Luiz Magalhães Navarro*** *(Rui)*". O telegrama está anexado ao dossiê da Agência Salvador do SNI, de 8 de junho de 1973. (ACE A057634/73)

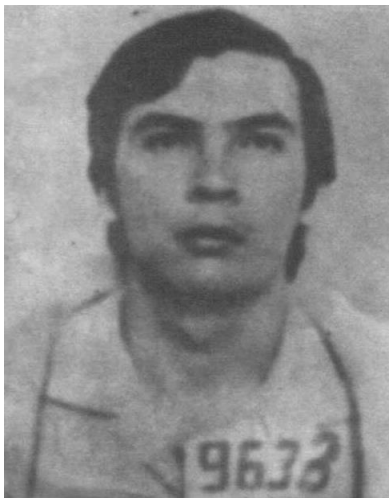
Documento produzido pela Agência Belém do SNI, em 27 de julho de 1973, tratou da atuação de organizações de esquerda no sudeste do Pará. Foi

destacado que a única organização com presença significativa na região era o PCdoB, e que naquele Estado atuava sob a sigla **MOLIPO**. Os líderes do movimento, o qual contaria com "*cerca de cem adeptos*" na região do Araguaia, seriam **Oswaldo Orlando da Costa** (Oswaldão), **Dinalva Conceição Oliveira** (Dina) e um militante conhecido como "**Paulo**"; como militantes foram citados, ainda, **Amaury de Azevedo Siqueira**, **Áurea Eliza Pereira**, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**, **Arilson Valadão**, **Carlos Nicolau Danieli**, **Carlos Victor Alves Delamônica**, **Edgar de Almeira Martins**, **Gerson Alves Pereira**, **Gilberto Aarão Reis**, **João Carlos Haas Sobrinho** e **José Germino** *(sic)* **Neto**, dentre outros. Também segundo o documento, "*consta que ultimamente '**Oswaldão**' se mostrava contente pela entrada de 'gente nova' em suas fileiras, proveniente de regiões externas à área*". Após um período de redução de sua atuação na área, "*os componentes dos Destacamentos que compõem o Comando Militar do PCdoB reiniciaram as suas atividades na região compreendida entre Xambioá, Araguanã, São Geraldo, Gameleira, Santa Cruz e Palestina. Encontram-se atualmente executando trabalho de massa junto à população local, e dos informes recebidos, indicam que receberam reforço de pessoal e material para prosseguirem o trabalho na implantação de Guerrilha Rural naquela região. A partir de dezembro de 1972, os caboclos que tiveram contato com elementos dos Destacamentos B e C, verificaram que eles portaram novas armas [...] Todavia, com exceção dos militantes que estão há pouco tempo na área, os antigos estão bastante debilitados e quase todos atacados de malária*". (ACE A065116/73)

Áurea Eliza Pereira ou **Áurea Elisa Pereira Valadão** ou **Áurea Valadão** (codinomes: Elisa, Íris) – **Áurea Eliza Pereira** está na lista de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) citados em depoimentos prestados no DOI/I EX durante o ano de 1973, anexa ao documento produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI, em 4 de abril de 1973. (ACE C006611/82)

Documento produzido pela Agência Belém do SNI em 27 de julho de 1973 trata da atuação de organizações de esquerda no sudeste do Pará. Foi destacado que a única organização com presença significativa na região era o PCdoB, e que naquele Estado atuava sob a sigla **MOLIPO**. Os líderes do movimento, o qual contaria com "*cerca de cem adeptos*" na região do Araguaia, seriam **Oswaldo Orlando da Costa** (Oswaldão), **Dinalva Conceição Oliveira** (Dina) e um militante conhecido como "**Paulo**"; como militantes foram citados, ainda, **Amaury de Azevedo Siqueira**, **Áurea Eliza Pereira**, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**, **Arilson Valadão**, **Carlos Nicolau Danieli**, **Carlos Victor Alves Delamônica**, **Edgar de Almeira Martins**, **Gerson Alves Pereira**, **Gilberto Aarão Reis**, **João Carlos Haas Sobrinho** e **José Germino** *(sic)* **Neto**, dentre outros. Também segundo o documento, "*consta que ultimamente '**Oswaldão**' se mostrava contente pela entrada de 'gente nova' em suas fileiras, proveniente de regiões externas à área*". Após um período de redução de sua atuação na área, "*os componentes dos Destacamentos que compõem o Comando Militar do PCdoB reiniciaram as suas atividades na região compreendida entre Xambioá, Araguanã, São Geraldo, Gameleira, Santa Cruz e Palestina. Encontram-se atualmente executando trabalho de massa junto à população local, e dos informes recebidos, indicam que receberam reforço de pessoal e material para prosseguirem o trabalho na implantação de Guerrilha Rural naquela região. A partir de dezembro de 1972, os caboclos que tiveram contato com elementos*

dos Destacamentos B e C, verificaram que eles portaram novas armas [...] Todavia, com exceção dos militantes que estão há pouco tempo na área, os antigos estão bastante debilitados e quase todos atacados de malária". (ACE A065116/73)



Bérgson Gurjão Farias ou **Bergson Gurgel Farias** ou **Bergson Gurjão de Farias** ou **Bergson Gurjão Faria** (codinomes: Jorge) – De acordo com registros do SNI, nasceu em 17 de maio de 1947 em Fortaleza/CE, filho de Gessiner Farias e Luiza Gurjão Farias. Consta neste documento a data de sua prisão como tendo ocorrido em 5 de junho de 1972, no Pará. (ACE A047772/72)

No documento da Agência Central do SNI de 3 de junho de 1973, **Bérgson Gurjão Farias** consta na lista dos estudantes presos no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, com os seguintes dados de qualificação: nascido em Fortaleza/CE no dia 17 de maio de 1947, filho de Gessimar Farias e Luiza Gurjão Farias, cursava o 3° ano do Instituto de Química da Universidade Federal do Ceará (UFC). (ACE A112996/72)

Documento produzido pela Agência Recife do SNI, em 26 de maio de 1970, informa dados de qualificação de indivíduos foragidos condenados como incursos na Lei de Segurança Nacional (LSN) por decisão do CPJ EX da Auditoria da 10ª R.M. Nesta lista está **Bergson Gurjão Farias**, condenado à pena de 2 anos de reclusão, com base no art. 41, e mais 6 meses de detenção, incurso no art. 38, inciso IV. São os seguintes os dados de qualificação: filho de Gessiner Farias e Luiza Gurgel Farias, nascido em 17 de maio de 1974, brasileiro, natural de Ceará, residente à rua Cel. Teixeira, 770, Fortaleza. **Bergson** teve sua matrícula na UFC trancada conforme Portaria nº 46 de 31 de janeiro de 1969 da mesma universidade. (ACEs I002924 e A015564)

O documento do CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), de 19 de janeiro de 1976, trata da situação de militantes políticos em 1976. Sobre **Bérgson Gurjão de Farias**, o documento diz que era militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), condenado a dois anos de reclusão em julho de 1969 pela Auditoria da 10ª R.M. Faria parte também das "*Forças Guerrilheiras do Araguaia*" com o codinome '**Jorge**'. O CISA afirma desconhecer o paradeiro de **Bérgson** em 1976. (ACE A091768/76)

No documento produzido pelo CENIMAR (Centro de Inteligência da Marinha), em 13 de fevereiro de 1973, sobre a estrutura do PCdoB no Ceará, **Bérgson**, juntamente com **José Jenoino [sic] Neto**, aparece como ex-membro do Comitê Universitário do PCdoB desde a fundação deste Partido, atuando nesta função de 1968 a 1970. (ACE A054764/73)

O documento do CISA de 25 de novembro de 1976, informa que **Bérgson** era irmão de **Ielnia Gurjão Farias**. Citado como membro do PCdoB e participante da Guerrilha do Araguaia. (ACE A102000/76)

Documento da Agência Recife do SNI de 1° de outubro de 1969, apresenta listagem das pessoas fichadas pela agência entre o período de 1º a

30 de setembro do mesmo ano. Consta o nome de **Bergson**, tido como de ideologia "*subversiva*". (ACE L005742/85)

De acordo com o documento produzido pela Agência de Fortaleza em 21 de março de 1972, **Bergson Gurjão Faria** participou, entre 1966 e 1968, dos movimentos político-estudantis da época. (ACE Q001770/82, ag. AFZ, ano 1982)

O documento da Agência Fortaleza do SNI, em 21 de março de 1972, informa que **Pedro Albuquerque Neto**, integrante do PCdoB, preso pelo Delegacia Regional da Polícia Federal no Ceará, participou, entre 1966 e 1968, de movimentos político-estudantis com **Bergson Gurjão Farias** e **José Genuíno** (*sic*) **Neto**. Segundo declaração de **Pedro Albuquerque Neto,** ao chegar no Pará, "*foi levado por **Paulo**, até a localidade de Cigana, município de Conceição, local onde estavam estrituradas (sic) cerca de cinco células de base, constituídas de umas quinze pessoas, com a tarefa de se prepararem para a guerrilha rural. Juntamente com sua esposa, passou a integrar uma célula dirigida por **Vítor***". (ACE A044216/72)

O documento da Agência Fortaleza do SNI, em 21 de março de 1972, informa que **Pedro Albuquerque Neto**, integrante do PCdoB, preso pelo Delegacia Regional da Polícia Federal no Ceará, participou, entre 1966 e 1968, de movimentos político-estudantis com **Bergson Gurjão Farias**. (ACE A044216/72)

Segundo a Agência Fortaleza do SNI, "**Pedro Albuquerque Neto**, *militante do PCdoB, ao prestar declarações na Delegacia Regional da Polícia Federal no Ceará em 29 de março de 1972, informou ter sido levado para o Estado do Pará, no município de Conceição, num lugarejo chamado Cigana, onde há um campo de preparação para a guerrilha rural, dirigido pelos indivíduos de codinome Paulo e Victor, ambos de São Paulo. Naquele lugar, há 15 indivíduos em treinamento em São Geraldo e Xambioá, cidades mais próximas do campo; entre os 15 citados, estão os indivíduos **Bergson Gurjão** e **Dower Morais Cavalcante***". (ACE A044546/72)

No, documento da Agência Salvador do SNI de 17 de maio de 1972, **Gilberto Thelmo Sidney Marques** diz em seu depoimento no DOI/II EX que uma das figuras de destaque do PCdoB em Fortaleza era **Bergson Gurjão Farias** que, segundo o DOI/II EX, estava foragido. (ACE A046058/72)

O documento da Agência Central do SNI, traz dados de qualificação de **Bergson Gurjão Farias**. Filiação: Gessiner Farias e Luiza Gurjão Farias, natural do Ceará, nascido em 17 de maio de 1947. Diz também que **Bergson** "*foi morto em junho de 1972, na região de Caiano, ao Sudeste do Estado do Pará*". (ACE A051026/72)

No documento produzido pela Delegacia Regional em São Paulo, em 14 de setembro de 1970, **Bergson Gurgel Farias** consta como filho de Gessiner Farias e Luiza Gurgel Farias, nascido em 17 de junho de 1947, solteiro, estudante universitário, figura na lista de condenados pela Auditoria da 10ª Região Militar e pela Justiça Federal com pena de dois anos e seis meses de reclusão como incurso no art. 38, inciso IV, do Decreto-Lei n° 314-67. (ACE E008603/81)

No documento produzido pela Delegacia Regional em São Paulo, em 14 de setembro de 1970, **Bergson Gurgel Farias**, filho de Gessiner Farias e Luiza Gurgel Farias, nascido em 17 de junho de 1947, solteiro, estudante universitário, consta da lista de condenados pela Auditoria da 10ª Região Militar e pela Justiça Federal com pena de 2 anos e 6 meses de reclusão

como incurso no art. 38, inciso IV, do Decreto-Lei 314-67 e encontrava-se foragido. (ACE E008603/81)

Bérgson consta no documento, produzido pela Agência Central do SNI, de 1974, como foragido e com os seguintes dados de qualificação: nascido em 17 de maio de 1947 em Fortaleza/CE, filho de Gessimar Farias e Luiza Gurjão Farias, cursava o 3º ano de Química no Instituto de Química da UFC. Participou do XXX Congresso da UNE. (ACE A112996/72)

De acordo com o dossiê *Operação Ibiúna*, do DOPS/São Paulo, **Bérgson Gurjão Farias** era natural de Fortaleza/CE, nascido em 17 de maio de 1947, filho de Gesiner Farias e Luiza Gurjão Farias e residia na rua Cel. Teixeira, Fortaleza. Era solteiro e estudava no Instituto de Química da UFC. (ACE E003019/80)

Consta que "*em 24/6/1968, foi preso por soldados da PM/CE, por participar de comício proibido pelas autoridades estaduais e por ter tentado contra a pessoa de policiais em serviço, com arremesso de pedras e bombas 'Molotov', tendo depredado uma viatura oficial. Por isso foi processado e condenado à disposição da Auditoria da 10ª RM*". Ainda segundo o documento, em 12 de outubro de 1968, foi preso em Ibiúna/SP por participar do XXX Congresso da extinta UNE. Esteve ainda, como membro do PCdoB, envolvido "*em atividades subversivas, quebra-quebra, agitação e sequestro de policiais da DOPS*", quando teve sua prisão preventiva decretada pela Justiça Militar de SP. Em 1969, por decisão do CPJ da Auditoria da 10ª RM, foi condenado a dois anos e seis meses de prisão, como incurso nos arts. 41 e 38, inciso IV do Decreto-Lei n° 314/67. Em 1972, foi expedido mandado de prisão pela 10ª RM contra ele. Em 1973, a 1ª Auditoria da Aeronáutica distribuiu à 2ª Auditoria da Marinha os autos do IPM, sendo o acusado indiciado por atividades contra a Segurança Nacional, por fazer parte do então extinto PCdoB. (ACE A092803/76)

Em 12 de outubro de 1968, foi preso em Ibiúna/SP, como participante do XXX Congresso da extinta UNE, sua foto está no álbum fotográfico dos estudantes que participaram do referido congresso. Em seus dados de qualificação, consta que era estudante do 3º ano do Instituto de Química da UFC, nascido em Fortaleza, no dia 17 de maio de 1947, filho de Gessimar Farias e Luiza Gurjão Farias. (ACE A046670/84)

Segundo o depoimento do preso **Marcus Costa Sampaio**, decorrente de "*implicações em atividades subversivas*", declarou que resolveu ingressar no PCdoB em março de 1968, passando a fazer parte da Base da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará. Segundo o depoente, militou na organização até dezembro de 1969, tendo feito parte também do Comitê Universitário da UFC, juntamente com **Bérgson Gurjão Farias**, entre outros indivíduos. Consta ainda, que o depoente participou do Congresso de Ibiúna, em São Paulo, ocasião em que estava ligado a **Bérgson Gurjão Farias.** (ACE C006216/82)

Conforme depoimento de **Haroldo Borges Rodrigues Lima**, houve "*a falta de aviso, por parte de **Paulo Mendes Rodrigues**, de uma emboscada armada pelas forças policiais no conflito do Araguaia, que resultou na morte do militante **Bérgson Gurjão Farias** e da prisão de **Dower Morais Cavalcante***". (ACE C007291/82)

O documento é um encaminhamento da Agência de Goiânia do SNI, de 21 de junho de 1972, onde foi anexado um mapa da área Sul do Pará, compreendendo a região entre Marabá e Xambioá, local onde se desenvolveram "*operações contra atividades subversivas do PCdoB*". Foram

obtidos relatórios do CISA/DF contendo as seguintes informações, enviadas via rádio pelo Posto de Comando da FAB em Xambioá:

Em 7 de junho de 1972:

"*No dia 05/06/1972, após ter sido denunciada sua presença em Cachimbeiras por um lavrador, foi morto* ***Bérgson Gurjão de Farias****, que se encontrava em companhia de* ***Áurea*** *e* ***Josias****, os quais conseguiram fugir. Supõe-se que ambos estejam muito feridos. Na ação, foi ferido um tenente do Exército com um tiro na clavícula, tendo sido evacuado por um Búfalo. Encontra-se preso, sendo interrogado, de* ***Dower Morais Cavalcante****, de 20 anos, natural do Ceará.*"

No relatório de 8 de junho de 1972 do CISA, consta que foi *"confirmado* ***Gabriel*** *preso em Caiano por pelotão do Exército. Informação de Caiano diz que Lúcia deverá ser presa ainda hoje. Encontra-se presa em Xambioá* ***Juliana Taia Ramos****, que fazia perguntas sobre o que se passava em Xambioá*".

Em 9 de junho de 1972, o relatório informou que "*nada consta vindo do dossiê CIE sobre os três presos de Araguatins.* ***Lúcia*** *presa na região de Caiano hoje pela manhã. Aguardamos chegada em Xambioá. '****Gabriel****', passando por interrogatório que deveria ter bom resultado. Interrogatório iniciado às 16:30 p. de hoje.* ***Dagoberto Alves da Costa*** *na área há 40 dias. '****Gabriel****', 28 anos, chegou na área em 20 de abril de 1972, é da Faculdade de Humanidade Pedro II, São Cristóvão, e* ***Juliana Taia Ramos (Japoneza*** *- sic****)****, que estava presa em Xambioá, já se retirou devido nada consta no CIE. [...] Grupo de terrorista* ***Osvaldo*** *instalado entre Castanhal da Aldeia e o Castanhal de* ***Manoel de Freitas*** *Pelotão do Exército informa que terrorista Jaime está ferido*".

Em 10 de junho de 1972, foi registrado que a "*presa* ***Lúcia*** *seguiu Búfalo C-115 para Belém. Solicitado contato com Exército para vinda do preso* ***Domingos*** *no regresso para Xambioá*".

O relatório informou que, no dia 12 de junho de 1972, "***Lourival de Moura Paulino****, preso em Marabá, suicidou-se em 28 maio 72, na cadeia de Xambioá. Possuía em seu poder diversas cartas de* ***Oswaldo*** *(1968). Durante todo o interrogatório negou sua participação no movimento. Disse que seu contato era somente comercial (aluguel de barcos). Consta que o mesmo era participante de um dos grupos (São Félix)*".

Segundo informações do SNI, "*posteriormente '****Lúcia****' foi identificada como sendo* ***Luzia Reis Ribeiro****, estudante do 3º ano da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da Bahia, filha de* ***João Brito Ribeiro*** *e* ***Cândida Reis Ribeiro****, natural de Jequié/BA, nascida em 13 dezembro de 1949*".

Em 16 de junho de 1972, foram obtidos junto ao CIE/ADF os seguintes dados:

Em 15 de junho, foram reiniciadas as operações na área, tendo-a dividido em duas partes: a sudoeste e a nordeste da Serra da Andorinha/PA. Na primeira região, quinze "*pontos de bloqueio*" foram instalados para "e*vitar que os subversivos circulem e procurem alimentação e apoio da população*". Na outra região, onde "*se suspeita estar '****Oswaldo****', um dos líderes do PCdoB na área*", o documento declarou que "*será feito um vasculhamento no sentido de 8 Barracas para o Rio Araguaia, onde existem patrulhas em barcos fechando as saídas*". Foi pretendida a duração de 15 dias para essa operação, sujeito a prorrogação. "**Lucia**" foi trazida de Xambioá para Brasília,

onde "*se encontra recolhida ao PIC/BPEB a fim de ser interrogada por elementos do CIE*". Em 16 de junho, foi "*levantado um depósito de um destacamento*", a sudoeste da Serra da Andorinha, contendo alimentos, medicamentos e 20kg de dinamite. A área foi ocupada por um efetivo de 250 a 300 homens aproximadamente.

Segundo o relatório do CIE, **Dower Morais Cavalcanti**, "*permanece em Xambioá, para ajudar na localização de pontos e servir de guia*".

Em 16 de junho, "*o CISA informou que às 11,00 hs aproximadamente, houve tiroteio naquela área, tendo morrido '**Dª.Maria**' e fugido '**Cazuza**'. '**D. Maria**' ainda não foi identificada pelos órgãos de segurança*".

O relatório emitido pela DPF/Subdelegacia Regional em Goiás informou, em investigações precedidas junto ao povo de Xambioá-GO e ao Delegado de Polícia local, que "*no dia 05/05/72, esteve naquela cidade um grupo de Oficiais do Exército de Brasília para uma operação contra terroristas, nas matas do Estado do Pará, localizadas no Distrito de São Geraldo, Município de Conceição do Araguaia-PA. Que no dia cinco ao dia dezesseis do corrente mês trabalharam em vão, sem prenderem [sic] nenhum terrorista*".

Em 17 de maio de 1972, o Delegado de Polícia de Xambioá "*dirigiu aos Oficiais pedindo permissão para empreender diligências com o objetivo de prender algum terrorista, o qual saiu de Xambioá acompanhado do Soldado PM/GO **Manoel Barbosa de Abreu** e alguns 'guias' (pessoas que conhecem a mata)*".

O "*Delegado de Polícia andou todo o dia dezessete e ao amanhecer do dia dezoito prendeu um terrorista que deu o nome de **Geraldo de Tal**. Que este elemento depois de preso e algemado, tentou escapar, correndo mais ou menos um quilômetro dentro da mata, mas foi novamente capturado, tendo retornado para a casa de um terrorista de nome **Ari**, que se achava foragido com o seu grupo, nas matas. No local, o Delegado, fazendo uma minuciosa busca, encontrou uma mensagem de **Ary** para '**Osvaldão**' com o seguinte teor: 'O Grupo A tinha sido visitado pelo inimigo no dia doze. O Grupo B tinha afastado aguardando instrução. Que era o Exército uma companhia mais de cem pessoas. Que pudessem aguentar o taco'*".

Este grupo "*é composto dos seguintes elementos: **Ary**, que é marido de **Áurea**, é de estatura baixa, usa óculos de grau, cor clara, possui 1,65m mais ou menos; **Jorge** e sua irmã de nome **Lúcia** é de compleição forte, cor morena, 1,90m mais ou menos de altura, e **Lúcia** é forte, possui aproximadamente 1,60m de altura, morena clara, muito bonita de corpo e feia de rosto; **Antônio**, marido de **Dina**, cujo nome verdadeiro desta é **Dinalva**, sobre o qual ficaram documentos em uma bolsa que foi encontrada, constando possuir curso de guerrilha em Cuba. Os documentos de **Dinalva** foram levados pelo Coronel **Tôrres** para Brasília. **Antônio** possui 1,70m mais ou menos, e tem fotografia na P/2 de Goiás*".

O relatório informou que "***Antônio** e outro elemento de nome **Paulo** foram comerciantes em São Geraldo-PA, por mais de seis meses, vendendo suas mercadorias por preço muito abaixo do preço da região; **Domingos** é baixo, forte, cor clara; **Messias** é de cor clara, 1,70m aproximadamente, gosta muito de tocar violão; **Daniel** é alto, forte, usa costeleta, de cor clara, e foi jogador de um time de futebol em Conceição do Araguaia-PA, onde é muito conhecido, onde deverá possuir alguma fotografia, é irmão de **Paulo**, e este possui 1,65m mais ou menos, corcunda, cabelo bom, usa óculos de muito grau; **Edmur Pequis** (sic) **de Camargo** é elemento banido, e o seu nome na região é **José Francisco**, é de cor preta e careca, tem idade avançada. Além*

desses elementos descritos, existiam mais dois elementos, não identificados por ***Geraldo****, pois este havia chegado há poucos dias da Bahia*".

No "*casebre onde os terroristas estavam acampados, foram encontradas mochilas do Exército e coturnos da PM do Pará, grande quantidade de remédios, que tinham o nome de Farmácia Santos, de propriedade de* ***Américo Pereira dos Santos****, ex-farmacêutico de Xambioá e atualmente com farmácia em Araguaína, sendo elemento muito ligado a* ***João Saraiva dos Santos,*** *atual prefeito de Xambioá*".

Nas vésperas do "*carnaval deste ano, estiveram na casa do Prefeito de Xambioá* ***Ary*** *e* ***Áurea****, pedindo remédio, porém o Prefeito* ***João Saraiva dos Santos*** *[se] negou a dar, mandando-os para Araguaína onde provavelmente poderiam arrumar.* ***Ary*** *e* ***Áurea*** *retornaram de Araguaína com três caixas grandes contendo remédio. Esse casal, quando permaneceram em Xambioá, ficaram hospedados em locais diferentes:* ***Ary*** *no Hotel Estrela do Norte e* ***Áurea*** *no Hotel Goiás, sendo as despesas pagas por* ***João Saraiva dos Santos*** *ou pela Prefeitura local, representada pelo mesmo* ***João Saraiva***".

Oswaldo "*é tido como comandante do 'QG' dos terroristas. É quem dá todas as ordens. É quem matou o Cabo e baleou o Sargento, ambos do Exército, não se sabendo baleado faleceu ou não, o qual seguiu para Belém. Através de comentários do povo de Xambioá, [certo] indivíduo, que é genro de* ***Ludovico****, ex-piloto na região, cujo nome não se sabe, recebeu incumbência do Tenente que comandava a patrulha de ir à região onde foi assassinado o Cabo e promover o seu enterro, o qual foi e retornou com o armamento do militar falecido e com o recado de '****Osvaldão****' de que só entregaria o corpo do militar assassinado ao Exército. Diante desse fato, esse indivíduo, que é 'mateiro', recebeu novamente a incumbência do Exército para retornar ao local dos terroristas a fim de tentar enterrar o corpo do militar, porém o mesmo [sic] foi, mas até ontem ainda não tinha retornado, tudo indicando que tenha ficado preso. '****Osvaldão****' disse para o mensageiro que estava esperando a luta para daqui a cinco anos, porém por ter sido provocada agora, iria começar a lutar a partir deste momento e não sairia da mata, nem se intimidava também com aviões nem helicópteros. Os lugares mais frequentados por '****Osvaldão****' são: Couro D'Anta, Andorinha, Santa Cruz, Perdidos e Sobra de Terra, no Estado do Pará, o qual é frequentemente visto perto de São Geraldo*".

Ainda segundo o relatório, *"ainda recebi do Sargento PM* ***Carlos Teixeira Marra****, Delegado de Polícia de Xambioá, a seguinte informação: que* ***Geraldo*** *– o preso – dissera a ele que dentro da mata tem de 100 a 150 homens, mas é esperado mais um pelotão vindo da Bahia, que deve chegar a qualquer momento. Fui informado que '****Osvaldão****' possui no seu acampamento duas caixas grandes contendo provavelmente armas, pois estão sempre sob a vigilância do mesmo, o qual é de cor preta, possuindo 2,00m mais ou menos de altura, sua barba grande. Informou que* ***Paulo*** *e sua mulher* ***Diná*** *estão na região aproximadamente há quatro anos, e, quando ali chegaram, disseram que eram paulistas. Que* ***Diná*** *trabalha como enfermeira, mas tudo leva a crer que seja médica. Que também o terrorista de nome* ***Amauri*** *foi comerciante, dono de uma farmácia, em Santa Cruz-PA*".

O "*grupo de terroristas que se acha foragido na mata continua fazendo saques, em casas de posseiros, furtando gêneros alimentícios, e quando desconfia de alguém que possa ser um informante é espancado barbaramente. Na região, além da proteção natural da mata, existem*

inúmeras localidades contendo grutas de pedra que propiciam esconderijos. No dia 14 para 15 deste mês, foram presos no Hotel Araguaia, em Xambioá, um indivíduo que se intitula Dr. ***Isaía*** *e mais dois acompanhantes, além de um terceiro indivíduo, cujos nomes são ignorados, os quais foram transportados para Belém*".

"*Finalmente, informo que o clima reinante em Xambioá e em São Geraldo é tenso, cujas pessoas que moram nas matas já estão começando a se retirar, com medo da ação terrorista e também da represália que poderá advir do Exército. Por outro lado, seria bom, como medida preventiva, que se entrasse em contato com os Delegados de Polícia de Couto Magalhães-GO e Conceição do Araguaia, Estado do Pará, com vistas à existência de elementos estranhos na região*". (ACE A006032/80)

Cilon da Cunha Brum ou Cilon da Cunha Brun (codinomes: Comprido, Simão, Edu) – O depoimento de **Koji Okabayashi**, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), prestado ao DOI-CODI/II Exército, registrado no dossiê produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI em 1972, informou que "*uma de suas ligações dentro do Partido era* ***Cilon da Cunha Brum***" (Comprido ou Edu) e que ele e **Cilon** participaram de uma reunião do Partido, na residência de **Moacir de Oliveira Filho**, "*em fins de 1970 ou início de 1971*". (ACE A050577/72)

O dossiê da Agência São Paulo do SNI, de 17 de agosto de 1972, arrola depoimentos de militantes do PCdoB prestados ao DOI-CODI/II EX, entre 31 de julho e 1º de agosto do mesmo ano. No depoimento de **Rioco Kaiano**, esta relatou que entrou para o PCdoB em meados de 1969, enquanto estudava na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Apontou como um de seus primeiros contatos no Partido **Cilon da Cunha Brun** (Edu). Ao lhe mostrarem o "*álbum de procurados do DOI/CODI/II EX, reconheceu as fotografias de* ***Cilon da Cunha Brun*** *e* ***Helenira Rezende de Souza Nazareth***". (ACE E005579/81)

Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, "***Oswaldão*** *tem sob seu comando quatro grupos; o primeiro, sob a chefia do próprio e compõe-se dos seguintes elementos:* ***Lourival*** *[****Elmo Correa****],* ***João Goiano*** *[****Wandick Reidner Pereira Coqueiro****],* ***Dina*** *[****Dinalva Conceição****],* ***Lia*** *[****Telma Regina Cordeiro****],* ***Simão*** *[****Cilon da Cunha Brum****],* ***Zezinho****,* ***Zé Fogoió*** *[****José Humberto Bronca****],* ***Amaury*** *[****Paulo Roberto Pereira Marques****],* ***Cleny*** *,* ***Geraldo*** *[****José Genoíno Neto****],* ***Suely*** *[****Suely Yumiko Kanayama****],* ***Pery*** *[****Pedro Alexandrino de Oliveira****],* ***Turca*** *(sic) [****Luiza Augusta Garlippe****],* ***Manoel****,* ***Aparecido*** *com esposa e* ***Zé Ferreira*** *[****Antônio Guilherme Ribeiro Ribas****]; o segundo grupo é comandado por* ***Dina****, e seus elementos são desconhecidos pelo informante; o terceiro, comandado por* ***Joca*** *[****Líbero Giancarlo Castiglia****], elementos também não identificados; e o quarto grupo sob comando de* ***Cristina*** *[****Jana Moroni Barroso****]*". (ACE A062588/73)

Ciro Flávio Salazar Oliveira (codinomes: Flávio) – Consta da relação "*Elementos condenados e foragidos*" produzida pelo Ministério do Exército, em 11 de dezembro de 1969, sendo condenado à revelia. (ACE E004108/80)

Demerval da Silva Pereira (codinomes: João Araguaia, Santos, Amaro) – O documento do DOI/I EX, datado de 20 de agosto de 1975, tem depoimentos prestados por diversos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). No dia 12 de junho de 1975, segundo o depoimento de **Orlando Pereira de Feitras**, prestado nesse dia, **Demerval da Silva Pereira** era seu colega de serviço, e que "*não tinha ligações políticas com **Demerval da Silva Pereira**, e nem sabia que **Demerval** tinha ligações com o PCdoB; que o depoente ficou sabendo que **Demerval** tinha ligação com o PCdoB após sua prisão*". **Orlando Pereira de Feitras**, em 10 de maio de 1975, reconheceu num álbum de fotografias existente no DOI-CODI/I EX., a foto de **Demerval**, que, segundo o depoente, era guarda de vigilância e já havia falecido. O depoimento de **Raimundo Santana Novaes**, em 14 de julho de 1975, também militante do PCdoB, descreve **Demerval da Silva Pereira** como sendo "*[...] mulato, alto, magro, olhos castanhos, cabelos crespos castanhos, com a idade de 35 anos presumíveis*". Seu codinome era **Santos** e **Raimundo Santana Novaes** o conheceu "*[...] em 1970, por ocasião das reuniões da OB Lampião, em Jequié, as quais no início eram realizadas na residência do '**Santos**'; que é alfaiate e foi preso em março de 1970 em Jequié*". (ACE C009819/83)

Demerval da Silva Pereira, do Comitê Regional do PCdoB, era funcionário da Caixa Econômica Federal, filial Salvador. Advogado, fazia reuniões do Partido no 10º andar do Edifício Fundação Politécnica em Salvador, e era residente na Rua Alfredo Costa. **Demerval** e outros militantes foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN) e se encontravam foragidos à época em que foram indiciados. (ACE A047732/72)

Consta que **Demerval da Silva Pereira** participou de manifestações de rua, como nas ocorridas na Faculdade Federal de Direito, onde pediu expulsão de colegas que seriam informantes a serviço do governo, ou acusados de serem policiais. Segundo o documento, **Demerval** havia violado o art. 23, inciso IV, e o art. 38, do Decreto-Lei nº 314. (ACE P003143/82)

Sua foto estava no álbum fotográfico dos estudantes que participaram do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna/SP, produzido pelo CIE (Centro de Informações do Exército) em 22 de novembro de 1973. Em seus dados de qualificação, consta que era estudante da Escola de Engenharia de Uberlândia, nascido em Tabatinga/SP no dia 3 de julho de 1945, filho de Miguel José da Silva e Olívia de Lucas Silva. (ACE A046670/84)

De acordo com documento do SNI de janeiro de 1969, **Demerval da Silva Pereira** consta na relação dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que deixaram de ser matriculados no ano de 1969 "*por terem participado de subversão*". (ACE P003333/82)

Dinalva Conceição Oliveira Teixeira (codinomes: Dina, Diomar) – O relatório produzido pelo Departamento de Polícia Federal na Bahia, datado de 16 de novembro de 1967, trata da Escola de Geologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do movimento estudantil ocorrido contra a reforma universitária proposta pelo governo. Os nomes de **Dinalva Conceição Oliveira** e **Antônio Carlos Monteiro Teixeira** aparecem numa "*relação dos elementos mais perigosos do Diretório*". **Antônio** era então candidato à presidência do Diretório Acadêmico "*apoiado pelos comunistas*" e que teria participado de Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) ocorrido

naquele ano. **Dinalva Conceição Oliveira** foi descrita como "*namorada do candidato a presidente*". (ACE P003776/82)

Documento produzido pelo CENIMAR (Centro de Inteligência da Marinha), em 28 de dezembro de 1972, trata do movimento subversivo identificado no Instituto de Geociências da UFBA. Nele estão citados **Antônio Carlos Monteiro Teixeira** e **Dinalva Conceição Teixeira** como militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e "*que tinham participado ativamente da agitação estudantil naquela faculdade em 1968*". (ACE P003138/82)

Dinalva Conceição Oliveira foi apontada como tendo ligações com o professor da Universidade Federal do Pará (UFP), **José Seixas Lourenço** e com o seu grupo de Geofísica, conhecido como o "*grupo de **Seixas Lourenço***", que atuou em manifestações e movimentos de esquerda. Este grupo mantinha ligações com **Carlos Alberto Silva Lima**, do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB); com **José Haroldo da Silva**, na época pós-graduando do Instituto de Geociência da Universidade de São Paulo (USP); com **Jose Barros Correa Veigas**, integrante da Frente Nacionalista Fluminense, em Niterói, no Rio de Janeiro; com chineses ou coreanos não identificados; possivelmente, com **Ângelo Arroyo** (Joaquim), responsável pelo Setor Norte e Nordeste do PCdoB; e com **Carlos Alberto Dias**, Diretor do Centro de Geofísica da UFBA, que, por sua vez, mantinha ligações com **Roberto Max Argolo.**, com o guerrilheiro **Antônio Carlos Monteiro Teixeira** e com **Dinalva Conceição Oliveira**. (ACE A089570/76)

Em 13 de novembro de 1975, a Agência Salvador/SNI produziu o documento no qual registra informações sobre **Antônio Monteiro Teixeira**, citando **Dinalva Conceição Oliveira** como sua esposa. (ACE P003649/82)

O documento *Atividades do Partido Comunista do Brasil* produzido pelo CISA (Centro de Informações da Aeronáutica) em 22 de novembro de 1972, trata sobre as atividades do PCdoB em Xambioá (GO). Segundo o relatório de 22 de novembro de 1972, em São Félix, região do conflito do Araguaia, "*vários habitantes identificaram a fotografia de **Antônio Carlos Monteiro Teixeira** como sendo do professor '**Antônio**', que lecionou no período de junho a dezembro de 1971 na Escola dos Padres de São Félix, situada em Terra Nova, no sopé da Serra do Roncador*". Este local era onde bispo **Pedro Casaldaliga** teria mandado construir um campo de pouso clandestino, onde, segundo o CISA, fora observado considerável movimentação de aviões transportando pessoas vindas dos estados da Bahia e de São Paulo. "*O 'Professor **Antônio**' se fazia acompanhar de uma professora e enfermeira, de cor morena, alta, que atendia pelo nome de **Diomar**. Todas as pessoas do local interrogadas acharam-na parecida com a fotografia de **Dinalva Conceição Oliveira** (Dina)*". (ACE A054616/72)

Segundo o informante **Joaquim Gomes da Silva**, em 12 de março de 1973, por voltas das 15h, **Oswaldo Orlando da Costa** (Oswaldão) e um grupo de quinze homens e duas mulheres "*justiçaram **Pedro Mineiro***[4]". O informante afirma ter reconhecido nesta ação os seguintes militantes do PCdoB: "***Conceição Oliveira** (Dina), **Antonio Guilherme Ribeiro** (Riba) e **Amauri de Azevedo Siqueira** (Zé Ferreira)*". (ACE R004465/83)

De acordo com documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, "*12 terroristas, no dia 1º de maio de 1973, saquearam a fazenda do Paulista, na região de Esperancinha, levando dinheiro, rancho e armamento; eram 9 homens e 3 mulheres, inclusive com a **Dina** [**Dinalva Conceição***

4 Este episódio está descrito em seus pormenores no verbete referente a Osvaldo Orlando da Costa.

Oliveira Teixeira*]; **Paulista** foi muito humilhado*". Segundo o informante **José Veloso de Andrade**, **Geraldo Martins**, morador do povoado de São Domingos do Araguaia, lhe falou que os terroristas estavam divididos em cinco grupos, sendo um comandado por **Nunes** [**Divino Ferreira de Souza**], e os demais, por **Oswaldão** [**Oswaldo Orlando da Costa**], **Dina** [**Dinalva Conceição Oliveira Teixeira**], **Velho Mário** [**Maurício Grabois**] e **Joca** [**Líbero Giancarlo Castiglia**]. Afirma o informante **José Antônio da Silva (Zezão)** que "***Zé Carlos** [**André Grabois**], **Piauí** [**Antônio de Pádua Costa**], **Cristina** [**Jana Moroni Barroso**], **Dina** [**Dinalva Conceição Oliveira Teixeira**] e outros elementos estiveram no dia 18 de março de 1973 na localidade Metade, onde falaram com um tropeiro que caminhava pela estrada. Que estavam bem armados, mas o tropeiro não identificou as armas. Foram também a um lugar de nome Chega Com Jeito. Iam a caminho da Feira do Saranzal, para se reunirem com a turma do **Oswaldão** na Serra das Andorinhas*". Já segundo o informante **Antonio Pereira Lima**, "*às cinco horas da manhã do dia 12 de março de 1973, o rancho localizado na beira do Rio Gameleira, denominado Fazenda Saranzal, foi atacado por um grupo de terroristas, composto de 17 homens, sob o comando de **Oswaldão**. Estava com um companheiro de nome **Pedro Marques da Silva**, vulgo '**Pedro Mineiro**', ainda dormindo, quando foram surpreendidos pelo grupo inimigo que lhes apontavam armas, ordenando-lhes que levantassem e colocassem as mãos sobre a cabeça. '**Pedro Mineiro**' foi imediatamente amarrado e acusado por **Oswaldão** de diversos crimes pelos quais pagaria com a vida. Em seguida, foi levado para fora, enquanto que **Antonio Pereira Lima** ficou isolado sob mira de armas. Os bandidos portavam rifles calibre 44 e espingardas de cartucho. Por volta de 06:30 horas, aproximadamente, **Oswaldão** fez um discurso, o qual não foi entendido pelo informante, e em seguida organizou o grupo que fuzilaria '**Pedro Mineiro**'; entretanto, na ocasião do 'fogo', foi ouvido apenas um tiro, que partiu da arma de **Dinalva**, uma das componentes do grupo (entre os dezessete havia duas mulheres). Após a execução de '**Pedro Mineiro**', **Oswaldão** ordenou que quatro de seus homens fossem até a casa de **Alfredo Gonçalves Lima**, o qual reside na margem oposta do rio Gameleira, a fim de acabar com ele, enquanto que dois dos que ficaram levaram **Antonio Pereira Lima** até o galinheiro, a fim de apanhar algumas galinhas. Após encherem um latão, partiram para o galo, que endiabrou-se, pondo-se a gritar*". Também estavam presentes no justiçamento de **Pedro Mineiro**, **Amaury** [**Paulo Roberto Pereira Marques**] e **Zé Ferreira** [**Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**]. Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, "***Oswaldão** tem sob seu comando 4 grupos; o primeiro, sob a chefia do próprio e compõe-se dos seguintes elementos: **Lourival** [**Elmo Correa**], **João Goiano** [**Wandick Reidner Pereira Coqueiro**], **Dina** [**Dinalva Conceição**], **Lia** [**Telma Regina Cordeiro**], **Simão** [**Cilon da Cunha Brum**], **Zezinho** [**Miquéas Gomes de Almeida**] , **Zé Fogoió** [**José Humberto Bronca**], **Amaury** [**Paulo Roberto Pereira Marques**], **Cleny** , **Geraldo** [**José Genoíno Neto**], **Suely** [**Suely Yumiko Kanayama**], **Pery** [**Pedro Alexandrino de Oliveira**], **Turca** (sic), **Luiza Augusta Garlippe**, **Manoel**, **Aparecido** com esposa e **Zé Ferreira** [**Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**]; o segundo grupo é comandado por **Dina**, e seus elementos são desconhecidos pelo informante; o terceiro, comandado por **Joca**, elementos também não identificados; e o quarto grupo sob comando de **Cristina** [**Jana Moroni Barroso**]*". (ACE A062588/73)

Documento produzido pela Agência Belém do SNI, em 27 de julho de 1973, trata da atuação de organizações de esquerda no sudeste do Pará. Foi destacado que a única organização com presença significativa na região era o

PCdoB, e que naquele Estado atuava sob a sigla **MOLIPO**. Os líderes do movimento, o qual contaria com "*cerca de cem adeptos*" na região do Araguaia, seriam **Oswaldo Orlando da Costa** (Oswaldão), **Dinalva Conceição Oliveira** (Dina) e um militante conhecido como "**Paulo**"; como militantes foram citados, ainda, **Amaury de Azevedo Siqueira**, **Áurea Eliza Pereira**, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**, **Arilson Valadão**, **Carlos Nicolau Danieli**, **Carlos Victor Alves Dalamonica**, **Edgar De Almeira Martins**, **Gerson Alves Pereira**, **Gilberto Aarão Reis**, **João Carlos Haas Sobrinho** e **José Germino [sic] Neto**, dentre outros. Também segundo o documento, "*consta que ultimamente '**Oswaldão**' se mostrava contente pela entrada de 'gente nova' em suas fileiras, proveniente de regiões externas à área*". Após um período de redução de sua atuação na área, "*os componentes dos Destacamentos que compõem o Comando Militar do PCdoB reiniciaram as suas atividades na região compreendida entre Xambioá, Araguanã, São Geraldo, Gameleira, Santa Cruz e Palestina. Encontram-se atualmente executando trabalho de massa junto à população local, e dos informes recebidos, indicam que receberam reforço de pessoal e material para prosseguirem o trabalho na implantação de Guerrilha Rural naquela região. A partir de dezembro de 1972, os caboclos que tiveram contato com elementos dos Destacamentos B e C, verificaram que eles portavam novas armas [...]. Todavia, com exceção dos militantes que estão há pouco tempo na área, os antigos estão bastante debilitados e quase todos atacados de malária*". Ainda de acordo com o documento, na região onde operava o Destacamento C, foram colhidos os seguintes dados: "*Entre os dias 30 de janeiro a 2 de fevereiro de 1973, **Dinalva Conceição Oliveira** – 'Dina', em companhia de 8 homens jovens, percorreu várias casas de caboclos na região de Pau Preto, seguindo depois em direção a Perdidos; na localidade de Pau Preto, estiveram fazendo compra de arroz na casa de **Chico Preto** (habitante da região); nas casas por onde passaram, levaram um manifesto do PCdoB, procurando convencer os caboclos da validade da sua luta, prometendo aos mesmos que após a derrubada do governo, colocariam escolas e hospitais na mata; estão preocupados em tirar dos caboclos a imagem de terrorista, que pesa sobre as suas pessoas; pediram aos caboclos que procurassem não se afastar da região, porque haviam militantes novos na área que poderiam confundi-los com pessoal do Exército; elementos da região de Pau Preto que estiveram em contato com o grupo de '**Dina**', informaram que eles portavam armas semelhantes às usadas pelo Exército, sendo que ela - '**Dina**' - usava uma arma atravessada no peito, que, segundo a descrição, deve ser automática; a '**Dina**' comentou que eles estavam preparados para vingar os companheiros mortos durante as operações militares de setembro de 1972*". (ACE A065116/73)

Em 13 de novembro de 1975, no relatório da Agência Salvador do SNI, há informações sobre **Antônio Monteiro Teixeira** e **Dinalva**, que é citada como sua esposa. Em 1968, **Dinalva Conceição Oliveira**, desenvolveu, juntamente com **Antônio Carlos Monteiro Teixeira** e outros, "*intensa atividade subversiva, sendo interrogada e indiciada no Inquérito Policial 028/68/SOPS/BA*". (ACE P003020/82)

Em outro documento da Agência Salvador do SNI, de 4 de julho de 1975, há referência a **Dinalva Conceição Oliveira** e **Antônio [Monteiro Teixeira]** como participantes de "*atividades subversivas*" em 1968, e que foram interrogados e indiciados no Inquérito Policial 028/68/SOPS/BA. (ACE P003649/82)

De acordo com o documento da Agência Salvador/SNI de 17 de setembro de 1975, "*o professor **Carlos Alberto Dias** selecionou os alunos*

Antônio Carlos Monteiro Teixeira *e* ***Dinalva Conceição Oliveira****, ambos com registros de subversão, para que fizessem um curso de pós-graduação em Geofísica. Após a conclusão do curso, seriam nomeados para o Instituto de Geociência, sem concurso*". (ACE P002999/82)

Segundo o Informe nº 8/69 da Delegacia Regional da Bahia, de 9 de janeiro de 1969, "*o Professor* ***Carlos Alberto Dias****, recentemente teria comparecido à Escola de Geologia onde selecionou os nomes dos alunos* ***Antonio Carlos Monteiro****,* ***João Almeida dos Santos*** *e* ***Dinalva Conceição****, todos com antecedentes, para que fizessem um curso de pós-graduação de Geofísica, após o que seriam nomeados para o Instituto sem concurso*". (ACE P003774. P003562)

No documento da 2ª Seção da 8ª Região Militar do Exército, consta o Relatório da Operação Tatu, cujo objetivo era "*levantar sigilosamente as atividades de elementos envolvidos com militância política na Universidade Federal do Pará*". Segundo o relatório, o professor **Carlos Alberto Dias** "*pretendeu recolocar na UFBA os militantes do PCdoB* ***Antônio Carlos Monteiro Teixeira*** *e* ***Dinalva Conceição Oliveira*** *(Dina)*". (ACEs A059631, A086277, e P002885)

Segundo o documento da Agência Salvador/SNI de 4 de julho de 1975, **Dinalva Conceição Oliveira** nasceu em Salvador/BA, em 16 de novembro de 1949. Era filha de Sinfrônio Laurentino de Oliveira e de Enedina Maria da Conceição, e residia à Rua Bela Vista, Bairro Paripe, Salvador. Casada com **Antônio Carlos Monteiro Teixeira**, foi uma das pessoas interrogadas para compor o Relatório Complementar do inquérito n° 28/68/SOPS/SR/DPF/BA. Devido a sua participação em "*movimento de agitação estudantil*" juntamente com **Manoel Conceição de Araújo Neto** e **Antônio Carlos M. Teixeira**, realizado em Salvador/BA, no ano de 1968. Teve o seu nome vetado para matrícula na UFBA, no ano de 1969, conforme recomendação feita à Reitoria pelo Comando da 6ª RM. (ACE P003333/82)

Divino Ferreira de Souza (codinomes: Nunes, Goiano) – No documento da Agência Central do SNI de 21 de agosto de 1967, constam os seguintes dados de qualificação de **Divino Ferreira de Souza**: nasceu em Caldas Novas/GO em 12 de setembro de 1942 e era comerciário. (ACE A008114/80)

Em documento de Informação SNI sobre "*Assalto a bancos*", de 7 de agosto de 1968, constam dados de qualificação de **Divino Ferreira de Souza**, a saber: "*brasileiro, natural de Caldas Novas – Goiás, comerciário, nascido em 12/09/1942, residente à Av. Anhanguera, Goiânia-GO*". (ACE C015960/68)

Documento do SNI registra que **Divino Ferreira de Souza** era "*subversivo; paradeiro desconhecido*". (ACE R001070/81)

O documento produzido pela 2ª Seção do II Exército, em 16 de março de 1971, traz um resumo de declarações prestadas por onze pessoas no DOI-CODI do II Exército. Um dos depoimentos é de **Edgar de Almeira Martins** Segundo declarou ao DOI-CODI, em depoimento prestado "*à equipe de interrogatório preliminar 'B', das 9:30 às 23:40h do dia 12/02/1971*", **Edgar de Almeira Martins**, **Divino Ferreira de Souza** e outros foram convidados para participar de uma delegação que iria "*fazer um curso na China Comunista*". Foram para São Paulo, e depois para o Rio de Janeiro "*onde cobriram individualmente o ponto com a '****Tia****'; que no ponto do declarante, a '****Tia****' lhe forneceu uma passagem aérea da Varig até Paris, e mais a importância de 50*

dólares, acreditando que os seus companheiros tenham recebido a mesma quantia, pois estavam hospedados no mesmo hotel e partiram no mesmo dia, no mesmo avião e com o mesmo destino". Ao chegarem em Paris, um dos militantes foi "*manter o contato com elemento da embaixada chinesa conforme tinha sido estabelecido pelo Comitê Central do PCdoB [Partido Comunista do Brasil]*". Todos receberam a passagem para Pequim, via Roma-Xangai, bem como a quantia de trezentos dólares. Declara ainda "*que chegaram em Pequim onde foram recebidos por uma delegação do Comitê Central do PC [Partido Comunista] da China, que os apresentou aos outros elementos da delegação brasileira que ali já se encontravam*". A composição da delegação, após este contato, ficou assim constituída: **Edgar de Almeira Martins** (chefe da delegação), **Divino Ferreira de Souza**, **João Carlos Haas Sobrinho** (José de Porto Alegre), **Micheas Gomes de Almeida**, **Nelson Lima Piahui Dourado**, "**Paulo de Tal**", **Roberto Carlos de Figueiredo**, **Derly José de Carvalho**, **Jonas José Grisotto**, "**Paulo da Guanabara**", **José Vieira da Silva Junior**, **Manoel Luiz Vieira de Souza Coelho** e "**Waldomiro de Tal**". Ainda de acordo com as declarações de **Edgar de Almeira Martins**, este foi o terceiro curso de guerrilha na China patrocinado pelo PCdoB; "*que o curso de guerrilha que o depoente frequentou, juntamente com seus companheiros, iniciou-se em meados de março de 1966. Que o referido curso, ministrado por oficiais do Exército chinês, através de intérpretes, teve duas fases, sendo que a primeira fase teve duração de 3 meses, cujas aulas foram ministradas em Pequim. Que nessa primeira fase, denominada fase política, a delegação estudou tudo sobre revolução chinesa e as relações da China Comunista com a Rússia (divergências). Que essas aulas eram ministradas na Universidade de Pequim onde ficaram alojados. Que a segunda fase, denominada de curso militar, também teve 3 meses de duração e suas aulas foram ministradas na Academia Militar de Nanquim. Que nessa fase do curso a delegação estudou toda a teoria sobre arma e munição, teve também aulas práticas de tiros e desmontagem e montagem de armas, explosivos, sua manipulação e uso, exercícios de campo, etc. Que nessa época estavam, também, na China Comunista, fazendo curso de guerrilhas, as delegações do Peru, Colômbia, África e Asiática (Laos). Que cada delegação tinha de 8 a 15 elementos cada e a Asiática era a maior. Que após o término do curso, toda a delegação foi deslocada de Nanquim para Pequim onde ficaram aguardando instruções para o retorno ao Brasil. Que em Pequim a delegação encontrou-se com **Ângelo Arroio**, membro do Comitê Central do PCdoB que para ali seguiu a fim de supervisionar o retorno dos elementos daquela delegação. Que a delegação, então, seguiu para Xangai donde retornariam*". No retorno da China, diz **Edgar de Almeira Martins**, a delegação saiu de Xangai em dois grupos: no primeiro estavam, entre outros, **João Carlos Haas Sobrinho** e **Divino Ferreira de Souza**, que seguiram para Paris. Em Paris, foram avisados que "*o serviço secreto do Exército brasileiro tinha o nome de todos os membros da delegação, que tinha sido fornecido por **Tarzan de Castro**, que tinha caído*". E que havia "*sido montado um esquema para a prisão de todos os elementos daquela delegação*". Diante de tal situação, seguiram para a Albânia para aguardar novas instruções. O grupo, que incluía o declarante, **Micheas Gomes de Almeida** e **Nelson Lima**, aguardou em Xangai, e depois ficou excursionando pelo nordeste da China. Em janeiro de 1967, os dois grupos se reuniram em Paris e retornaram ao Brasil, via "*Paris-Bogotá-Letícia-Manaus-Guanabara*". (ACE E004231/80)

O documento da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 20 de outubro de 1966 (?), tem, em anexo, as cópias dos depoimentos de **Tarzan de Castro** e **Gerson Alves Parreira**, prestados ao major **Oscar da Silva** no quartel da

Fortaleza de São João. Em seu depoimento, **Gerson Alves Parreira** disse que recrutou para ingressar no Partido Comunista Brasileiro (PCB) **Divino Ferreira de Souza** e **Micheas Gomes de Almeida** e que, "*por determinação de **Kalil Dib** se transportou juntamente com **Divino Ferreira de Souza**, para o município de Mossamedes, com o objetivo de arregimentar os camponeses daquela região a fim de criar um sindicato rural, levando para isso algum material de propaganda, referentes às atividades sindicais*". Afirmou ainda o depoente, que foi convidado a ingressar nas fileiras do PCdoB por **Ângelo Arroio** que fez "*a mesma proposta aos companheiros **Divino Ferreira de Souza** e* **Micheas Gomes de Almeida***, os quais, como o depoente, aceitaram ingressar para o PCdoB. Assim, o depoente e seus companheiros, acima referidos, participaram, de princípio, de algumas reuniões com a presença do Sr. **Ângelo Arroio**, a fim de debater assuntos relacionados com as novas atividades partidárias e as discussões levadas à efeito por ocasião dessas reuniões giravam em torno da formação do Partido no estado de Goiás, tomando por base combater as teses do Partido Comunista Brasileiro [...] nessas circunstâncias criou-se uma direção provisória do PCdoB – Seção Goiás, composta do depoente e dos dois outros companheiros acima citados, que passou a funcionar com assistência política de **Ângelo Arroio**; que essa direção provisória, de acordo com o plano pré-estabelecido, passou a trabalhar com o objetivo de recrutar novos adeptos e criar os organismos que se faziam necessários ao seu funcionamento*". De acordo com **Gerson Alves Parreira,** no dia 12 de janeiro de 1966, **José Humberto Bronca** o apanhou, em determinado ponto da cidade, juntamente com **Miguel Pereira dos Santos**, **Paulo de Assunção Gomes** e **Helio Ramires Garcia**, para levá-los, de Kombi, até o aparelho do Comitê Central do PCdoB. Todos participaram, no dia seguinte, de reunião do PCdoB, que contou com a presença de **João Amazonas**, **Maurício Grabois** e **Pedro Pomar**. Nesta reunião, disse **Gerson Alves Parreira** que foi informado que iria trabalhar em Goiânia, no intuito de aplicar o conhecimento adquirido no curso na China, "*sendo informado que os companheiros **Divino Pereira de Souza** e* **Micheas Gomes de Almeida** *iriam se afastar da região [de Goiânia], por um período de 4 a 6 meses*" para, segundo informam os agentes do Exército, participar do mesmo curso de capacitação feito por **Gerson Alves Parreira** Por fim, declarou, depois de retornarem a Goiânia, **Micheas Gomes de Almeida** e **Divino** iriam atuar na zona rural do Estado de Goiás. (ACE C008397/83)

Foi registrado que **Divino Ferreira de Souza** fazia parte do Comitê Regional do PCdoB em Goiás, atuando como membro suplente. Segundo o informe SNI n° 1281/SNI/ARJ/966, de 20 de outubro de 1966, o depoente **Gerson Alves Parreira**, perguntado se conhecera na época algum membro do Comitê Central do PCB, respondera que chegara a conhecer **Ângelo Arroyo**, que prestava assistência ao Comitê Estadual de Goiás. Perguntado se chegou a "*estruturar-se no PCB, respondera que não chegara a se estruturar*". Declarou que havia exercido atividades partidárias em prol do referido Partido, cumprindo algumas tarefas, inclusive, recordava-se que chegou a recrutar **Divino Ferreira de Souza** (Nunes, Goiano) e **Micheas Gomes de Almeida.** Ao dar cumprimento a uma tarefa, por determinação de ***Kalil Dib***, seguiu-se, juntamente com **Divino Ferreira de Souza**, para o município de Mossamedes, com o objetivo de arregimentar os camponeses daquela região, a fim de criar um sindicato rural, levando para isso algum material de propaganda referente às atividades sindicais. Fora procurado por **Ângelo Arroyo**, que convidou **Divino Ferreira de Souza** e **Micheas Gomes de Almeida**, assim como o depoente, a ingressarem nas fileiras do PCdoB. A proposta foi aceita por todos. Assim, eles começaram a participar de algumas

reuniões com a presença de **Ângelo Arroyo**, a fim de debaterem assuntos relacionados com as novas atividades partidárias. Sobre a formação do Partido no Estado de Goiás, tomaram, por base, o combate às teses do PCB, e o planejamento do recrutamento de novos adeptos, principalmente no setor sindical e estudantil. Nessas circunstâncias, criou-se uma direção provisória do PCdoB – Seção de Goiás, composta de **Divino Ferreira de Souza** e de **Micheas Gomes de Almeida**, e essa unidade passou a funcionar com assessoria política de **Ângelo Arroyo**. Com o passar do tempo, novos adeptos foram recrutados. (ACE R006188/83)

De acordo com os dois documentos, o SNI declarava não conhecer a situação atual de **Divino Ferreira de Souza**, registrando que **Divino** era "*subversivo; paradeiro desconhecido*". (ACEs R006188/83 e R001070/81)

De acordo com documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, o informante **José Veloso de Andrade** foi avisado "*pelo sr. **Geraldo Martins**, residente no povoado de São Domingos do Araguaia, que apareceu um grupo de terroristas na área pertencente ao referido cidadão. [...] Os elementos estavam armados de rifles 44, espingardas e revólver 38. Eram em número de seis, aproximadamente. O sr. **Geraldo Martins**, trinta minutos após a chegada dos bandidos, conseguiu conversar com os mesmos, procurando descobrir a finalidade de suas presenças no local. Foram identificados os seguintes elementos: **Nunes** (chefe) [**Divino Ferreira de Souza**], **Piauí** [**Antônio de Pádua Costa**]. **Nunes** portava uma metralhadora Ina. **Geraldo Martins** perguntou a um dos terroristas se eles tinham alguma queixa contra ele e o sr. **Mano Ferreira** (proprietário da Fazenda Consolação, Rodovia Santa Cruz – Consolação), os quais responderam negativamente, afirmando, outrossim, serem suas queixas exclusivamente contra o Exército. Disseram ainda os terroristas que, caso os elementos citados se juntassem ao Exército, se arrependeriam depois. **Geraldo Martins** informou ainda que **Nunes** lhe falou serem eles divididos em cinco grupos, sendo que aquele [grupo era] comandado por ele*". (ACE A062588/73)

De acordo com os depoimentos de **Nelson Nahon**, presentes no dossiê da Agência Goiânia do SNI de 9 de dezembro de 1975, o depoente participou de uma reunião com membros do PCdoB em fins de 1964 na qual estava presente, dentre outros, **Divino Ferreira de Souza** (Cardoso ou Nunes). Segundo **Nelson Nahon**, outras reuniões de militantes do Partido foram realizadas com a presença de **Divino**, inclusive algumas na casa deste. (ACE R004749/83)

Elmo Corrêa ou Elmo Correia (codinomes: Lourival, Fernando) – Está citado na lista de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que prestaram depoimentos no DOI/I EX., em 1973, contida no documento da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 4 de abril de 1973. (ACE C006611/82)

O dossiê da Agência Salvador do SNI, de 8 de junho de 1973, contém um telegrama do CIE (Centro de Informações do Exército) para a 2ª Seção da 6ª R.M. e registra, segundo informações obtidas em depoimento de **José Roberto Bron de Luna**, que os seguintes "*militantes do PCdoB foram deslocados para Xambioá*" em julho de 1972: **Hélio Luiz Magalhães Navarro** (Rui), **Antonio Teodoro de Castro**, **Arlindo Valadão**, **Lúcia Maria de Souza**, **João Carlos Campos Wineski** e **Elmo Corrêa**. (ACE A057634/73)

De acordo com informe da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 16 de

junho de 1973, **Mauro Brandão Carneiro** ao ser perguntado sobre a denominada "Área de Campo" do PCdoB, respondeu que tomou conhecimento do deslocamento, em 1971, dos militantes **Jana Moroni Barroso**, **João Carlos Winesky**, **Tobias Pereira Júnior, Antonio Teodoro de Castro**, **Selma Martins de Oliveira e Silva**, **Hélio Luiz Navarro de Magalhães**, **Maria Célia Corrêa**, **Elmo Corrêa** (Fernando), **Luiz Renê Silveira e Silva**, e **Lúcia Maria de Souza**. E, em 1972, **Adriano Fonseca Filho** e **Dagoberto Alves Costa**. (ACE C006269/82)

Em seu depoimento manuscrito ao DOI/I EX, em 31 de julho de 1973, sobre **Elmo Corrêa**, **Paulo Fernando de Oliveira e Silva** afirmou que trabalhava juntamente com **Elmo** e **Jorge Darze** no Diretório Acadêmico, e ficaram "*responsáveis pela parte de imprensa e divulgação*". Segundo o depoente, quando ele entrou para o Diretório Acadêmico, foi "*convidado pelo **Nelson Nahon** a fazer parte de um grupo de estudos. O grupo era formado pelo **Paquetá**, o **Jeffe da Mata Pinheiro** e o **Elmo***". Declarou, ainda, que as "*reuniões eram feitas na própria Escola de Medicina e Cirurgia – EMC ou na casa do **Nelson Nahon**, na rua Barata Ribeiro*", em Copacabana. As divergências dentro da diretoria do Diretório Acadêmico culminaram "*com um racha definitivo aproximadamente no meio do ano, formando a fração dissidente o **Paquetá**, o **Jeffe da Mata Pinheiro**, o **Nelson Nahon**, eu [***Paulo Fernando de Oliveira e Silva***], **Jorge Darze** e o **Elmo***". **Paulo Fernando de Oliveira e Silva** declarou que entrou para o PCdoB em maio de 1970, e que "*durante esse ano vieram a entrar o **Elmo** que se chama **Fernando** e o* **Jorge Darze** *[...]*". No início de 1971, "*antes do ingresso dos elementos da UJP [União da Juventude Patrtiótica], o '**Pedro**' [**Luiz Renê Silveira e Silva**] já havia se deslocado para o campo. Logo após a saída do '**Pedro**' deslocou-se também o **Elmo** (Fernando), seguido da esposa **Telma***". Ainda de acordo com o depoente, "*o **Elmo** era noivo da **Telma**, professora de um curso pré-vestibular e morava em Todos os Santos. O **Elmo** morava em Marechal Hermes*". **Paulo Fernando de Oliveira e Silva** descreve **Elmo** da seguinte maneira: "*Alto, louro de cabelos lisos e curtos, físico normal (1,80m), foi assistente de um núcleo da UJP na EMC [Escola de Medicina e Cirurgia]. Casou-se com **Telma** (nome verdadeiro). Morou em Marechal Hermes. Depois de casado, passou a morar em casa da mulher, em Todos os Santos. Saiu da Base, sendo deslocado para o campo juntamente com a mulher, no início de 1971. Cursou até o 2º ano médio 24/25 anos*". Em outro depoimento, **Paulo Fernando de Oliveira e Silva** apresenta uma versão diferente acerca de seu ingresso e de outros militantes no PCdoB, afirmando que entrou para o PCdoB somente no final de 1970, e que a **Lucia Maria de Souza** entrou em janeiro-fevereiro de 1971, e o **Elmo**, apenas em março de 1971, e não durante o ano de 1970, conforme afirmara em outro depoimento. (ACE C006271/82)

O documento do DOI/I EX, datado de 20 de agosto de 1975, tem depoimentos prestados por diversos militantes do PCdoB. De acordo com o depoimento de **Nelson Nahon**, o militante **Elmo Corrêa** fazia parte da Base Ho Chi Min do PCdoB. Em outro depoimento, **Nelson Nahon** disse saber, com data aproximada, quais os militantes do PCdoB foram para a "Área de Campo": "***Elmo Correa** (Fernando - 1971); **João Carlos Wineski** (1971); **Luis Renê Silveira e Silva** (Pedro – 1970/1971) ; **Telma Regina Cordeiro Correa** (1971); **Maria Célia Correia** (Rosa – 1971); **Lúcia Maria de Souza** (Marisa – 1971); **Adriano Fonseca Filho** (Alberto, Queixada – 1972); **Jana Moroni Barroso** (Ângela – 1970/1971) e **Dagoberto Alves Costa** (1972)*". O documento diz que **Nelson Nahon** "*reconheceu a foto de **Elmo Correa** em álbum existente no DOI – CODI/I EX*". (ACE C009819/83)

Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, "***Oswaldão*** *tem sob seu comando 4 grupos; o primeiro, sob a chefia do próprio e compõe-se dos seguintes elementos:* ***Lourival*** *[****Elmo Correa****],* ***João Goiano*** *[****Wandick Reidner Pereira Coqueiro****],* ***Dina*** *[****Dinalva Conceição****],* ***Lia*** *[****Telma Regina Cordeiro****],* ***Simão*** *[****Cilon da Cunha Brum****],* ***Zezinho*** *[****Miquéas Gomes de Almeida****] ,* ***Zé Fogoió*** *[****José Humberto Bronca****],* ***Amaury*** *[****Paulo Roberto Pereira Marques****],* ***Cleny*** *,* ***Geraldo*** *[****José Genoíno Neto****],* ***Suely*** *[****Suely Yumiko Kanayama****],* ***Pery*** *[****Pedro Alexandrino de Oliveira****],* ***Turca*** *(sic),* ***Luiza Augusta Garlippe****,* ***Manoel****,* ***Aparecido*** *com esposa e* ***Zé Ferreira*** *[****Antônio Guilherme Ribeiro Ribas****]; o segundo grupo é comandado por* ***Dina****, e seus elementos são desconhecidos pelo informante; o terceiro, comandado por* ***Joca****, elementos também não identificados; e o quarto grupo sob comando de* ***Cristina*** *[****Jana Moroni Barroso****]*". (ACE A062588/73)

O documento produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI, em 17 de dezembro de 1986, trata da missa em memória de **Irene Creder Corrêa**, mãe de **Elmo** e **Maria Célia Corrêa** e sogra de **Telma Regina Cordeiro Corrêa**. Apresenta em anexo fotografias dos participantes da missa ocorrida no Engenho Novo, na cidade do Rio de Janeiro, e a identificação de alguns deles. (ACE C014101/86)

Guilherme Gomes Lund - Consta da relação "*Elementos condenados e foragidos*" produzida pelo Ministério do Exército, em 11 de dezembro de 1969, foi condenado à revelia. (ACE E004108/80)

Helenira Resende de Sousa Nazareth ou **Eliana Rezende Barbosa** ou **Helena Resende Barbosa** ou **Helenira Souza Nazareth** (codinomes: Fátima, Rosa) – Um documento do Conselho de Segurança Nacional (CSN) contém o prontuário de **Helenira**, bem como o histórico de suas atividades políticas:

Helenira Rezende de Souza Nazareth, "*natural de Cerqueira César/SP, nascida em 11/01/1944, filha de Adalberto de Assis Nazareth e de Authália Rezende de Souza Nazareth, solteira, residente à rua Robertson, estudante do curso de Letras e professora da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo. Concorreu, como vice-presidente, para as eleições do Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da São Paulo*". **Helenira** é descrita como uma estudante subversiva, que distribui "*boletins subversivos*", integrante da Ação Popular (AP), o "*grupamento mais extremista do Movimento Estudantil*". Foi detida em flagrante pelo DEOPS/SP, enquanto pichava a frase "*Abaixo as leis da Ditadura*" na lateral divisória da Universidade Mackenzie em 27 junho de 1967, ao fazer pichação alusiva à União Nacional de Estudantes (UNE), sendo, no mês seguinte, indiciada em IPM perante a 2ª Auditoria da 2ª Região Militar para apuração de responsabilidades, com base nos arts. 54 e 56 da Lei de Segurança Nacional (LSN). Em outubro de 1968, participou do XXX Congresso da UNE em Ibiúna/SP, onde novamente foi presa pelo DEOPS/SP. Foi libertada por *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro do mesmo ano. Teve prisão preventiva decretada, em fevereiro de 1969, pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar. O Secretário-Geral do CSN, General de Brigada **João Baptista Figueiredo**, determinou seu enquadramento no art. 4º e art. 5º § 1º, ambos do

Ato Institucional nº 5 (AI-5), ocasionando, então, a perda de seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos. (CSN, Cx. 127 Assunto: Exposição de motivos da Secretaria-Geral do CSN sobre suspensão dos direitos políticos de Helenira Resende de Souza Nazareth)

A Exposição de Motivos do Secretário-Geral do CSN indica a cassação dos direitos políticos de **Eliana Rezende Barbosa**, qualificada da seguinte maneira (segundo Ficha Individual): Filha de Elizeu Barbosa e Ana Barbosa, 20 anos de idade, natural de Santos/SP, estudante, solteira, moradora da Casa da Estudante Universitária, Curitiba/PR. Ainda de acordo com a Exposição de Motivos, **Eliana R. Barbosa** é descrita como estudante da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFP), "*agitadora violenta*", "*anti-revolucionária*" e "*membro do grupo de subversivos*". Foi detida em reunião clandestina da UNE, na Chácara do Alemão (bairro Boqueirão/Curitiba) em dezembro de 1968. Em abril de 1969, foi indiciada à revelia por não atender à chamada de edital para responder ao IPM instaurado pela 5ª R.M., tendo sua prisão preventiva decretada pela mesma Auditoria em setembro do mesmo ano. Estas informações constam também no Encaminhamento nº 35 da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar (CGIPM), com a diferença que neste documento a reunião na Chácara do Alemão foi identificada como sendo o Congresso Nacional da UNE. O Secretário-Geral do CSN, General de Brigada **João Baptista de Oliveira Figueiredo**, com base no art. 4º do AI-5 recomenda ao Presidente da República que fossem suspensos os direitos políticos de **Eliana Rezende Barbosa** pelo prazo de 10 anos. (CSN, Cx. 88 Assunto: Suspensão de direitos políticos de Eliana Rezende Barbosa)

No documento da Agência Central do SNI, de 3 de junho de 1973, **Helenira Resende de Souza Nazareth** consta na lista dos estudantes presos no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, com os seguintes dados de qualificação: nascida em 11 de janeiro de 1944, em Cerqueira César/SP, filha de Adalberto de Assis Nazareth e de Euthália Rezende de Souza Nazareth, estudante do curso de Letras da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). (ACE A112996/72)

O dossiê da Agência São Paulo do SNI, de 24 de agosto de 1968, que trata de pessoas consideradas subversivas, contém uma *Relação nominal de líderes e dirigentes estudantis* atualmente em evidência. **Helenira** aparece nesta lista classificada como "*agitadora*" e militante da AP. Consta também seu endereço. (ACE C016976/68)

O documento do Estado-Maior Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, de 22 de dezembro de 1968, traz dados de qualificação dos estudantes presos pela PM/PR durante o Congresso Regional da UNE ocorrido no dia 17 de dezembro de 1968. De acordo com o prontuário de **Eliana**, anexo ao documento, ela foi indiciada à revelia por não ter se apresentado à Auditoria da 5ª R.M. para responder ao IPM instaurado após sua prisão na Chácara do Alemão durante o Congresso Regional da UNE. **Eliana** "*faz parte de grupo subversivo de estudantes*", e "*tomou parte em manifestações e reuniões clandestinas de caráter altamente extremistas, inclusive para pregação da derrubada do atual Governo*". Em 17 de janeiro de 1971, **Eliana** foi julgada pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM por ter participado do referido Congresso – conforme os arts. 23, 36 e 38 do Decreto-Lei nº 314/67 – sendo absolvida do crime pelo qual foi indiciada. Em fevereiro de 1972, os órgãos de repressão descobriram que **Eliana** e **Helenira Resende de Souza Barbosa** eram a mesma pessoa. (ACE N003121/82)

O dossiê da Agência Brasília, de 19 de fevereiro de 1969, com cópia do documento enviado pela 2ª Seção/ERM, de 13 de janeiro do mesmo ano, sobre os estudantes detidos em Curitiba pela Polícia Militar do Estado do Paraná durante o Congresso Regional da UNE, onde consta o nome **Eliana Resende de Barbosa**. Registrou-se apenas os dados de qualificação de **Eliana**. Estas informações sobre **Eliana Resende Barbosa** são idênticas às apresentadas no ACE N003121/82. (ACE A030808/71)

Também no documento da 2ª Seção do II EX, de 16 de setembro de 1970, **Helenira** é reconhecida em álbum de fotografias dos presos no Congresso de Ibiúna, desta vez por **Reinaldo Morano Filho.** (ACE E006213/81)

No documento produzido pela Agência São Paulo do SNI, em 22 de outubro de 1970, **Reinaldo Morano Filho**, além de reconhecer a foto de **Helenira** no álbum dos presos em Ibiúna, afirmou que a conheceu no Congresso Regional da UNE – Setor São Paulo. (ACE A022232/70)

Documento produzido pelo DOI-CODI/II EX., em 3 de março de 1971, elenca resumos de declarações prestadas por algumas pessoas ao mesmo órgão. Em seu depoimento, **Alcides Yukimitsu Mamizuka** reconheceu-a, no álbum dos participantes do Congresso de Ibiúna, do DOI-CODI/II EX. Segundo o depoente, **Helenira** pertencia à AP e tivera contato com ela no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP). Já **Percival Menon Maricato** afirmou, em seu depoimento, que **Helenira** pertencia à AP, era companheira de **M.S.** e participara, em Ibiúna, como uma das possíveis candidatas à chapa apoiada por **Luiz Travassos** (ACE E008930/81)

O documento do DOI-CODI/II EX, de 16 de março de 1971, elenca resumos de declarações prestadas por militantes de organizações de esquerda. Em seu depoimento, **Beatriz Ferreira Cintra** reconheceu a foto de **Elenira Rezende de Souza Nazareth** no "*Álbum de subversivos e terroristas*" daquele DOI-CODI. Ainda segundo **Beatriz Ferreira Cintra**, **Elenira** fora oradora em passeatas e assembleias em 1968, sem saber, contudo, qual a Faculdade que ela cursava. (ACE E008617/81)

O documento do DOI-CODI/II EX.,de 23 de abril de 1971, elenca resumos de declarações prestadas por militantes de organizações de esquerda. Em depoimento prestado, entre 15 e 16 de abril daquele ano, **Ana Lucia Rocha Franco** afirmou que conheceu **Elenira Resende de Souza Nazareth** na Faculdade de Filosofia da USP, em 1968. (ACE E008514)

O documento do DOI-CODI/II EX, de 15 de setembro de 1971, elenca resumos de declarações prestadas por militantes de organizações de esquerda. Em depoimento prestado entre 12 e 13 de setembro daquele ano, **Marcos Wilson**, integrante da Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária (OCML-PO), dizia conhecer militantes de outras organizações. Segundo **Marcos Wilson**, **Helenira** fazia parte da AP, era estudante da Faculdade de Filosofia da USP e participante do Congresso de Ibiúna. (ACE E003530/80)

Segundo o documento do CENIMAR (Centro de Inteligência da Marinha), de 11 de novembro de 1971, após confrontarem as fotografias existentes, percebeu-se a existência de "*grande semelhança fisionômica entre **Helenira Rezende de Souza Nazareth** e **Eliana Resende Barbosa***". Realizadas investigações, o CENIMAR acabou por constatar que **Eliana** era um nome falso utilizado por **Helenira**, ao ser presa enquanto participava do Congresso Regional da UNE, no Paraná, sendo posteriormente processada. Portanto, havia dois prontuários no CENIMAR, um relativo a **Helenira** e outro

a **Eliana**. No prontuário referente a **Helenira**, esta é descrita como solteira, de 1,69cm de altura, cor parda e cabelos castanhos. Já na ficha de **Eliana Resende Barbosa**, além de dados de qualificação, consta apenas que era solteira, estudante, com 20 anos de idade, e que fora presa em 17 de dezembro de 1968. (ACE A042456/71)

No documento da Agência Central do SNI, de 8 de dezembro de 1971, consta uma relação nominal de pessoas envolvidas com as atividades da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APMLdoB), entre 1968 e o primeiro semestre de 1971. Neste rol consta o nome de **Helenira**. (ACE A041102/71)

No IPM, datado de 27 de janeiro de 1972, sobre a APMLdoB, instaurado pelo Comando Militar do Planalto, **Helenira** figura em uma lista do SNI dos militantes da APMLdoB. (ACE E004803/80)

De acordo com o documento da 2ª Auditoria da 2ª C.I.M. de São Paulo, **Helenira** foi condenada no processo nº 118/69, da referida Auditoria, a dois anos de detenção, com base no Decreto-Lei nº 314/67, art. 25. (ACE E002730/80)

O documento produzido pela Agência São Paulo do SNI, em 11 de setembro de 1975, traz os seguintes dados de qualificação de **Helenira**: filha de Adalberto de Assis Nazareth e Euthália Resende de Souza Nazareth, natural de Cerqueira Cesar/SP, e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). (ACE E010361/82)

Nos relatórios policiais elaborados pelo DOPS/SP reunidos em coletânea organizada pela Agência São Paulo do SNI, em 11 de setembro de 1975, **Helenira** é citada. Nos dados de qualificação, é descrita como "*estudante de instrução superior incompleta, professora, solteira, residente à rua Robertson, em Cambuci/SP*". Consta que ela respondia pelo delito previsto no Decreto-Lei n° 314/67, art. 36. Foi indiciada em inquérito policial instaurado em 31 de julho de 1967, por pichar a frase "*Abaixo as leis da ditadura*", palavras escritas "*pelos punhos de **Helenira***". Segundo o dossiê, **Helenira** era uma "*'estrela' sem brilho, da cúpula diretiva da agitação estudantil, desde o ano dos fatos [1967], até aos nossos dias [1969], vê-se o seu nome inserto nas listas dos réus, sub-judice, na Auditoria-Militar, ferreteada com mandado de prisão preventiva*". (ACE E005352/80)

O documento do CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), de 19 de janeiro de 1976, versa sobre a situação de militantes políticos em 1976. Sobre **Helenira**, o CISA afirmou que ela era militante da APML, condenada em setembro de 1971, em São Paulo, a dois anos de detenção e, em outubro do mesmo ano, fora novamente condenada, desta vez a dezoito meses de detenção. Segundo "*panfletos publicados no exterior, de autoria da 'Frente Brasileira de Informações', a mesma faria parte das 'Forças Guerrilheiras do Araguaia'*". O CISA dizia desconhecer o paradeiro de **Helenira** em 1976. (ACE A091768/76)

O documento da Agência São Paulo do SNI, em 17 de agosto de 1972, traz depoimentos de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) prestados ao DOI-CODI/II EX, entre 31 de julho e 1º de agosto do mesmo ano. Em seu depoimento, **Rioco Kayano** reconhece, no álbum de procurados do DOI-CODI/II EX a fotografia de **Helenira Rezende de Souza Nazareth** – também reconheceu esta última no "*álbum de Ibiúna*", também do mesmo DOI-CODI. (ACE E005579/81)

O dossiê da Agência Rio de Janeiro do SNI, em 4 de abril de 1973 contém uma lista de militantes do PCdoB citados em diversos depoimentos

prestados no DOI/I EX em 1973. **Helenira Souza Nazareth** (Rosa) faz parte desta lista. (ACE C006611/82)

De acordo com informe da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 16 de junho de 1973, **Mauro Brandão Carneiro**, em depoimento ao DOI/I EX, **Helenira Resende de Souza Nazareth** "*sofreu um aborto na casa de* ***Douglas Alberto Milne Jones****, tendo atuado como enfermeira* ***Ciema de Oliveira Silva***". (ACE C006269/82)

Consta que **Helenira** residia à época do flagrante no Congresso de Ibiúna à Rua Robertson, São Paulo. (ACE E003019/80)

Helenira Resende de Sousa Nazareth consta como foragida e condenada a 18 meses de detenção, em julgamento de 6 de outubro de 1971, por sua participação no XXX Congresso da UNE, conforme o *Relatório correspondente ao Resultado dos processos 64/68, 65/68, 67/68 e 69/68 – XXX Congresso da extinta UNE, realizado no município de Ibiúna, São Paulo, em 12/10/1968*, de 5 de abril de 1973. (ACEs E003019/80, A065125/73 e A065789)

Segundo o documento produzido pelo CIE (Centro de Informações do Exército), em 22 de novembro de 1973, a foto de **Helenira** consta no álbum fotográfico dos estudantes presos em Ibiúna. Seus dados de qualificação registram que era estudante do curso de Letras da Faculdade de Filosofia da USP, nascida em Cerqueira César/SP, em 11 de janeiro de 1944, filha de Adalberto de Assis Nazareth e Euthalia Resende de Souza Nazareth. (ACE A046670/84)

Helenira Fragoso de Souza Nazareth e **Rafael Orlando Darlecio** foram indiciados no art. 25 da Lei de Segurança Nacional (LSN) pelo promotor **Durval Airton de Moura** da 2ª Auditoria, em 1969. Eles foram presos em 1967 enquanto depredavam muros da Universidade Mackenzie e pichavam paredes com inscrições consideradas subversivas. Em sessão do dia 26 de fevereiro de 1969, o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª RM decretou a prisão preventiva de **Helenira**, nos termos do art. 34 do Decreto-Lei n° 314 de 13 de março de 1967. Segundo o documento, **Helenira** era militante da APML e fora condenada em São Paulo a dois anos de detenção, em 4 de setembro de 1971, por atividades subversivas, com base no art. 38 do Decreto-Lei n° 314/67. Ainda em 1971, foi condenada, à revelia, em processo versando sobre o XXX Congresso da extinta UNE, pelo mesmo Conselho, e encontrava-se foragida. De acordo com o documento, **Helenira** nasceu em São Paulo, em 11 de janeiro de 1944. Era filha de Adalberto de Assis Nazareth e de Euthália Resende de Souza Nazareth. Foi presa em Ibiúna/SP por participar do Congresso da UNE, como representante da AP. Pertencia a Comissão Estudantil do PCdoB, usando o codinome **Rosa**. (ACE 92803)

Segundo documento do Comando do Segundo Distrito Naval - CENIMAR, **Helenira Resende** utilizou documentos falsos, apresentados como prova de identidade por ocasião de sua prisão por atividades subversivas e vinculação à APML. **Helenira Resende de Souza Nazareth** usava a identidade com o nome de **Helena Resende Barbosa**. Em 1972, **Helenira** pertencia à Comissão Estudantil do PCdoB e usava o codinome "**Rosa**". Conforme panfletos publicados no exterior, de autoria da "*Frente Brasileira de Informações*", ela fazia parte das "*Forças Guerrilheiras do Araguaia*". O CISA registrou que desconhecia seu paradeiro na ocasião. (ACE A054012/73)

O *Comunicado nº 6 das Forças Guerrilheiras do Araguaia* divulga a morte da guerrilheira **Helenira**. Na região do conflito, os guerrilheiros de

tempo em tempo distribuíam à população local documentos suscintos intitulados *Comunicados das Forças Guerrilheiras*. Portanto, o de número seis está transcrito no dossiê R002889, e tem o seguinte teor:

"Com grande pesar e profundo sentimento revolucionário, as Forças Guerrilheiras do Araguaia comunicam a morte em combate da heroica e devotada lutadora da causa do povo: ***HELENIRA RESENDE****.*

Quando cumpria um encargo de observação, ***Helenira*** *foi descoberta por um bate-pau e em seguida cercada por soldados acantonados no lugarejo denominado SÃO JOSÉ. Não se atemorizou. Atirou enquanto pôde. Atingida por uma rajada de metralhadora, caiu mortalmente ferida, derramando seu sangue pela liberdade e pela independência da pátria. Cumpriu com honra e dignidade seu dever de membro das Forças Guerrilheiras do Araguaia.*

Universitária e dirigente da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, ***Helenira*** *veio para o campo com o objetivo de ligar-se aos camponeses e participar de suas lutas, sendo conhecida pelo nome de* ***FÁTIMA*** *na região em que morava.*

Tornou-se muito estimada por todos os que a conheciam. Ao sobrevir o ataque das forças da ditadura contra os moradores do sul do Pará, incorporou-se aos que resistiram de armas na mão. Revelou grande coragem, espírito de iniciativa e capacidade de comando. Gozava de imenso prestígio entre seus companheiros.

O exemplo revolucionário de ***Helenira Resende*** *jamais será esquecido pelo povo, em particular pela juventude. Os estudantes lembrar-se-ão sempre daquela que, além de guerrilheira, se destacou como valorosa militante do movimento democrático.*

Reverenciando a memória de tão brava combatente, o comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia decida dar seu nome ao grupo ao qual ela pertencia.

O grupo de combate ***Helenira Resende*** *há de crescer e realizar proezas dignas dessa heroína do povo brasileiro.*

Honra e glória a ***Helenira Resende****.*

Morte aos que perseguem e atacam os moradores e combatentes do Araguaia!

Por um Brasil livre e independente!

O COMANDO DAS FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA"

O documento teve origem na Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia, e tratou da gravação de uma transmissão radiofônica, procedente de uma estação do exterior, que vinha sendo captada na região setentrional de Goiás. A transmissão, a qual veio interromper programa musical, pôde ser gravada apenas sua parte final e foi realizada em 24 de novembro de 1973, por volta das 19h, na cidade de Miracema do Norte. Tal fato motivou a solicitação de aumento na vigilância, "*notadamente na Usina de Lages, situada no município de Xambioá, onde estariam os guerrilheiros*".

Havia "*informes de que a Rádio Tirana, da República Popular da Albânia, vem transmitindo noticiários de teor subversivo, em língua portuguesa, entre 20:00 e 22:00 horas [...] é possível que seja esta estação a responsável pelo comunicado em pauta. Uma transmissão desta natureza poderá conter mensagem cifrada para alguma ação planejada a ser*

desencadeada por subversivos brasileiros, existentes no país, porém ainda não identificados pelos Órgãos de Segurança".

Anexo ao documento, havia uma transcrição da gravação de parte do "*comunicado das Forças Guerrilheiras do Araguaia*" onde constava que: "*O exemplo revolucionário de **Elenira Machado** jamais será esquecido pelo povo, em particular pela juventude. [...] O comando da Forças Guerrilheiras do Araguaia decide dar o seu nome ao Grupo ao qual ela pertencia. O grupo de combate **Elenira Machado** há de crescer e realizar proezas dignas dessa heroína do povo brasileiro*". E concluiu: "*Honra e glória a **Elenira Machado**; morte aos que perseguem e atacam aos moradores e combatentes do Araguaia. Assinado: O Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia*". (ACE A069739)

Hélio Luiz Navarro de Magalhães (codinomes: Edinho, Rui) – No documento produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI, em 4 de abril de 1973, **Hélio Luiz Navarro** (Rui) está na lista de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) citados em diversos depoimentos prestados no DOI/I EX em 1973. (ACE C006611/82)

Dossiê da Agência Salvador do SNI, de 8 de junho de 1973, contém um telegrama do CIE (Centro de Informações do Exército) para a 2ª Seção da 6ª R.M. que registra, segundo informações obtidas em depoimento de **José Roberto Bron de Luna**, que os seguintes "*militantes do PCdoB foram deslocados para Xambioá*", em julho de 1972: **Hélio Luiz Magalhães Navarro** (Rui), **Antonio Teodoro de Castro**, **Arlindo Valadão**, **Lúcia Maria de Souza**, **João Carlos Campos Wineski** e **Elmo Corrêa**. (ACE A057634/73)

De acordo com informe da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 16 de junho de 1973, **Mauro Brandão Carneiro** ao ser perguntado sobre a denominada "Área de Campo" do PCdoB, respondeu que tomou conhecimento do deslocamento, em 1971, dos militantes **Jana Moroni Barroso**, **João Carlos Wineski**, **Tobias Pereira Júnior, Antonio Teodoro de Castro**, **Selma Martins de Oliveira e Silva**, **Hélio Luiz Navarro de Magalhães**, **Maria Célia Corrêa**, **Elmo Corrêa**, **Luiz Renê Silveira e Silva**, e **Lúcia Maria de Souza**. E, em 1972, **Adriano Fonseca Filho** e **Dagoberto Alves Costa** (ACE C006269/82)

Idalísio Soares Aranha Filho (codinomes: Aparício, Braguinha, Ivan) – Conforme a Informação do SNI nº089/72/ABH/SNI, os militantes do Comitê Estudantil do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), **Idalísio Soares Aranha Filho** e sua companheira **Walkíria Afonso Costa**, foram indiciados em inquérito policial para apurar as atividades do Comitê Estudantil do PCdoB, e tiveram prisão preventiva decretada. Em 1972, eram dados como foragidos. Antes, "*no princípio do ano de 1971, **Idalísio Soares Aranha Filho**, cognominado **Ivan**, e **Walkiria Afonso Costa**, ampliados por **Carlos Victor Alves Dalamonica**, vinham atuando na clandestinidade; com a prisão de **M.D.R.** e com a fuga de **Carlos Victor Alves Dalamonica**, instruídos por este, passaram a empreender um trabalho de ampliação no setor estudantil, principalmente no Diretório Acadêmico da FAFI, e, logo depois, alegando necessidade de se ausentarem de Belo Horizonte, isso por ocasião de uma reunião levada a efeito no apartamento de **Carlos Victor Alves Dalamonica**, promoveram uma*

escolha entre os elementos ampliados, para que um deles ficasse à frente do Comitê Estudantil. A escolha recaiu sobre ***Nilceia Moraleida Gomes*** *e* ***Jesus de Almeida Fernandes***". Ainda segundo o documento, "*ficou plenamente caracterizada a participação do* ***Idalísio Soares Aranha*** *e* ***Walkíria Afonso Costa****, como participantes das atividades subversivas ora investigadas. Inúteis, entretanto, foram os esforços enviados para localização de ambos, razão pela qual foram eles citados por 'Edital' [...] não sendo atendido aquele chamado*". **Idalísio Soares Aranha Filho** (Ivan) era natural de Rubi/MG, filho de Idalísio Soares Aranha e Amintas Rodrigues Pereira. Constava que **Idalísio** "*dirigia o Comitê Estudantil do PCdoB na FAFI; ampliou* ***Nilceia Moraleida Gomes****, a quem deu incumbência de formar células de base na FAFI; ampliou* ***Jesus de Almeida Fernandes****, o qual passou inúmeros documentos relacionados com o PCdoB a outros 'elementos' do Par*tido, recebidos de **Idalísio**; citado por **Joaquim Falcão Filho** como tendo o ampliado para as fileiras do Partido". (ACE O006920/82)

Na *Relação de Subversivos* produzida pelo CIE (Centro de Informações do Exército), em 6 de outubro de 1972, consta, entre outros, o militante do PCdoB, **Idalísio Soares Aranha Filho**, com a informação de que foi "*morto em 13 de julho de 1972 em Marabá – PA*". (ACE A051015/72)

Na *Relação de civis com mandado de prisão expedido pela 4ª CJM*, produzida pelo Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, de 9 de julho de 1973, consta o nome de **Idalísio**, e seus dados de qualificação. Ele teria "*24 anos de idade, natural de Rubim/MG, profissão ignorada, tendo como última residência a Rua Canaã, em Belo Horizonte – MG*"[5]. (ACE P004815/82)

O "*Relatório sobre a criação e manutenção do presídio da Justiça Militar Federal; Secretaria de Segurança Pública de São Paulo*", do Gabinete do SNI, de 1º de janeiro de 1976, trata, em um dos seus anexos, da "*vida pregressa dos chamados presos políticos*". Um destes presos é **Carlos Victor Alves Dalamonica** e há um resumo sobre suas atividades políticas, que foi produzido pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) no ano de 1976. Nesse resumo, há referência a **Idalísio Soares Aranha Filho**, vulgo "**Ivan**", Presidente do Centro de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (ACE A098199/76)

O nome de **Idalísio** consta da *Relação de Anistiados pela Lei nº 6.683*, produzida pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério de Justiça, em 21 de janeiro de 1980, o número do Processo a que respondia na 4ª CJM era 25/1972. (ACE A005437/86)

Jaime Petit da Silva (codinome: Jaime) – Segundo a Informação da Agência Belo Horizonte do SNI, nº 130/SNI/ABH/69, de 7 de julho de 1969, **Jaime Petit da Silva** foi presidente do Diretório Acadêmico da Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Em virtude de sua atuação subversiva no meio estudantil, foi indiciado em IPM, tendo sido a sua prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4ª RM. Ao ter conhecimento das medidas que em relação a ele foram tomadas, **Jaime Petit da Silva** evadiu-se em companhia de sua esposa, indo, ao que consta, para São Paulo. Após seu desaparecimento, enviou uma "*carta aberta*" ao diretor, e corpos docente e discente do Colégio Presidente Wenceslau, onde lecionava:

5 O ACE E009289 traz o mesmo mandado de prisão.

Carta Aberta

Para: Dr. José Raimundo, D. Georgina, corpos docente e discente
do Colégio Presidente Wenceslau

Em 4 de abril de 1969.

Inicialmente, informo-lhes que estou bem por estar livre. As dificuldades existem, mas antes, com a ajuda dos amigos vamos superando-as.

Sinto muitíssimo ter deixado vocês (ser obrigado a deixá-los). Bem sabem que estimo sobremaneira todos vocês, o colégio e as pessoas de Brasópolis com quem travei conhecimento e até certo ponto convivi durante três anos. Aí entre vocês tive amizade e ajuda. Por outro lado, procurei merecê-las. As minhas desculpas aos mal-entendidos e falhas que por ventura (*sic*) tenha cometido. Não mais poderei voltar...pelo menos enquanto a onda de terror perdurar neste país tão grande e tão pobre. Quando nosso povo tirar os males que o sobrevoam, quando tiver conseguido se libertar, ou mesmo antes, estarei aí, em seu meio, lutando com mais força do que até agora. Por enquanto estamos, eu e minha mulher, fazendo os preparativos para nos fixarmos em algum lugar do Brasil.

Tudo foi muito rápido... de um dia para outro não se tem mais uma casa (as forças militares invadiram-na), não se tem mais uma escola para estudar, não se tem mais os empregos, não se tem mais a companhia dos amigos. Mas nem tudo puderam roubar. Fugimos: temos a liberdade de viver e lutar; nada de prisão, de torturas e humilhações injustas. (Nada de temor, de arrependimento, nada de conformismo, nada de passividade, de conciliação, de traição).

Agora, mais que antes, os covardes matam os patriotas e entregam o país aos ianques. Oprimem os estudantes e todo o povo. Quem está com a verdade não teme. Mais cedo ou mais tarde todos nós nos ergueremos para golpear esses assassinos. Isso eles não conseguem roubar. Matam uns, prendem outros. Mas como calar todo um povo oprimido? E por isso eles estão amedrontados. O temor é evidente. Por que tudo isso? Porque sabem que não permanecerão impunes, que o povo saberá castigá-los. Somente o povo fará isso. Somente ele poderá derrubar esta infame ditadura militar, expulsar os imperialistas ianques e construir uma sociedade de liberdade, progresso e bem estar para as amplas camadas populares.

Acusam-me de subversão. Inventam mentiras estúpidas, chegando a afirmar que sou louco, que sou elemento nocivo à sociedade. Entretanto, qual é a verdade?

Vocês terão me ajudado a mim (*sic*) e a o povo, ao divulgar (*sic*) a verdade. Sempre acreditamos nos amigos e no povo, nos inimigos jamais. Não tenho que responder por crime que não pratiquei. Não espero a compaixão dos militares reacionários, porque primeiramente não necessito, e em segundo lugar, eles não a

têm.

O importante é ter paciência e perseverança. Vocês saberão o que fazer. Nós também iremos em frente.

O meu agradecimento à todos (*sic*). Abraços de quem os estima e abomina a ignorância neofascista.

PETIT. (ACE O006868/82)

Sua foto consta no álbum fotográfico dos estudantes que participaram do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna/SP, produzido pelo CIE, em 22 de novembro de 1973. Em seus dados de qualificação, consta que era professor e estudante da Faculdade de Engenharia de Itajubá/MG. Nascido em Iacanga/SP, em 18 de junho de 1945, era filho de José Bernardino da Silva Junior e Julieta Petit da Silva. (ACE A046670/84)

Conforme o documento do SNI *Relação de elementos condenados e foragidos*, de 22 de outubro de 1971, constam dados de qualificação e pena imputada para **Jaime Petit da Silva**, a saber: "*[...] filho de José Bernardino da Silva Junior e Julieta Petit da Silva, natural de Iacanga, São Paulo, 36 meses de detenção*". (ACE E003156/80)

De acordo com a Informação nº 1337/73 do SNI, de 16 de maio de 1973, **Jaime Petit da Silva** havia aliciado **Carlos Victor Alves Dalamonica** em São Paulo, o qual terminara preso pelo DOI-CODI/II EX em uma operação de desbaratamento do PCdoB. (ACE E010937/82)

Jaime Petit da Silva, conforme o *Relatório correspondente ao Resultado dos processos 64/68, 65/68, 67/68 e 69/68 – XXX Congresso da extinta UNE, realizado no município de Ibiúna, São Paulo, em 12/10/1968*, consta como foragido, segundo o documento de 5 de abril de 1973, e condenado à revelia, em 18 de junho de 1971, à pena de 36 meses de detenção, com base nos arts. 36 e 38, inciso IV do Decreto-Lei n° 314/67. (ACE E003019/80)

No documento do SNI *Estimativa sobre o aumento ou diminuição das atividades subversivas*, de 15 de maio de 1973, consta que **Jaime Petit da Silva** foi condenado a 36 meses de detenção, pela participação no Congresso de Ibiúna, no qual também consta a absolvição de 645 participantes. (ACE A065125/73)

Documento do DEOPS/SP, que transcreve investigação sobre **Carlos Victor Alves Dalamonica**, informa que este, em 1963, quando cursava o 2º ano científico no Colégio de Itajubá, Estado de Minas Gerais, veio a conhecer, por intermédio de alguns estudantes universitários, **Jaime Petit da Silva**, que era secundarista. Então, "*passou a encontrar-se com **Jaime** e outros colegas que participavam de movimentos de esquerda, ocasião em que debatiam a situação do País e do povo brasileiro*". (ACE A098199/76)

Jana Moroni Barroso (codinomes: Cristina, Ângela) – De acordo com informe da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 16 de junho de 1973, **Mauro Brandão Carneiro**, em seu depoimento, afirmou que **Jana Moroni Barroso** fazia parte, em 1970, do Comitê Universitário do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ocupava a função de Secretária da Seção de Agitação e Propaganda, cuja

responsabilidade principal era a edição do jornal "*A Luta*", depois chamado de "*A Verdade*". Juntamente com **Jana Moroni Barroso**, faziam parte dessa Seção, em 1970, **João Carlos Wineski** e **Lúcia Maria de Souza**. Em maio de 1971, **Jana** participou de uma reunião do Comitê Regional do PCdoB, cuja pauta principal foi fazer "*um balanço político do Setor Universitário, com efetivos, finanças e ações realizadas (campanhas), sendo a reunião encerrada com uma aula de* ***Armando Teixeira Frutuoso****, sobre a importância do Partido no Movimento Comunista Internacional*". Ao ser perguntado sobre a denominada "Área de Campo" do PCdoB, **Mauro Brandão Carneiro** respondeu que tomou conhecimento do deslocamento, em 1971, dos militantes **Jana Moroni Barroso** (Ângela), **João Carlos Wineski**, **Tobias Pereira Júnior, Antonio Teodoro de Castro**, **Selma Martins de Oliveira e Silva**, **Hélio Luiz Navarro de Magalhães**, **Maria Célia Corrêa**, **Elmo Corrêa**, **Luiz Renê Silveira e Silva**, e **Lúcia Maria de Souza**. E, em 1972, seguiram para a "Área de Campo" **Adriano Fonseca Filho** e **Dagoberto Alves Costa** (ACE C006269/82)

De acordo com o depoimento de **Nelson Nahon, Jana Moroni Barroso** formava, juntamente com **Lúcia Maria de Souza** (Marisa) a Seção de Agitação e Propaganda ligada à Direção do Setor Universitário do PCdoB, em meados de 1970 e que "*os membros do Comando do PCdoB conclamavam os militantes para se oferecerem*" para atuar junto aos camponeses na Área de Campo, sendo que **Jana Moroni Barroso** consta como militante que foi para a região de Marabá, por volta de 1970 ou de1971. (ACE C009819/83)

O nome de **Jana Moroni Barroso** (Ângela) consta na lista de militantes do PCdoB citados em depoimentos prestados no DOI/I EX, em 1973, segundo informa o dossiê da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 4 de abril de 1973. (ACE C006611/82)

De acordo com documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, afirmou o informante **José Antônio da Silva (Zezão)** que "***Zé Carlos*** *[****André Grabois****],* ***Piauí*** *[****Antônio de Pádua Costa****],* ***Cristina*** *[****Jana Moroni Barroso****],* ***Dina*** *[****Dinalva Conceição Oliveira Teixeira****] e outros elementos estiveram no dia 18 de março de 1973 na localidade Metade, onde falaram com um tropeiro que caminhava pela estrada. Que estavam bem armados, mas o tropeiro não identificou as armas. Foram também a um lugar de nome Chega Com Jeito. Iam a caminho da Feira do Saranzal, para se reunirem com a turma do* ***Oswaldão*** *na Serra das Andorinhas. Ao passar no trecho compreendido entre Cuxiú e Cacau, o informante encontrou três terroristas caçando. Os referidos elementos são conhecidos pelos nomes de* ***Pedro Carretel*** *[****Pedro Pereira de Souza****],* ***Manoel*** *e* ***Nelito*** *[****Nelson Lima Piauhy Dourado****]. Conversou com* ***Pedro Carretel****, o qual alertou-o a desaparecer da região, pois o 'pessoal' andava em seu encalço há muito tempo. Segundo o informante,* ***Pedro Carretel****, no mês de dezembro do ano passado, foi perseguido pelo Exército, conseguindo safar-se e posteriormente juntou-se aos terroristas. O pessoal do Exército botou fogo na casa do* ***Pedro****. Os elementos encontrados por* **José Antônio da Silva** *pertencem ao grupo de* ***Cristina****.* ***Pedro Carretel*** *estava com um rifle ainda desconhecido pelo nominado, por ser uma arma que, calçando 5 cartuchos, aceita as balas de fuzil, rifle e cartucho 36*". Segundo o informante **José Antônio da Silva**, "*um elemento chamado* ***Antonio Ferreira****, residente na localidade de Metade, encontrava-se enfermo, quando foi visitado pelos terroristas (há dois meses atrás) e por eles curado [...]. O grupo citado é comandado por* ***Cristina*** *[****Jana Moroni Barroso****] e é formado de 20 homens aproximadamente.* ***Oswaldão*** *tem sob seu comando 4 grupos; o primeiro, sob a chefia do próprio e compõe-*

se dos seguintes elementos: ***Lourival*** *[**Elmo Correa**],* ***João Goiano*** *[**Wandick Reidner Pereira Coqueiro**],* ***Dina*** *[**Dinalva Conceição**],* ***Lia*** *[**Telma Regina Cordeiro**],* ***Simão*** *[**Cilon da Cunha Brum**],* ***Zezinho*** *[**Miquéas Gomes de Almeida**] ,* ***Zé Fogoió*** *[**José Humberto Bronca**],* ***Amaury*** *[**Paulo Roberto Pereira Marques**],* ***Cleny*** *,* ***Geraldo*** *[**José Genoíno Neto**],* ***Suely*** *[**Suely Yumiko Kanayama**],* ***Pery*** *[**Pedro Alexandrino de Oliveira**],* ***Turca*** *(sic) [**Luiza Augusta Garlippe**],* ***Manoel***, ***Aparecido*** *com esposa e* ***Zé Ferreira*** *[**Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**]; o segundo grupo é comandado por* ***Dina****, e seus elementos são desconhecidos pelo informante; o terceiro, comandado por* ***Joca*** *[**Líbero Giancarlo Castiglia**], elementos também não identificados; e o quarto grupo sob comando de* ***Cristina*** *[**Jana Moroni Barroso**]*". (ACE A062588/73)

De acordo com o depoimento ao DOI/I EX, prestado por **Nelson Nahon**, datado de 20 de agosto de 1975, **Jana Moroni Barroso** era militante na Base Ho Chi Min, do Setor Universitário do PCdoB, fazendo parte, no período de 1971/1972, da Seção de Agitação e Propaganda, juntamente com o depoente e **Lúcia Maria de Souza**. Em outro depoimento, **Nelson Nahon** disse saber, com data aproximada, os militantes do PCdoB que foram para a "Área de Campo": "***Elmo Correa*** *(Fernando – 1971);* ***José Carlos Wineski*** *(1971);* ***Luis Renê Silveira e Silva*** *(Pedro – 1970/1971) ;* ***Telma Regina Cordeiro Correa*** *(1971);* ***Maria Célia Correia*** *(Rosa – 1971);* ***Lúcia Maria de Souza*** *(Marisa – 1971);* ***Adriano Fonseca Filho*** *(Alberto, Queixada – 1972);* ***Jana Moroni Barroso*** *(Ângela – 1970/1971) e* ***Dagoberto Alves Costa*** *(1972)*". (ACE C009819/83)

O documento produzido pela Agência Rio do Janeiro do SNI, em 4 de abril de 1973 contém uma lista de militantes do PCdoB citados em depoimentos prestados no DOI/I EX em 1973. Faz parte desta lista, dentre outros, **Jana Moroni Barroso** (Ângela). (ACE C006611/82)

João Carlos Haas Sobrinho (codinome: Juca) – Era filho de Ildefonso Haas e de Ilma Haas, nasceu em São Leopoldo/RS em 24 de junho de 1941, e residia à Rua Olavo Bilac, Porto Alegre/RS. (ACEs E008834/81 e A112996/72)

Segundo o documento da Delegacia Regional em São Paulo do Departamento de Polícia Federal (DPF) de 23 de novembro de 1972, consta o nome de **João Carlos Haas Sobrinho** no ítem *Relação de elementos subversivos*. Sobre seus dados de qualificação, consta que era filho de Ildefonso Haas e Ilma Haas. (ACE E008834/81)

Segundo o dossiê, **João Carlos Haas Sobrinho** viajou em 1965 à "*China Comunista*", para participar de um Curso de Capacitação Política (curso de guerrilha) na Academia Militar de Pequim. Ferido a bala num assalto a banco, foi operado no Hospital Boa Esperança, em Itaperica/SP. Em 1964, pertencia à Célula Estudantil do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e depois atuou no Diretório Municipal do PCdoB no Rio Grande do Sul. (ACE E004231/80)

O documento produzido pela 2ª Seção do II Exército, em 16 de março de 1971 apresenta um resumo de declarações prestadas por 11 pessoas no DOI-CODI do II Exército. Um dos depoimentos é de **Edgar de Almeira Martins** Segundo declarou ao DOI-CODI, em depoimento prestado "*à equipe de interrogatório preliminar 'B', das 9:30 às 23:40h do dia 12/02/1971*", **Edgar de Almeira Martins**, **Divino Ferreira de Souza** e outros foram convidados

para participar de uma delegação que iria "*fazer um curso na China Comunista*". Foram para São Paulo, e depois para o Rio de Janeiro "*onde cobriram individualmente o ponto com a '**Tia**', que no ponto do declarante, a '**Tia**' lhe forneceu uma passagem aérea da Varig até Paris, e mais a importância de 50 dólares, acreditando que os seus companheiros tenham recebido a mesma quantia, pois estavam hospedados no mesmo hotel e partiram no mesmo dia, no mesmo avião e com o mesmo destino*". Ao chegarem em Paris, um dos militantes foi "*manter o contato com elemento da embaixada chinesa conforme tinha sido estabelecido pelo Comitê Central do PCdoB*". Todos receberam a passagem para Pequim, via Roma-Xangai, bem como a quantia de 300 dólares. "*Que chegaram em Pequim onde foram recebidos por uma delegação do Comitê Central do PC da China, que os apresentou aos outros elementos da delegação brasileira que ali já se encontravam*".

A composição da delegação, após este contato, ficou assim constituída: **Edgar de Almeira Martins** (chefe da delegação), **Divino Ferreira de Souza**, **João Carlos Haas Sobrinho** (José de Porto Alegre), **Micheas Gomes de Almeida**, **Nelson Lima Piahui Dourado**, "**Paulo de Tal**", **ROBERTO CARLOS DE FIGUEIREDO**, **Derly José de Carvalho**, **Jonas Jose Grisotto**, "**Paulo da Guanabara**", **José Vieira da Silva Junior**, **Manoel Luiz Vieira de Souza Coelho** e "**Waldomiro de Tal**". Ainda de acordo com as declarações de **Edgar de Almeira Martins**, este foi o terceiro curso de guerrilha na China patrocinado pelo PCdoB. "*Que o curso de guerrilha que o depoente frequentou, juntamente com seus companheiros, iniciou-se em meados de março de 1966. Que o referido curso, ministrado por oficiais do Exército chinês, através de intérpretes, teve duas fases, sendo que a primeira fase teve duração de 3 meses, cujas aulas foram ministradas em Pequim. Que nessa primeira fase, denominada fase política, a delegação estudou tudo sobre revolução chinesa e as relações da China Comunista com a Rússia (divergências). Que essas aulas eram ministradas na Universidade de Pequim onde ficaram alojados. Que a segunda fase, denominada de curso militar, também teve 3 meses de duração e suas aulas foram ministradas na Academia Militar de Nanquim. Que nessa fase do curso a delegação estudou toda a teoria sobre arma e munição, teve também aulas práticas de tiros e desmontagem e montagem de armas, explosivos (sua manipulação e uso, exercícios de campo, etc. Que nessa época estavam, também, na China Comunista, fazendo curso de guerrilhas, as delegações do Peru, Colômbia, África e Asiática (Laos). Que cada delegação tinha de 8 a 15 elementos cada e a Asiática era a maior. Que após o término do curso toda a delegação foi deslocada de Nanquim para Pequim onde ficaram aguardando instruções para o retorno ao Brasil. Que em Pequim a delegação encontrou-se com **Ângelo Arroio**, membro do Comitê Central do PCdoB que para ali seguiu a fim de supervisionar o retorno dos elementos daquela delegação. Que a delegação, então, seguiu para Xangai donde retornariam*".

No retorno da China, diz **Edgar de Almeira Martins**, a delegação saiu de Xangai em dois grupos: no primeiro estavam, entre outros, **João Carlos Haas Sobrinho** e **Divino Ferreira de Souza,** que seguiram para Paris. Em Paris, foram avisados que "*o serviço secreto do Exército brasileiro tinha o nome de todos os membros da delegação, que tinha sido fornecido por **Tarzan de Castro**, que tinha caído*". E que havia "*sido montado um esquema para a prisão de todos os elementos daquela delegação*". Diante de tal situação, seguiram para a Albânia para aguardar novas instruções. O grupo aguardou em Xangai, que incluía o declarante, **Micheas Gomes** e **Nelson Lima**, ficou excursionando o nordeste da China. Em janeiro de 1967, os dois

grupos se reuniram em Paris e retornaram ao Brasil, via "*Paris-Bogotá-Letícia-Manaus-Guanabara*". (ACE E004231/80)

O documento *Atividades do Partido Comunista do Brasil* produzido pelo CISA (Centro de Informações da Aeronáutica) em 22 de novembro de 1972, trata sobre as atividades do PCdoB em Xambioá (GO). Segundo este documento, "*o guerrilheiro, que participou de curso na China,* ***João Carlos Haas Sobrinho*** *foi médico do Hospital de Porto Franco, durante, aproximadamente, dois anos*". (ACE A054616/72)

Documento produzido pela Agência Belém do SNI, em 27 de julho de 1973, trata da atuação de organizações de esquerda no sudeste do Pará. Foi destacado que a única organização com presença significativa na região era o PCdoB, e que naquele Estado atuava sob a sigla **MOLIPO**. Os líderes do movimento, que contaria com "*cerca de cem adeptos*" na região do Araguaia, seriam **Oswaldo Orlando da Costa** (Oswaldão), **Dinalva Conceição Oliveira** (Dina) e um militante conhecido como "**Paulo**"; como militantes foram citados, ainda, **Amaury de Azevedo Siqueira**, **Áurea Eliza Pereira**, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**, **Arilson Valadão**, **Carlos Nicolau Danieli**, **Carlos Victor Alves Dalamonica**, **Edgar de Almeira Martins**, **Gerson Alves Pereira**, **Gilberto Aarão Reis**, **João Carlos Haas Sobrinho** e **José Germino (sic) Neto**, dentre outros. Também segundo o documento, "*consta que ultimamente '****Oswaldão****' se mostrava contente pela entrada de 'gente nova' em suas fileiras, proveniente de regiões externas à área*". Após um período de redução de sua atuação na área, "*os componentes dos Destacamentos que compõem o Comando Militar do PCdoB reiniciaram as suas atividades na região compreendida entre Xambioá, Araguanã, São Geraldo, Gameleira, Santa Cruz e Palestina. Encontram-se atualmente executando trabalho de massa junto à população local, e [pelos] informes recebidos, indicam que receberam reforço de pessoal e material para prosseguirem o trabalho na implantação de Guerrilha Rural naquela região. A partir de dezembro de 1972, os caboclos que tiveram contato com elementos dos Destacamentos B e C, verificaram que eles portaram novas armas [...]. Todavia, com exceção dos militantes que estão há pouco tempo na área, os antigos estão bastante debilitados e quase todos atacados de malária*". Também segundo o documento, "***Dejaci de Tal*** *fazia parte da Rede de Apoio dos Destacamentos*", e "*colaborou muito com o* ***João Carlos Haas Sobrinho*** *(Juca), quando este operava em Xambioá*". (ACE A065116/73)

O documento da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, datado de 28 de março de 1972, contém uma relação de militantes em organizações de esquerda que eram de interesse dos órgãos de informações. No rol de militantes do PCdoB foram listados **João Carlos Haas Sobrinho** e **José Humberto Bronca**. (ACE G010968/85)

O documento do Centro de Informações da Polícia Federal (DI/DPF), de 3 de agosto de 1972, apresenta uma listagem de militantes de diversas organizações de esquerda (documento semelhante ao ACE G010968/85). São identificados como militantes do PCdoB, **João Carlos Haas Sobrinho** e **José Humberto Bronca,** com respectivos dados de qualificação. (ACE I002888/81)

No documento da Agência Central do SNI de 21 de agosto de 1967, constam os seguintes dados de qualificação de **João Carlos Haas Sobrinho**: nasceu no Rio Grande do Sul em 24 de junho de 1941 e era médico. (ACE A008118/80)



José Humberto Bronca ou José Huberto Bronca (codinomes: Russo, Daniel, Baixinho, Dino, Zé Fogoio, Zezinho, Zé das Neves, Mário) – O documento da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 20 de outubro de 1966, tem, em anexo, as cópias dos depoimentos de **Tarzan de Castro** e **Gerson Alves Parreira**, prestados ao major **Oscar da Silva** no quartel da Fortaleza de São João.

Em seu depoimento, **Gerson Alves Parreira** diz que, no ano de 1965, fez um curso de capacitação política na China. Com ele, estavam **José Humberto Bronca** (Dino), **Miguel Pereira dos Santos**, **Tarzan de Castro**, **Paulo de Assunção Gomes, H.C.S**, **Amaro Luiz de Carvalho**, **José Manoel, Hélio Ramires Garcia** e **Ari Olguim da Silva**. Perguntado sobre "*quantos meses foi ministrado o referido curso, respondeu que foram necessários cinco meses, com aulas intensivas, sendo que o curso fora dividido em duas etapas, dois meses e meio para os ensinamentos do temas políticos e dois meses e meio para os ensinamentos dos temas militares, sendo que a matéria ministrada nos temas militares foram ensinadas na Academia Militar de Nanquim. Perguntado quais foram as matérias aplicadas para preparação dos alunos desse curso, respondeu que o programa político fora composto dos seguintes temas: a luta contra o revisionismo, o problema do movimento camponês na China na Revolução Democrática de Novo Tipo, a construção do Partido, o trabalho entre as massas, o trabalho secreto, a luta armada, incluindo palestras sobre o movimento sindical, feminino e estudantil e uma aula sobre filosofia, bem como o tema sobre a frente única. O programa militar fora composto dos seguintes temas: a base de apoio revolucionário, formação do exército popular, estratégia e tática da guerra de guerrilhas e da revolução popular em si e engenharia militar*". Com relação ao encerramento do curso, **Gerson Alves Parreira** "*respondeu que o curso terminou em novembro, contudo o depoente, juntamente com* **Paulo de Assunção Gomes**, **Hélio Ramires Garcia**, ***José Humberto Bronca*** *e* ***Miguel Pereira dos Santos****, embarcaram em Pequim, de volta ao Brasil, no dia 29 de dezembro de 1965, com passagens fornecidas pelo Partido Comunista da China até Paris e a quantia de 600 dólares americanos, para compra da passagem de Paris até o Brasil, sendo que o grupo foi dividido em dois, viajando o depoente de Paris para o Brasil sozinho, visto que os outros companheiros fizeram outros itinerários a fim de despistar o máximo para o desembarque no Brasil*".

Em 7 de janeiro de 1966, continua **Gerson Alves Parreira**, ele e **José Humberto Bronca** (que, de acordo com o documento, foi o Chefe da Delegação que foi à China), mantiveram contato, e este lhe deu 20 mil cruzeiros para hospedagem na cidade de São Paulo. No dia 12 de janeiro, **José Humberto Bronca** "*apanhou*", em determinado ponto da cidade, **Gerson Alves Parreira**, **Miguel Pereira dos Santos** e outros dois companheiros, "*para levá-los, de Kombi, até o aparelho do Comitê Central do PCdoB [Partido Comunista do Brasil]. Todos participaram, no dia seguinte, de reunião do PCdoB*", que contou com **João Amazonas**, **Maurício Grabois** e

Pedro Pomar. Nesta reunião, afirmou **Gerson Alves Parreira** que recebeu a incumbência de trabalhar em Goiânia, no intuito de aplicar o conhecimento adquirido no curso na China, "*sendo informado que os companheiros **Divino Pereira de Souza** e **Micheas Gomes de Almeida** iriam se afastar da região [de Goiânia], por um período de 4 a 6 meses*" para, segundo informam os agentes do Exército, participar do mesmo curso de capacitação feito por **Gerson Alves Parreira.** Depois de retornarem a Goiânia, ***Micheas Gomes de Almeida*** e **Divino** iriam atuar na zona rural do estado de Goiás. (ACE CC008397/83008397)

O documento do Centro de Informações da Polícia Federal (DI/DPF), de 3 de agosto de 1972, apresenta uma listagem de militantes de diversas organizações de esquerda (documento semelhante ao ACE G010968/85). São identificados como militantes do PCdoB, **João Carlos Haas Sobrinho** e **José Humberto Bronca**, e documento contém seus respectivos dados de qualificação. (ACE I002888/81)

O documento produzido pela 2ª Seção do II Exército, em 16 de março de 1971 apresenta um resumo de declarações prestadas por 11 pessoas no DOI-CODI do II Exército. Um dos depoimentos é de **Edgar de Almeira Martins** Segundo declarou ao DOI-CODI, em depoimento prestado "*à equipe de interrogatório preliminar 'B', das 9:30 às 23:40h do dia 12/02/1971*", **Edgar de Almeira Martins**, **Divino Ferreira de Souza** e outros foram convidados para participar de uma delegação que iria "*fazer um curso na China Comunista*". Foram para São Paulo, e depois para o Rio de Janeiro "*onde cobriram individualmente o ponto com a '**Tia**', que no ponto do declarante, a '**Tia**' lhe forneceu uma passagem aérea da Varig até Paris, e mais a importância de 50 dólares, acreditando que os seus companheiros tenham recebido a mesma quantia, pois estavam hospedados no mesmo hotel e partiram no mesmo dia, no mesmo avião e com o mesmo destino*". Ao chegarem em Paris, um dos militantes foi "*manter o contato com elemento da embaixada chinesa conforme tinha sido estabelecido pelo Comitê Central do PCdoB*". Todos receberam a passagem para Pequim, via Roma-Xangai, bem como a quantia de 300 dólares. "*Que chegaram em Pequim onde foram recebidos por uma delegação do Comitê Central do PC da China, que os apresentou aos outros elementos da delegação brasileira que ali já se encontravam*". A composição da delegação, após este contato, ficou assim constituída: **Edgar de Almeira Martins** (chefe da delegação), **Divino Ferreira de Souza**, **João Carlos Haas Sobrinho** (José de Porto Alegre), **Micheas Gomes de Almeida**, **Nelson Lima Piahui Dourado**, "**Paulo de Tal**", **Roberto Carlos de Figueiredo**, **Derly José de Carvalho**, **Jonas José Grisotto**, "**Paulo da Guanabara**", **José Vieira da Silva Junior**, **Manoel Luiz Vieira de Souza Coelho** e "**Waldomiro de Tal**". Ainda de acordo com as declarações de **Edgar de Almeira Martins**, este foi o terceiro curso de guerrilha na China patrocinado pelo PCdoB. A primeira delegação, que saiu do Brasil em março de 1965, fora chefiada por **José Humberto Bronca**. A segunda delegação, de fins de 1965, contou com **Manoel José Nurchis**. "*Que o curso de guerrilha que o depoente frequentou, juntamente com seus companheiros, iniciou-se em meados de março de 1966. Que o referido curso, ministrado por oficiais do Exército chinês, através de intérpretes, teve duas fases, sendo que a primeira fase teve duração de 3 meses, cujas aulas foram ministradas em Pequim. Que nessa primeira fase, denominada fase política, a delegação estudou tudo sobre revolução chinesa e as relações da China Comunista com a Rússia (divergências). Que essas aulas eram ministradas na Universidade de Pequim onde ficaram alojados. Que a segunda fase, denominada de curso militar, também teve 3 meses de duração e suas aulas foram ministradas na*

Academia Militar de Nanquim. Que nessa fase do curso a delegação estudou toda a teoria sobre arma e munição, teve também aulas práticas de tiros e desmontagem e montagem de armas, explosivos (sua manipulação e uso, exercícios de campo, etc. Que nessa época estavam, também, na China Comunista, fazendo curso de guerrilhas, as delegações do Peru, Colômbia, África e Asiática (Laos). Que cada delegação tinha de 8 a 15 elementos cada e a Asiática era a maior. Que após o término do curso toda a delegação foi deslocada de Nanquim para Pequim onde ficaram aguardando instruções para o retorno ao Brasil. Que em Pequim a delegação encontrou-se com ***Ângelo Arroio****, membro do Comitê Central do PCdoB que para ali seguiu a fim de supervisionar o retorno dos elementos daquela delegação. Que a delegação, então, seguiu para Xangai donde retornariam*".

No retorno da China, conforme **Edgar de Almeira Martins**, a delegação saiu de Xangai em dois grupos: no primeiro estavam, entre outros, **João Carlos Haas Sobrinho** e **Divino Ferreira de Souza,** que seguiram para Paris. Em Paris, foram avisados que "*o serviço secreto do Exército brasileiro tinha o nome de todos os membros da delegação, que tinha sido fornecido por* ***Tarzan de Castro****, que tinha caído*". E que havia "*sido montado um esquema para a prisão de todos os elementos daquela delegação*". Diante de tal situação, seguiram para a Albânia para aguardar novas instruções. O grupo aguardou em Xangai, que incluía o declarante, ***Micheas Gomes de Almeida*** e **Nelson Lima**, ficou excursionando o nordeste da China. Em janeiro de 1967, os dois grupos se reuniram em Paris e retornaram ao Brasil, via "*Paris-Bogotá-Letícia-Manaus-Guanabara*". (ACE E004231/80)

Segundo o documento da Delegacia Regional em São Paulo do DPF de 23 de novembro de 1972, consta o nome de **José Huberto Bronca** (Dino) no item *Relação de elementos subversivos*. Em seus dados de qualificação, consta que é filho de Huberto Atteo Bronca e de Ermelinda Mazaferro Bronca. (ACE E008834/81)

No documento do CENIMAR (Centro de Inteligência da Marinha), de 5 de maio de 1971, **José Humberto Bronca** é citado, juntamente com **João Amazonas**, em depoimento prestado por **Edgar de Almeida Martins** sobre o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). (ACE A035932/71)

O documento da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, datado de 28 de março de 1972, contém uma relação de militantes em organizações de esquerda que eram de interesse dos órgãos de informações. No rol de militantes do PCdoB foram listados **João Carlos Haas Sobrinho** e **José Humberto Bronca**. Sobre este último, o documento informa que era mecânico de avião e era "*elemento foragido*". Em 1967, seu nome "*constou de uma relação de elementos que viajaram para China comunista para fazer curso de guerrilhas*" (grifo do documento). Desde 1968, **José Humberto Bronca** era procurado pelo DOPS/RS por ter participado do referido curso. (ACE G010968/85)

O relatório do CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), de 22 de novembro de 1972, intitulado *Atividades do Partido Comunista do Brasil*, trata das atividades do PCdoB em Xambioá (GO). No item referente a São Félix há informações de que *"[...] na fazenda Suiá Missu foi constatada a presença de vários elementos estranhos, sem a aparência comum de trabalhador do campo, à procura de emprego que exigisse deles curta permanência no campo. Entre eles se destacam dois elementos que, em maio de 1972, chegaram à referida fazenda pedindo emprego. Um dos elementos foi identificado, através de fotografia, como sendo* ***José Humberto Bronca*** *– Zé Fogoió. Como não lhes foi dado serviço, prosseguiram para São Félix e de lá*

para Santa Teresinha". Ainda segundo o documento, "*'**Zé Fogoió**' é guerrilheiro do PCdoB em Xambioá e é cursado na China Comunista*". (ACE A054616/72)

O documento da Agência Central do SNI, de 1° de março de 1973, retransmite informe da 2ª Seção da 11ª RM, sobre **José Humberto Bronca**. Além da filiação, o documento lista alguns codinomes de **José Humberto** (Russo, Daniel, Baixinho e Dino). Ainda de acordo com o documento, o militante do PCdoB **José Ely Kenupp**, em depoimento ao I EX., disse que **José Humberto Bronca** era também militante do PCdoB e que estava, naquele ano de 1973, atuando em Duque de Caxias/RJ. (ACEs A054921/73 e G010368/84)

O documento do I Exército, de 7 de janeiro de 1977, traz o depoimento de **Wladimir Pomar** sobre suas atividades políticas. De acordo com as declarações do depoente, em junho ou julho de 1966, ele e **José Humberto Bronca** (Zé Fogoio, Zezinho, Zé das Neves, Mário) participaram da Conferência Nacional do PCdoB, em São Paulo. (ACE C007021/82)

No dossiê, produzido em 12 de janeiro de 1983 pela Agência Goiânia do SNI, há vários prontuários de militantes de organizações de esquerda; entre eles está o de **José Humberto Bronca** (Dino). Em sua ficha, constam os seguintes dados de qualificação: filho de Humberto Atted Bronca e Ermalinda Musa Ferro, natural de Porto Alegre/RS, nascido em 9 de setembro de 1934, residente em São Paulo, na Praça Júlio Prestes e em Guanabara, na Avenida Osvaldo Aranha. Também constam em seu prontuário as seguintes informações: entre 1949 e 1952, "*estudou na Escola Técnica Paraben, sendo repetente da quarta série ginasial e tendo sido desligado daquela escola sem concluir o curso; tem dois irmãos, **Carlos** e **Humberto**; trabalhou possivelmente na Varig, de onde pediu demissão. Sua função naquela companhia era no trabalho de mecânico*". Em maio de 1965, "*fez Curso de Capacitação Política e Militar na China Comunista, juntamente com **Miguel Pereira dos Santos**, **Germino Alves Pereira**, **Tarzan de Castro**, **Paulo de Assunção Gomes**, **H.C.S.**, **Antonio Leoni Coelho**, **José Manoel**, **Hélio Ramires Garcia** e **Ari Olguin da Silva** [...]. Na China, o grupo brasileiros era dirigido por um secretariado composto do epigrafado, **José Manoel** e **Ari Olguin da Silva**, os quais faziam parte do Comitê Coletivo*". **José Humberto Bronca** "*transitou pela localidade de Karachi/Paquistão*" antes de chegar em Pequim. Ainda segundo o prontuário, em junho de 1966, **José Humberto Bronca** era militante do PCdoB gaúcho e participou da VI Conferência Nacional do Partido, em São Paulo. (ACE R004191/83)

Documento produzido pela Agência Belém do SNI em 27 de julho de 1973 trata da atuação de organizações de esquerda no sudeste do Pará. Foi destacado que a única organização com presença significativa na região era o PCdoB e que naquele Estado atuava sob a sigla **MOLIPO**. Os líderes do movimento, o qual contaria com "*cerca de cem adeptos*" na região do Araguaia, seriam **Oswaldo Orlando da Costa** (Oswaldão), **Dinalva Conceição Oliveira** (Dina) e um militante conhecido como "**Paulo**"; como militantes foram citados, ainda: **Amaury de Azevedo Siqueira**, **Áurea Eliza Pereira**, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**, **Arilson Valadão**, **Carlos Nicolau Danieli**, **Carlos Victor Alves Dalamonica**, **Edgar de Almeira Martins**, **Gerson Alves Pereira**, **Gilberto Aarão Reis**, **João Carlos Haas Sobrinho** e **José Germino Neto**, dentre outros. Também segundo o documento, "*consta que ultimamente '**Oswaldão**' se mostrava contente pela entrada de 'gente nova' em suas fileiras, proveniente de regiões externas à área*". Após um período de redução de sua atuação na área, "*os componentes*

dos Destacamentos que compõem o Comando Militar do PCdoB reiniciaram as suas atividades na região compreendida entre Xambioá, Araguanã, São Geraldo, Gameleira, Santa Cruz e Palestina. Encontram-se atualmente executando trabalho de massa junto à população local e, dos informes recebidos, indicam que receberam reforço de pessoal e material para prosseguirem o trabalho na implantação de Guerrilha Rural naquela região. A partir de dezembro de 1972, os caboclos que tiveram contato com elementos dos Destacamentos B e C, verificaram que eles portaram novas armas [...]. Todavia, com exceção dos militantes que estão há pouco tempo na área, os antigos estão bastante debilitados e quase todos atacados de malária". (ACE A065116/73)

Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, "***Oswaldão*** *tem sob seu comando 4 grupos; o primeiro, sob a chefia do próprio e compõe-se dos seguintes elementos:* ***Lourival*** *[**Elmo Correa**],* ***João Goiano*** *[**Wandick Reidner Pereira Coqueiro**],* ***Dina*** *[**Dinalva Conceição**],* ***Lia*** *[**Telma Regina Cordeiro**],* ***Simão*** *[**Cilon da Cunha Brum**],* ***Zezinho*** *[**Miquéas Gomes de Almeida**] ,* ***Zé Fogoió*** *[**José Humberto Bronca**],* ***Amaury*** *[**Paulo Roberto Pereira Marques**],* ***Cleny*** *,* ***Geraldo*** *[**José Genoíno Neto**],* ***Suely*** *[**Suely Yumiko Kanayama**],* ***Pery*** *[**Pedro Alexandrino de Oliveira**],* ***Turca*** *(sic) [**Luiza Augusta Garlippe**],* ***Manoel***, ***Aparecido*** *com esposa e* ***Zé Ferreira*** *[**Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**]; o segundo grupo é comandado por* ***Dina***, *e seus elementos são desconhecidos pelo informante; o terceiro, comandado por* ***Joca***, *elementos também não identificados; e o quarto grupo sob comando de* ***Cristina*** *[**Jana Moroni Barroso**]*". (ACE A062588/73)

O documento da Agência Central do SNI, de 1° de março de 1973, retransmite informe da 2ª Seção da 11ª RM, sobre **José Humberto Bronca**. O documento lista alguns codinomes de **José Humberto** (Russo, Daniel, Baixinho e Dino). Ainda de acordo com o documento, o militante do PCdoB **José Ely Kenupp**, em depoimento ao **I EX.**, diz que **José Humberto Bronca** era também militante do PCdoB e que estava, naquele ano de 1973, atuando em Duque de Caxias/RJ. Segundo o documento, **José Humberto Bronca** é natural de Porto Alegre/RS e filho de Humberto Ateu Bronca e Ermalinda Macaferro Bronca, e possui curso na China. (ACE G010368/84)

No documento da Agência Central do SNI de 21 de agosto de 1967, constam os seguintes dados de qualificação de **José Huberto Bronca** (Dino): nasceu no Rio Grande do Sul em 8 de setembro de 1934 e era mecânico de avião. (ACE A008118/80)

Segundo o documento da Delegacia Regional em São Paulo do DPF de 23 de novembro de 1972, consta o nome de **José Huberto Bronca** (Dino) em *relação de elementos subversivos*. Em seus dados de qualificação, consta que era filho de Huberto Atteo Bronca e de Ermelinda Mazaferro Bronca. (ACE E008834/81)

A Agência São Paulo do SNI produziu, em 7 de agosto de 1968, o documento "Assalto *a bancos*". Seus agentes acreditavam que os assaltos ocorridos neste período na cidade de São Paulo tinham "*possível vinculação a organizações subversivas ('linha chinesa')*". **José Huberto Bronca** é citado em uma lista que elenca "*elementos que seguiram para a China Comunista a fim de fazer curso de Capacitação Política e Treinamento de Guerrilhas*". Sobre ele, consta que era "*filho de Huberto Atteo Bronca e Ermelida Mazaferro Bronca, brasileiro, natural de Rio Grande do Sul, Mecânico, nascido em 8 de setembro de 1934, residente à rua Oswaldo Aranha*". (ACE C015960/68)

José Lima Piauhy Dourado ou José Lima Piauhi Dourado (codinomes: José, Ivo, Zé Piauhy e Mário) – No *Relatório Final do Inquérito nº52/71-SOPS-DR/DPF instaurado para apurar responsabilidade criminal de elementos militantes da AP [Ação Popular] e PCdoB [Partido Comunista do Brasil]*, contido no dossiê da Agência Salvador do SNI, de 5 de julho de 1972, **José Lima Piauhy Dourado**, com os codinomes "**Zé Piauhy**" e "**Mário**", aparece como militante de base do PCdoB - Movimento Estudantil, tido por foragido. Foi citado, também, no depoimento de **Oswaldo Gouveia Ribeiro**, também indiciado no Inquérito, como componente da célula na Escola Técnica Federal de Salvador onde foi aluno, e do Comitê Secundarista do PCdoB. **Valdenor Moreira Cardoso**, outro indiciado no Inquérito, também cita "**Zé Piauhy**" ao relatar uma reunião realizada, em outubro de 1970, pela Associação Baiana de Estudantes Secundaristas (ABES), no Colégio Marista, que tratou da campanha pelo voto nulo. Afirmou, ainda, que frequentou uma "*casa-aparelho*" situada no Bairro Pernambués em Salvador, na qual rodavam o jornal "*A Luta*" em mimeógrafo. É, ainda, citado, por **Paulo Jorge Nunes de Araújo**, proprietário do "*aparelho*" acima citado, e que era "*amigo de longa data de **José Piauhy**, sendo que este abusando de sua confiança e pouca instrução conduziu para sua casa dois mimeógrafos e uma máquina de escrever, utilizando-os na preparação de panfletos subversivos, ali permanecendo por cerca de dois meses [...]*". **José Piauhy** é também apontado por outra indiciada como sendo um dos militantes responsáveis pela orientação política aos demais estudantes ligados ao PCdoB em Salvador, juntamente com **Uirassu de Assis Batista**. (ACE A047732/72)

No documento produzido em 10 de setembro de 1979 pelo Departamento de Policia Federal da Superintendência Regional da Bahia, **José Lima Piauhy Dourado** é citado na "*relação de condenados e absolvidos em crimes contra a Segurança Nacional [...] na conformidade da Portaria n. 43/79 [...] e considerando os termos da Lei n. 6683, de 28 de agosto de 1979, que concedeu anistia a crimes políticos*". (ACE P000287/79)

José Maurílio Patrício ou José Amaurílio Patrício – Documento do DOPS do Espírito Santo, de 9 de janeiro de 1981, com base em reportagem do Jornal "*A Gazeta*" do dia 17 de maio de 1973, apresenta dados biográficos de alguns militantes de esquerda. Sobre **José Maurílio Patrício**, o documento registra que, em 9 de abril de 1973, um promotor iria apresentar denúncia à 1ª Auditoria da Aeronáutica contra **José Maurílio** e outras 29 pessoas, todos acusados de atividades subversivas. (ACE C005132/81)

No documento da Agência Central do SNI de 3 de junho de 1973, **José Maurílio Patrício** consta na lista dos estudantes presos no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, com os seguintes dados de qualificação: nascido em Santa Teresa/ES, filho de Joaquim Patrício e Isaura de Souza Patrício e residente na Universidade Rural do Rio de Janeiro, bloco 3, onde era estudante. (ACE A112996/72)

No documento do CIE (Centro de Informações do Exército), de 22 de novembro de 1973, e no documento do DOPS/SP em 5 de abril de 1973, **José Maurílio Patrício** está listado como um dos presos no XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna. Em seus dados de qualificação, consta que era

estudante do 2º ano da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nascido em Santa Tereza/ES, filho de Joaquim Patrício e Izaura de Souza Patrício. (ACEs A046670/84 e E003019/80)

José Toledo de Oliveira ou José Antônio de Oliveira (codinome: Vitório) – O documento da Agência do Rio de Janeiro do SNI, produzido em 18 de outubro de 1968, apresenta depoimento de **A.E.** que assegurou que, nos dias 19, 20, 21 e 25 de novembro de 1968, realizar-se-iam eleições para a Diretoria do Sindicato dos Bancários da Guanabara. Uma das chapas era encabeçada por **José Toledo de Oliveira**. Segundo informações do dossiê, **José Toledo** foi preso, juntamente com **Kléber Lemos da Silva** e **Sérgio de Souza Bahia**, no dia 28 de abril de 1968, na região da Rocinha, "*enquanto distribuía panfletos considerados subversivos; foi recolhido ao 8º G A Cos M*". Ainda de acordo com o documento, constava nos arquivos do DOPS/Guanabara as seguintes informações sobre **José Toledo de Oliveira**: "*foi indiciado no IPM/709 como comunista; teve participação muito ativa durante o último Congresso Nacional dos Bancários realizado em Recife/PE*", onde foi preso juntamente com outros bancários. "*Em novembro de 1966, fez parte de uma diretoria cuja posse foi embargada; posteriormente, foi incluído em uma chapa única como representante junto ao Conselho da Federação dos Bancários; o Ministério do Trabalho embargou sua posse*" - contudo, segundo informe do DOPS de 20 de setembro de 1968, **José Toledo** "*tomou posse no cargo para o qual havia sido eleito e não empossado*". Consta que "*era um dos membros dirigentes do Movimento de Unidade Democrática, entidade comunista, que agia junto aos bancários, principalmente por ocasião das eleições sindicais e movimentos reivindicatórios políticos. A entidade tomava a si a responsabilidade da eclosão de greves no meio bancário. [...] Por ocasião do último reajuste salarial, **Toledo**, apesar de fazer parte da atual Diretoria, ficou em franca oposição ao compromisso de 30% com os banqueiros, e, juntamente com outros elementos, na sua totalidade universitários, tumultuou a assembleia do dia 1º de outubro de 1968*". (ACE C020896/68)

O documento produzido pelo DOPS/Guanabara, datado de 12 de dezembro de 1968, afirma que **José Toledo de Oliveira** compareceu à sede do Sindicato dos Empregados em Entidades da Cultura para a Reunião da Comissão Coordenadora de Reivindicações dos Trabalhadores na condição de representante dos bancários. Nesta reunião discutiu-se, entre outros assuntos, o Plano Nacional de Saúde, reajustes de salários e a participação de representantes dos trabalhadores na campanha de libertação de todos os presos políticos. (ACEs C024113 e C020896/68)

Conforme o documento do SNI de 6 de maio de 1969, **José Toledo de Oliveira** era considerado como um dos líderes sindicais do movimento de bancários da Guanabara – sendo "*ex-membro da Diretoria do Sindicato dos Bancários da Guanabara*". (ACE A068250/69)

O documento produzido pela Agência Central do SNI, de 22 de setembro de 1969, registra que grande quantidade de "*material subversivo*" fora apreendido pelo DOPS/Guanabara na residência de **José Toledo de Oliveira**, o que comprovaria sua atuação sindical. De acordo com o documento, **José Toledo**, **Hélio Januário** e **Roberto Percinoto** "*constituíam um Grupo Ativo do Partido [Partido Comunista do Brasil (PCdoB)], agindo no meio bancário da Guanabara, quer diretamente, através do Sindicato, quer através das Comissões de Empresas, estruturadas nos bancos em obediência*

à linha traçada pelo PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário] ou PCdoB, cujos métodos de ação são afins". (ACE A017951/69)

De acordo com o documento da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 31 de dezembro de 1969, que encaminha um documento do CENIMAR (Centro de Inteligência da Marinha) de 17 de dezembro de 1969, **José Toledo de Oliveira** foi indiciado no terceiro IPM (julho/1969) instaurado pelo 1º Distrito Naval no ano de 1969. Foi qualificado como "*militante do PCdoB estruturado a uma Organização de Base dos Bancários*". (ACE A050808/72)

O documento produzido pelo CIE (Centro de Informações do Exército), em 11 de maio de 1970, contém uma listagem de pessoas procuradas pelo CODI/I EX, e uma fotografia de **José Toledo de Oliveira** – que aparece sob o nome de **José Antônio de Oliveira**. (ACEs C003096/70)

No documento do CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), de 19 de janeiro de 1971, **José Toledo de Oliveira** é listado como militante do PCBR, e registrado como "*preso*". (ACE A025912/71)

O documento da Agência Belém do Pará do SNI, de 29 de março de 1971, relaciona pessoas com prisão preventiva decretada e que estavam foragidas até março de 1971. Foi solicitado, ainda, que quaisquer novas informações fossem encaminhadas ao Comando da 8ª R.M. Nesta listagem consta **José Toledo de Oliveira**, sob o nome de **José Antonio de Oliveira**. (ACE A035813/71)

No documento da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de outubro de 1972, consta que a Junta Interventora instaurada no Sindicato dos Bancários da Guanabara apreendeu, no cofre deste sindicato, um documento, "*redigido na prisão por **José Toledo de Oliveira** e fazendo mensão (sic) às torturas que lhe foram impostas pelas autoridades*" – esta declaração, segundo o dossiê, "*é narrativa de próprio punho, subscrita por **José Toledo de Oliveira** e dirigida ao Senhor Ministro da Justiça, com firma reconhecida*" por tabelião. De acordo com o depoimento de **Manoel Messias Menezes** à Junta Interventora, fora o sindicato que financiara a defesa de **José Toledo**. Diz ainda a Junta Interventora que o ex-presidente do Sindicato dos Bancários "*mantinha seguidas e estreitas relações com **José Toledo de Oliveira**, em 1969, época em que este se movimentava ativa e suspeitamente no ambiente dos bancários*". Uma vez detido na Ilha das Flores, **José Toledo** e outros bancários foram visitados por um colega de profissão, conforme descrito em ata do Sindicato de 14 de outubro de 1969. (ACE A050808/72)

Dossiê composto por vários documentos do DOI/I EX, todos do ano de 1974, apresenta depoimentos de militantes de organizações de esquerda considerados subversivos. Segundo informações prestadas por **Antonio Borges de Oliveira** em depoimento de 12 de setembro de 1974, **José Toledo de Oliveira** (Vitório), junto com outros bancários, fez parte, entre 1962 e 1964, de uma comissão sindical de funcionários do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Agência Ramos. Este grupo era denominado "*ativistas sindicais*". Após um período de estagnação das atividades, o depoente e **José Toledo** começaram a reorganizar a comissão sindical. Posteriormente ingressou no PCBR, tendo por contato o próprio **José Toledo**. Em outro depoimento (este em 17 de setembro de 1974), o mesmo **Antonio Borges de Oliveira** afirmou que a casa de **José Toledo de Oliveira** abrigou, no biênio 1967-1968, diversas reuniões do Partido. Em reunião de início de julho de 1968, **José Toledo** foi indicado como representante de classe do setor bancário. Já nos últimos meses de 1968, o depoente, **José Toledo** e outros

militantes do PCdoB e do PCBR, criaram o jornal Movimento de Unidade Bancária (MUB), distribuído nas agências bancárias. **Antonio Borges de Oliveira**, no mesmo depoimento, disse que sabia que **José Toledo** fora preso pela Marinha por ter participado, em julho de 1969, do Congresso Nacional dos Bancários em São Paulo, ficando no cárcere até meados de 1970, quando teria passado à função de secretário do Partido, desligando-se do trabalho de base. O motivo de sua prisão teria sido as críticas feitas, no referido congresso, ao governo brasileiro. O depoimento de **Sérgio Athayde Silva** relata, de modo geral, as mesmas informações contidas no depoimento de **Antonio Borges de Oliveira** no que concerne a **José Toledo de Oliveira** – especificamente sua prisão e distanciamento da base bancária após sua libertação. Segundo **Sérgio Athayde Silva**, "**Vitório**" e uma militante chamada **Ana Maria Guedes**, em 1971, fizeram pichações pela Guanabara com os dizeres "*Abaixo a ditadura*". Segundo observação do interrogador, o "**Vitório**" a que se referia **Sérgio Athayde Silva** não era **José Toledo de Oliveira**. Segundo **Nilton Lucas Caparelli**, "**Vitório**" e uma militante chamada **Ana Maria Guedes**, em 1971, fizeram pichações pela Guanabara com os dizeres "*Abaixo a ditadura*". Segundo observação do interrogador, o Vitório a que se referia **Nilton Lucas Caparelli** não era **José Toledo de Oliveira**. (ACE C006928/78)

De acordo com o documento do I Exército, de 22 de novembro de 1974, **José Toledo de Oliveira** (Vitório) foi substituído, em 1967, por **Orlando Magalhães Pontes** no contato da base dos bancários com o Comitê Regional do PCdoB. **Vitório** participou, junto com **Ana Maria Gonçalves Mandim** e **Nilton Lucas Caparelli**, de "*panfletagem e pichação no muro da Sociedade Hípica Brasileira, nos muros da rua Marquês de São Vicente e de um colégio na esquina da avenida Nossa Senhora de Copacabana com a rua barão de Ipanema – todas as pichações diziam 'Abaixo a ditadura!'*". Além disso, **José Toledo de Oliveira** teria ajudado **Antonio Borges de Oliveira** a ingressar no PCdoB para atuar junto a classe bancária, cuja principal atividade "*era atuar junto à classe bancária, incitando-a a reivindicar melhores salários junto ao sindicato*". (ACE C007999/74)

O documento da Agência Central do SNI afirma que a irmã de **José Toledo de Oliveira**, **Maria Laurinda de Oliveira**, estava "*procurando notícias de seu irmão Toledo, que teve um último contato em 1970 com os familiares*". (ACE C007999/74)

No registro da Agência Goiânia do SNI, datado de 25 de janeiro de 1983, **José Toledo de Oliveira** consta em uma relação de militantes PCBR elaborada pelo CISA/RJ, em data não registrada. Nesta listagem, **José Toledo** é registrado como preso. (ACE R004329 e A004813)

Kleber Lemos da Silva (codinome: Carlito) – O documento da Agência do Rio de Janeiro do SNI, produzido em 18 de janeiro de 1968, apresenta depoimento de **A.E.,** o qual assegurou que, nos dias 19, 20, 21 e 25 de novembro de 1968, realizar-se-iam eleições para a Diretoria do Sindicato dos Bancários da Guanabara. Uma das chapas era encabeçada por **José Toledo de Oliveira**. Segundo informações do dossiê, **José Toledo** foi preso, juntamente com **Kléber Lemos da Silva** e **Sérgio de Souza Bahia**, no dia 28 de abril de 1968, na região da Rocinha, "*enquanto distribuía panfletos considerados subversivos; foi recolhido ao 8º G A Cos M*". (ACE C020896/68)

No documento da Agência Central do SNI, de outubro de 1972, **Kleber**

Lemos da Silva (Carlito), consta em uma "*relação de subversivos*" como membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) de Goiás, além de outros dados de qualificação. Segundo o documento, **Kleber** foi declarado morto em 29 de junho de 1972, no Pará. (ACE C000646/79)

De acordo com o documento do CIE (Centro de Informações do Exército), em 6 de outubro de 1972, **Kleber Lemos da Silva** era filho de Norival Euphosino da Silva e Yanitza Lemos da Silva, nascido em 24 de maio de 1942, no estado da Guanabara. De acordo com o documento, foi membro do PCdoB de Goiás e morto em 29 de junho de 1972 no Pará. (ACE A051015/72)

Líbero Giancarlo Castiglia ou João Bispo Ferreira da Silva (codinome: Joca)

Consta que "*no dia 12 abr 88, em Rondonópolis/MT, foi comemorado o 16º aniversário do início da 'Guerrilha do Araguaia', ocasião em que foram homenageados os ex-guerrilheiros* ***Daniel Ribeiro Callado*** *e* ***Líbero Giancarlo Castiglia*** *que moraram na cidade*". (ACE A067641/88)

Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, **Joca** [**Líbero Giancarlo Castiglia**] coordenava um dos quatro grupos sob o comando de **Oswaldo Orlando da Costa** no Araguaia. (ACE A062588/73)

Lúcia Maria de Souza (codinomes: Lúcia, Marisa, Marise, Mariza, Maria, Maroza) – **Lúcia Maria de Souza** (Marise) está citada na lista de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que prestaram depoimentos no DOI/I EX em 1973. (ACE C006611/82)

De acordo com informe da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 16 de junho de 1973, **Mauro Brandão Carneiro**, em seu depoimento, afirmou que **Lúcia Maria de Souza** fazia parte, em 1970, do Comitê Universitário do PCdoB, atuando na Secretaria de Agitação e Propaganda, cuja responsabilidade principal era a edição do jornal "*A Luta*", depois chamado de "*A Verdade*". Atuavam também na Secretaria **Jana Moroni Barroso** e **João Carlos Wineski** Ao ser perguntado sobre a denominada "Área de Campo" do PCdoB, **Mauro Brandão Carneiro** respondeu que tomou conhecimento do deslocamento, em 1971, dos militantes **Lúcia Maria de Souza** (Marise), **Jana Moroni Barroso**, **João Carlos Wineski**, **Tobias Pereira Júnior, Antonio Teodoro de Castro**, **Selma Martins de Oliveira e Silva**, **Hélio Luiz Navarro de Magalhães**, **Maria Célia Corrêa**, **Elmo Corrêa** e **Luiz Renê Silveira e Silva**. E, em 1972, **Adriano Fonseca Filho** e **Dagoberto Alves Costa** (ACE C006269/82)

Dossiê da Agência Salvador do SNI, de 8 de junho de 1973, contém um telegrama do CIE (Centro de Informações do Exército) para a 2ª Seção da 6ª R.M. e registra, segundo informações obtidas em depoimento de **José Roberto Bron de Luna**, que os seguintes "*militantes do PCdoB foram deslocados para Xambioá*" em julho de 1972: **Hélio Luiz Magalhães Navarro** (Rui), **Antonio Teodoro de Castro**, **Arlindo Valadão**, **Lúcia Maria de Souza**, **João Carlos Campos Wineski** e **Elmo Corrêa**. (ACE A057634/73)

Segundo depoimento manuscrito de **Paulo Fernando de Oliveira e Silva**, anexo ao documento do DOI/I EX, de 31 de julho de 1973, **Lúcia Maria**

de Souza (Marise) se filiou ao PCdoB em 1970, tendo sido convidada a ingressar por **João Carlos Campos Wineski.** O depoente descreve **Lúcia** da seguinte maneira: "*1,65m, morena, cabelos grandes e ondulados. Morava em Niterói. Possuía um trabalho que eu desconhecia. Deslocou-se para o campo em 1970 -1971. Cursava a 3ª série médica da EMC*". Ainda sobre ela, escreveu: "*A **Lúcia** morava em Niterói [...] No fim do ano a **Lúcia** foi deslocada para o campo, isto é, no início de 1971*". Em outro depoimento, **Paulo Fernando de Oliveira e Silva** diz que entrou para o PCdoB somente no final de 1970, e que **Lucia Maria de Souza** entrou em janeiro-fevereiro de 1971, e **Elmo**, apenas em março de 1971, e não durante o ano de 1970, conforme afirmara em outro depoimento. (ACE C006271/82)

De acordo com o depoimento ao DOI/I EX, prestado por **Nelson Nahon**, datado de 20 de agosto de 1975, **Lúcia Maria de Souza** (Marisa ou Maria) era militante na Base Ho Chi Min, do Setor Universitário do PCdoB, fazendo parte, no período de 1971/1972, da Seção de Agitação e Propaganda, juntamente com o depoente e **Jana Moroni Barroso**. Segundo **Nelson Nahon**, ele, "***João Carlos Vineski (sic)**, **Paulo de Tal**, **Ângela Maria Bastos**, **José Duarte**, **Lúcia Maria de Souza**, **Marco Antonio Carvalho Santos**, **Cássia de Tal** e **João Luiz de Santiago Dantas Barbosa Quental.** reuniram-se em um aparelho em Teresópolis (o depoente não lembra a data); que o aparelho de Teresópolis pertencia a **José Duarte**; que foi deliberado na reunião do aparelho de **José Duarte** que o depoente passaria a ser o Secretário Político da Base Ho Chi Min, no meio do ano de 1971*". O depoente, **Lúcia Maria de Souza** (Maroza), **Luiz Renê Silveira e Silva** e ***João Carlos Vineski (sic)*.** haviam feito panfletagem nas ruas da Guanabara em outubro de 1970. Afirmou **Nelson Nahon** "*que a maioria das pixações e panfletagens eram feitas individualmente pelos militantes da Base Ho Chi Min*". Segundo o documento do DOI/I EX, o depoente "*reconheceu a foto de **Lúcia Maria de Souza**, em álbum existente neste DOI; que **Lúcia Maria de Souza** estudava na mesma universidade que o depoente em 1968; **Lúcia Maria de Souza** pertencia a Base 'Ho-Chi-Min*', *da Escola de Medicina e Cirurgia; que em 1971, **Lúcia Maria de Souza** foi para a 'Área de Campo'; que o codinome de **Lúcia Maria de Souza** era '**Mariza**'*". Em outro depoimento, **Nelson Nahon** disse saber, com data aproximada, quais os militantes do PCdoB foram para a "Área de Campo": "***Lúcia Maria de Souza** (Marisa – 1971); **Elmo Correa** (Fernando - 1971); **João Carlos Wineski** (1971); **Luis Renê Silveira e Silva** (Pedro – 1970/1971) ; **Telma Regina Cordeiro Correa** (1971); **Maria Célia Correia** (Rosa – 1971); **Adriano Fonseca Filho** (Alberto, Queixada – 1972); **Jana Moroni Barroso** (Ângela – 1970/1971) e **Dagoberto Alves Costa** (1972)*". (ACE C009819/83)

De acordo com documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, em informação recebida em 21 de março de 1973, os "*terroristas*" **Nelson**, **José**, **Adão** e **Sônia** [**Lúcia Maria de Souza**] se encontravam na região de São Domingos. "*No dia 9 de março de 1973, estiveram na casa de **Tota Felix** os terroristas **Adão** e **Sônia**. Enquanto **Adão** fazia pregação ideológica, **Sônia** fez curativos no pai de **Tota Felix***". (ACE R004465/83)

Lúcio Petit da Silva (codinome: Beto) - Documento do DEOPS/SP, que transcreve investigação sobre **Carlos Victor Alves Dalamonica**, informa que este, em 1963, quando cursava o 2º ano científico no Colégio de Itajubá, Estado de Minas Gerais, veio a conhecer - por intermédio de alguns estudantes

universitários - **Lúcio Petit da Silva**. (ACE A098199/76)

No informe de 20 de junho de 1979, consta que, "*para protocolar junto ao Tribunal Federal de Recursos pedido de interpelação judicial do Ministro do Exército, para que reconheça fatos relacionados com a Guerrilha do Araguaia, [...]* ***Luiz Eduardo Grenhalgh*** *já obteve procuração dos familiares*" de "*subversivos desaparecidos*", entre os quais consta **Lúcio Petit da Silva**. (ACE A002232/79)

No informe de 30 de maio de 1979, que trata sobre "*atividades do Comitê Brasileiro Pela Anistia em prol da CPI dos Direitos Humanos*", **Lúcio Petit da Silva**, consta em uma lista de mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, como desaparecido. (ACE C000646/79)

Luiz Renê Silveira e Silva ou Luís Renê Silveira e Silva (codinome: Pedro) – De acordo com informe da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 16 de junho de 1973, **Mauro Brandão Carneiro,** ao ser perguntado sobre a denominada "Área de Campo" do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), respondeu que tomou conhecimento do deslocamento, em 1971, dos militantes **Luiz Renê Silveira e Silva**, **Jana Moroni Barroso**, **João Carlos Wineski**, **Tobias Pereira Júnior, Antonio Teodoro de Castro**, **Selma Martins de Oliveira e Silva**, **Hélio Luiz Navarro de Magalhães**, **Maria Célia Corrêa**, **Elmo Corrêa** e **Lúcia Maria de Souza**. (ACE C006269/82)

Luís Renê Silveira e Silva (Pedro) está citado na lista de militantes do PCdoB que prestaram depoimentos no DOI/I EX em 1973, anexa ao documento produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI, em 4 de abril de 1973. (ACE C006611/82)

Em um depoimento manuscrito, contido no documento do DOI/I EX, de 31 de julho de 1973, **Luiz Renê** foi descrito da seguinte maneira por **Paulo Fernando de Oliveira e Silva**: "*1,70m, magro, voz fanhosa, entrou na base da EMC [Escola de Medicina e Cirurgia] ficando pouco tempo, sendo logo deslocado para o campo. Morava na Tijuca. Abandonou o 1º ano médico da EMC – 20 anos*". Ainda sobre **Luiz Renê**, escreveu o depoente **Paulo Fernando de Oliveira e Silva**: Durante todo esse ano [1970], "*entrou o* ***Luiz*** *que se chamou* ***Pedro***", e "*no início de 1971,* ***Pedro*** *já havia se deslocado para o campo*". (ACE C006271/82)

De acordo com o depoimento ao DOI/I EX, prestado por **Nelson Nahon**, datado de 20 de agosto de 1975, **Luiz Renê Silveira e Silva** foi para a "Área de Marabá", acompanhado de outros militantes no final de 1969. Já em depoimento manuscrito, registrou que **Luiz Renê** partiu para o campo em 1970 ou 1971. O depoente, **Lúcia Maria de Souza** (Maroza), **Luiz Renê Silveira e Silva** e **João Carlos Vineski** haviam feito panfletagem nas ruas da Guanabara em outubro de 1970. Afirmou **Nelson Nahon** "*que a maioria das fixações e panfletagens eram feitas individualmente pelos militantes da Base Ho Chi Min.*" Segundo o documento do DOI/I EX, o depoente "*reconheceu a foto de* ***Luiz Renê Silveira e Silva****, em álbum existente neste DOI; que o depoente conheceu* ***Luiz Renê Silveira e Silva****, em 1969, na Escola de Medicina e Cirurgia; que* ***Luiz Renê Silveira e Silva*** *era militante da Base 'Ho-Chi-Min' da Faculdade; que, em 1971,* ***Luiz Renê Silveira e Silva*** *foi militar na 'Área de Campo'; que o codinome de* ***Luiz Renê Silveira e Silva*** *era '****Pedro****'. Em outro depoimento,* ***Nelson Nahon*** *disse saber, com data aproximada, os militantes do PCdoB que foram para a 'Área de Campo':* ***Luis Renê Silveira e***

Silva *(Pedro – 1970/1971);* ***Elmo Correa*** *(Fernando - 1971);* ***João Carlos Wineski*** *(1971);* ***Telma Regina Cordeiro Correa*** *(1971);* ***Maria Célia Correia*** *(Rosa – 1971);* ***Lúcia Maria de Souza*** *(Marisa – 1971);* ***Jana Moroni Barroso*** *(Ângela – 1970/1971)*". (ACE C009819/83)

Luiza Augusta Garlippe ou Luiza Augusta Carlipe ou Luzia Augusta Carlipi (codinome: Tuca) - De acordo com documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, o informante **Joaquim Alves dos Reis** afirmou que "***Oswaldão*** *tem sob seu comando quatro grupos; o primeiro, sob a chefia do próprio, compõe-se dos seguintes elementos:* ***Lourival*** *[****Elmo Correa****],* ***João Goiano*** *[****Wandick Reidner Pereira Coqueiro****],* ***Dina*** *[****Dinalva Conceição****],* ***Lia*** *[****Telma Regina Cordeiro****],* ***Simão*** *[****Cilon da Cunha Brum****],* ***Zezinho*** *[****Miquéas Gomes de Almeida****],* ***Zé Fogoió*** *[****José Humberto Bronca****],* ***Amaury*** *[****Paulo Roberto Pereira Marques****],* ***Cleny*** *,* ***Geraldo****,* ***Suely*** *[****Suely Yumiko Kanayama****],* ***Pery*** *[****Pedro Alexandrino de Oliveira****],* ***Turca*** *(sic) [****Luiza Augusta Garlippe****],* ***Manoel****,* ***Aparecido*** *com esposa e* ***Zé Ferreira*** *[****Antônio Guilherme Ribeiro Ribas****]*". (ACE A062588/73)

Manoel José Nurchis (codinome: Guilherme) – O documento produzido pela 2ª Seção do II Exército, em 16 de março de 1971, traz um resumo de declarações prestadas por 11 pessoas no DOI-CODI do II Exército. Um dos depoimentos é de **Edgar de Almeira Martins** Segundo declarou ao DOI-CODI, em depoimento prestado "*à equipe de interrogatório preliminar 'B', das 9:30 às 23:40h do dia 12/02/1971*", **Edgar de Almeira Martins**, **Divino Ferreira de Souza** e outros foram convidados para participar de uma delegação que iria "*fazer um curso na China Comunista*". Ao chegarem em Pequim, "*foram recebidos por uma delegação do Comitê Central do PC da China, que os apresentou aos outros elementos da delegação brasileira que ali já se encontravam*". A composição da delegação, após este contato, ficou assim constituída: **Edgar de Almeira Martins** (chefe da delegação), **Divino Ferreira de Souza**, **João Carlos Haas Sobrinho** (José de Porto Alegre), **Micheas Gomes de Almeida**, **Nelson Lima Piahui Dourado**, "**Paulo de Tal**", **Roberto Carlos de Figueiredo**, **Derly José de Carvalho**, **Jonas José Grisotto**, "**Paulo da Guanabara**", **José Vieira da Silva Junior**, **Manoel Luiz Vieira de Souza Coelho** e "**Waldomiro de Tal**". Ainda de acordo com as declarações de **Edgar de Almeira Martins**, este foi o terceiro curso de guerrilha na China patrocinado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A primeira delegação, que saiu do Brasil em março de 1965, fora chefiada por **José Humberto Bronca**. A segunda delegação, de fins de 1965, contou com **Manoel José Nurchis**. Que "*o curso de guerrilha que o depoente frequentou, juntamente com seus companheiros, iniciou-se em meados de março de 1966. Que o referido curso, ministrado por oficiais do Exército chinês, através de intérpretes, teve duas fases, sendo que a primeira fase teve duração de 3 meses, cujas aulas foram ministradas em Pequim. Que nessa primeira fase, denominada fase política, a delegação estudou tudo sobre revolução chinesa e as relações da China Comunista com a Rússia (divergências). Que essas aulas eram ministradas na Universidade de Pequim onde ficaram alojados. Que a segunda fase, denominada de curso militar, também teve 3 meses de duração e suas aulas foram ministradas na Academia Militar de Nanquim.*

Que nessa fase do curso a delegação estudou toda a teoria sobre arma e munição, teve também aulas práticas de tiros e desmontagem e montagem de armas, explosivos (sua manipulação e uso, exercícios de campo, etc. Que nessa época estavam, também, na China Comunista, fazendo curso de guerrilhas, as delegações do Peru, Colômbia, África e Asiática (Laos). Que cada delegação tinha de 8 a 15 elementos cada e a Asiática era a maior. Que após o término do curso toda a delegação foi deslocada de Nanquim para Pequim onde ficaram aguardando instruções para o retorno ao Brasil. Que em Pequim a delegação encontrou-se com ***Ângelo Arroio****, membro do Comitê Central do PCdoB que para ali seguiu a fim de supervisionar o retorno dos elementos daquela delegação. Que a delegação, então, seguiu para Xangai donde retornariam*". No retorno da China, diz **Edgar de Almeira Martins**, a delegação saiu de Xangai em dois grupos: no primeiro estavam, entre outros, **João Carlos Haas Sobrinho** e **Divino Ferreira de Souza**, que seguiram para Paris. Em Paris, foram avisados que "*o serviço secreto do Exército brasileiro tinha o nome de todos os membros da delegação, que tinha sido fornecido por* ***Tarzan de Castro****, que tinha caído*". E que havia "*sido montado um esquema para a prisão de todos os elementos daquela delegação*". Diante de tal situação, seguiram para a Albânia para aguardar novas instruções. O grupo aguardou em Xangai, que incluía o declarante, **Micheas Gomes de Almeida** e **Nelson Lima**, ficou excursionando o nordeste da China. Em janeiro de 1967, os dois grupos se reuniram em Paris e retornaram ao Brasil, via "*Paris-Bogotá-Letícia-Manaus-Guanabara*". (ACE E004231/80)

No dossiê do CIE (Centro de Informações do Exército), IV Exército, de 29 de janeiro de 1970, consta um depoimento prestado ao DOPS/SP, em 22 de novembro de 1969. Segundo **Álvares Lins Cavalcante Filho**, em 1964, ingressou no PCdoB, e nesse ano esteve em Recife *"[...] para proferir conferência no Auditório da Associação de Imprensa de Pernambuco; que o depoente após a conferência foi falar com* ***Maurício Grabois****, seu conhecido, ocasião em que recebeu um convite para assistir uma reunião do Comitê Central, em Niterói*". Em julho de 1964, foi para São Paulo onde se encontrou com **Maurício Grabois** e **João Amazonas**. Foi **Maurício Grabois** quem o convidou a fazer o curso de formação na China, que foi aceito. Viajou junto com **José Manoel Nurchis** (Guilherme). (ACE A017665/70)

No documento da Agência Central do SNI de 21 de agosto de 1967, constam os seguintes dados de qualificação de **Manoel José Nurchis (Guilherme)**: nasceu em 19 de dezembro de 1940 e era pescador. (ACE A008118/80)

Maria Célia Corrêa (codinomes: Rosa, Catarina) – De acordo com informe da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 16 de junho de 1973, **Mauro Brandão Carneiro**, em seu depoimento, diz que "*em abril de 1971 houve a primeira conferência do Comitê Intermediário Federal*", órgão formado pelos Secretariados da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e criado entre março e abril de 1971, após a reestruturação do Comitê Universitário do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A conferência, realizada no sítio de **João Luiz de Santiago Dantas Barbosa Quental** com o objetivo de eleger o secretariado do Comitê Intermediário, contou com a



participação de **Maria Célia Corrêa**, **João Carlos Wineski** e **Antônio Teodoro de Castro**, dentre outros. Ao ser perguntado sobre a denominada "Área de Campo" do PCdoB, **Mauro Brandão Carneiro** respondeu que tomou conhecimento do deslocamento, em 1971, dos militantes **Maria Célia Corrêa**, **Jana Moroni Barroso**, **João Carlos Wineski**, **Tobias Pereira Júnior, Antonio Teodoro de Castro**, **Selma Martins de Oliveira e Silva**, **Hélio Luiz Navarro de Magalhães**, **Elmo Corrêa**, **Luiz Renê Silveira e Silva**, e **Lúcia Maria de Souza**. (ACE C006269/82)

Maria Célia Corrêa (Catarina) está citada na lista de militantes do PCdoB que prestaram depoimentos no DOI/I EX em 1973, anexa ao documento produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI, em 4 de abril de 1973. (ACE C006611/82)

Segundo depoimento prestado por **Paulo Fernando de Oliveira e Silva** no DOI/I EX, em 31 de julho de 1973, **João Carlos Wineski** (Paquetá) "*vivia com uma pessoa do Partido, '**Catarina**' [**Maria Célia Corrêa**]*". (ACE C006271/82)

Segundo depoimento prestado ao DOI/I EX, de 20 de agosto de 1975, **Nelson Nahon** disse saber, com data aproximada, os militantes do PCdoB que foram para a "Área de Campo": "***Maria Célia Correia** (Rosa – 1971); **Elmo Correa** (Fernando - 1971); **João Carlos Wineski** (1971); **Luis Renê Silveira e Silva** (Pedro – 1970/1971) ; **Telma Regina Cordeiro Correa** (1971); **Lúcia Maria de Souza** (Marisa – 1971); e **Jana Moroni Barroso** (Ângela – 1970/1971)*". (ACE C009819/83)

O documento produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI, em 17 de dezembro de 1986, trata da missa em memória de **Irene Creder Corrêa**, mãe de **Elmo** e **Maria Célia Corrêa** e sogra de **Telma Regina Cordeiro Corrêa**. Apresenta em anexo fotografias dos participantes da missa ocorrida no Engenho Novo, na cidade do Rio de Janeiro, e a identificação de alguns deles. (ACE C014101/86)

Maria Lúcia Petit da Silva (codinomes:) – Consta relação de "*subversivos*" do dossiê da Agência Central do SNI, de outubro de 1972, como membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no Pará. É declarada no dossiê como morta em junho de 1972 no Pará. (ACE C000646/79)

De acordo com o documento do CIE (Centro de Informações do Exército), em 6 de outubro de 1972, **Maria Lúcia Petit da Silva** era militante do PCdoB e foi morta em junho de 1972, no Pará. (ACE A051015/72)

Maurício Grabois[6] (codinomes: Mario de Freitas, Mário e Velho) – O informe da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 6 de novembro de 1964, registra que "*esta Agência recebeu, de fonte idônea, o informe abaixo, possivelmente verdadeiro de que **Maurício Grabois** aparece como um dos elementos da direção nacional do PCB [Partido Comunista Brasileiro]*".



[6] Para este perfil só foram analisados os ACE´s que trazem documentos com data da morte de Maurício Grabois.

(ACE C008869/83)

Em junho de 1965, a Agência Rio de Janeiro do SNI produziu um documento, que informa sobre o "*Campo Comunista*", em abril de 1964. Nele, **Maurício Grabois** foi apontado como líder do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e que teria se pronunciado, por ocasião das comemorações do aniversário do Partido Comunista (PC), criticando veementemente os "*oportunistas*" do PCB, defendendo a justeza da linha revolucionária e atacando indiretamente **Luis Carlos Prestes**. (ACE C008878/83)

A Secretaria de Segurança Pública/Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) produziu, em 6 de outubro de 1965, documento que trata da *Política Operária-POLOP –sua origem e sua atuação*. Relata que, em maio de 1965, foram apreendidos documentos em poder de vários chineses presos na Guanabara, e neles há referência a **Maurício Grabois**, entre outros membros do PCdoB. (ACE E007997/81)

A Agência do Rio de Janeiro do SNI produziu relatório, em março de 1966, com os "*prontuários atualizados dos componentes do Comitê Central, Secretariado e dos membros efetivos do PCB e PCdoB*". Sobre **Maurício Grabois** há uma extensa biografia, que merece aqui ser citada como um resumo do que a Comunidade de Informações já sabia sobre ele.

Jornalista, que ingressou na Juventude Comunista aos 20 anos. Foi preso várias vezes. Em 1941, foi preso e processado pelo Tribunal de Segurança Nacional e posto em liberdade em 1942. Foi um dos organizadores da Conferência Nacional do PCB, em agosto de 1943, na qual foi Secretário Nacional de Divulgação.

Em 1945 foi eleito Deputado Federal, liderou a bancada comunista na Câmara dos Deputados.

Em 1948 foi cassado e teve que se esconder.

Foi, mais tarde, um dos professores do "Curso de Miltância", instituição do Partido Comunista, no Estado do Rio de Janeiro, que ministrava ensinamento doutrinário intensivo, em 30 aulas.

Em 1955, foi Secretário do Comitê Nacional do PCB e considerado uma das figuras proeminentes do movimento marxista brasileiro e sul-americano.

Em 1956, dirigiu o jornal "Classe Operária".

Em 1957, esteve na Rússia de onde regressou dizendo-se incumbido de importante missão.

*Em 1958, com **Diógenes Arruda** e **João Amazonas**, divergia do Presidium.*

Na reestruturação do Presidium, foi afastado da direção.

Em 1959, divergiu do PCB.

*Em 1960, condenou o caminho pacífico da revolução comunista brasileira e empenhou-se em derrotar **Prestes**.*

Foi colaborador do Consulado da Polônia, em São Paulo.

Orientou deflagração de greve, em Cabo Frio (RJ).

Em 1962, foi signatário de um manifesto-programa, pela Conferência Nacional Extraordinária do PCdoB.

*Manifestou-se favoravelmente a **Francisco Julião**, pela realização de um movimento armado e considerando **Prestes** um dirigente superado.*

Signatário de um Manifesto à Nação contra a agressão a Cuba.

Foi um dos patrocinadores do "Congresso Continental de Solidariedade a Cuba", tendo assinado sua Convocatória, em 1963.

*Em 1963, fez pregação comunista, em Recife. Foi denunciado pela Justiça, como incurso na Lei de Segurança Nacional, por haver lançado com **Jaci Horcwicz**, pela Editora Luz, o livro Guerra de Guerrilha, de Ernesto Che Guevara.*

Em 1964, realizou Conferência na Secretaria de Saúde e Assistência, de Minas Gerais, sobre o tema "Marxismo no Brasil".

Teria sido representante da Agência de Notícias "Nova China" e da Missão Comercial da República Popular da China.

Foi implicado por atividades subversivas, em Niterói, Estado do Rio.

Em 1965, foi indiciado no IPM realizado em Barra Mansa – Volta Redonda.

Como membro do Comitê Central do PCdoB de Santo Amaro – SP, tomou parte na reunião do Partido realizado em Minas Gerais em 1965, na referida cidade.

Foi denunciado pelo Ministério Público como incurso nos artigos 2º item III e 25 da Lei 1.802. Foi absolvido pelo Conselho de Justiça por falta de provas.

*Seu nome figura numa carta dirigida ao "**Camarada Wang**" elemento do grupo de chineses, que veio ao Brasil para fins subversivos. "No Brasil mantemos amizades particulares e íntimas, bem como relações de trabalho com os comunistas brasileiros: **João Amazonas**, **Lincoln Oeste (sic)** e **Maurício Grabois**". (Denúncia do Ministério Público)*

*Figura como indiciado no inquérito da Especializada de Ordem Social, instaurado contra **Luis Carlos Prestes** e outros (DOPS/SP).*

O coronel encarregado do IPM/709, na forma da lei e com fundamento no Art. 156 de CIM, determinou que seja preso e recolhido, preso incomunicável.

Os autos de apelação do processo contra os nove chineses expulsos do Brasil, por atividade subversiva, com a colaboração de algum brasileiro baixaram do STM para a Segunda Auditoria de Guerra em face de haver oito revéis dentre os quais o marginado. Os autos ficarão arquivados em Cartório, aguardando a captura ou apresentação dos revéis. (SNI/RJ)

O marginado foi denunciado juntamente com outros, pelo promotor militar como incurso na Lei de Segurança Nacional, como responsável pela Editora Luz que editou obras de autores comunistas. (SNI/RJ). (ACE C008798/83)

O relatório do CENIMAR (Centro de Inteligência da Marinha), de 26 de agosto de 1966, trata da Sexta Conferência do PCdoB, realizada em junho de 1966, contém um histórico do Partido e trata das divergências internas do PCB. Segundo o documento, "*no ano de 1957, **Maurício Grabois** e seus apologistas, negam-se a aceitar o processo de desestalinização, provocando violenta luta interna no Partido*". Para o analista, esta divergência tornava impossível a permanência de **Maurício Grabois** e outros companheiros no

Partido. Em março de 1962, a cúpula divergente põe em circulação o jornal *A Classe Operária*, que se encontrava registrado em nome de **Maurício Grabois**. (ACE E007912/81)

O documento produzido em 9 de setembro de 1966, pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS/PR), apresenta a ficha individual de alguns militantes de esquerda, dentre elas a de **Maurício Grabois**. Dela consta as seguintes informações: segundo certidão do DOPS/PR de 9 de setembro de 1966, o nome de **Maurício Grabois** consta em prontuário de 7 de junho de 1951, "*em um mandado de prisão expedido pelo M.M. Juiz da 3ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, pelo mesmo se achar entre os vinte principais mentores do Movimento Subversivo. Denunciado como incurso em vários artigos do Código Penal, conforme publicação em jornal 'O Dia', de 7 de junho de 1951, no Rio de Janeiro*". Oriunda da Agência SNI do Rio de Janeiro, datada de 25 de agosto de 1966, há a seguinte informação: "*no dia 19 de agosto de 1966, cerca de 18:00 hs, encontrava-se parada, à margem da Rodovia Rio - São Paulo – Curitiba, 01 Km do 'Posto de Renda Mercantil' a 40 ou 50 Km de Curitiba, uma camionete Rural Willys em pane. Conduzia 5 pessoas:* ***Maurício Grabois*** *(conhecido do informante desde os tempos de estudante da Escola de Agronomia, 1936), e mais 4 indivíduos, inclusive o motorista. O carro estava voltado para o norte (dir. São Paulo). O prontuariado, que estava armado, foi reconhecido pelo informante e mostrou-se agastado com o fato. Todavia, conversou com ele, também demonstrando reconhecê-lo. O motorista falou em castelhano com um dos passageiros não identificado, o qual usava agasalhos (capote e cachecol), e sofria de asma (usou inalante). Esse passageiro evitou ser visto de frente pelo informante, que, posteriormente, supôs tratar-se de Guevara*". (ACE N003147/82)

O documento produzido pela Agência São Paulo do SNI, em 7 de outubro de 1966, tem por assunto "***João Amazonas*** *e* ***César Ávila***". Trata-se dos prontuários destes dois líderes do PCdoB organizados pelo DOPS do Rio Grande do Sul. Neste prontuário, **Maurício Grabois** é citado como líder do PCB na Guanabara. Nas declarações de **Mário Cazal Rodrigues** em 1° de junho de 1966, **Maurício Grabois** é citado como "*líder ferroviário da Santos/Jundiaí*". (ACE E007438/81)

O documento da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 20 de outubro de 1966, tem, em anexo, as cópias dos depoimentos de **Tarzan de Castro** e **Gerson Alves Parreira**, prestados ao major **Oscar da Silva** no quartel da Fortaleza de São João. Em seu depoimento, **Gerson Alves Parreira** diz que, no ano de 1965, fez um curso de capacitação política na China e ao retornar ao Brasil participou de reunião do PCdoB, que contou com **João Amazonas**, **Maurício Grabois** e **Pedro Pomar**. (ACE C008397/83)

O documento produzido pelo I Exército em 7 de janeiro de 1977, traz o depoimento de **Wladimir Pomar** sobre suas atividades políticas. De acordo com suas declarações, em junho ou julho de 1966 ele participou da Conferência Nacional do PCdoB, em São Paulo, na qual estavam presentes, dentre outros, **Maurício Grabois**. (ACE C007021/82)

Documento produzido em 14 de outubro de 1969 pela Agência Rio de Janeiro do SNI apresenta depoimento de **Dilmar Lima Stoduto** prestado no quartel Fortaleza de São João, na Guanabara, dia 1º de novembro de 1966. Em março de 1966 disse a depoente que estabeleceu contato com a direção do Partido, foi "*conduzida ao 'aparelho' por uma Kombi de cor clara e de olhos fechados fora levada [...]*". Neste aparelho estava presente **Maurício Grabois**, entre outros. Nesta reunião **Maurício Grabois** leu o informe sobre política

internacional, a que se seguiu uma discussão sobre revisionismo soviético e revisionismo nacional. (ACE A007884/69)

A Agência Rio de Janeiro do SNI, em 23 de novembro de 1969, produziu o documento *Condenados pela justiça militar*. Trata-se de um informe que encaminha fotografias de vários militantes para a Agência Central do SNI, dentre elas encontra-se a de **Maurício Grabois**. (ACE A021539/69)

Maurício Grabois consta da relação *Elementos condenados e foragidos* produzida pelo Ministério do Exército, em 11 de dezembro de 1969, e nela está registrado que foi condenado à revelia. (ACE E004108/80)

No dossiê do CIE (Centro de Informações do Exército), IV Exército, de 29 de janeiro de 1970, consta um depoimento prestado ao DOPS/SP, em 22 de novembro de 1969. Segundo o depoente **Amaro Luiz de Carvalho**, em 1964, ingressou no PCdoB, e nesse ano esteve em Recife "*[...] para proferir conferência no Auditório da Associação de Imprensa de Pernambuco; que o depoente após a conferência foi falar com **Maurício Grabois**, seu conhecido, ocasião em que recebeu um convite para assistir uma reunião do Comitê Central, em Niterói*". Em julho de 1964, foi para São Paulo onde se encontrou com **Maurício Grabois** e **João Amazonas**. Foi **Maurício Grabois** quem o convidou a fazer o curso de formação na China, que foi aceito. (ACE A017665/70)

A Agência Regional de São Paulo do SNI produziu, em 24 de abril de 1970, o documento, do qual consta o depoimento de **Edmur Péricles de Camargo** prestado ao DOPS/RS em 9 de abril de 1970. **Edmur Péricles de Camargo** conta que chegou a São Paulo em 1965, vindo do Uruguai onde se exilou depois do golpe militar de 1964. Foi morar na casa onde o PCB rodava o jornal *O Combate* e a revista *Tema*. Nessa casa viu um livro com dedicatória de vários elementos do Comitê Central do Partido, dentre eles **Maurício Grabois**. (ACE E008492/81)

Elaborado pelo CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), em 10 de dezembro de 1970, o documento tem por assunto: *Como eles agem.* Trata-se de uma coletânea de dados obtidos em relatórios, depoimentos e documentos apreendidos pela Comunidade de Informações sobre as diversas organizações de esquerda do Brasil, dentre elas o PCdoB. No item relativo ao PCdoB, **Maurício Grabois** é citado apenas quando o assunto é reunião do Comitê Central deste Partido ocorrida em Santo Amaro/SP em maio de 1965. (ACE A041388/71)

Maurício Grabois foi identificado com um dos membros do Comitê Central do PCdoB, em depoimento prestado em 6 de fevereiro de 1971, que consta do dossiê organizado em São Paulo pelo II Exército, em 22 de fevereiro de 1971. O depoente **Tarzan de Castro** declara que foi para São Paulo em fins de 1964, momento em que se ligou a integrantes do Comitê Central do PCdoB, mantendo, então, contato com **Maurício Grabois**. (ACE E008927/81)

O depoimento de **Miguel Batista dos Santos**, militante do PCB desde 1946, consta do dossiê da Agência Rio de Janeiro do SNI de 11 de março de 1971. O declarante afirmou que participou como delegado do IV Congresso do PCB e que se recordava de alguns nomes dos dirigentes do Partido que dele participaram, dentre eles **Maurício Grabois**. Nesse Congresso, que durou quatro dias, **Maurício Grabois** foi um dos eleitos para compor o Comitê Central do Partido. Em 1956, o depoente viajou para Moscou para participar de um curso de capacitação política, e que **Maurício Grabois** também fez parte do grupo de brasileiros que fez este curso nesse ano, que durou cerca

de um ano e quatro meses. As matérias ministradas foram Economia, Política, Filosofia, História do Movimento Operário, História do Partido Comunista da União Soviética e Literatura, sendo que o período de aulas era de segunda-feira a sábado, ministradas por professores russos, por meio de intérpretes que traduziam as aulas para o espanhol. Em 1959, já radicado no Rio de Janeiro, **Miguel Batista dos Santos** foi eleito membro do Comitê Estadual do Rio de Janeiro, em uma Conferência que teve a participação de **Maurício Grabois**, entre outros militantes. Em 1960, participou do V Congresso do PCB, que ocorreu na Cinelândia, no Rio de Janeiro, e **Maurício Grabois** estava presente. Neste Congresso, o Partido mudou de nome, de PCdoB para PCB, "*visando com isso, através de um novo programa e estatutos, lutar pela legalidade do Partido*". Recorda-se ainda que, depois desse Congresso, por discordarem da linha política pacífica do Partido, **Maurício Grabois** e outros foram afastados e, posteriormente, expulsos do PCB. (ACE C006504/82)

O documento produzido em São Paulo pelo II Exército, em 25 de março de 1971, apresenta a "*declaração de próprio punho*" de **Edgar de Almeida Martins**, datada de 20 de março de 1971. Nela, **Edgar** afirmou ter se ligado ao PCdoB em 1964, recém-organizado por **Maurício Grabois**, **João Amazonas** e outros, com quem continuou mantendo contato durante o ano de 1965: "*Mudei-me para Votuporanga, onde comecei o trabalho político junto aos elementos que conhecera quando estive lá antes. Comecei a viajar por essa zona fazendo contatos, reuniões, distribuindo material de propaganda, etc. Nessa época estive desligado da posição sustentada pelo C.C. do PCdoB [Comitê Central do Partido Comunista do Brasil] [...] O elemento de contato comigo nesse tempo foram [sic]* ***Pedro Pomar, José Duarte****, ex-ferroviário da NOB, e* ***Lincoln Oeste (sic)****, creio que é Coronel Reformado ou coisa assim. Além desses elementos, tive contatos e reuniões com* ***Ângelo Arroio****, [...],* ***João Amazonas****,* ***Carlos Danieli****,* ***Maurício Grabois***". (ACE E008618/81)

O documento intitulado *Brasileiros em contacto com o peronista* ***Mario Vallota*** *(1961-1964)* foi produzido pelo Centro de Informações do Exército em 25 de maio de 1971. Foi extraído do caderno de **Mario Vallota** o endereço de **Maurício Grabois**, situado à rua Senador Dantas, no Rio de Janeiro. (ACE A036375/71)

No documento *Possível existência de um grupo de elementos terroristas de BSB [Brasília]* da Agência Central do SNI, de 17 de junho de 1971, consta a informação de que **Maurício Grabois** participou da VI Conferência do PCdoB entre os dias 23 e 25 de maio de 1965 em Santo Amaro/SP. (ACE A034758/71)

Consta do termo de declarações de **Antenor Marques**, em 20 de agosto de 1970, que este conheceu **Maurício Grabois** quando era vereador pelo Partido Republicano Trabalhista até 1955. Ambos participavam das reuniões da Fração Parlamentar, nas quais eram elaboradas as instruções do PCB aos parlamentares a ele ligados. O documento é da Agência Central do SNI e foi produzido em 19 de setembro de 1971. (ACE A051503/72)

Maurício Grabois é citado no depoimento de **Amaro Luiz de Carvalho**, que afirmou ter viajado ao exterior seguindo suas ordens, segundo informações da Agência São Paulo do SNI, em 25 de maio de 1972. (ACE E010527/82)

A partir do "*estouro de aparelho*" do PCdoB, em 6 de junho de 1972, e da prisão de dois militantes, localizado na Rua Ibicuí, em Braz de Pina, no Rio de Janeiro, a Agência Rio de Janeiro do SNI em 9 de junho de 1972 obteve informações que levaram a prisão de mais 11 militantes. Soube-se, então, que

"*[...] o Comitê Central do PCdoB arregimenta e controla os elementos para a área de Marabá*". (*sic*) "*Os elementos da cúpula do PCdoB são:* ***Lincoln Cordeiro Oest****,* ***Maurício Grabois*** *e* ***Benedito Carvalho****, sendo que* ***João Amazonas*** *é o coordenador geral da área de Marabá*". (ACE A047371/72)

O CENIMAR produziu, em 17 de junho de 1972, a publicação *Ação Subversiva no Brasil (maio 1972)*. A apresentação deste documento traz a seguinte observação: "*Outrossim, em virtude de serem bastante recentes os acontecimentos ocorridos em Marabá/PA e, estando ainda sendo alvo de operações militares, recomenda-se sejam os assuntos tratados na referida publicação mantidos em total sigilo, por parte dos consulentes*". Nesta publicação há uma longa análise sobre o PCB, o PCdoB, a Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN). **Maurício Grabois** é citado diversas vezes como dissidente do PCB e principalmente, no capítulo que trata do PCdoB, no que se refere a sua origem e posição ideológica frente ao PCB. No item deste capítulo que se intitula "*Situação Atual*", aparece um resumo do que a Comunidade de Informações já sabia sobre a Guerrilha Rural. Tais informações resultaram na prisão, em março de 1972, de um militante do PCdoB, que deixou a região da guerrilha por causa da gravidez de sua esposa. O CENIMAR acreditava na "*assistência direta*" a esse grupo, tanto pela direção do PCdoB quanto do Partido Comunista Chinês (PCC). (ACE A048318/72)

O depoimento do militante **José Roberto da Silva**, prestado entre 23 e 24 de agosto de 1972, faz parte do documento produzido em São Paulo pelo II Exército, em 30 de agosto de 1972. Nele, **José Roberto da Silva** afirmou que pertencia ao PCdoB e identifica **Maurício Grabois** como sendo um dos componentes da Direção Nacional do PCdoB. (ACE E008620/81)

O documento *Prisão de elementos subversivos-terroristas*, da Agência São Paulo do SNI, de 25 de maio de 1973, contém o Relatório do Inquérito nº 8/73 do PCdoB, em que **Maurício Grabois** é um dos indiciados. Sobre ele, aparece o seguinte trecho: "*Membro do Comitê Nacional do PCdoB comparece no Sul do Pará, em visita a 'Destacamentos Guerrilheiros', onde, em companhia de* ***João Amazonas de Souza Pedroso****, vulgo '****Cid****', e* ***Angelo Arroyo****, vulgo '****Joaquim****', faz palestras sobre a linha política do PCdoB, sobre problemas do povo brasileiro e posição da localidade*". Constam também alguns dados de qualificação, a saber: "***Maurício Grabois****, vulgo '****Mário****' ou '****Velho****', filho de Augusto Grabois e de Dora Grabois, nascido aos 02/10/1912 (foragido)*". (ACE A056571/73)

O depoimento de **Lindolfo Hill**, militante do PCB de Minas Gerais, consta do documento do CIE de 1º de junho de 1973. Nele, o preso relata sobre sua participação na Conferência Nacional do Partido, que ocorreu em setembro de 1943, nas proximidades de Barra do Piraí/RJ, que durou três dias, "*discutindo-se vários documentos sobre a política do PC, desde a sua fundação até aqueles dias; sobre os presos políticos desde 1935 em vários presídios e ilhas; sobre a oportunidade de o PC orientar um movimento junto a várias correntes políticas para a obtenção de anistia geral aos presos e processados políticos do país; sobre a importância do esforço de guerra e apoio à participação do Brasil na Europa para derrotar o fascismo e o nazismo*". Dessa conferência, também teria participado **Maurício Grabois**, e teria sido nesta Conferência que se formou o Comitê Central do Partido Comunista, formado por **Luis Carlos Prestes**, **João Amazonas** e **Maurício Grabois**, entre outros. **Lindolfo Hill** declara em seu depoimento: "*em vista de vários elementos integrantes desse Comitê Central estarem presos, foi organizada uma Comissão Executiva, composta dos seguintes elementos:*

A.C., ***Mauricio Grabois***, ***João Amazonas***, ***José Medina***, ***Ivan Ribeiro***, ***Pedro Pomar*** *e eu. Desse grupo saiu um Secretariado composto, se não me engano, por* ***Afonso Celso***, ***Maurício Grabois***, ***João Amazonas***, ***Pedro Pomar*** *e* ***José Medina***". (ACE A057676/73)

Em 7 de fevereiro de 1974, o CIE determinou o pedido de busca e informações que tem o seguinte título: ***Maurício Grabois*** *(Mário Freitas)*. O CIE apreendeu uma receita médica para **Mário Freitas**, expedida pelo médico **Luiz Estevam Ianhez**, do Pronto Socorro PROCORDIS, alertando que "*outros militantes do aludido grupo terrorista podem estar se utilizando dos serviços médicos daquele Pronto Socorro, ou de sua equipe médica*". (ACE A069695/74)

Em 5 de novembro de 1974, a Agência Salvador do SNI relacionou as informações que possuía sobre **Maurício Grabois**:

- 1932- iniciou suas atividades políticas no PCB, como membro da juventude comunista do Brasil;

- *1939 – viajou para Minas Gerais, a fim de estruturar o Partido naquele Estado. Foi preso em 1941, sendo processado e condenado a dois anos de reclusão, tendo sido absolvido em julho de 1972, em grau de apelação;*

- *1946 – foi eleito Deputado Federal, pelo PCB e teve seu mandato cassado em 1948;*

- *1959/60 – se rebelou contra a direção partidária de* ***Prestes****, sendo expulso do Partido, vindo então a adotar a chamada 'linha dura´, orientada por Pequim;*

- *1962 – manifestou-se favorável a* ***Francisco Julião****, pela realização de um movimento armado, considerando Prestes um dirigente superado;*

- *1963 – denunciado como incurso na Lei de Segurança Nacional, por ter lançado o livro Guerra de Guerrilha, de Ernesto Che Guevara, pela Editora Luz;*

- *1965 – teve prisão preventiva decretada pelo encarregado do IPM/709;*

- *1966 – denunciado na 2ª Auditoria/1º RM como incurso na Lei de Segurança Nacional (prática de subversão na Barra Mansa – RJ), teve seus direitos políticos cassados por dez anos (Diário Oficial de 23/05/1966);*

- *1967 – indiciado no IPM destinado a apurar atividades subversivas nas áreas de Brasília e Goiás, tendo o encarregado solicitado sua prisão preventiva. É integrante do PCdoB na qualidade de membro do Comitê Central;*

- *1968 – condenado a dois anos de reclusão pelo CPJ da 2ª Auditoria do Exéricito, por ter criado uma editora (Luz) para publicação de livros subversivos;*

- *1969 – condenado pelo CPJ da 2ª Auditoria, 1º Circunscrição Militar, a dez anos de prisão, acusado de atividades subversivas em Barra Mansa/RJ;*

- *1973 – indiciado em IPM, distribuído a 2ª Auditoria/Marinha da 1ª CJM, acusado de atividades subversivas através do PCdoB.* (ACE C009563/83)

O documento produzido pelo I Exército em 28 de novembro de 1974,

tem por assunto *Relatório e solução do IPM*. Instaurado para apurar atividades do PCdoB, o IPM traz um histórico do Partido e cita a reunião do Comitê Central ocorrida em maio de 1965, em Santo Amaro/SP, com a presença de **Maurício Grabois**. (ACE C007999/74)

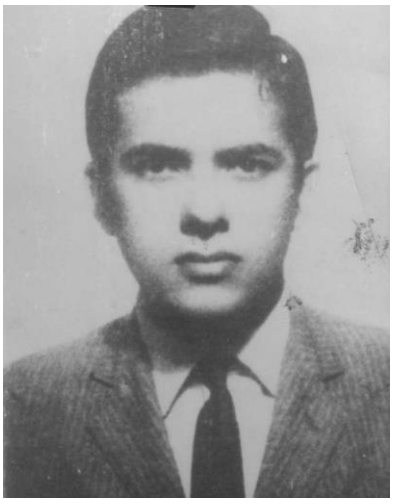
No documento *Depoimentos de subversivos do PCdoB* produzido pelo DOI/I Exército em 20 de agosto de 1975, consta o depoimento de **José Maria Cavalcante**, em 8 de agosto de 1975, no qual foi citado **Maurício Grabois**, e reconhecido em fotografia pelo depoente. Sobre **Maurício Grabois**, afirmou tê-lo conhecido "*em 1945, no Rio de Janeiro, quando **Maurício Grabois** era Deputado Federal*". **José Maria Cavalcante** disse que ele e **Carlos Nicolau Danieli** "*foram levados do Rio de Janeiro para São Paulo por **L.G.** em uma Kombi da organização, no dia 05/12/1966, onde se encontraram com **Maurício Grabois** [...] que o depoente e **Carlos Nicolau Danieli** foram conduzidos por **Maurício Grabois** para um aparelho do PCdoB que o depoente não soube localizar*". Ali, recebeu "*instruções de **Maurício Grabois** para proceder estudos de uma 'área' em Mato Grosso, que reunisse condições políticas e geográficas para a fixação de um 'foco guerrilheiro' do PCdoB, com o aproveitamento dos camponeses locais*". **José Maria Cavalcante** aceitou a incumbência, mas não conseguiu êxito na aproximação com os camponeses perto de Campo Grande, e que, por isso, "*retornou para São Paulo, dia 15/12/1966, sendo recebido por **Maurício Grabois**, a quem relatou o fracasso da missão; que **Maurício Grabois** não criticou o fracasso do depoente em estudar a 'Área de Campo', determinando o regresso do depoente ao Rio e marcando um novo 'ponto' com ele para ser coberto no dia 15 janeiro de 1967; que o depoente cobriu o ponto com **Maurício Grabois** no dia 15 de janeiro, em São Paulo; que **Maurício Grabois** propôs a ida do depoente para o Sul de Mato Grosso e comprasse um bar, onde o depoente pudesse levar vida legal e cumprir as tarefas do PCdoB, que o depoente não concordou, alegando não poder ficar longe da família; que **Maurício Grabois**, tendo em vista a recusa do depoente em seguir para o Mato Grosso, mandou-o retornar ao Rio e reintegrar-se ao **CRM – Comitê Regional Marítimo***", e assumir a função de 2º secretário daquele Comitê. Em 12 de agosto de 1975, em novo depoimento, **José Maria Cavalcante** relatou o primeiro encontro que teve com **Maurício Grabois** em 1945, que aconteceu em uma reunião na sede do PCB à rua Conde Laje, no bairro carioca da Lapa. (ACE C009819/83)

De acordo com documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, "*12 terroristas, no dia 1º de maio de 1973, saquearam a fazenda do Paulista, na região de Esperancinha, levando dinheiro, rancho e armamento; eram 9 homens e 3 mulheres, inclusive com a **Dina** [**Dinalva Conceição Oliveira Teixeira**]; **Paulista** foi muito humilhado*". Segundo o informante **José Veloso de Andrade**, **Geraldo Martins**, morador do povoado de São Domingos do Araguaia, lhe falou que "*os terroristas estavam divididos em cinco grupos, sendo um comandado por **Nunes** [**Divino Ferreira de Souza**], e os demais, por **Oswaldão** [**Oswaldo Orlando da Costa**], **Dina** [**Dinalva Conceição Oliveira Teixeira**], **Velho Mário** [**Maurício Grabois**] e **Joca** [**Líbero Giancarlo Castiglia**]*". (ACE A062588/73)

O documento é uma resposta da Agência do Rio de Janeiro do SNI ao um pedido de informação de Agência Salvador, de novembro de 1974, sobre a existência de informações arquivadas relativas a **Maurício Grabois**. Foi informado que **Grabois** era natural da Bahia e iniciou, em 1932, suas atividades políticas no Partido Comunista Brasileiro (PCB) como membro da Juventude Comunista do Brasil (JCB). Esteve em Minas Gerais em 1939 para "*estruturar o Partido naquele Estado*", tendo sido preso em 1941, condenado a

dois anos de prisão e absolvido em julho do ano seguinte, em grau de apelação. Foi eleito Deputado Federal, pelo PCB, em 1946, e teve o mandato cassado em 1948. Entre 1956 e 1960 foi expulso do Partido, após ter se rebelar contra a direção de **Luís Carlos Prestes**, adotando, a partir de então, "*a chamada 'linha dura', orientada por Pequim*". Foi a favor da criação de um movimento armado, em 1962. No ano seguinte, foi "*denunciado como incurso na Lei de Segurança Nacional (LSN), por ter lançado, pela editora Luz, o livro 'Guerra de Guerrilha' de Che Guevara*". Em 1965, foi decretada sua prisão preventiva e, no ano seguinte, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. No ano de 1967, foi identificado como membro do PCdoB, na qualidade de integrante do Comitê Central e, em 1968, foi condenado a dois anos de prisão, pela criação da editora Luz, destinada à "*publicação de livros subversivos*". Em 1969, foi condenado a mais dez anos de reclusão devido a "*atividades subversivas em Barra Mansa/RJ*" e, por fim, em 1973 foi indiciado, "*acusado de atividades subversivas através de PCdoB*".

O documento "*solicita ser informado da situação atual de **Maurício Grabois**, a fim de atualizar seus arquivos*". (ACE P003012/82)



Miguel Pereira dos Santos (codinome: Vítor) – O documento da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 20 de outubro de 1966, tem, em anexo, as cópias dos depoimentos de **Tarzan de castro** e **Gerson Alves Parreira**, prestados ao major **Oscar da Silva** no quartel da Fortaleza de São João. Em seu depoimento, **Gerson Alves Parreira** diz que, no ano de 1965, fez um curso de capacitação política na China. Com ele, estavam **José Humberto Bronca** (Dino), **Miguel Pereira dos Santos**, **Tarzan de Castro, Paulo de Assunção Gomes, Hélio Cabral de Souza, Amaro Luiz de Carvalho, José Manoel, Helio Ramirez Garcia** e **Ari Olguim da Silva** Perguntado "*em quantos meses foi ministrado o referido curso, respondeu que foram necessários cinco meses, com aulas intensivas, sendo que o curso fora dividido em duas etapas, dois meses e meio para os ensinamentos do temas políticos e dois meses e meio para os ensinamentos dos temas militares, sendo que a matéria ministrada nos temas militares foram ensinadas na Academia Militar de Nanquim. Perguntado quais foram as matérias aplicadas para preparação dos alunos desse curso, respondeu que o programa político fora composto dos seguintes temas: a luta contra o revisionismo, o problema do movimento camponês na China na Revolução Democrática de Novo Tipo, a construção do Partido, o trabalho entre as massas, o trabalho secreto, a luta armada incluindo palestras sobre o movimento sindical, feminino e estundantil e uma aula sobre filosofia, bem como o tema sobre a frente única. O programa militar fora composto dos seguintes temas: a base de apoio revolucionário, formação do exército popular, estratégia e tática da guerra de guerrilhas e da revolução popular em si e engenharia militar*". Com relação ao encerramento do curso, **Gerson Alves Parreira** "*respondeu que o curso terminou em novembro, contudo o depoente, juntamente com* **Paulo de Assunção Gomes**, **Helio Ramirez Garcia**, ***José Humberto Bronca*** *e* ***Miguel Pereira dos Santos,*** *embarcaram em Pequim de volta ao Brasil no dia 29 de dezembro de 1965,*

com passagens fornecidas pelo Partido Comunista da China até Paris e a quantia de 600 dólares americanos, para compra da passagem de Paris até o Brasil, sendo que o grupo foi dividido em dois, viajando o depoente de Paris para o Brasil sozinho, visto que os outros companheiros fizeram outros itinerários a fim de despistar o máximo para o desembarque no Brasil". Em 7 de janeiro de 1966, continua **Gerson Alves Parreira**, ele e **José Humberto Bronca** (que, de acordo com o documento, foi o Chefe da Delegação que foi à China) mantiveram contato e este lhe deu 20 mil cruzeiros para hospedagem na cidade de São Paulo. No dia 12 de janeiro, **José Humberto Bronca** apanhou, em determinado ponto da cidade, **Gerson Alves Parreira**, **Miguel Pereira dos Santos** e outros dois companheiros, para levá-los, de Kombi, até o aparelho do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Todos participaram, no dia seguinte, de reunião do PCdoB, que contou com **João Amazonas**, **Maurício Grabois** e **Pedro Pomar**. (ACE C008397/83)

A Agência São Paulo do SNI produziu, em 7 de agosto de 1968, o documento *Assalto a bancos*. Seus agentes acreditavam que os assaltos ocorridos neste período na cidade de São Paulo tinham "*possível vinculação a organizações subversivas ('linha chinesa')*". **Miguel Pereira dos Santos** é citado numa lista que elenca "*elementos que seguiram para a China Comunista a fim de fazer curso de Capacitação Política e Treinamento de Guerrilhas*". Sobre ele consta que era "*brasileiro, natural de Recife-PE, Bancário, nascido em 12 de julho de 1943, residente à Rua Dr. José de Barros, São Paulo*". (ACE C015960/68)

No dossiê da Agência Goiânia do SNI, de 12 de janeiro de 1983, estão vários prontuários de militantes de organizações de esquerda; entre eles está o de **Miguel Pereira dos Santos** (Vitor). Em maio de 1965, "*ele fez Curso de Capacitação Política e Militar na China Comunista, junto com* ***José Humberto Bronca****,* **Gerson Alves Pereira***,* ***Tarzan de Castro****,* **Paulo de Assunção Gomes***,* ***H.C.S.****,* **Amaro Luiz de Carvalho***,* ***José Manoel****,* **Helio Ramirez Garcia** *e* **Ari Olguim da Silva**". Contudo, junto com a delegação da qual fazia parte, "*transitou pela localidade de Karachi/Paquistão*" antes chegar em Pequim. (ACE R004191/83)

O documento da Agência Fortaleza do SNI, em 21 de março de 1972, informa que **Pedro Albuquerque Neto**, integrante do PCdoB, preso pelo Delegacia Regional da Polícia Federal no Ceará, recebeu ordens, em fevereiro de 1970, para viajar com destino ao Pará. No Pará, "*foi levado por* ***Paulo****, até a localidade de Cigana, município de Conceição [Estado do Pará], local onde estavam estruturadas cerca de cinco células de base, constituídas de umas quinze pessoas, com a tarefa de se prepararem para a guerrilha rural. Juntamente com sua esposa, passou a integrar uma célula dirigida por* ***Vítor*** *[****Miguel Pereira dos Santos****]*". (ACE A044216/72)

Segundo a Agência Fortaleza do SNI, "**Pedro Albuquerque Neto***, militante do PCdoB, ao prestar declarações na Delegacia Regional da Polícia Federal no Ceará, informou ter sido levado para o Estado do Pará, no município de Conceição, num lugarejo chamado Cigana, onde há um campo de preparação para a guerrilha rural, dirigido pelos indivíduos de codinome* ***Paulo*** *e* ***Victor*** *[****Miguel Pereira dos Santos****], ambos de São Paulo. Naquele lugar, há 15 indivíduos sob treinamento em São Geraldo e Xambioá, cidades mais próximas do campo*". (ACE A044546/72)

No documento da Agência Central do SNI de 21 de agosto de 1967, constam os seguintes dados de qualificação de **Miguel Pereira dos Santos** (Vítor): nasceu em Recife/PE em 12 de julho de 1943 e era bancário. (ACE

A008118/80)



Nelson Lima Piauhy Dourado ou Nelson Lima Piahuy Dourado (codinomes: Nelito) – O documento produzido pelo I Exército, em 7 de janeiro de 1977, apresenta o depoimento de **Wladimir Pomar** sobre suas atividades políticas. De acordo com as declarações de **Wladimir Pomar**, em junho e julho de 1966, ele participou da Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em São Paulo. Desta reunião, "*recebeu de **Ângelo Arroio** um ponto em Goiás, com **Nelson de Tal***", identificado, por foto, como **Nelson de Lima Piauhy Dourado** pelo próprio **Wladimir Pomar.** (ACE C007021/82)

O documento produzido pela 2ª Seção do II Exército, em 16 de março de 1971, apresenta um resumo de declarações prestadas por 11 pessoas no DOI-CODI do II Exército. Um dos depoimentos é de **Edgar de Almeira Martins** Segundo declarou ao DOI-CODI, em depoimento prestado "*à equipe de interrogatório preliminar 'B', das 9:30 às 23:40h do dia 12/02/1971*", **Edgar de Almeira Martins**, **Divino Ferreira de Souza** e outros foram convidados para participar de uma delegação que iria "*fazer um curso na China Comunista [...]. Que chegaram em Pequim onde foram recebidos por uma delegação do Comitê Central do PC [Partido Comunista] da China, que os apresentou aos outros elementos da delegação brasileira que ali já se encontravam*". A composição da delegação, após este contato, ficou assim constituída: **Edgar de Almeira Martins** (chefe da delegação), **Nelson Lima Piahui Dourado**, **Divino Ferreira de Souza**, **João Carlos Haas Sobrinho** (José de Porto Alegre), **Micheas Gomes de Almeida**, "**Paulo de Tal**", **Roberto Carlos de Figueiredo**, **Derly José de Carvalho**, **Jonas José Grisotto**, "**Paulo da Guanabara**", **José Vieira da Silva Junior**, **Manoel Luiz Vieira de Souza Coelho** e "**Waldomiro de Tal**". Ainda de acordo com as declarações de **Edgar de Almeira Martins**, este foi o terceiro curso de guerrilha na China patrocinado pelo PCdoB. "*Que o curso de guerrilha que o depoente frequentou, juntamente com seus companheiros, iniciou-se em meados de março de 1966. Que o referido curso, ministrado por oficiais do Exército chinês, através de intérpretes, teve duas fases, sendo que a primeira fase teve duração de 3 meses, cujas aulas foram ministradas em Pequim. Que nessa primeira fase, denominada fase política, a delegação estudou tudo sobre revolução chinesa e as relações da China Comunista com a Rússia (divergências). Que essas aulas eram ministradas na Universidade de Pequim onde ficaram alojados. Que a segunda fase, denominada de curso militar, também teve 3 meses de duração e suas aulas foram ministradas na Academia Militar de Nanquim. Que nessa fase do curso a delegação estudou*

toda a teoria sobre arma e munição, teve também aulas práticas de tiros e desmontagem e montagem de armas, explosivos (sua manipulação e uso, exercícios de campo, etc). Que nessa época estavam, também, na China Comunista, fazendo curso de guerrilhas, as delegações do Peru, Colômbia, África e Asiática (Laos). Que cada delegação tinha de 8 a 15 elementos cada e a Asiática era a maior. Que após o término do curso toda a delegação foi deslocada de Nanquim para Pequim onde ficaram aguardando instruções para o retorno ao Brasil. Que em Pequim a delegação encontrou-se com ***Ângelo Arroio****, membro do Comitê Central do PCdoB que para ali seguiu a fim de supervisionar o retorno dos elementos daquela delegação. Que a delegação, então, seguiu para Xangai donde retornariam*". No retorno da China, diz **Edgar de Almeira Martins**, a delegação saiu de Xangai em dois grupos: no primeiro estavam, entre outros, **João Carlos Haas Sobrinho** e **Divino Ferreira de Souza**, que seguiram para Paris. Em Paris, foram avisados que "*o serviço secreto do Exército brasileiro tinha o nome de todos os membros da delegação, que tinha sido fornecido por* ***Tarzan de Castro****, que tinha caído*". E que havia "*sido montado um esquema para a prisão de todos os elementos daquela delegação*". Diante de tal situação, seguiram para a Albânia para aguardar novas instruções. O grupo que aguardou em Xangai, que incluía o declarante, **Micheas Gomes de Almeida** e **Nelson Lima**, ficou excursionando o nordeste da China. Em janeiro de 1967, os dois grupos se reuniram em Paris e retornaram ao Brasil, via "*Paris-Bogotá-Letícia-Manaus-Guanabara*". (ACE E004231/80)

A Agência São Paulo do SNI produziu, em 7 de agosto de 1968, o documento "*Assalto a bancos*". Seus agentes acreditavam que os assaltos ocorridos neste período na cidade de São Paulo tinham "*possível vinculação a organizações subversivas ('linha chinesa')*". **Nelson Lima Piauhy Dourado** é citado numa lista que elenca "*elementos que seguiram para a China Comunista a fim de fazer curso de Capacitação Política e Treinamento de Guerrilhas*". Sobre ele consta que era "*brasileiro, natural de Jacobina-BA, nascido em 3 de maio de 1941, Residente à Rua Jerônimo Monteiro, Vitória/ES*". (ACE C015960/68)

No documento da Agência Central do SNI de 21 de agosto de 1967, constam os seguintes dados de qualificação de **Nelson Lima Piauhy Dourado** nasceu na Bahia em 3 de maio de 1941. (ACE A008118/80)

Osvaldo Orlando da Costa ou **Oswaldo Orlando da Costasta** (codinomes: Osvaldão, Oswaldão) – O dossiê produzido, em 12 de abril de 1973, pela Agência Goiânia do SNI, é constituído por dois documentos. O primeiro foi produzido pela Polícia Militar de Goiás (Info nº 043/73/12/04/1973) com o título *Grupo Guerrilheiro do Araguaia*. Trata-se de documento em que o informante **Antonio Pereira Lima** relata a forma como seu companheiro **Pedro Mineiro** foi justiçado pelo grupo de **Osvaldo Orlando da Costa**. O fato ocorreu quando os dois dormiam "*num rancho da Fazenda Sarazal/Pará, de propriedade do sr.* ***O.G.****, quando foram abordados pelo grupo de* ***Osvaldo Orlando da Costa****, que determinou que saíssem do rancho com as mãos para cima, no que foi atendido*". Ao deixarem "*o rancho,* ***Pedro Mineiro*** *foi amarrado com as mãos para trás e* **Antonio Pereira Lima** *permaneceu com as mãos na cabeça.* ***Osvaldão*** *começou a falar com* ***Pedro Mineiro*** *sobre uma rixa antiga e que o mesmo havia sido condenado à morte, no que* ***Pedro Mineiro*** *suplicou a* ***Osvaldão*** *para que não fizesse aquilo, pois prometia*

deixar a região e nunca mais voltar". **Osvaldo**, "*após fazer uma preleção a **Pedro Mineiro**, assistida pelo grupo, determinou que* **Antonio Pereira Lima** *fosse afastado do local, ordenando a execução de **Pedro Mineiro**, assassinado com um tiro na região abdominal*". **Antonio Pereira Lima**, ao retornar ao local, "*verificou que o grupo havia empreendido fuga, levando todos os pertences de **Pedro Mineiro** e deixando dois panfletos (um anexo) em cima da mala do informante. O outro comunicado foi entregue ao Destacamento do 8º RM de São Geraldo/PA, não tomando esta Agência de Informações conhecimento de seu conteúdo*". No "*dia 13/03, **Joaquim Gomes da Silva** organizou um grupo de 12 homens e foram até o local do assassinato, encontrando o cadáver já em estado de putrefação com mais um tiro de cartucheira na parte superior do tórax*". No documento, há, em anexo manuscrito, o Comunicado das Forças Guerrilheiras do Araguaia sobre o justiçamento de **Pedro Mineiro**. (ACE R004468/83)

Comunicado das Forças Guerrilheiras do Araguaia

Ao Povo

Julgado pelo Tribunal das Forças Guerrilheiras do Araguaia, foi condenado à morte, o pistoleiro conhecido pela alcunha de Pedro Mineiro, assalariado do facínora Capitão Olímpio, membro do grupo canalha "capingo" protegido pela ditadura.

Pedro Mineiro, Responsável pela morte de vários lavradores e peões, paga com a vida seus crimes contra o povo.

Morte aos pistoleiros e bate-paus!

Morte aos grileiros!

Morte aos generais facistas!

Abaixo o INCRA!

Abaixo a ditadura militar!

Viva a terra livre

Viva o povo brasileiro

Viva as Forças Guerrilheiras do Araguaia

No documento produzido pela Delegacia Regional em Goiás do Departamento de Polícia Federal em 21 de março de 1973, registra-se a existência de "*novos e valiosos dados de atividades de grupos terroristas no extremo norte do Estado de Goiás e principalmente sul do Pará*". Segundo o informante **Joaquim Gomes da Silva**, em 12 de março de 1973, por volta das 15h, **Oswaldão** e um grupo de 15 homens e 2 mulheres "*justiçaram **Pedro Mineiro***". O informante afirmou ter reconhecido nesta ação os seguintes militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): "***Conceição Oliveira** (Dina), **Antonio Guilherme Ribeiro** (Riba) e **Zé Ferreira** (Amauri de Azevedo Siqueira)*". (ACE R004465/83)

De acordo com o documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, "*12 terroristas, no dia 1º de maio de 1973, saquearam a fazenda do **Paulista**, na região de Esperancinha, levando dinheiro, rancho e armamento; eram 9 homens e 3 mulheres, inclusive com a **Dina** [**Dinalva Conceição Oliveira Teixeira**]; **Paulista** foi muito humilhado*". Segundo o informante **José Veloso de Andrade**, "***Geraldo Martins**, morador do povoado de São*

Domingos do Araguaia, lhe falou que os terroristas estavam divididos em cinco grupos, sendo um comandado por ***Nunes*** *[****Divino Ferreira de Souza****], e os demais, por* ***Oswaldão*** *[****Oswaldo Orlando da Costa****],* ***Dina*** *[****Dinalva Conceição Oliveira Teixeira****],* ***Velho Mário*** *[****Maurício Grabois****] e* ***Joca*** *[****Líbero Giancarlo Castiglia****]. Afirma o informante* ***JOÃO AMAZONASS.*** *que '****Zé Carlos****' [****André Grabois****],* ***Piauí*** *[****Antônio de Pádua Costa****],* ***Cristina*** *[****Jana Moroni Barroso****],* ***Dina*** *[****Dinalva Conceição Oliveira Teixeira****] e outros elementos estiveram no dia 18 de março de 1973 na localidade Metade, onde falaram com um tropeiro que caminhava pela estrada. Que estavam bem armados, mas o tropeiro não identificou as armas. Foram também a um lugar de nome Chega Com Jeito. Iam a caminho da Feira do Saranzal, para se reunirem com a turma do* ***Oswaldão*** *na Serra das Andorinhas*". Já, segundo o informante **Antonio Pereira Lima**, "*às cinco horas da manhã do dia 12 de março de 1973, o rancho localizado na beira do Rio Gameleira, denominado Fazenda Saranzal, foi atacado por um grupo de terroristas, composto de 17 homens, sob o comando de* ***Oswaldão****. Estava [****Antonio Pereira Lima****] com um companheiro de nome* ***Pedro Marques da Silva****, vulgo '****Pedro Mineiro****', ainda dormindo, quando foram surpreendidos pelo grupo inimigo que lhes apontavam armas, ordenando-lhes que levantassem e colocassem as mãos sobre a cabeça. '****Pedro Mineiro****' foi imediatamente amarrado e acusado por* ***Oswaldão*** *de diversos crimes pelos quais pagaria com a vida. Em seguida, foi levado para fora, enquanto que* ***Antonio Pereira Lima*** *ficou isolado sob mira de armas. Os bandidos portavam rifles calibre 44 e espingardas de cartucho. Por volta de 06:30 horas, aproximadamente,* ***Oswaldão*** *fez um discurso, o qual não foi entendido pelo informante, e em seguida organizou o grupo que fuzilaria. '****Pedro Mineiro****'; entretanto, na ocasião do 'fogo', foi ouvido apenas um tiro, que partiu da arma de* ***Dinalva****, um dos componentes do grupo (entre os dezessete havia duas mulheres). Após a execução de '****Pedro Mineiro****',* ***Oswaldão*** *ordenou que quatro de seus homens fossem até a casa de* ***Alfredo Gonçalves Lima****, vulgo* ***Alfredo Fogoió*** *o qual reside na margem oposta do rio Gameleira, a fim de acabar com ele, enquanto que dois deles que ficaram levaram* ***Antonio Pereira Lima*** *até o galinheiro, a fim de apanhar algumas galinhas. Após encherem um latão, partiram para o galo, que endiabrou-se, pondo-se a gritar. Na ocasião do barulho promovido pelo galo,* ***Antonio Pereira Lima*** *aproveitou e se embrenhou na mata*", fugindo para Santa Cruz. Também estavam presentes no justiçamento de **Pedro Mineiro Amaury** [**Paulo Roberto Pereira Marques**] e **Zé Ferreira** [**Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**]. Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, "***Oswaldão*** *tem sob seu comando 4 grupos; o primeiro, sob a chefia do próprio e compõe-se dos seguintes elementos:* ***Lourival*** *[****Elmo Correa****],* ***João Goiano*** *[****Wandick Reidner Pereira Coqueiro****],* ***Dina*** *[****Dinalva Conceição****],* ***Lia*** *[****Telma Regina Cordeiro****],* ***Simão*** *[****Cilon da Cunha Brum****],* ***Zezinho*** *[****Miquéas Gomes de Almeida****] ,* ***Zé Fogoió*** *[****José Humberto Bronca****],* ***Amaury*** *[****Paulo Roberto Pereira Marques****],* ***Cleny*** *,* ***Geraldo*** *[****José Genoíno Neto****],* ***Suely*** *[****Suely Yumiko Kanayama****],* ***Pery*** *[****Pedro Alexandrino de Oliveira****],* ***Turca*** *(sic),* ***Luiza Augusta Garlippe****,* ***Manoel****,* ***Aparecido*** *com esposa e* ***Zé Ferreira*** *[****Antônio Guilherme Ribeiro Ribas****]; o segundo grupo é comandado por* ***Dina****, e seus elementos são desconhecidos pelo informante; o terceiro, comandado por* ***Joca****, elementos também não identificados; e o quarto grupo sob comando de* ***Cristina*** *[****Jana Moroni Barroso****]*". Ainda segundo o documento, "*suspeita o informante que* ***Oswaldão*** *e seu grupo encontra-se no trecho compreendido entre a Serra das Andorinhas e a Palestina.* ***Oswaldão*** *está armado de um Parabelum [...] e tem consigo uma Metralhadora pertencente às Forças Armadas*". Nesse mesmo dossiê, há também um documento com o relato do informante **João Pereira da Silva** que afirmou

que *"[...] no dia 15/04/1973, **Oswaldão** [**Oswaldo Orlando da Costa**] e seu grupo estiveram na localidade de Roncadeira, próximo a Palestina, saindo no dia seguinte; reuniram o pessoal da localidade e **Oswaldão** [**Oswaldo Orlando da Costa**] usou da palavra, dizendo ser seu objetivo a defesa dos colonos e que estavam prevenidos e prontos para enfrentar qualquer intervenção do Exército; em Brejo Grande, usaram um cidadão de idade avançada para guia do grupo, e preveniram sua filha de nome **Fátima**, que matariam seu pai caso ela fizesse qualquer denúncia. Um pequeno avião, não identificado, foi visto sobrevoando a região de Brejo Grande, supondo-se que esteja prestando serviço ou apoio aos subversivos*". Esse mesmo informante (**João Pereira da Silva**) afirmou que "*na localidade de Matrinchão, existe uma mina de Uberiu (sic), onde os garimpeiros mantêm ligação com os terroristas; demonstraram grande entusiasmo pelo trabalho, muito embora se tenha notado que na mina não há serviço para todos que ali trabalham, sendo também itinerário constante de **Oswaldão***". (ACE A062588/73)

Documento produzido pela Agência Belém do SNI, em 27 de julho de 1973, tratou da atuação de organizações de esquerda no sudeste do Pará. Foi destacado que a única organização com presença significativa na região era o PCdoB, e que naquele Estado atuava sob a sigla **MOLIPO**. Os líderes do movimento com "*cerca de cem a deptos*" na região do Araguaia seriam **Oswaldo Orlando da Costa** (Oswaldão), **Dinalva Conceição Oliveira** (Dina) e um militante conhecido como "**Paulo**"; como militantes foram citados, ainda, **Amaury de Azevedo Siqueira**, **Áurea Eliza Pereira**, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**, **Arilson Valadão**, **Carlos Nicolau Danieli**, **Carlos Victor Alves Dalamonica**, **Edgar de Almeira Martins**, **Gerson Alves Pereira**, **Gilberto Aarão Reis**, **João Carlos Haas Sobrinho** e **José Germino (sic) Neto**, dentre outros. Também segundo o documento, "*consta que ultimamente '**Oswaldão**' se mostrava contente pela entrada de 'gente nova' em suas fileiras, proveniente de regiões externas à área*". Após um período de redução de sua atuação na área, "*os componentes dos Destacamentos que compõem o Comando Militar do PCdoB reiniciaram as suas atividades na região compreendida entre Xambioá, Araguanã, São Geraldo, Gameleira, Santa Cruz e Palestina. Encontram-se atualmente executando trabalho de massa junto à população local, e, dos informes recebidos, indicam que receberam reforço de pessoal e material para prosseguirem o trabalho na implantação de Guerrilha Rural naquela região. A partir de dezembro de 1972, os caboclos que tiveram contato com elementos dos Destacamentos B e C, verificaram que eles portaram novas armas [...]. Todavia, com exceção dos militantes que estão há pouco tempo na área, os antigos estão bastante debilitados e quase todos atacados de malária*". "***Osvaldo Orlando da Costa**, '**Osvaldão**', Comandante do Destacamento B, externou o seu pensamento de justiçar os caboclos que colaboraram com as Forças Armadas durante as operações militares de setembro de 1972*". Ainda segundo o documento, "*no dia 11 de dezembro de 1972, **Osvaldo Orlando da Costa** – **Osvaldão** esteve na Palestina. Foi à casa de **Domingos da Madalena** (caboclo da região), acompanhado de 3 mulheres e 5 homens. Das mulheres, uma se identificou como '**Chica**' (possui um dedo da mão decepado) e a outra '**Lina**'. Entre os homens, havia um velho de cerca de 50 anos usando óculos. O grupo encontrava-se em péssimo estado de saúde. '**Osvaldão**' declarou ao '**Domingos**' que o '**Amaury de Azevedo Siqueira**' tinha ido para o Sul do País e que em breve voltaria com novos companheiros; no dia 25 de janeiro de 1973, '**Osvaldão**' esteve por volta de 18:00 h na residência de compadre **Zuza** (caboclo da região). Estava acompanhado de cinco homens, entre eles, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas** – '**Zé Ferreira**'. Interrogou o dono da casa para saber da existência de*

*soldados em Palestina. Pediram comida e embrenharam-se na mata; tanto o **Domingos** como o **Compadre Zuza** informaram que o grupo de **Osvaldão** portava armas semelhantes as dos soldados do Exército. **Osvaldão** portava uma arma semelhante a uma metralhadora; [...] Em todos os pontos que o **Osvaldão** e seu grupo têm passado, procuram fazer o trabalho de massa, lendo a proclamação do PCdoB*". Também segundo o documento, os guerrilheiros constituíram uma "*Rede de Apoio dos Destacamentos*". Na região de "*Embaubau (Santa Cruz), reside um elemento de nome **Osmar**, que é compadre do '**Osvaldão**'. Ele tem procurado recrutar caboclos para trabalhar no Castanhal do '**Osvaldão**'. Diz que eles serão muito bem remunerados*". Em Santa Cruz, "***Hermógenes de Tal**, que reside na Gameleirinha, **Pedrão**, residente em Embaubau e **Adelino**, colaboraram com '**Osvaldão**'. **Adelino** fornece suprimento para o Destacamento B. Segundo **Pedrão**, '**Osvaldão**' prometeu justiçar os mateiros **Eufrázio**, **Alfredo**, **Sebastião** e **Jaime** por terem entregue o **Glênio Fernandes de Sá** às Forças Federais. No momento, os referidos mateiros encontram-se foragidos, por estarem temerosos de serem mortos*". (ACEs A065116/73 e A054903/73)

Produzido pelo Cisa (Centro de Informações da Aeronáutica), em 9 de fevereiro de 1973, o documento tem o título *Atividades do PCdoB em Xambioá*. Nele também há o relato de que **Domingos da Madalena**, morador na região da Palestina, teria ouvido de **Oswaldo Orlando da Costa** que **Amaury de Azevedo Siqueira** teria ido para o Sul do país e que breve voltaria com novos companheiros. (ACE A054903/73)

O documento produzido em 13 de outubro de 1983 pela Agência Goiânia do SNI apresenta informações sobre **Goiamério Felício Carneiro dos Santos**, militante do PCdoB, que fez uma poesia em memória de **Osvaldo Orlando da Costa**, intitulada "*Olá **Osvaldão***", publicada na *Tribuna da Luta Operária*, datada de 10 a 17 de outubro de 1983. O documento, quando se refere a **Osvaldo** informa: "*morto na guerrilha do Araguaia*". (ACE R007849/83)

O documento produzido em 5 de novembro de 1981 pela Agência Belo Horizonte do SNI apresenta informações sobre **Osvaldo Orlando da Costa** em sua folha 5, item 9, em que cita como "*líderes autênticos*" os nomes de **Osvaldo Orlando da Costa** (Osvaldão), **Maurício Grabois**, **João Amazonas** e **Elza Monerat** (ACE O005248/81)

Paulo Mendes Rodrigues ou **Paulo Moura Rodrigues** – Documento produzido pela Agência Belém do SNI em 27 de julho de 1973 trata da atuação de organizações de esquerda no sudeste do Pará. Foi destacado que a única organização com presença significativa na região era o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e que naquele Estado atuava sob a sigla **MOLIPO**. Também segundo o documento, os guerrilheiros constituíram uma "*Rede de Apoio dos Destacamentos*". "*Na localidade de Araguanã, existe um comerciante chamado '**Laiu**'. É colaborador do **Paulo Moura Rodrigues**, e transporta para a mata o suprimento destinado ao Destacamento C*". Já em Xambioá, o contato era "**Afonso de Tal**", que fazia "*ponto na zona do baixo meretrício, não trabalha e está sempre com dinheiro no bolso. Ele é amigo de **Paulo Moura Rodrigues** e vem em companhia deste, de São Félix*". (ACE A065116/73)

Conforme depoimento de **Haroldo Borges Rodrigues Lima**, houve "*a falta de aviso, por parte de **Paulo Mendes Rodrigues**, de uma emboscada*

armada pelas forças policiais no conflito do Araguaia, que resultou na morte do militante ***Bérgson Gurjão Farias*** *e da prisão de* ***Dower Moraes Cavalcante***". (ACE C007291/82)

Paulo Roberto Pereira Marques ou **Amaury de Azevedo Siqueira** ou **Amauri de Azevedo Siqueira** (codinome: Zé Ferreira[7]).

No documento produzido pela Delegacia Regional em Goiás do Departamento de Polícia Federal, em 21 de março de 1973, registra-se a descoberta de "*novos e valiosos dados de atividades de grupos terroristas no extremo norte do Estado de Goiás e principalmente sul do Pará*". Segundo o informante **Joaquim Gomes da Silva**, em 12 de março de 1973, por voltas das 15h, **Oswaldo Orlando da Costa** e um grupo de 15 homens e 2 mulheres "*justiçaram* ***Pedro Mineiro***". O informante afirmou ter reconhecido nesta ação os seguintes militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): "***Dinalva Conceição Oliveira*** *(Dina),* ***Antonio Guilherme Ribeiro*** *(Riba) e* ***Zé Ferreira*** *(****Amauri de Azevedo Siqueira****)*". (ACE R004465/83)

De acordo com documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, o informante **Antonio Pereira Lima** afirmou que **Oswaldão** [**Oswaldo Orlando da Costa**], **Amaury** [**Paulo Roberto Pereira Marques**], **Zé Ferreira** [**Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**] e **Dinalva** [**Conceição Oliveira**] participaram do justiçamento de **Pedro Mineiro** no rancho localizado na beira do rio Gameleira, denominado Fazenda Saranzal. Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, "***Oswaldão*** *tem sob seu comando 4 grupos; o primeiro, sob a chefia do próprio e compõe-se dos seguintes elementos:* ***Lourival*** *[****Elmo Correa****],* ***João Goiano*** *[****Wandick Reidner Pereira Coqueiro****],* ***Dina*** *[****Dinalva Conceição****],* ***Lia*** *[****Telma Regina Cordeiro****],* ***Simão*** *[****Cilon da Cunha Brum****],* ***Zezinho*** *[****Miquéas Gomes de Almeida****] ,* ***Zé Fogoió*** *[****José Humberto Bronca****],* ***Amaury*** *[****Paulo Roberto Pereira Marques****],* ***Cleny*** *,* ***Geraldo*** *[****José Genoíno Neto****],* ***Suely*** *[****Suely Yumiko Kanayama****],* ***Pery*** *[****Pedro Alexandrino de Oliveira****],* ***Turca*** *(sic) [****Luiza Augusta Garlippe****],* ***Manoel****,* ***Aparecido*** *com esposa e* ***Zé Ferreira*** *[****Antônio Guilherme Ribeiro Ribas****]; o segundo grupo é comandado por* ***Dina****, e seus elementos são desconhecidos pelo informante; o terceiro, comandado por* ***Joca*** *[****Líbero Giancarlo Castiglia****], elementos também não identificados; e o quarto grupo sob comando de* ***Cristina***". Ainda segundo o documento, a informante **Maria Eloísa S. dos Reis,** advogada e assistente judicial da Polícia Militar na área "*conversou com o terrorista* ***Amaury*** *[****Paulo Roberto Pereira Marques****], numa fazenda da região de Marabá, e obteve informes que os terroristas possuem 4 grupos de 60 pessoas. Foi informada, também, que os terroristas acompanham os deslocamentos de nossos agentes; sabem, inclusive, diferenciar soldados de graduados e oficiais, mesmo estando em trajes civis ou fardados e sem divisas*". (ACE A062588/73)

Documento produzido pela Agência Belém do SNI em 27 de julho de

7 Este codinome também aparece como sendo do guerrilheiro Antônio Guilherme Ribeiro Ribas.

1973 tratou da atuação de organizações de esquerda no sudeste do Pará. Foi destacado que a única organização com presença significativa na região era o PCdoB, e que naquele Estado atuava sob a sigla **MOLIPO**. Os líderes do movimento, o qual contaria com "*cerca de cem adeptos*" na região do Araguaia, seriam **Oswaldo Orlando da Costa** (Oswaldão), **Dinalva Conceição Oliveira** (Dina) e um militante conhecido como "**Paulo**"; como militantes foram citados, ainda, **Amaury de Azevedo Siqueira**, **Áurea Eliza Pereira**, **Antônio Guilherme Ribeiro Ribas**, **Arilson Valadão**, **Carlos Nicolau Danieli**, **Carlos Victor Alves Dalamonica**, **Edgar de Almeira Martins**, **Gerso nalves Pereira**, **Gilberto Aarão Reis**, **João Carlos Haas Sobrinho** e **José Germino (sic) Neto**, dentre outros. Também segundo o documento, "*consta que ultimamente '**Oswaldão**' se mostrava contente pela entrada de 'gente nova' em suas fileiras, proveniente de regiões externas à área*". Após um período de redução de sua atuação na área, "*os componentes dos Destacamentos que compõem o Comando Militar do PCdoB reiniciaram as suas atividades na região compreendida entre Xambioá, Araguanã, São Geraldo, Gameleira, Santa Cruz e Palestina. Encontram-se atualmente executando trabalho de massa junto à população local, e dos informes recebidos, indicam que receberam reforço de pessoal e material para prosseguirem o trabalho na implantação de Guerrilha Rural naquela região. A partir de dezembro de 1972, os caboclos que tiveram contato com elementos dos Destacamentos B e C, verificaram que eles portaram novas armas [...]. Todavia, com exceção dos militantes que estão há pouco tempo na área, os antigos estão bastante debilitados e quase todos atacados de malária*". "***Osvaldo Orlando da Costa** – **Osvaldão**, Comandante do Destacamento B, externou o seu pensamento de justiçar os caboclos que colaboraram com as Forças Armadas durante as operações militares de setembro de 1972*". Ainda segundo o documento, "*no dia 11 de dezembro de 1972, **Osvaldo Orlando da Costa** – **Osvaldão** esteve na Palestina. Foi à casa de **Domingos da Madalena** (caboclo da região), acompanhado de 3 mulheres e 5 homens. Das mulheres, uma se identificou como '**Chica**' (possui um dedo da mão decepado) e a outra '**Lina**'. Entre os homens, havia um velho de cerca de 50 anos usando óculos. O grupo encontrava-se em péssimo estado de saúde. '**Osvaldão**' declarou ao '**Domingos**' que o '**Amaury de Azevedo Siqueira**' tinha ido para o Sul do País e que breve (sic) voltaria com novos companheiros*". (ACE A065116/73)

Produzido pelo Cisa (Centro de Informações da Aeronáutica), em 9 de fevereiro de 1973, o documento tem o título "*Atividades do PCdoB em Xambioá*". Nele também há o relato de um informante que teria ouvido de **Oswaldo Orlando da Costa** que **Amaury de Azevedo Siqueira** teria ido para o Sul do país e que breve voltaria com novos companheiros. (ACE A054903/73)

Segundo as ACEs A054730/86, **Amaury** foi morto em 27 de fevereiro de 1974.

Pedro Alexandrino de Oliveira (codinome: Peri) – Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, **Pery** [**Pedro Alexandrino de Oliveira**] é um dos integrantes que compõe o grupo chefiado por **Oswaldo Orlando da Costa** no Araguaia. (ACE A062588/73)

Segundo o documento da Agência Belo Horizonte do SNI, de 28 de novembro de 1969, cujo tema são *Publicações Subversivas*, especificamente sobre o jornal *A Classe Operária*, "*com a prisão do Padre **José Correia** e do*

*indivíduo **Pedro Alexandrino de Oliveira Filho**, ocorrida na última quinzena por suspeita de subversão, foram apreendidos alguns exemplares das publicações em apreço*". (ACE A013665/69)

O documento produzido pela Agência Belo Horizonte do SNI em 25 de outubro de 1982 cita o nome de **Pedro Alexandrino de Oliveira** em uma relação como componente do Grupo dos Onze. (ACE O007768/82)

Pedro Pereira de Souza (codinome: Pedro Carretel) – Conforme registros do SNI, nasceu em 13 de maio de 1942, na cidade de Rio Branco/AC, filho de Manoel Pereira de Souza e de Francisca Mendes Pereira, era estudante e e trabalhava como "*guarda territorial*". Segundo o documento, **Pedro Pereira de Souza** teve seu nome vetado para aproveitamento nas funções de pesquisador e auxiliar técnico censitário, por figurar "*em relação de elementos considerados subversivos em Rio Branco/AC, elaborada em 04 de setembro de 1969*". (ACE A101378/76)

De acordo com documento da Agência Belém do SNI de 25 de maio de 1973, afirmou o informante **José Antonio da Silva (Zezão)** que "***Zé Carlos** [**André Grabois**], **Piauí** [**Antônio de Pádua Costa**], **Cristina** [**Jana Moroni Barroso**], **Dina** [**Dinalva Conceição Oliveira Teixeira**] [...] Foram a um lugar de nome 'Chega Com Jeito'. Iam a caminho da Feira do Saranzal, para se reunirem com a turma do **Oswaldão** na Serra das Andorinhas. Ao passar no trecho compreendido entre Cuxiú e Cacau, o informante encontrou três terroristas caçando. Os referidos elementos são conhecidos pelos nomes de **Pedro Carretel** [**Pedro Pereira de Souza**], **Manoel** e **Nelito** [**Nelson Lima Piauhy Dourado**]. Conversou com **Pedro Carretel**, o qual alertou-o a desaparecer da região, pois o 'pessoal' andava em seu encalço há muito tempo. Segundo o informante, **Pedro Carretel**, no mês de dezembro do ano passado, foi perseguido pelo Exército, conseguindo safar-se e posteriormente juntou-se aos terroristas. O pessoal do Exército botou fogo na casa do **Pedro**. Os elementos encontrados por **José Antonio da Silva (Zezão)** pertencem ao grupo de **Cristina**. **Pedro Carretel** estava com um rifle ainda desconhecido pelo nominado, por ser uma arma que, calçando 5 cartuchos, aceita as balas de fuzil, rifle e cartucho 36*". De acordo com o informante **Manoel Carvalho Valino**, "*a esposa de **Pedro Carretel**, de nome **Maria**, está fornecendo suprimentos aos terroristas na localidade de Tabocão; a citada mulher declarou que os terroristas têm um efetivo de 90 homens; que, ao findar o 'prazo de cassação do mandato desse pessoal (1964/1974), o Partido dos homens da mata ficará muito forte'; consta que, face o contato de **Maria** com os terroristas, muitas pessoas que residiam no lugar acima mencionado, mudaram-se para a localidade de São Raimundo*". (ACE A062588/73)

Rodolfo de Carvalho Troiano (nome falso: **Pedro da Silva de Azevedo,** codinome: Manoel do A) – No dissiê *Prisão de assaltantes – movimento denominado "Corrente"*, em 24 de março de 1969, da Agência Belo Horizonte do SNI, o nome de **Rodolfo de Carvalho Troiano** consta em uma relação de indiciados. Em outro documento, há o "*termo de perguntas*" que **Rodolfo**

respondeu em 23 de abril de 1969. Nele relata seu envolvimento com a União Juizdeforana de Estudantes Secundários (UJES) e com o grupo Corrente. (ACE O003265/81)

O CIE (Centro de Informações do Exército) produziu, em 30 de abril de 1969, o documento *Atividades subversivas em Minas Gerais – Grupo Corrente*. O nome de **Rodolfo de Carvalho Troiano** aparece no anexo desse relatório que tem por título *Integrantes da 'Corrente´ já identificados*. Desta lista, constam o nome e codinome dos indiciados, situação, local e o item observação. **Rodolfo de Carvalho Troiano** é citado como pertencente à área de atuação de Juiz de Fora, sem registro de codinome, e com observação que estava nessa época em liberdade e morava na Rua Jandaí, em São Paulo. (ACE C006938/82)

O documento produzido pela Agência Belo Horizonte do SNI, em 12 de setembro de 1969, tem por assunto *IPM/Corrente. Entrevista do Encarregado. Quadro de Militantes e da Estrutura*. Contém o mesmo anexo do dossiê ACE C006938/82. (ACE A025178/70)

O Grupo Corrente também é objeto de documento da Agência Belo Horizonte do SNI, de 10 de setembro de 1969, e que tem por assunto: *Grupo Corrente – Relatório de IPM*. Nesse relatório, há uma página sobre **Rodolfo de Carvalho Troiano**, da qual consta o item "*Atos praticados*", que é composto pelas seguintes informações: "*acusado por **Colatino Soares Lopes Filho** de ser membro da extinta UJES; acusado por **Rogério de Campos Teixeira** de ter comparecido a uma reunião clandestina com **Mario Roberto Galhardo Zaconato**, o chefe da 'Corrente'; acusado por **Rogério de Campos Teixeira** de ter sido indiciado em IPM, instaurado em Juiz de Fora; confessa ter participado de várias atividades e comparecido a várias reuniões da UJES [União de Juizdeforana de Estudantes Secundários], mesmo sabendo ser esta uma entidade ilegal; confessa ter montado um 'aparelho´ em companhia de **José Salvati filho**, para servir de 'base' ao desencadeamento de movimentos subversivos; confessa ter militado na organização subversiva 'Corrente' de livre e espontânea vontade; confessa ter distribuído a publicação clandestina subversiva intitulada 'O Porrete', no meio operário; confessa ter participado de reunião da organização na qual compareceu **Mario Roberto Galhardo Zaconato**, seu chefe*". (ACE O003260/81)

No documento *Atividades suspeitas – IPM em Ipatinga-MG*, produzido pela Agência Belo Horizonte do SNI em 27 de maio de 1970, **Rodolfo de Carvalho Troiano** aparece como testemunha deste IPM e dá seu depoimento em Belo Horizonte:

"*Aos quatro dias do mês de agosto, do ano de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública, na sala própria, onde se achava presente o Sr. Major de Artilharia **Antonio Gomes Ribeiro**, encarregado deste Inquérito, comigo, **Marcelo Paixão de Araújo**, 2º Tenente de Infantaria, servindo de escrivão, compareceu **Rodolfo de Carvalho Troiano**, brasileiro, solteiro, natural de Juiz de Fora-MG, com vinte e um anos de idade (02/04/49), filho de Rodolpho Troiano e de Geny de Carvalho Troiano, de profissão auxiliar de escritório, residente à avenida Sete de Setembro, Juiz de Fora, atualmente cumprindo condenação na Penitenciária Regional de Juiz de Fora-Linhares-MG. Perguntado sobre os fatos que motivaram o presente testemunho, respondeu o declarante da seguinte forma: que o declarante residia e estudava em Juiz de Fora-MG, cursando o ginásio no Instituto de Educação; que no ano de 1966 o declarante se elegeu para a diretoria da UJES (União Juizdeforana de*

Estudantes Secundários) no cargo de bibliotecário; que em 1968 a testemunha continuava na UJES, sem ocupar cargo na diretoria, mas colaborando ativamente com a mesma; que o declarante se ligou a ***José Calvatti Filho*** *o qual por sua vez, tinha ligações com* ***Antonio Resende [ilegível].****, o qual era ligado à Corrente Mineira do PCB [Partido Comunista Brasileiro] (Ala Marighella); que o declarante, em virtude de suas ligações e pelo que praticou foi condenado a seis meses de prisão como incurso na Lei de Segurança Nacional; que o declarante foi condenado em setembro de 1969, justamente nos dias em que foi sequestrado o embaixador* ***Charles Elbrick*** *dos Estados Unidos da América; que o declarante temeroso de ter sua pena aumentada, em virtude da decretação de nova Lei de Segurança Nacional, em consequência do sequestro do Embaixador, resolveu deixar de comparecer à sessão final do julgamento, evadiu-se tentando, em seguida, contato com elementos de quaisquer outras organizações subversivas e clandestinas, que o declarante encontrou-se em Belo Horizonte com um ex-colega, de Juiz de Fora, chamado* ***Vilmar do Valle Barbosa****; que* ***Vilmar do Valle Barbosa*** *passou um contato para a testemunha a qual se encontrou um indivíduo de codinome '****Vitor****'; que* ***Vitor*** *disse ser militante do PCdoB [Partido Comunista do Brasil), organização clandestina e subversiva de linha chinesa; que* ***Vitor*** *conseguiu hospedagem para a testemunha e se encontrou diversas vezes com a mesma; que no final de outubro de 1969 a testemunha recebeu determinação, por decisão do partido (PCdoB), de seguir para Timóteo-MG, devendo se instalar em Acesita; que o declarante recebeu instruções de* ***Vitor*** *para que procurasse o Padre* ***Abdalla Jorge****; que o declarante ficou sabendo por* ***Vitor*** *que o Padre* ***A.J.*** *tinha ideias bastante progressistas e que o Padre* ***Abdalla Jorge*** *tinha ideias que permitiam um recrutamento para o PCdoB; que o declarante foi para Acesira-MG tendo procurado o referido Padre* ***Abdalla Jorge****; que o declarante não teve qualquer preocupação quanto a sua segurança pois fora informado que poderia 'se abrir' para o Padre* ***Abdalla Jorge*** *sem que houvesse qualquer perigo; que o declarante procedeu de forma recomendada e na primeira vez que procurou o Padre* ***Abdalla Jorge****, no início de novembro de 1969, deu diversas indiretas quanto a situação política do país, tendo pedido um emprego, ao Padre, na Usina de Acesita; que o declarante revelou que tinha interesse em fazer um trabalho político na Usina depois de se identificar como militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); que o Padre* ***Abdalla Jorge*** *disse não ter condições para conseguir tal emprego pois tinha divergências com a direção da Usina, além de não gostar dos dirigentes da mesma; que o declarante expôs a linha política do PCdoB, ao que o Padre* ***Abdalla Jorge*** *rebateu dizendo que a linha de Kruschev era ou é mais consistente com a realidade brasileira e que o ex-líder soviético foi uma das maiores personalidades do mundo, pois permitiu e admitiu a coexistência pacífica; que o Padre* ***Abdalla Jorge*** *defendeu as posições estabelecidas por Kruschev e disse que somente a linha do ex-premier soviético tinha possibilidades de êxito, uma vez que as posições do PCdoB só resultariam em violências de parte a parte, sem que qualquer objetivo fosse atingido; que o declarante esteve uma terceira vez com o Padre* ***Abdalla Jorge****, a pedido de um certo* ***Roberto****, tendo o padre em questão retrucado que o indivíduo citado era um agente do DOPS, negando-se a atender o pedido; que o Padre* ***Abdalla Jorge*** *disse ainda que* ***Roberto*** *era uma péssima companhia para o declarante e que este deveria se afastar do mesmo; que da última vez que esteve com o Padre* ***Abdalla Jorge*** *o declarante foi recebido asperamente, tendo sido declarado pelo padre que a amizade com* ***Roberto*** *fora um grande erro cometido pelo declarante e que este não voltasse mais a procurá-lo, a ele, Padre* ***Abdalla Jorge****, dando a entender que o declarante não merecia mais sua confiança, como a*

testemunha nada mais disse, nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito Policial Militar por findo o presente depoimento e mandou, a seguir que se lavrasse este termo, que depois de lido e achado conforme, assina com a testemunha declarante". (ACE O003645/81)

No documento produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI, datada de 14 de dezembro de 1970, no item *Relação de presos subversivos na área da Guanabara* consta os seguintes dados: o nome do preso, motivo da prisão, situação atual e responsável pela prisão. Como motivo da prisão de **Rodolfo de Carvalho Troiano**, é citado o Decreto-Lei n° 314/67, com condenação de seis meses, e que estaria cumprindo a pena na Penitenciária Regional de Juiz de Fora-MG. (ACE O001242/80)

O documento produzido pelo CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), em 29 de dezembro de 1979, no Rio de Janeiro, tem por assunto **Rubim Santos Leão de Aquino** Este estaria realizando pesquisas para o Comitê Brasileiro pela Anistia, "*visando identificar elementos 'torturadores', bem como levantar o paradeiro de subversivos tidos como desaparecidos*". Dentre os nomes pesquisados por ele está o de **Rodolfo de Carvalho Troiano**. O documento não traz nenhuma informação sobre o resultados dessas pesquisas. (ACEs C002163/80e A005082/80)

No documento "*Dados biográficos e antecedentes*" produzido pelo Ministério do Exército em Belo Horizonte, datado de 29 de janeiro de 1980, as informações sobre **Wilmar do Valle Barbosa** São baseadas em declarações prestadas por **Rodolfo de Carvalho Troiano** à 2ª Seção do I Exército. (ACE O000983/80)

O dossiê gerado em 31 de março de 1980 pela Agência de Belo Horizonte do SNI trata exclusivamente de **Rodolfo de Carvalho Troiano** e apresenta os seguintes dados de qualificação do guerrilheiro: nasceu em 2 de abril de 1949, em Juiz de Fora/MG, filho de Rodolpho Troiano e Geny Carvalho Troiano. Consta que sua profissão em 1969 era "*auxiliar de escritório*", e que trabalhava na Light – Serviços de Eletricidade S.A., em São Paulo/SP. O documento informa que **Rodolfo** residiu em dois locais: em 1969, à rua Jandaia, Bela Vista, São Paulo/SP; e em 1970, à Av. Sete de Setembro, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Consta, também, que ele estudou no Instituto de Educação, em Juiz de Fora/MG, em 1969. Tinha "*tendência ideológica comunista*" e "*atitude contra-revolucionária em relação às instituições vigentes*". No item *Atividades subversivas*, há informações a seu respeito desde do ano de 1966, quando era membro da UJES, em Juiz de Fora. Em 1967, consta que foi "*membro da delegação esquerdista presente no XXIII Congresso dos Estudantes de Grau Médio do Estado de Minas Gerais, realizado na cidade de Passos-MG, no período de 28 a 31 de julho*". No ano de 1968, **Rodolfo** foi "*preso para averiguações e posteriormente indiciado em IPM instaurado pelo Comando da 4ª RM, para apurar atividades subversivas*". O documento registra que foi posto em liberdade em 17 de setembro de 1968. No ano seguinte foi denunciado junto à Auditoria da 4ª CJM (Processo nº05/69-4ª CJM). Ainda em 1969, foi novamente preso e condenado a seis meses de prisão. Em 1970, foi mais uma vez "*preso na cidade de Rubim-MG, pela Polícia Militar de Minas Gerais, usando o nome falso de **Pedro da Silva de Azevedo**. Naquela cidade, fez contatos com jovens, demonstrando interesse em lecionar no Ginásio local. Deixou patente suas ideias contrárias ao regime vigente, inclusive fazendo alusões à ação do Exército e ao DOPS na prisão de terroristas. Em seu poder, foram apreendidos diversos manuscritos com dados socioeconômicos referentes à região do nordeste de Minas, e orientações políticas do Partido Comunista*". Declarou, à ocasião,

"*ser contrário ao regime vigente; ser a favor da Revolução para derrubar o regime, porém com o apoio do povo*". É neste documento que **Rodolfo de Carvalho Troiano** é apontado como militante do PCdoB. Para o ano 1970, há também a informação de estar cumprindo pena na Penitenciária Regional de Juiz de Fora, tendo sido posto em liberdade em 17 de dezembro de 1970. Sobre o ano de 1976, há a informação de que "*foi observado com elementos desconhecidos em Juiz de Fora, participado da campanha política dos candidatos **Tarcísio Delgado** e **Ivan Barbosa de Castro***". Ainda segundo o documento, o "*nominado, após ser posto em liberdade, esteve viajando para países da América do Sul, particularmente Uruguai e Argentina, embora não exerça qualquer profissão e não possua condições financeiras para tal*". (ACE O001242/80)

Rosalindo de Sousa ou **Rosalindo Souza** ou **Rosalino Souza** (codinome: Mundico): No documento *Agitação Estudantil*, produzido pela Agência Salvador do SNI em 8 agosto de 1968, **Rosalindo** foi identificado como um dos estudantes que participavam das manifestações "*agitando as massas*" em Salvador. (ACE P005167/83)

O documento "*Estudantes militares e cooperadores*", elaborado pelo produzido pela Agência Salvador do SNI em 10 de setembro de 1968, relata a manifestação de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ocorrida na semana anterior, em protesto contra a presença de estudantes "*oficiais da Polícia Militar do Estado da Bahia, os quais comandaram choques nos acontecimentos agitados havidos nesta Capital no dia 8 de agosto de 1968*". Segundo o documento, **Rosalindo Souza**, presidente do Centro Acadêmico Rui Barbosa, "*é um dos dirigentes para a expulsão do estudante **Rodolfo Buonavita**, pretendendo realizar uma Assembleia Geral para deliberar qual a posição a ser adotada*". Ainda de acordo com o documento, no dia 1º de outubro de 1968, "*a partir das 17:30 horas, os estudantes realizaram uma concentração na Praça Castro Alves [...] Através de vários oradores, foi explicado aos presentes os motivos da passeata, tendo o presidente do CARB [Centro Acadêmico Rui Barbosa], estudante **Rosalindo Souza**, dito que queremos estudar, mas com segurança*". (ACE P004689/82)

O documento *Comissão de Inquérito (Estudantil)* trata da expulsão de alunos da UFBA, entre os quais **Rosalindo Souza**, presidente do Centro Acadêmico "Ruy Barbosa", que chefiou uma representação dos estudantes da Faculdade de Direito da UFBA, pedindo que o diretor dessa Faculdade apurasse as denúncias de "*infiltração de agentes policiais naquela Escola*". (ACE A047526/72)

O documento *Dados de estudantes*, elaborado pela Agência Salvador do SNI, datado de 8 de janeiro de 1969, é a resposta ao pedido de informações da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 24 de dezembro de 1968, sobre os líderes estudantis atuando em Salvador. Segundo o documento, **Rosalindo Souza** nasceu em Itaguassú, bairro Saúde, BA, no dia 2 de janeiro de 1940, filho de Rosalvo Cipriano Souza e Lindaura Correia, residente à Rua do Sodré em Salvador, estudante da UFBA e Presidente do Centro Acadêmico de Direito. Seu nome consta na relação de alunos da UFBA, Faculdade de Direito, que deixaram de ser matriculados no ano de 1969 "*por terem participado de subversão*". Esse dossiê é composto também por um

documento dirigido ao Reitor da UFBA e assinado pelo Comandante da 6ª Região Militar, com sede em Salvador. O documento relaciona estudantes, dentre os quais **Rosalindo**, que "*participaram ativamente das passeatas, reuniões e comícios que tanto prejudicaram a vida de Salvador, criando um clima de intranquilidade para seus habitantes, no ano próximo findo*". (ACE P003333/82)

Em documento da Delegacia Regional da Polícia Federal da Bahia, em de 27 de dezembro de 1968, consta que **Rosalindo Souza** foi presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da UFBA, detido em 2 de outubro de 1966, quando distribuía panfletos. Foi acusado de ter sido responsável por alguns "*incidentes*" ocorridos na Faculdade: instalar tribunal para "*julgar colegas acusados de serem policiais ou de cooperarem com Serviços de Informações do Governo*"; desentendimentos com a Diretoria, e de ter tido uma "*implacável manifestação desrespeitosa contra o Diretor da Faculdade, Prof. Dr.* ***Orlando Gomes***". Consta ainda, que participou e foi "*coordenador, no âmbito de sua Escola de atos de subversão em Salvador, a despeito de ocupar elevado cargo no Serviço Social da Indústria (SESI)*". Registra-se que foi condenado, à revelia, à "*pena de 28 meses de detenção, como incurso nos Artigos 36, in fine, e 38, Incisos II e IV, do Decreto-Lei n° 314, de 13/3/1967, combinado com o Artigo 66 do Código Penal Militar*". (ACE P003143/82)

Há um dossiê sobre **Rosalindo Souza** composto de documentos produzidos por diferentes órgãos de informações e todos trazem dados sobre a atuação de **Rosalindo Souza**, sendo um resumo de sua trajetória política. O documento mais antigo data de 19 de maio de 1969 e o mais recente de 1° de março de 1973. Há informação de que teria sido preso em 2 de outubro de 1966 "*quando distribuía pasquins*" e indiciado, então, no Inquérito Policial nº 028/68-SOSP, por ser responsável por "*sérios incidentes na Escola onde estuda, chegando a instalar tribunal para julgar colegas de serem policiais ou de cooperarem com os serviços de Informações do Governo, provocando, ainda, desentendimentos com a Diretoria e sendo responsável por implacável manifestação desrespeitosa contra o Diretor da Faculdade, professor* ***Orlando Gomes****, sem a referência a este devida, não só pelo cargo, como também pela fama internacional do seu mestre; esteve presente e foi coordenador no âmbito de sua escola nos atos de subversão em Salvador, a despeito de ocupar elevado cargo no Serviço Social da Indústria (SESI); incorreu nos delitos punidos pelos arts. 23 e incisos III e IV do art. 38 do Decreto-Lei nº 314*". Nele também consta uma cópia de sua foto, na qual consta o carimbo do CIE (Centro de Informações do Exército). Foi um dos "*indiciados no Inquérito Policial nº 20/69, que apurou atos de subversão no interior da Faculdade de Direito da UFBA*". No Ofício nº 30-E/2 de 25 de fevereiro 1969 da 6ª Região Militar, dirigido ao Reitor da UFBA, registra-se que **Rosalindo Souza** "*não obteve matrícula no ano corrente na Faculdade de Direito, por ter praticado atividades consideradas subversivas no movimento estudantil de 1968, em Salvador*". A Agência Rio de Janeiro do SNI, em 5 de março de 1970, informa que **Rosalindo** "*transferiu-se para a Faculdade Cândido Mendes em junho de 1969, onde matriculou-se sob o número 1.860 do 5º ano de Direito, em horário noturno, tendo se formado em dezembro do ano findo*". Segundo outro documento, **Rosalindo Souza** era procurado pelos órgãos de repressão em junho de 1972 na cidade de Itapetinga/BA. Em 16 de agosto de 1972, o prefeito "*informa que, após a decretação de sua prisão, fugiu de Itapetinga, não mais sendo visto*" na casa de seus pais. No pedido de busca de informações, datado de 20 de junho de 1972, expedido pelo IV Exército, 6º R.M., 2ª Seção, consta dados de qualificação de **Rosalindo**, dentre os quais

suas características físicas – "*cútis parda, cabelos castanhos, olhos castanhos, 1.70m de altura, barba e bigode normalmente raspados*". Informa ainda que "*recentemente, com a prisão de militantes do PCdoB [Partido Comunista do Brasil] em Marabá/PA, entre os quais* ***Expedito Rufino****,* ***Rioco Kaiano****,* ***Eduardo José Monteiro Teixeira*** *e* ***Emilia Augusta Monteiro Teixeira****, apurou-se que o epigrafado estaria realizando trabalho de campo em Itapetinga/BA*". Existe também, nesse ACE, o pedido de busca de informações de 12 de fevereiro de 1973, também expedido pela 2º Seção do IV Exército, que acrescenta os seguintes dados sobre **Rosalindo Souza**: "*o epigrafado é amante de* ***Sara Silva****, a qual está cumprindo pena nesta Capital, por crime de subversão. É integrante do Grupo Pau Preto e do comitê regional Bahia do PCdoB. Está condenado a 28 (vinte oito) meses de reclusão pela Justiça Militar*". (ACEs P004618, A054607, A031119)

Na *Relação de civis com mandado de prisão expedido pela 4ª CJM*, produzida pelo Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, de 9 de julho de 1973, consta o nome de **Rosalindo Souza** como um dos indivíduos com prisão preventiva decretada pela 6ª Circunscrição Judiciária Militar. De acordo com o dossiê, **Rosalindo** tinha "*26 anos de idade, natural de Caldeirão Grande, Estado da Bahia, filho de Rosalvo Cipriano de Souza e Lindaura Correia de Souza*". (ACE P004815/82)

O documento produzido pelo II Exército, em 9 de dezembro de 1971, apresenta uma lista de pessoas com prisão preventiva decretada pela 6ª Circunscrição Judiciária Militar, dentre as quais **Rosalindo Souza**. Sobre **Rosalindo**, o documento registrou que tinha "*28 anos de idade, natural de Caldeirão Grande, Estado da Bahia, filho de Rosalvo Cipriano de Souza e Lindaura Correira de Souza*". (ACE E008435/81)

O documento da Agência Salvador do SNI, de 8 de junho de 1973, apresenta depoimentos de vários membros do PCdoB. Segundo informações prestadas por **A.C.**, na 2ª Seção do IV Exército-6ª R.M., ele conheceu **Rosalindo Souza** em Ilhéus. Diz ainda que **Rosalindo** "*estudou Direito em 1968 em Salvador/BA; sua família mora em Itapetinga; elemento de direção do ME [Movimento Estudantil] em Salvador; tem aproximadamente 25 anos, mais ou menos, 1,75m de altura, cor escura, usa óculos de grau*". (ACE A057634/73)

O documento da Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar-CJM, de 28 de novembro de 1974, informa sobre as condenações e o mandado de prisão existentes contra **Rosalindo Souza**. Consta que foi "*condenado, à revelia, à pena de 23 meses de detenção, como incurso nos arts. 36, in fine, e 38, incisos II e IV, do Decreto-Lei n° 314, de 13/03/1967, combinado com o art. 66, do Código Penal Militar. Expedido mandado de prisão com o of. De n° 358, de 14/05/1971, dirigido ao Sr. Cel. Superintendente Regional do DPF/BA*". (ACE P004065/82)

O documento, de 27 de agosto de 1975, produzido pela Polícia Militar do Estado da Bahia, trata do estudante baiano **Carlos Alberto Rodrigues**, que "*pertencia a denominada 'Linha Chinesa' liderada por* ***Rosalindo Souza*** *e outros*". Ainda de acordo com o documento, **Carlos Alberto Rodrigues** conseguiu, "*no ano de 1967, eleger* ***Rosalindo Souza*** *Presidente do Diretório da Faculdade de Direito Federal*". (ACE P004255/82)

O dossiê produzido pela Agência Salvador do SNI, em 4 de setembro de 1978, consta a solicitação ao Juiz Auditor da 6ª CJM de "*relação das pessoas que, a partir de 31 de março de 1964, foram condenados pela Justiça Militar, processadas com prisão preventiva decretada ou processadas sem*

prisão preventiva decretada, cujo paradeiro seja desconhecido". Nesta relação, figura **Rosalindo Souza**. (ACE P003704/82)

No Inquérito Policial instaurado pelo Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional da Bahia, datado de 11 de julho de 1973, constam as declarações de **Ruy Hermman de Araújo Medeiros**, colhidas em 14 de julho, também militante PCdoB. **Ruy Hermman de Araújo Medeiros** relata seu envolvimento com o Movimento Estudantil em Salvador, e informa que no ano de 1971 "*participava de reuniões em praias da capital, em companhia de* ***Rosalino Souza***" entre outros. (ACE P003064/82)

O documento *Situação Financeira dos Jornais Alternativos*, produzido pela Agência Salvador do SNI, em 24 de setembro de 1982, trata de campanha organizada pela *Tribuna da Luta Operária* "*com o objetivo de elevar o nível de vendas do periódico, com o nome 'Campanha Estadual* ***Rosalindo Souza****' [...], numa justa homenagem a este baiano, ex-líder estudantil na UFBA, filho de Itapetinga, que integrou a resistência guerrilheira do Araguaia*". (ACE P004640/82)

Suely Yumiko Kanayama ou **Sueli Yomiko Kanayama** (codinome: Chica, Vera) – Dentre as declarações prestadas, no DOI-CODI/ II Exército, por vários presos políticos em 1971, a de **Rioco Kaiano** cita **Suely Yumiko Kanayama**. Quando questionada sobre onde residia **Suely**, **Rioco Kaiano** afirmou que ela morava em Santo Amaro, e que as "*fichas de matrícula da Faculdade de Filosofia da USP [Universidade de São Paulo] contêm seu endereço, como também as da Secretaria da Educação de São Paulo, pois* ***Suely Yumiko Kanayama*** *é professora secundária em um colégio estadual num dos bairros após a Penha (não sabe especificar o bairro)*". Em outro depoimento, **Rioco Kaiano** disse que **Suely Yumiko Kanayama** "*ficou encarregada da confecção do jornal, que foi apreendido por este DOI, onde achincalhava autoridades públicas (civis e militares). Que a depoente conhece* ***Suely Yumiko Kanayama*** *desde fins de 1968, e que esta muitas vezes auxiliou a depoente na distribuição de panfletos, cujos textos versavam sobre política de esquerda; que a depoente tem conhecimento que, em todas as férias,* ***Suely Yumiko Kanayama*** *viajava para o sítio de seu genitor, na cidade de Avará*". (ACE E008617/81)

Dentre as declarações prestadas, no DOI-CODI II Exército, por vários presos políticos em 1971, a de **Kimiko Itioka**, que afirmou, em seu depoimento prestado em 5 de março de 1971, "*ter sido intermediária entre* ***Suely Yomiko Kanayama*** *e* ***Hideaki Ussami****, para que este último mimeografasse um jornalzinho cujo teor ignora por completo. Que recebeu também de* ***Suely*** *a quantia de Cr$ 200,00 (ou Cr$ 300,00), que entregou a* ***Hideaki Ussami*** *como pagamento daquele trabalho. Que [***Kimiko Itioka***] foi intermediária entre ambos porque* ***Suely Yomiko Kanayama*** *acreditava ser a depoente encarregada do serviço de mimeógrafo do grêmio da faculdade onde estuda e quando ela constatou que tal não era certo, solicitou a depoente que fosse intermediária. Que a depoente concordou e só neste DOI é que ficou sabendo que o referido material (teste simulado) continha matéria achincalhando entidades e personalidades públicas*". Já em depoimento prestado no dia seguinte, **Kimiko Itioka** declarou que a mãe de **Suely Yumiko Kanayama** lhe informou que ela "*havia viajado em direção a Minas Gerais numa caravana de médicos, enfermeiros, dentistas, todos formados; que* ***Suely*** *iria lecionar num lugar que desconhece e regressaria em julho, se fosse num lugar muito longe, e mais cedo se o lugar fosse mais próximo*". (ACE E008613/81)

Dentre as declarações prestadas, no DOI-CODI/II Exército, por presos

políticos, em documento da Agência São Paulo do SNI, de 17 de agosto de 1972, na de **Rioco Kaiano**, datada de agosto de 1972, consta que conheceu **Suely Yumiko Kanayama** (Vera) e que teria participado com ela de reunião ocorrida em 1969 na Cidade Universitária (barracões da Filosofia). E que o assunto tratado foi "*política aplicada através da UNE [União Nacional dos Estudantes]*". Segundo ela, teriam participado de duas outras reuniões ocorridas em 1970, na Rua Jandaia, em que se discutiu a "*aplicação da linha do Partido junto ao ME [Movimento Estudantil]*" e "*teoria e discussão sobre um documento referente à política estudantil*". (ACE E005579/81)

Suely Yumiko Kanayama aparece nesta lista, sua situação "*morta em set. 1974*", e a fonte da informação "INFÃO 2227/16/ABE/74". (ACE A054730/86)

Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, **Suely** [**Suely Yumiko Kanayama**] era integrante, no Araguaia, do grupo sob o comando de **Oswaldo Orlando da Costa**. (ACE A062588/73)

Telma Regina Cordeiro Correa (codinomes: Maria, Lia) – O documento *Atividades do PCdoB no sul da Bahia*, produzido pelo IV Exército, em Salvador, datado de 18 de junho de 1973, contém cópias de vários depoimentos. **Telma Regina Cordeiro Corrêa** é citada naquele prestado por **Glória Gomes**, também militante do PCdoB (Partido Comunista do Brasil). **Glória Gomes** declarou que sua irmã **Geralda Gomes**, também do PCdoB, conhecia **Selma**, que disse que iria reestruturar o PCdoB na zona cacaueira. A depoente achou **Selma** parecida com a fotografia de **Telma Regina Cordeiro Corrêa** (Maria), do PCdoB. **Selma** foi deslocada da Guanabara para uma das áreas da Guerrilha do PCdoB. Descrição de **Selma**: "*magra, cerca de 1,60m, branca, aproximadamente 25 anos, cabelos castanhos até o ombro, lábios de espessura média, olhos castanhos grandes, boca grande, meio dentuça, com um dos dentes superiores da frente escurecidos por obstrução, seios pequenos, quadris e nádegas sem serem proeminentes*". (ACE A064115/73)

No Inquérito Policial instaurado pelo Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional da Bahia, de 11 de julho de 1973, constam as declarações de **Selma Martins de Oliveira e Silva**, em 17 de julho de 1973, que também pertencia aos quadros do PCdoB. Segundo o depoimento, em 1971, ela também era estudante de Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF), "*época em que a declarante já havia sido arregimentada pela sua colega '**Telma de Tal**' para a União da Juventude Patriótica-UJP, também considerada como sendo uma Frente Ampla do PCdoB*". (ACE P003064/82)

O documento do DOI/I EX, de 31 de julho de 1973, apresenta depoimentos manuscritos de **Paulo Fernando de Oliveira e Silva** Sobre **Telma Regina**, escreveu: "*O **Elmo** era noivo da **Telma**, professora de um curso pré-vestibular e morava em Todos os Santos. O **Elmo** morava em Marechal Hermes*". No início de 1971, "*antes do ingresso dos elementos da UJP o '**Pedro**' [**Luiz Renê Silveira e Silva**] já havia se deslocado para o campo. Logo após a saída do '**Pedro**' deslocou-se também o **Elmo** (Fernando), seguido da esposa **Telma***". Escreveu ainda **Paulo Fernando De Oliveira e Silva** que **Telma** "*sem muita certeza [era] estudante de geografia*". (ACE C006271/82)

O documento do DOI/I EX, datado de 20 de agosto de 1975, contém depoimentos prestados por diversos militantes do PCdoB. De acordo com o dossiê, o depoente **Nelson Nahon** "*sabe que **Telma Regina Cordeiro***

Correia** é esposa de **Elmo Corrêa** ('Fernando'), desconhece a militância de **Telma Regina Cordeiro Corrêa**, no PCdoB*", e "*que conheceu **Telma Regina Cordeiro Corrêa** na Escola de Medicina e Cirurgia, por intermédio de **Elmo Corrêa". Já em depoimento manuscrito, **Nelson Nahon** afirmou que **Telma** partiu para o campo em 1971. Em novo depoimento, **Nelson Nahon** disse saber, com data aproximada, quais os militantes do PCdoB foram para a "Área de Campo": "***Telma Regina Cordeiro Correa** (1971); **Elmo Correa** (Fernando - 1971); **João Carlos Wineski** (Cláudio – 1971); **Luis Renê Silveira e Silva** (Pedro – 1970/1971) ;; **Maria Célia Correia** (Rosa – 1971); **Lúcia Maria de Souza** (Marisa – 1971); **Jana Moroni Barroso** (Ângela – 1970/1971)*". (ACE C009819/83)

Telma Regina Cordeiro Corrêa aparece nesta lista, sua situação "*morta em set. 1974*", e a fonte da informação "INFAO 2227/16/ABE/74". (ACE A054730/86)

O documento produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI, em 17 de dezembro de 1986, trata da missa em memória de **Irene Creder Corrêa**, mãe de **Elmo** e **Maria Célia Corrêa** e sogra de **Telma Regina Cordeiro Corrêa**. Traz anexas fotografias dos participantes da missa ocorrida no Engenho Novo, na cidade do Rio de Janeiro, e a identificação de alguns deles. (ACE C014101/86)

Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, **Lia** [**Telma Regina Cordeiro**] era integrante, no Araguaia, do grupo comandado por **Oswaldo Orlando da Costa**. (ACE A062588/73)

Tobias Pereira Júnior (codinomes: Sérgio, Josias) – De acordo com informe da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 16 de junho de 1973, **Mauro Brandão Carneiro**, em seu depoimento, afirmou que, em dezembro de 1970, foi realizada, na casa de **Tobias Pereira Júnior** (Sérgio), situada à Rua Tavares Bastos, no bairro do Catete, "*a reunião dos representantes das universidades, para ser escolhido o da Guanabara*". **Mauro Brandão Carneiro** asseverou que, em 1971, utilizou esporadicamente o aparelho de **Tobias** "*para dormir e para fins sexuais*". Ainda segundo o depoente, em abril de 1971, **Tobias,** estudante da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (UFF), substituiu **João Carlos Wineski** como Secretário de Agitação do Comitê Universitário do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), sendo o contato do depoente no Comitê Intermediário de Niterói – órgão criado após a reestruturação do Comitê Universitário do PCdoB. Ao ser perguntado sobre a denominada "Área de Campo" do PCdoB, **Mauro Brandão Carneiro** respondeu que tomou conhecimento do deslocamento, em 1971, dos militantes **Tobias Pereira Júnior**, **Jana Moroni Barroso**, **JOÃO CARLOS WINESKI**, **Antonio Teodoro de Castro**, **Selma Martins de Oliveira e Silva**, **Hélio Luiz Navarro de Magalhães**, **Maria Célia Corrêa**, **Elmo Corrêa**, **Luiz Renê Silveira e Silva**, e **Lúcia Maria de Souza**. **Mauro Brandão Carneiro** disse que "*a última notícia sobre o campo que teve foi em dezembro de 1972, num ponto com '**Sérgio**', que lhe informou estarem cortados os contatos do Partido com a 'Área de Campo*'". (ACE C006269/82)

No Inquérito Policial instaurado pela Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia, de 11 de julho de 1973, constam as declarações de **Selma Martins de Oliveira e Silva**, de 17 de julho de 1973, que também pertencia aos quadros do PCdoB. Segundo **Selma Martins de Oliveira e Silva**, **Tobias Pereira Junior** (Sérgio) também fazia parte da União da

Juventude Patriótica (UJP), que atuava na UFF no ano de 1971. A declarante "*conheceu o militante **Tobias Pereira**, de codinome '**Sérgio**', em princípios do ano de 1971, como aluno do curso de Medicina da Universidade Federal Fluminense, com atuação de DCE, alegando que manteve com ele em janeiro de 1972, o seu último contato como militante e namorado, uma vez que **Tobias**, conforme soube posteriormente, havia viajado como voluntário para integrar a guerrilha de Marabá/Pará, juntamente com outros companheiros; [...] que ainda no mês de março de 1972, '**Gregório**', convidou a declarante para ir de encontro ao **Tobias** [...] que a casa de **Tobias** na Guanabara funcionava como 'aparelho', ali tendo a declarante comparecido apenas como sua namorada, mas sabia ser local de reuniões de interesse do Partido, alegando ser localizada no Bairro do Catete, não se recordando do nome da rua*". (ACE P003064/82)

O depoimento manuscrito de **Paulo Fernando de Oliveira e Silva**, que consta do documento do DOI/I EX, de 31 de julho de 1973, informa que **Tobias Pereira Junior** (Sérgio): "*substituiu o '**Cláudio**' na secretaria de agitação e propaganda da CU (Comitê Universitário). Alto (1,90), cabelos castanhos escuros, mais ou menos gordo. Aluno de Medicina da Fluminense. Foi deslocado para o campo*". (ACE C006271/82)

Documento produzido em 7 de novembro de 1974 pela Agência Rio de Janeiro do SNI, trata de **Marco Antonio Carvalho Santos** ACE A080291 Anexo a ele aparece o IPM que apurou atividades do PCdoB datado de 15 de março de 1973. Tobias Pereira Junior aparece como indiciado neste IPM.

Tobias Pereira Junior aparece nesta lista, sua situação "*morto em 15/02/1974*", e a fonte da informação "ACE A054730/86- PGR-4352/74".

Em documento da Agência do Rio de Janeiro do SNI, de 13 de novembro de 1974, o nome de **Tobias Pereira Júnior** figura como indiciado em Inquérito Policial Militar, por haver cometido crime contra a Segurança Nacional. (ACE A080291/74)

Uirassu de Assis Batista (codinomes: Sassu, André e Valdir) – No *Relatório Final do Inquérito nº52/71-SOPS-DR/DPF instaurado para apurar responsabilidade criminal de elementos militantes da AP e PCdoB*, produzido pela Agência Salvador do SNI, em 5 de julho de 1972, **Uirassu de Assis Batista** aparece como indiciado, foragido, militante de base do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Movimento Estudantil, e ex-aluno do Colégio Central em Salvador (1970). **Uirassu** é citado por seis outros indiciados neste inquérito. Segundo o documento, além de fazer parte da célula do PCdoB no Colégio Central, também fazia parte do Comitê Secundarista do PCdoB e dava assistência às células do Colégio de Aplicação e Colégio Antônio Vieira em Salvador. Segundo um dos indiciados, **Uirassu de Assis Batista** era um dos diretores da Associação Baiana de Estudantes Secundaristas (ABES), juntamente com **José Lima Piauhy Dourado**. Outros indiciados informam ter recebido dele "*formação teórica que incluía a leitura dos livros 'Quatro séculos de latifúndio', 'Os subterrâneos da liberdade', 'Memórias de Mao Tse Tung', 'O Capital' e do jornal 'A Classe Operária'*". Informam, ainda, que participaram com ele de reuniões, em agosto de 1970, nas quais "*eram abordados assuntos relativos a panfletagem e pichações de interesse para a Campanha do voto nulo*". (ACE A047732/72)

O *Relatório Final do Inquérito Policial nº59/72-SOPS* é um anexo ao

documento produzido pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), em 27 de setembro de 1973. Nele, **Uirassu de Assis Batista** é citado nas declarações dos militantes do PCdoB **Hidelbrando Augustus Magno Cardoso Dias** e **Jackson Barros Conceição**, indiciados no Inquérito. De acordo com **Hidelbrando Augustus Magno Cardoso Dias**, **Uirassu de Assis Batista** o apresentou a **Celeste Maria de Azevedo Dantas**, que lhe "*ampliou*" para o PCdoB. Informou o documento que **Uirassu** estava "*indiciado nos autos do inquérito policial nº 52/71-SOPS, juntamente com outros, pela mesma participação e atividade, a quem o indiciado já conhecia, sendo o mesmo quem o incentivou, fornecendo-lhe os estatutos do Partido e a carta programa da Associação Brasileira dos Estudantes Secundaristas-ABES, indo ambos de encontro à Revolução de 31 de março de 1964*". Por sua vez, **Jackson Barros Conceição**, em seu depoimento, declarou que "*ao prestar vestibular para a Universidade Federal do Bahia, no ano de 1971, voltou a encontrar com o seu conhecido **Uirassu de Assis Batista**, o qual ali também prestou exame para a área 2, a quem já conhecia da cidade de Alagoinhas, sendo ele por parte de pai seu primo, considerando-o mesmo como tendo contribuído para a sua formação e aceitação de militante*". **Antonio Fernando Xavier dos Santos**, também do PCdoB e indiciado neste Inquérito, cita **Uirassu** em suas declarações e disse "*que iniciou suas atividades a partir de maio de 1970 [...] através de seu amigo **Uirassu** – Sassu, na época residente em Alagoinhas, com quem sempre manteve discussões políticas*". (ACE A064197/73)

No documento *Pessoas cogitadas para contratação da Universidade Federal da Bahia*, produzido em 5 de junho de 1978 pela Agência de Salvador do SNI, nos antecedentes referentes a **Maria Zita de Carvalho Braga**, é citado **Uirassu de Assis Batista** como tendo sido o responsável pelo "*aliciamento*" de **Maria Zita de Carvalho Braga** ao PCdoB. (ACE P003856/82)

O nome de **Uirassu de Assis Batista** consta da relação de condenados e absolvidos por incidência na Lei de Segurança Nacional (LSN), produzida em 10 de setembro de 1979, pela Superintendência Regional do Departamento de Policia Federal da Bahia. De acordo com o documento, com base na Lei de Anistia, foi extinta a punibilidade dos acusados com base na Lei de Segurança Nacional. (ACE P000287/79)

O documento produzido em 21 de janeiro de 1980 pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Tem por assunto: *Reintegração dos Punidos pela Revolução*, e é composto por uma relação contendo os nomes dos anistiados pela Lei 6683/79, dentre eles **Uirassu de Assis Batista**, processo nº 13/72, Auditoria 6º CJM. (ACE A005437/86)

Walquiria Afonso Costa ou **Walkiria Afonso Costa** (codinome: Vera): No documento *Atividade Subersiva – prisão de elementos do PCdoB em Belo Horizonte-Minas Gerais*, produzido pela Agência Belo Horizonte do SNI, em 12 de maio de 1971, **Walquiria Afonso Costa** foi identificada como pertencente ao setor estudantil do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) por **Maria Dalce Ricas**. Este documento registra também que **Walquíria** era estudante de Pedagogia na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (UFMG), residente em Belo Horizonte. (ACE A030419/71)

Conforme a Informação do SNI nº089/72/ABH/SNI, os militantes do Comitê Estudantil do PCdoB, **Idalísio Soares Aranha Filho** e sua companheira **Walkíria Afonso Costa**, foram indiciados em inquérito policial

para apurar as atividades do Comitê Estudantil do PCdoB, e tiveram prisão preventiva decretada. Em 1972, eram dados como foragidos. Antes, "*no princípio do ano de 1971, **Idalísio Soares Aranha Filho**, cognominado **Ivan**, e **Walkiria Afonso Costa**, ampliados por **Carlos Victor Alves Dalamonica**, vinham atuando na clandestinidade; com a prisão de **Maria Dalce Ricas** e com a fuga de **Carlos Victor Alves Dalamonica**, instruídos por este, passaram a empreender um trabalho de ampliação no setor estudantil, principalmente no Diretório Acadêmico da FAFI, e, logo depois, alegando necessidade de se ausentarem de Belo Horizonte, isso por ocasião de uma reunião levada a efeito no apartamento de **Carlos Victor Alves Dalamonica**, promoveram uma escolha entre os elementos ampliados, para que um deles ficasse à frente do Comitê Estudantil. A escolha recaiu sobre **Nilceia Moraleida Gomes** e **Jesus de Almeida Fernandes***". Ainda segundo o documento, "*ficou plenamente caracterizada a participação do **Idalísio Soares Aranha** e **Walkíria Afonso Costa**, como participantes das atividades subversivas ora investigadas. Inúteis, entretanto, foram os esforços enviados para localização de ambos, razão pela qual foram eles citados por 'Edital' [...] não sendo atendido aquele chamado*". No prontuário de **Walkíria**, consta que era natural de Uberaba/MG, filha de Edwin Costa e Odete Afonso Costa. Dentre as atividades, constava que "*participava com **Idalísio Soares Aranha Filho** do Comitê Estudantil que operava na FAFI; tomou parte em reuniões destinadas à criação de células de base na FAFI; junto com seu namorado - **Idalísio Soares Aranha Filho** – ampliou **Nilceia Moraleida Gomes**, **Jesus de Almeida Fernandes** e **Joaquim Falcão Filho.***". (ACE O006920/82)

Na *Relação de civis com mandado de prisão expedido pela 4ª CJM*, produzida pelo Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, de 9 de julho de 1973, consta o nome de **Walkiria Afonso Costa**. De acordo com o dossiê, **Walkiria** era "*filha de Edwin Costa e Edete Afonso Costa, residia à Rua Ildefonso Lima, Belo Horizonte/MG*". (ACE P004815/82)

No *Relatório sobre a criação e manutenção do presídio da Justiça Militar Federal/Secretaria de Segurança Pública de São Paulo*, produzido pelo Gabinete do SNI, em 1º de novembro de 1976, consta um anexo intitulado *A vida pregressa dos chamados presos políticos*. Um desses presos é **Carlos Victor Alves Dalamonica** e há um resumo sobre suas atividades políticas, proveniente do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) no ano de 1976. Neste resumo, há referência a **Walquiria Afonso Costa**, quando do ingresso de **Carlos Victor Alves Dalamonica** para o PCdoB. "***Walquíria Afonso Costa**, vulgo '**Vera**', que era Presidente do Centro de Educação e Pedagogia da UFMG*". (ACE A098199/76)

O documento *Situação atual da subversão na área de Minas Gerais*, da Agência Belo Horizonte do SNI, em 1 de agosto de 1978, que trata da atuação de várias organizações de esquerda, inclusive o PCdoB, em Minas Gerais. Nele foi registrado que "*as ações do PCdoB nesta área têm sido mínimas, tendo em vista principalmente a sua linha de atuação, que prega a conquista do poder através da 'guerra popular'. Por essa razão a atuação básica do PCdoB se desenvolve nas zonas rurais. Embora sabedores da existência de um Comitê Estadual em atividades em Minas Gerais, em termos de liderança pouco sabemos a respeito. Dentre os militantes mais conhecidos – sem que lhes possa atribuir uma verdadeira liderança – podemos citar: **Jesus de Almeida Fernandes**, **Maria Dalce Ricas** e **Walquíria Afonso Costa***". (ACE A113142/78)

Wandick Reidner Pereira Coqueiro ou Vandick Reidner Pereira Coqueiro (codinome: João Goiano) – No documento "*Atividades subversivas do PCBR [Partido Comunista do Brasil]*", produzido em 20 de abril de 1971 pelo Departamento de Polícia Federal, Delegacia Regional da Bahia e Sergipe, consta o Inquérito Policial nº08/71, no qual **Wandick Reidner Pereira Coqueiro** não foi ouvido por não ter sido encontrado. (ACEs P003122 e A035759)

Segundo o informante **Joaquim Alves dos Reis**, **João Goiano** [**Wandick Reidner Pereira Coqueiro**] era um dos integrantes, no Araguaia, do grupo comandando por **Oswaldo Orlando da Costa**. (ACE A062588/73)

Operações Militares no Araguaia

Notação AN: BR DFANBSB TS.ASI.ADC.9
Fundo: ASI / SUDECO
Origem: Serviço Nacional de Informações/ Agência Central
Anexo: Dados sobre os municípios
Data: Outubro de 1970
Assunto: Quadrilátero Marabá – Araguaína – Imperatriz – Porto Franco

O documento da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, datado de outubro de 1970, versa sobre a região do quadrilátero Marabá – Araguaína – Imperatriz – Porto Franco, considerada uma área pouco desenvolvida, afastada das capitais dos Estados onde se achava situada e, segundo o relator, "que até pouco tempo não lhe fora dada maior importância". Com o advento da rodovia Belém-Brasília, teria se iniciado ali "uma fase de evolução com mutações rápidas nos seus diversos aspectos, calcando-se o conhecimento sobre a região em dados nem sempre atualizados e levantados por diferentes órgãos, sem uniformidade nos critérios de avaliação". O relatório foi dividido nas seguintes seis partes: aspectos fisiográficos, aspectos psicossociais, aspectos políticos, aspectos econômicos, apreciação e conclusão. A fonte primária possui um anexo extenso, com o panorama detalhado de 17 municípios que fazem parte da região.

Aspectos Físicos:

A começar pela seção denominada "Aspectos Fisiográficos", a qual corresponde o mapa n° 01, o relator informou que "a região em estudo interessa às áreas estratégicas norte, centro e nordeste, abrangendo municípios do sudeste do Pará, norte de Goiás e sudoeste do Maranhão", os quais estavam distribuídos nas zonas fisiográficas abaixo relacionadas, que formavam um quadrilátero com 127.515 km² de superfície, achando-se incluídos na Amazônia Legal:

1) Pará: municípios de Marabá e São João do Araguaia, localizados na zona da Itacaiúnas, e municípios de Conceição do Araguaia, localizado na zona do Planalto;

2) Maranhão: municípios de Imperatriz e Montes Altos, localizados na zona do Tocantins, e município de Porto Franco, localizado na zona de Carolina.

3) Goiás: municípios de Ananás, Araguatins, Axixá de Goiás, Itaguatins, São Sebastião do Tocantins, sítio Novo de Goiás e Xambioá, situados na zona do Araguaia-Tocantins, e municípios de Araguaína, Babaçulândia, Nazaré e Tocantinópolis, situados na zona do norte goiano.

Na questão de orografia, isto é, do estudo e descrição das montanhas, a região do norte de Goiás está incluída nas chapadas da bacia sedimentar Parnaibana, constituídas de arenitos e lençóis de basalto e "cuestas", e também se encontra nos planaltos cristalinos da bacia Araguaia-Tocantins, de embasamento pré-cambriano. As altitudes encontradas não ultrapassam os 400 metros e estão situadas no divisor dos rios Araguaia e Tocantins. Já a região sudeste do Pará tem uma parte compreendida na planície litorânea e outra na encosta setentrional do planalto brasileiro. Suas altitudes também não superam os 400 metros. A região sudoeste do Maranhão situa-se no vale do Tocantins e no divisor dos rios Parnaíba e Tocantins, apresentando altitudes inferiores a 400 metros.

Sobre aspectos hidrográficos, o documento utilizou-se de um quadro para especificar os trechos navegáveis, a distância a ser percorrida e o tempo de percurso, dando-se destaque aos rios Araguaia e Tocantins que banham a região e suas terras são de considerável fertilidade. O documento passou a descrever o curso do rio Tocantins, que desde sua formação corre no sentido sul-norte, dividindo ao meio o norte do Estado de Goiás (atual Estado de Tocantins), até atingir a cidade de Imperatriz. A partir daí, o fluxo da água baliza os limites entre Goiás e Maranhão, até a região de São João do Araguaia, no Estado do Pará. Em Marabá, o curso do rio retoma a direção sul-norte até sua foz. Como particularidades, o rio Tocantins apresenta aspectos que dificultam ou impedem a navegação em certos trechos, observando-se com frequência a erosão vertical do leito devido a inúmeras corredeiras, cachoeiras ou travessões, além da erosão dos barrancos, constituídos por aluviões. As cidades de Araguatins, Conceição do Araguaia, São João do Araguaia e Xambioá estão localizadas às margens do rio Araguaia, e as cidades Babaçulândia, Tocantinópolis, Porto Franco, Iguatins, Imperatriz e Marabá às margens do rio Tocantins.

O documento relata as áreas localizadas no médio e baixo rio Tocantins e no médio e baixo rio Araguaia. O médio Tocantins está limitado pelas cachoeiras de Lageado e Itaboca, sua navegação é mais fácil que o Alto Tocantins. O principal obstáculo é a cachoeira de Santo Antônio, situada entre Porto Franco e Itaboca, onde a navegação é impraticável na seca. As corredeiras de Croá e Três Marias são também obstáculos importantes tornando a navegação difícil neste trecho. Entre a cachoeira de Santo Antônio e Marabá a navegação é franca durante todo o ano. O baixo Tocantins compreende a cachoeira Itaboca e a foz do Tocantins, no rio Amazonas. Itaboca está num desnível de 100km abaixo de Marabá e constitui-se no maior obstáculo à navegação do rio. Entre Itaboca e Tucuruí a navegação é dificultada por inúmeras corredeiras e ilhas que reduzem a tonelagem máxima admitida. A navegação de Tucuruí para o norte é franca para barcos de grande tonelagem, em qualquer época do ano. O médio Araguaia possui 330km extensão, vai de Araguacema até Santa Isabel do Araguaia e necessita de grandes transformações para que se permita a franca navegação. Na estiagem a circulação dos barcos fica bastante prejudicada e seus principais obstáculos são: as corredeiras de Caiapós, Piranhas e Algibeira, as cachoeiras de São Miguel, Santa Cruz e Santa Isabel e os travessões Barreiras, Três Pontas e Jacuzão. No baixo Araguaia, com 140km de extensão, vai-se de Santa Isabel do Araguaia até sua foz. A navegação nesse trecho é facilitada a embarcações de maior calado.

Sobre a climatologia do quadrilátero, impera o clima equatorial úmido com estação seca pouco pronunciada no extremo norte de Goiás, bem como no sudeste do Pará, o que permite que a vegetação dominante seja a floresta densa e pujante. Constitui este clima uma transição entre o superúmido sem estiagem e o de duas estações distintas: a chuvosa e a seca, sendo caracterizado por temperaturas médias elevadas durante todo o ano. O regime térmico reflete a existência da estação seca, correspondendo o mês mais quente ao fim do período de estiagem, variando de outubro a dezembro, antecedendo quase sempre ao solstício de verão. O total anual de chuvas situa-se em torno 2000mm e a umidade relativa alcança índice superior a 80%. No restante do território goiano e no sudoeste do Maranhão predomina o clima equatorial úmido com chuvas de verão, caracterizado por duas estações bem nítidas: uma seca (inverno-primavera) e outra chuvosa (verão-outono). A primeira estação prolonga-se de maio a setembro e a segunda, de outubro a abril e a diferença entre as duas estações é tão nítida que atua

sobre a vegetação e as atividades econômicas da região. Os meses mais quentes correspondem de setembro a novembro, e os mais frios são junho e julho.

Acerca da vegetação, o documento informou que o extremo norte de Goiás (atual Estado de Tocantins) e o sudeste do Pará é constituído pela floresta equatorial, com árvores de grande porte, folhas perenes e considerável densidade, cuja existência deve-se ao clima quente, passando o relatório a descrever as principais espécies encontradas. Outro tipo de vegetação existente no local é a mata de transição que abrange parte das regiões sudeste do Maranhão e norte de Goiás. De modo geral, predominam árvores altas, de tronco fino e copas pouco desenvolvidas. No restante das partes norte de Goiás e sudoeste do Maranhão aparece o cerrado que apresenta árvores de 8m a 12m de altura, juntas umas das outras, ocupando manchas reduzidas denominadas “cerradões”. O documento descreveu a formação vegetal típica do cerrado, além de explicar que a movimentação de pessoas dentro dele, mesmo através do campo, seria fácil, mas exigiria “judicioso disfarce para maiores efetivos”. Contrastando com o cerrado, observa-se no norte de Goiás manchas isoladas de mata e também ao longo dos rios, matas galerias, o que caracteriza a floresta tropical. Típica de solos mais ricos, onde a umidade é fator importante para seu aparecimento, a floresta tropical ocupa os vales de pequenos e grandes cursos de água, bem como as suas bacias de recepção originadas nas encostas dos chapadões. O relator enfatizou que “à exceção dos cerrados, a região se prestava ao ocultamento de grandes efetivos, inclusive ao longo dos cursos de água e nas manchas de floresta equatorial, prestava-se também à atuação de guerrilheiros”.

Aspectos Psicossociais:

A seção inicia por informar que foi estimada, em 1968, uma população de 218.722 habitantes, o que caracterizava uma baixa densidade demográfica, em torno de 5,25 hab/km², como indica o quadro n° 02, sendo a população predominantemente rural. Os municípios mais populosos seriam os de Imperatriz, Tocantinópolis, Marabá, Porto Franco, Babaçulândia e Araguaína. A construção da estrada Belém-Brasília propiciou o afluxo de migrantes mineiros, goianos, paulistas e nordestinos que se estabeleceram ao longo da rodovia e nos campos de criação próximos dela. Segundo o relator, “com os trabalhos da Transamazônica, seu movimento tenderá a crescer substancialmente, concorrendo para um maior povoamento da região”. Acerca dos grupos indígenas o documento informa que: em Marabá, habitavam os índios Xikrin, do tronco linguístico Jê, que embora isolados contavam com cerca de 150 silvícolas; os índios Suruí, do tronco linguístico Tupi, possivelmente um grupo Mudjetire ainda não censitados pela FUNAI; e os índios Mudjetire do tronco linguístico Tupi, ainda não censitados pela FUNAI. O documento descreve os principais municípios e seus grupos indígenas: em São João do Araguaia estavam localizados 50 índios Apinayé, do tronco linguístico Jê, com os quais eram mantidos contatos permanentes; em Conceição do Araguaia se encontravam os Mudjetire; entre os rios Gavião e Surubim havia, no município de Imperatriz, a tribo dos índios Gavião (Pukobiê), que após sua atração pela FUNAI, foi levada para o posto Mãe Maria, no município de São Domingos do Capim, no Estado do Pará; em Tocantinópolis existiam 300 índios Apinayé, com os quais eram mantidos contatos permanentes com a FUNAI; e no município de Xambioá se encontravam cerca de 100 índios Xambioá (Karajá), no posto da FUNAI.

Sobre o tema habitação, o relator destacou que “as condições habitacionais são precárias, a maioria dos municípios não dispõe de redes de abastecimento, de água e de esgoto, nem de energia elétrica”. A precariedade se estendia à área da saúde, havendo incidência de várias doenças, como a malária, a verminose e o tracoma. O documento listou os poucos estabelecimentos existentes e o contingente de hospitais, médicos e leitos, sendo que os municípios melhor guarnecidos eram Araguaína, Imperatriz e Marabá, embora também houvesse postos médicos nos municípios de Itaguatins, Tocantinópolis e Babaçulândia. O documento citou as localidades onde não havia sequer um centro de saúde e informou a presença de 24 dentistas, sendo o município de Araguaína o que contava com o maior contingente de odontólogos.

Acerca da educação e da cultura, existiam na região 370 estabelecimentos de Ensino Primário, 599 professores e 25000 alunos matriculados. Era considerável o número de crianças em idade escolar que não frequentavam a escola, inclusive por falta de vagas. Quanto ao Ensino Médio dispunham de escolas os municípios de Marabá, Imperatriz, Conceição do Araguaia, Tocantinópolis, Araguaína, Araguatins, Babaçulândia e Xambioá, totalizando cerca de 11 estabelecimentos, 48 professores e 2114 alunos matriculados. A região não contava com estabelecimento de Ensino Superior. O município de Imperatriz possuía duas estações de radiodifusão. Havia cinemas nos municípios de Marabá, Imperatriz, Porto Franco, Araguaína e Tocantinópolis. Bibliotecas podiam ser encontradas em Imperatriz, Montes Altos, Araguaína, Nazaré e Tocantinópolis.

Relativo à esfera da justiça, grande parte do norte de Goiás, como os municípios de Ananás, Araguaína, Araguatins, Itaguatins e Tocantinópolis, encontrava-se sub judice, “sob os efeitos de ação discriminatória intentada pelo Estado, presumidamente titular de domínio sobre extensa área”. O documento ressaltou inúmeras questões entre posseiros e grupos interessados pela posse de terras, o que trazia intranquilidade à região.

Aspectos Políticos:

A seção política interna iniciou com um quadro que descrevia os prefeitos da região, a que partido pertenciam e a que localidade governavam, permitindo-se visualizar que a ARENA detinha o domínio político de toda a área, tendo conseguido eleger a quase totalidade dos prefeitos dos municípios que a compunham. Apenas os prefeitos de Imperatriz, Xambioá e Ananás foram eleitos pela legenda do MDB. Segundo o documento, “o político de maior influência no norte do Estado de Goiás era o deputado estadual Darcy Gomes Marinho, seguido pelo deputado federal Benedito Vicente Ferreira, ambos pertencentes aos quadros da ARENA”. Sobre o efetivo da Polícia Militar, o relatório informou a presença de 09 oficiais e 281 praças em toda a região e que o armamento empregado era o fuzil Mauzer, modelo 1908. O relator descreveu o contingente de efetivos na região e informou que os municípios de Montes Altos, Porto Franco, Nazaré e São Sebastião do Tocantins não dispunham de destacamento da Polícia Militar.

Acerca de tensões sociais na localidade, o documento informa que com o surgimento da rodovia Belém-Brasília e a abertura de novas estradas transversais começou a valorização das terras na região, grande parte delas de terras devolutas. Para o relator, “isto deu margem a que muitos interessados passassem a disputar a sua posse, cada um julgando-se com direito às mesmas”. Tal fato trouxe “intranquilidade à região, sendo

responsável pelo sacrifício de muitas vidas humanas, ensejando que elementos subversivos viessem a explorar a situação, com uma solução ou possibilidade de vingança". Contribuía ainda para o quadro as ocorrências relacionadas com as atividades de garimpagem, particularmente no sudeste do Pará, tendentes a serem agravadas com a construção da rodovia Transamazônica.

Aspectos Econômicos:

i)Produção Agrícola e Pecuária:

Sobre a produção agrícola, o documento descreve as culturas mais importantes, que eram as de arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, mandioca e algodão, ressaltando os principais produtores e a quantidade produzida, o mesmo se dando com a produção pecuária, destacando-se a criação de bovinos e suínos. Os principais municípios produtores eram Araguaína, Tocantinópolis, Porto Franco e Nazaré, sendo que a criação de bovinos era predominantemente extensiva, em particular no norte do Estado de Goiás, cuja produção se destinava aos Estados do Pará e Maranhão, por meio da rodovia Belém-Brasília.

ii) Transporte:

Em relação ao transporte, o documento destaca os setores fluvial, rodoviário e aéreo. Acerca do primeiro, não havia empresas de navegação que realizassem o transporte de mercadorias nos trechos navegáveis dos rios Araguaia e Tocantins, localizados na região. O principal barco utilizado era o do tipo "Marabaense", por se adaptar melhor às corredeiras. Não havia constância de transportes e os produtos mais comumente transportáveis eram combustíveis, manufaturados, cereais, babaçu e castanha. Sobre o transporte aéreo, o relatório informou que era muito utilizado na região e que os municípios de Marabá, São João do Araguaia, Araguatins, Imperatriz, Itaguatins e Tocantinópolis possuíam campo de pouso. A empresa área VASP mantinha voos regulares para Marabá, Conceição do Araguaia, Imperatriz e Araguatins e a empresa Cruzeiro do Sul para Imperatriz.

Sobre o transporte rodoviário, o relatório fornece dados detalhados sobre as rodovias federais que cruzavam a região, como BR-010, BR-153, BR-226 e a Transamazônica, que passa por Carolina e Porto Franco, transpondo o rio Tocantins em Estreito e prossegue na direção de Santa Izabel do Araguaia e depois Marabá, após cruzar os municípios de Tocantinópolis, Nazaré e São João do Araguaia. A BR-153 corta Goiás de norte a sul, fazendo o papel de espinha dorsal do sistema rodoviário do Estado. Ao Norte essa rodovia atinge a área mais fértil de Goiás, de onde inflete para noroeste na direção de São João do Araguaia e Marabá, atravessando zona de matas ricas em madeira de lei, em minérios e com reservas de terras agricultáveis. Em Araguaína, a BR-153 é prolongável pela BR-226, que se conecta em Porto Franco com a BR-010, ligando a região ao porto de Belém. Para o sul, a estrada liga a área do Triângulo Mineiro ao centro de São Paulo e Paraná, estando totalmente asfaltada.

A respeito das rodovias estaduais em Goiás, o relatório discorre sobre as condições da GO-37, que liga Tocantinópolis a Itaguatins, da GO-73, que percorre o trecho Babaçulândia – Araguaína – Araguanã e a Ramal 133 que liga a região de Xambioá a BR-226. A GO-37, estabeleceu o desenvolvimento do extremo norte de Goiás, criando condições para que grupos financeiros

investissem capitais na cidade de Tocantinópolis, principalmente no que se refere à extração de óleos vegetais. A economia regional passou por um processo de mutação com a diversificação das atividades do campo. A GO-73 terá alcançado seu objetivo quando prosseguir rumo a Araguatins, São Sebastião, Axixá, Bela Vista e Sítio Novo, com as denominações de GO-40 e GO-41, ligando a região chamada de Bico do Papagaio, por operar o encontro do Araguaia-Tocantins, unindo Maranhão ao Pará por meio de Goiás, configurando um dos mais importantes polos do progresso do extremo norte. A GO-40 permitiu a abertura do tráfego permitindo o escoamento da produção que estava retida em Iguatins.

Relativamente a GO-73, o documento destaca que a rodovia atravessa duas regiões distintas: as terras arenosas do vale do Tocantins e as florestas do vale do Araguaia, permitindo-se a extração das jazidas da Filadélfia e ao mesmo tempo a escoação da produção de gado e produtos agrícolas das matas de Araguanã. Sobre a Ramal 133, o relator constatou que ela atravessa uma compacta região da floresta equatorial, onde se encontram reservas de mogno, o que contribui para o intenso tráfego de caminhões transportadores de madeira para Araguaína. Esse fato, na opinião do relator, “incentivava a lavoura e estimulava a colonização, permitindo-se entrever clareiras abertas nos verdes das matas, onde o arroz e outros cereais vicejam sadios”. No Estado do Pará interessavam aos estudiosos as rodovias PA-03 (Marabá-Altamira-Santarém) e PA-70 (entre a BR-10 – Marabá – Gorotire – Cachimbo). No município de Conceição do Araguaia havia as estradas de Apinagés - São Domingos e São João do Araguaia – Apinagés. No Estado do Maranhão, o foco de interesse estava nas rodovias MA-41 (que unia Imperatriz a Montes Altos) e a MA-83 (que liga Imperatriz a João Lisboa).

iii) Produção extrativa (mineral e vegetal), indústria e comércio:

A respeito da produção extrativa mineral, o documento assinala ocorrências de carvão antracito nos municípios de Itaguatins e Araguatins. Já o cristal de rocha é explorado em Araguaína e Xambioá, ocorrendo jazidas de rutilo. O diamante é encontrado nos municípios de Babaçulândia, São João do Araguaia e Marabá, os dois últimos abrigam o maior distrito diamantífero do Brasil, além de ser região aurífera. Ambos estavam incluídos no projeto Marabá, estabelecido pelo Departamento de Produção Mineral para pesquisas em diversos pontos, onde também se localizam ocorrências de hematita, manganês, carvão, cristal de rocha e pegmatitos. Para o relator, “este projeto deveria sofrer impulso com a construção da Transamazônica”. Os diamantes produzidos eram de muito boa qualidade, sendo que 55% se prestam a lapidação. No município de Xambioá registrou-se ocorrências promissoras de monazita e ametista, enquanto que jazidas de gipsita e calcário foram assinaladas em Babaçulândia.

Sobre a produção extrativa vegetal, o babaçu é explorado na região, sendo a base da economia de vários municípios, que para o relator, “pouco produzem o que dele se pode obter: óleo comestível e saponificável, torta para rações, álcool, palmito, celulose, carvão e coque”. A extração do vegetal era feita de maneira manual, sendo exportado em amêndoas para Belém, e os principais produtores eram os municípios de Tocantinópolis, Imperatriz e São João do Araguaia. Outro produto que influenciava a economia da região era a castanha, explorada no Pará, nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Conceição do Araguaia. A extração da madeira de lei, como o mogno, era o principal suporte econômico do norte de Goiás.

Com relação ao tema de indústria e comércio, estavam localizadas na área estudada cerca de 957 casas comerciais e 116 pequenos estabelecimentos industriais, a maioria constituída de beneficiamento de produtos alimentares, madeira, algodão, móveis, cerâmica, calçados e extração vegetal, em que o babaçu assumia papel preponderante. O documento concluiu por informar que a economia na região se baseava sobretudo na agropecuária e no extrativismo.

Apreciação:

Na seção "Apreciação", o relator realizou uma espécie de síntese apreciativa de todo o documento, informando que o relevo da região era pouco acidentado, com altitudes inferiores a 400 metros, não apresentando obstáculos ao movimento. As florestas equatorial e tropical cobriam grandes extensões, particularmente nos municípios do extremo norte de Goiás e nos três municípios do Pará, dificultando a circulação e oferecendo facilidades ao ocultamento e a atuação de pequenos grupos. Os rios Araguaia e Tocantins possuíam 1887 km de trechos navegáveis, interrompidos por cachoeiras, o que permitia a ligação entre diversos municípios. Os centros mais populosos, apesar da baixa densidade demográfica, eram: Imperatriz, Tocantinópolis, Marabá, Porto Franco, Babaçulândia e Araguaína. As várias endemias da região estavam associadas ao baixo nível cultural e às precárias condições sanitárias de sua população. A maioria dos municípios não possuía médicos. A ARENA mantinha o domínio político, com apenas três prefeitos do MDB. O relator destacou que "o clima de insatisfação reinante em áreas rurais, causado pelas disputas de terras, poderia ser explorado por agentes da subversão". Além disso, "diferentes comandos militares e três Estados exercem jurisdição sobre a região, não havendo unidade da tropa federal". A exceção de Araguaína, que possui um batalhão destacado da Polícia Militar, os demais possuíam pouco efetivo militar. A região era pouco servida de rodovias e as existentes possuíam revestimento primário. A economia era baseada na pecuária e no extrativismo, destacando-se a exploração do cristal de rocha e diamante e a extração do babaçu, da castanha e do mogno.

Conclusão:

Sobre o estudo da região de Marabá – Araguaína – Imperatriz – Porto Franco, permitiu-se concluir que a área se liga à Belém por meio da rodovia Belém - Brasília e pelo Tocantins, com que se articula em Marabá; ao nordeste, onde a rede rodoviária se articula em Picos, por meio de Porto Franco e Carolina; com Brasília por meio da Belém - Brasília; e à navegação dos rios Araguaia e Tocantins. O relatório ressalta que "brevemente a área estaria ligada pela Transamazônica ao interior da Amazônia, prestando-se à infiltração de elementos desembarcados clandestinamente nos igarapés do estuário do Amazonas e facilitando a atuação de guerrilheiros aptos a se beneficiam das áreas cobertas de floresta". Além disso, o documento enfatiza que "a existência de dois grandes rios cortando a área em sua maior extensão, facilitava o movimento de embarcações e o deslocamento de pequenos grupos que poderiam se ocultar nas matas das margens, onde inexistia a ação das autoridades". Os destacamentos policiais situados nos municípios tinham efetivos pequenos e poucos recursos, o que facilitaria a ação de grupos armados, pondo o relator em relevo que "por ser região pioneira ela se prestaria ao trânsito e permanência de estranhos e aventureiros de toda espécie". Em várias localidades as tensões resultantes de disputa de terras geravam insatisfações além da reduzida infraestrutura na

área da saúde, educação, transportes e comunicações que deixava a população em baixo nível cultural e de padrão de vida. A ação era dificultada pela região estar sob a jurisdição de três Estados e de estarem os municípios afastados das capitais estaduais, por isso as operações militares seriam dificultadas pois havia grandes comandos militares com jurisdição sobre a mesma região, como por exemplo o das forças terrestres onde atuam o IV Exército, o Comando Militar da Amazônia e o Comando Militar do Planalto. Não existia, portanto, unidade de tropa federal e, em adição, o Comando Militar mais próximo ficava em Belém. Havia ainda a precariedade das estradas e os grandes rios que cortavam a área dificultavam o emprego das tropas regulares e exigiam o uso de equipamento especializado.

O documento atenta para o fato de que em pouco tempo se localizaria na região um importante nó rodoviário, pois se cruzariam a rodovia Belém – Brasília e a Transamazônica, possibilitando a ligação direta entre as regiões de Belém, Nordeste, Planalto Central e o interior da Amazônia. Com a execução do Plano de Integração Nacional, o relator acreditou que surgiria na região "um grande centro de intercâmbio para o comércio de minerais, produtos agropecuários e manufaturados da Amazônia, do Nordeste, do Sul e, mesmo importados, via Belém". O relator acrescentou que "seria um pólo de atração de populações em busca de melhores condições de vida e que exerceria influência sobre vasta região da Amazônia, do Nordeste e do Planalto Central". O documentou finalizou prevendo "o surgimento de novos povoados e o crescimento desordenado dos existentes, bem como o desencadeamento de propaganda subversiva junto às populações marginais, fatos estes que serão maiores quanto menos intensas e mais tardias forem as providências visando neutralizá-las".(GSI-CSN Cx.04 Vol.C)

ANEXO: Dados sobre os municípios

O documento anexo lista os aspectos fisiográficos, psicossociais, políticos, econômicos de dezessete municípios pertencentes ao quadrilátero Marabá – Araguaína – Imperatriz – Porto Franco.

1. Município de Conceição do Araguaia (PA):

i)Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 28.572 km²

b) Localização: Zona do Planalto

c) Altitude: 140m

d) Distância de Belém: 759km em linha reta

ii)Aspectos psicossociais:

a)População: 9.178 habitantes

b)Densidade demográfica: 0,32 hab/km²

c)Grupos indígenas: eram encontrados os Mudjetire, do tronco lingüístico Tupi, que viviam isolados e não foram censitados pela FUNAI.

d)Educação e Cultura:

-Ensino primário: em 1967, existiam 12 unidades escolares, com 35 professores e 1121 alunos matriculados.

-Ensino médio: em 1967, o único estabelecimento registrava 75 alunos

matriculados no início do ano letivo e contava com apenas 08 professores.

e) Saúde e saneamento: Em 1967, o município não dispunha de serviços de abastecimento de água e esgoto. Em 1969, existia um hospital, com creche, sala de cirurgia improvisada e aparelhagem de oxigênio.

iii) Aspectos políticos:

a) Prefeito: Raimundo Maranhão de Lima da ARENA

b) Lista com outras nove personalidades influentes

c) Efetivo da Polícia Militar: era constituído de 01 sargento, 01 cabo e 08 soldados.

iv) Aspectos econômicos:

a) Produção agrícola: em 1968, destaque para arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho.

b) Produção extrativa:

- Vegetal: destaque para coco babaçu e castanha com casca;

- Animal: pele de caititu e pele de veado.

c) Pecuária: em 1967, existiam 45.860 cabeças de rebanho de todas as espécies.

d) Transporte:

- Rodoviário: em 1966, existiam 180km de estradas municipais revestidas de terra natural e de tráfego permanente.

- Aéreo: havia campo de pouso homologado, onde a VASP mantinha linha regular. A viagem era feita em avião DC-3, uma vez por semana (sábado). A duração média da viagem é da ordem de 04h25m.

- Fluvial: pequenas embarcações particulares faziam o transporte de mercadorias entre o município e Belém.

e) Comunicações: em 1967, havia uma agência postal rádio e uma estação radiodifusora operando em caráter experimental.

f) Indústria e Comércio: em 1965, o município contava com 12 estabelecimentos industriais, onde exerciam atividades 44 pessoas. Havia tendência de aumento do número de empregos, devido aos incentivos fiscais distribuídos pela SUDAM. Em 1966, existia uma usina que fornecia energia elétrica às zonas urbana e suburbana, com a média diária de funcionamento de 4 horas.

2. Município de Marabá (PA):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 37.373 km²

b) Localização: Zona de Itacaiúnas

c) Altitude: 90m

d) Hidrografia: o município é banhado pelo rio Tocantins e, em parte, pelo rio Itacaiúnas.

e) Clima: A temperatura média máxima é de 32,01°C e a mínima é de 22,71°C

ii)Aspectos psicossociais:

a)População: em 1968, era estimada em 17.287 habitantes

- Densidade demográfica: 0,46 hab/km²

- População estimada em 1970: 19200 hab.

b) Grupos indígenas:

-Índios Kikrin: do tronco linguístico Jê, viviam isolados aproximadamente 150 índios;

-Índios Suruí: do tronco linguístico Tupi, possivelmente um grupo Mudjetire, viviam isolados e não foram censitados pela FUNAI;

-Índios Mudjetire: do tronco linguístico Tupi, viviam isolados e não foram censitados pela FUNAI.

c) Habitação: o índice de casas de alvenaria era elevado, devido à facilidade de encontrar argila.

d) Educação e Cultura: em 1968, o ensino primário contava com 81 classes e 85 professores, achavam-se matriculados 3.300 alunos, correspondendo a 71,9% ao ensino municipal, 26,9% ao estadual e 1,9% ao particular. No curso normal, dirigido pela escola Santa Terezinha, estavam matriculadas 62 alunas, havendo 09 professores e 03 salas de aula. Em 1969, funcionavam dois ginásios, um deles dirigido e orientado pela instituição religiosa citada acima, com as quatro séries, e o outro estava instalado pela Fundação Educacional do Estado do Pará, tendo ao todo 23 professores, 12 salas de aula e 430 alunos matriculados.

e) Saúde: Havia uma unidade mista da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, composta de hospital e posto de saúde. A Fundação possuía um gabinete dentário, ambulatório, sala de obstetrícia, cirurgia, sala de esterilização e ambulância. O hospital tinha capacidade para 25 leitos e 08 berços, permitindo receber até 40 doentes sem prejudicar o atendimento. Havia 02 médicos, 01 dentista, 01 enfermeira, 01 técnico de laboratório e 58 auxiliares. Existia grande incidência de malária, tuberculose, sarampo e varíola. O serviço de abastecimento de água estava em condições precárias, atendendo a apenas um terço da população da sede.

iii)Aspectos políticos:

a)Prefeito: Leonel de Mendonça Virgulino da ARENA.

b)Lista com 11 personalidades influentes

c)Efetivo da Polícia Militar: havia 01 sargento, 02 cabos e 18 soldados.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: os destaques em 1969 foram arroz, milho, feijão, mandioca brava, batata doce, banana, laranja e abacate.

b)Produção extrativa: destaques em 1968 foram castanha com casca, coco de babaçu, amêndoas de babaçu, carvão vegetal, pele de veado, pele

de caititu e pele de queixada.

c)Pecuária: os destaques em 1969 foram bovinos, suínos, muares, caprinos, ovinos e equinos.

d)Transportes: havia uma estrada que se estendia até São João do Araguaia, além da PA-70 que ligava Belém – Brasília ao distrito de São Félix. A FAB e as empresas VARIG, VASP e TAL mantinham linha regular para o município. Pequenas embarcações faziam a ligação com os municípios de São João do Araguaia, Araguatins e Imperatriz, por meio do rio Tocantins.

e)Comunicações: havia uma agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT e uma rede telefônica constituída de 368 aparelhos.

f)Indústria e Comércio: em 1967, existiam 30 estabelecimentos industriais, 134 comerciais e dois bancos (Banco do Brasil e Banco da Amazônia).

g)Energia: uma usina termelétrica, com 4 geradores a diesel e 128kw, fornecia energia ao município.

h)Finanças: em 1969, a despesa foi maior que a receita.

3. Município de São João do Araguaia (PA):

i)Aspectos fisiográficos:

a)Superfície: 28.572 km²

b)Localização: Itacaiúnas

c)Hidrografia: o principal rio é o Tocantins que corta o município e banha a cidade

ii) Aspectos psicossociais:

a) População: 7.416 habitantes

b) Densidade demográfica: 0,87 hab/km²

c)Grupos indígenas: havia 50 índios Apinayé, do tronco linguístico Jê, com os quais a FUNAI mantinha contato permanente.

d) Educação e Cultura: até 1967, só existia o ensino primário. Havia 17 escolas públicas, sendo 02 estaduais e 13 municipais. Existiam 22 professores, para 757 alunos matriculados.

e) Saúde e saneamento: Em 1967, não havia unidade de saúde e nem redes de água e esgoto.

iii) Aspectos políticos:

a) Prefeito: José Luiz Cláudio da ARENA

b) Lista com 09 personalidades influentes

c) Efetivo da Polícia Militar: 01 sargento, 02 cabos e 06 soldados.

iv) Aspectos econômicos:

a) Produção agrícola: em 1968, destaque para arroz com casca, feijão, fumo, mandioca e milho.

b) Produção extrativa em 1968:

- Vegetal: coco babaçu e castanha com casca

- Animal: peles de veado, caititu, jacaré e queixada.

c) Pecuária: Existiam 13.285 cabeças de todas as espécies.

d) Transportes:

- Rodovia: em 1966, existiam duas estradas municipais a Apinagé-São Domingos e São João do Araguaia-Apinagé.

- Via aérea: o município contava com um campo de pouso

- Via fluvial: feita por embarcações particulares.

e) Comunicações: Eram precárias em 1967.

f) Indústria e Comércio: em 1966, existiam 02 indústrias de transformação, contando com o trabalho de 07 pessoas. Uma dela indústria de alimentícios e a outra de produtos não-metálicos. Contava com rede de energia elétrica, com uma usina que funcionava 04 horas por dia.

4. Município de Imperatriz (MA):

i) Aspectos fisiográficos:

a)Superfície: 13.352km

b)Localização: zona do Tocantins

c) Altitude: 95m

d) Distância de São Luiz: 480km

ii) Aspectos psicossociais:

a) População e densidade demográfica: em 1968, 40.821 hab. e 03 hab/km²

b) Grupos indígenas: tribo dos índios Gavião (Pukobiê) entre os rios Gavião e Surubim, porém foram levados para o posto Mãe Maria, no município de São Domingos do Capim, no Estado do Pará.

c) Educação e Cultura: em 1967, existiam 42 escolas de ensino primário, sendo 14 na zona urbana, 28 na rural, 08 particulares (destas, 07 estavam na área urbana). Havia 85 professores na área urbana e 49 na zona rural. Estavam matriculados 2910 alunos na zona urbana e 1796 alunos na zona rural. Existiam em 1967, dois estabelecimentos de ensino particular relativo ao ensino médio, contando com 22 professores e 474 alunos. Funcionavam uma biblioteca e um cinema.

d) Saúde: havia dois hospitais, com 18 leitos e um pronto-socorro, 05 médicos e 02 dentistas.

iii) Aspectos políticos:

a)Prefeito: Renato Cortes Moreira do MDB

b)Lista com dez nomes de pessoas influentes, sendo dois deles do MDB.

c)Efetivo da Polícia Militar: 01 sargento, 04 cabos e 10 soldados. O armamento utilizado era de 08 fuzis Mauzer, modelo 1908.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: as principais culturas eram arroz, algodão, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho.

b)Pecuária: de todos os tipos de culturas, com destaque para os asininos.

c)Transporte:

- Rodovias: eram utilizadas as rodovias Belém-Brasília e BR-21. Existiam 08 empresas de transporte rodoviário, sendo 05 de passageiros e 03 para carga. No mesmo ano circulavam 27 veículos de passageiros, sendo 25 automóveis, jipes e 53 para carga.

- Aéreo: em 1966, operavam duas empresas a VASP e a Cruzeiro do Sul

d) Comunicações: em 1966, existiam duas estações de rádio, sendo uma telegráfica e ainda uma Agência Postal Telegráfica.

e) Indústria e Comércio: existiam 27 estabelecimentos industriais, vinte casas comerciais atacadistas, 345 varejistas e dois bancos.

f) Finanças: a receita arrecadada em 1967 foi maior que a despesa realizada.

5. Município de Montes Altos (MA):

i)Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 3.329km²

b) Localização: zona do Tocantins

ii) Aspectos psicossociais:

a)Estimativa de população e da densidade demográfica em julho de 1968: 12.277 hab. e 3 hab/km².

b)Habitação: em 1960, existiam 1507 habitações particulares.

c)Educação e Cultura: em 1967, no ensino primário havia 16 unidades escolares, 618 alunos matriculados, uma biblioteca e 22 professores. Não existiam escolas de ensino médio.

d)Saúde: em 1965, o município adquiriu um veículo para prestar serviços de pronto socorro. Não havia hospital, nem rede de água e esgoto.

e)Trabalho: 12 operários trabalhavam na indústria.

f)Associativismo e Cooperativismo: não existia nenhuma associação.

iii) Aspectos políticos:

a)Prefeito: Gustavo de Moraes Gomes da ARENA;

b)Lista com 10 personalidades influentes.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: predominância do cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar

b)Extração vegetal: predomínio de amêndoas de babaçu

c)Pecuária: cultivo de todos os tipos de cultura, com destaque para produção de leite.

d)Transportes:

- Rodovias: havia a estrada que ligava Montes Altos a Imperatriz, bem como duas empresas para transporte de passageiros.

- Aéreo: não existia esse tipo de serviço

e) Comunicações: em 1965, havia uma agência de correios e telégrafos.

f) Indústria e Comércio: em 1965, havia duas pensões e 40 casas comerciais, sendo uma atacadista.

g) Finanças: receita arrecadada em 1967 foi de Cr$ 14.761,19.

6. Município de Porto Franco (MA):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 4.407 km²

b) Localização: zona de Carolina

c) Altitude: 130m

d) Distância de São Luiz: 964km

ii) Aspectos psicossociais:

a)Estimativa da população e da densidade demográfica: 16.784 hab. e 04 hab/km².

b)Educação e cultura: em 1967, existiam 29 unidades escolares de ensino primário, 44 professores e 1663 alunos matriculados. Havia duas bibliotecas e uma casa de diversão (cinema).

c)Saúde: o município não dispunha de hospitais e nem de médicos, bem como não havia abastecimento de água e de esgoto.

iii) Aspectos políticos:

a)Prefeito: Lourival da Silva Milhomem

b)Lista com dez personalidades influentes

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: destaques para arroz, algodão, cana-de-açúcar, feijão e milho.

b)Pecuária: todas as culturas, com destaque para a produção de leite

c)Transporte:

- Rodoviário: é cortado por uma rodovia municipal de tráfego permanente, com a circulação de 19 veículos para passageiros e 33 para carga. A ligação com o município de Carolina era feita pela estrada federal de BR-010 e com Imperatriz pela estrada Belém-Brasília.

-Aéreo: o transporte para a capital estadual poderia ser feito partindo de Tocantinópolis, no Estado de Goiás, cuja distância era de apenas 1km via fluvial.

d) Comunicações: havia uma agência DCT com telegrafia.

e) Indústria e Comércio: havia 28 casas comerciais varejistas.

f) Finanças: a receita arrecadada em 1964 superou Cr$ 11.000,00, já em 1967 foi de Cr$ 84.809,59.

7. Município de Ananás (GO):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 2.109 km²

b) Localização: Alto Araguaia – Tocantins

c) Altitude: 200m

d) Distância de Goiânia: 1370km por rodovia; 144km a cavalo até Araguatins e daí por tráfego aéreo, 1415km.

e) Distância de Brasília: 1460km por rodovia

f) Lista de distância dos povoados

g) Lista de distância das cidades vizinhas

ii) Aspectos psicossociais:

a)População estimada e Densidade demográfica: 6830 hab e 3,24 hab/km², estimativa de 6080 habitantes na área rural e 2000 na área urbana.

b)Prefeito: José Tibúrcio de Souza do MDB

c)Lista com 11 personalidades influentes, sendo três delas do MDB

d)Efetivo da Polícia Militar: constituído de um terceiro sargento, dois soldados e o armamento era composto por 03 fuzis Mauzer, modelo 1908.

iii) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: 187 propriedades rurais estavam registradas no INCRA, as principais culturas eram as do arroz, feijão e milho.

b)Pecuária: os destaques eram a criação de bovinos, suínos e equinos.

c)Transporte: uma estrada carroçável ligava Ananás à BR-153 (Belém-Brasília), existiam ainda um veículo particular para passageiros e um oficial

para carga.

d)Habitação: as condições habitacionais eram precárias, não havia rede de esgotos e de energia elétrica, nem hotel e restaurante. Existiam na sede do município 300 casas e 02 pensões.

e)Educação e cultura: existiam 05 escolas públicas, com 11 professores e 484 aluno matriculados, um escola particular, com um professor e 70 alunos matriculados. Estava sendo construído um grupo escolar no município e outros nos povoados de São Raimundo, Sororoca, Riachinho e Garimpinho. 450 alunos não frequentavam a escola por falta de vagas.

f)Saúde: não havia abastecimento de água ou esgoto, as condições de saúde eram precárias e os doentes eram levados para Araguaína, distante 180km. Há uma farmácia e está sendo construindo um posto de saúde.

g)Justiça: toda área do município encontrava-se sub júdice, sob os efeitos de ação discriminatória intentada pelo Estado de Goiás, presumidamente titular do domínio sobre grande parte das terras, sobre as quais havia interesses de grupos diversos, além de posseiros, tendo em vista a riqueza da madeira de lei, particularmente o mogno.

iv) Aspectos políticos:

a)Colégio Eleitoral: 981 eleitores

b)Indústria e Comércio: existiam 14 casas comerciais, sendo 04 na sede e 04 estabelecimentos industriais. A extração de babaçu e madeira de lei, como o mogno, constituía a principal atividade econômica. Não havia estabelecimento bancário. Funcionava um sistema gerador de 15000 velas.

c)Finanças: A arrecadação em 1968 foi de Cr$ 41.627,00

8. Município de Araguaína (GO):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 9.462 km²

b) Altitude: 300m

c) Localização: norte goiano

d) Distância de Goiânia: 1226 km por rodovia federal. Via cidade de Filadélfia levava-se 120km em 06 horas e via fluvial até Carolina (MA), de onde se ia por via aérea.

e) Distância de Brasília: 1316km ou ia-se até Filadélfia, de onde se ia por via aérea.

f) Lista de distância dos povoados

g) Lista de distância das cidades vizinhas

ii) Aspectos psicossociais:

a)População e densidade demográfica: 14.402 hab. e 1,52 hab/km². A estimativa em 1970 era de 10395 habitantes na área rural e 5.085 habitantes na zona urbana.

b)Habitação: era precária, a maioria das casas era feita de palha de

babaçu. Em 1968, existiam cerca de 2800 casas, 10 hotéis e pensões.

c)Educação e Cultura: havia 37 estabelecimentos primários com 2850 alunos, um colégio secundário (particular) com 344 alunos, além de um colégio normal com 26 alunos. Era considerável o número de excedentes, tanto no nível primário, como no secundário. Não havia estabelecimentos de ensino técnico nem superior. Existiam 17 templos religiosos, 13 católicos e 04 protestantes, um cinema, dois clubes de recreação e uma biblioteca municipal. O município não tinha rede de abastecimento de água ou esgoto, sendo de 70% o índice de verminose da população. Notava-se a falta de verduras e legumes na alimentação. Havia 10 farmácias e 03 hospitais e contava-se com atendimento médico e dentário.

d)Justiça: o município recorria à comarca da Filadélfia nas questões jurisdicionais. Os problemas jurídicos mais comuns eram ligados ao Direito Civil e a pendências judiciais sobre terras, revelando conflitos entre posseiros e pessoas interessadas nas terras. Quase toda zona rural encontrava-se sob ação discriminatória intentada pelo Estado de Goiás, titular do domínio de boa parte das terras.

e)Trabalho: a população apresentava flutuação em função do mercado ocasional de trabalho. Havia grande contingente de desempregados e o nível salarial era baixo. Inexistiam técnicos e especialistas em quase todos os setores.

iii) Aspectos políticos:

a)Colégio Eleitoral: 5.232 eleitores

b)Prefeito: Raimundo Gomes Marinho da ARENA.

c)Lista com 10 nomes de personalidades influentes, sendo um deles vereador pelo MDB.

d)Efetivo da Polícia Militar: em Araguaína estava localizado o 3° Batalhão da Polícia Militar, com um efetivo de 09 oficiais e 199 praças.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: havia 320 propriedades rurais, cuja produção agrícola estava sendo substituída pela pecuária, em razão da dificuldade de transporte.

b)Pecuária: notava-se ausência de investimentos visando à melhoria do rebanho, ao desenvolvimento das pastagens e à introdução de técnicas modernas de agricultura.

c)Transportes:

- Rodovias: 120km de rodovia federal (BR-153), 25KM de rodovias estaduais e 323km de rodovias municipais.

- Veículos: havia 72 veículos para passageiros, entre particulares e de aluguel, 65 veículos de carga e uma motoniveladora da prefeitura.

- Empresas rodoviárias: havia três responsáveis por ligações com Belém, Goiânia e Estreito, além de cidades intermediárias.

- Táxi aéreo: existia apenas uma, a Táxi Aéreo Londrinense ltda.

d) Indústria e Comércio: em 1968, existiam 139 casas comerciais, 17

indústrias e um banco. O município sofreu grande impulso após a abertura da rodovia Belém-Brasília, com afluxo de migrantes de outras regiões. A economia de Araguaína baseava-se na produção de babaçu, arroz, amendoim e algodão, além de existirem florestas de mogno. Eram obtidas peles de lontra, veado e caititu, que eram revendidas para os mercados do sudeste. As mais fortes empresas comerciais eram filiais de firmas de Goiânia e Anápolis, sendo uma das mais importantes a Companhia CIMBA Boa Sorte, especializada em sementes. O documento citou a forte dependência do município dos produtos e mantimentos vindos de outras cidades como Belém, Anápolis, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Foi construída uma barragem no rio Lontras, solucionando o problema de energia.

e) Finanças: a arrecadação federal em 1967 foi de Cr$ 36.992,00 e a estadual em 1968 foi de Cr$ 312.209,00, o orçamento previsto para 1969 ultrapassava Cr$ 750.000,00.

9. Araguatins (GO):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 2991km²

b) Localização: Alto Araguaia – Tocantins

c) Altitude: 90m

d) Distância de Goiânia: 1415km por meio aéreo, via Carolina; ou 70km por avião até Imperatriz e daí por rodovia federal via Anápolis, totalizando 1472km.

e) Distância de Brasília: 1304km por avião, via Carolina e Porto Nacional e 1494km por rodovia via Anápolis.

f) Distância de outros povoados (lista com 08 municípios)

g) Distância de outras cidades (lista com 06 cidades)

ii) Aspectos psicossociais:

a)População e densidade demográfica:13.102 hab. e 4,38 hab/km², sendo 24600 moradores da área rural e 4000 da zona urbana.

b)Educação e Cultura: existiam 22 escolas públicas primárias com 1500 alunos primários e uma escola particular de nível secundário, com 65 alunos. Havia uma biblioteca, uma livraria e 03 templos religiosos. Era grande número de crianças em idade escolar que não frequentavam a escola por falta de vagas.

c)Saúde: as condições de higiene eram insatisfatórias, com altos índices de verminose e malária. Não havia médicos, apenas auxiliares de enfermagem e dois dentistas. Os doentes graves eram enviados para Marabá ou Imperatriz.

d)Justiça: O município tinha graves questões de terra envolvendo posseiros. O Estado de Goiás era o presumido titular de grande parte dessas terras.

iii) Aspectos políticos:

a)Colégio eleitoral: 3014 eleitores

b)Prefeito: José Pereira Fernandes da ARENA

c)Lista de personalidades influentes com 07 nomes, sendo 05 partidários do MDB.

d)Efetivo da Polícia Militar: era constituído de dois sargentos e dois cabos. O armamento era composto por 04 fuzis Mauzer, modelo 1908.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: as principais culturas eram as do arroz, milho, farinha e feijão.

b)Pecuária: destaque para a criação de bovinos, suínos e equinos.

c)Transporte:

- Estradas: o estado das estradas municipais era precário, devido à ausência de verbas e máquinas. Existia uma estrada carroçável ligando Araguatins a Tocantinópolis e outra a Bela Vista de Goiás.

- Veículos: havia 05 veículos de passageiros e 03 para cargas.

- Campo de pouso: existia um aeródromo com 1200m, que permitia o movimento de aviões do tipo C-46, a VASP possuía linha regular.

d)Comércio e Indústria: em 1968, existiam 28 casas comerciais, sendo 03 industriais. Segundo o relator, “o município não tem expressão econômica, não dispõe de energia elétrica, nem de estabelecimento de crédito”.

e) Finanças: Em 1968, a arrecadação foi de Cr$ 88.798,00 e o orçamento previsto para 1969 era de Cr$ 324.250,00.

10. Município de Axixá de Goiás (GO):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 128km²

b) Altitude: 110m

c) Localização: Alto Araguaia – Tocantins

d) Distância de Goiânia: 1554km via Itaguatins por rodovia municipal e fluvial até Tocantinópolis, depois por meio da rodovia estadual, ou 1263km passando pelo trecho já descrito, mais via aérea até Carolina.

e) Distância de Brasília: 1673km.

f) Distância dos povoados (lista com 02 povoados)

g) Distância das cidades vizinhas (lista com 04 municípios)

ii) Aspectos psicossociais:

a)População e densidade demográfica: 3134 hab. e 24,48 hab/km². A população urbana era de 1800 hab e a rural de 5700.

b)Habitação: Condições precárias, não havia rede de energia elétrica ou de esgoto. Existiam 648 casas, uma pensão e um templo religioso.

c)Educação: o município dispunha de quatro escolas primárias, sendo

uma na sede.

d)Saúde: não havia assistência médica, mas apenas dois dentistas e um farmacêutico.

iii) Aspectos políticos:

a)Colégio Eleitoral: 1712 eleitores

b)Prefeito: Adelino Araújo Melo da ARENA

c)Lista com oito personalidades importantes

d)Efetivo da Polícia Militar: dois soldados armados com dois fuzis Mauzer, modelo 1908.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: destaque para arroz, milho, feijão, banana, mandioca e algodão.

b)Pecuária: destaque para a criação de bovinos, suínos e equinos.

c)Transporte: estradas precárias, só permitindo o tráfego de jeeps e caminhões, de maio a setembro. Existia um campo de pouso para aviões pequenos e não havia, em 1968, nenhum veículo registrado no município.

d)Indústria e Comércio: existiam 21 casas comerciais e uma indústria, o município se ocupava da extração do babaçu.

e)Finanças: em 1968, a arrecadação foi de Cr$ 47.858,00 e o orçamento previsto para 1969 era de Cr$ 255.530,00.

11. Município de Babaçulândia (GO):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 3382 km²

b) Altitude: 148m

c) Localização: norte goiano

d) Distância de Goiânia: 1027 km

e) Distância de Brasília: 847 km

f) Distância dos povoados (lista com apenas um nome)

g) Distância de cidades vizinhas (lista com cinco nomes)

ii) Aspectos psicossociais:

a)População e densidade demográfica estimadas em 1968: 15389 hab. e 4,55 hab/km²

b)Habitação: muito precárias, 70% das casas eram de alvenaria; na zona rural predominavam casas de palha de babaçu. Não havia rede de água ou esgoto.

c)Educação: existiam 35 escolas públicas primárias, com 1600 alunos e 42 professores, e uma escola particular de nível secundário, com dois

professores e 91 alunos.

d)Saúde: Condições de higiene precárias, com altos índices de verminose, malária e tracoma. Não havia hospitais, apenas um laboratório da OSEGO. Havia um auxiliar de enfermagem, um guarda sanitário e um atendente.

iii) Aspectos políticos:

a)Colégio eleitoral: composto de 4701 eleitores

b)Prefeito: Alarico Nunes de Azevedo da ARENA.

c)Lista com nove personalidades ilustres

d)Efetivo da Polícia Militar: um sargento e dois soldados, armados com três fuzis Mauzer, modelo 1908.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: destaque para arroz, milho, banana, cana-de-açúcar e feijão

b)Pecuária: destaque para a criação de bovinos, suínos e equinos.

c)Transporte: o fluvial era o mais utilizado, mas existia uma estrada carroçável de 72km. Havia um campo de pouso para aviões pequenos, com 656m. Existiam 06 veículos para passageiros e um trator da prefeitura.

d)Indústria e comércio: havia 60 casas comerciais. Existia um sistema de gerador termelétrico, de 44hp. O município se ocupava da extração do óleo de babaçu.

e)Finanças: a arrecadação em 1968 foi de Cr$ 60.212,00 e o orçamento de 1969 foi o total de Cr$ 363.144,00

12. Município de Itaguatins (GO):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 2224 km²

b) Localização: Alto Araguaia – Tocantins

c) Altitude: 200m

d) Distância de Goiânia: 1500 km

e) Distância de Brasília: 1551 km

f) Distância dos povoados (lista com 6 nomes)

g) Distância das cidades vizinhas (lista com 6 nomes)

ii)Aspectos psicossociais:

a)População e densidade demográfica: 10.923 hab. e 4,91 hab/km²

b)Habitação: casas de palha de babaçu, apenas 40% de alvenaria. Não havia redes de água ou esgoto. Na sede do município, havia 210 moradias, 02 pensões e um templo religioso.

c)Educação: existiam 15 escolas primárias, sendo 10 públicas e 05 particulares, com 500 alunos matriculados. Inexistiam estabelecimentos de nível secundário, normal ou técnico.

d)Saúde: condições precárias, com elevados índices de verminose e malária. Havia um posto de saúde da OSEGO, porém não havia médicos ou enfermeiros. Os doentes graves eram enviados para Imperatriz. No município existia um dentista, um farmacêutico e um guarda sanitário.

e)Justiça: problemas relacionados à posse de terras, sobre as quais o Estado de Goiás intentou ação discriminatória, na presunção de titular de domínio das mesmas. A demora na solução das lides gerava intranquilidade na região.

iii) Aspectos políticos:

a)Colégio eleitoral: 7444 eleitores

b)Prefeito: Nilton Maciel Barreto da ARENA

c)Lista com nove nomes de personalidades influentes

d)Efetivo da Polícia Militar: um cabo e dois soldados, armados com três fuzis Mauzer modelo 1908.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: as principais culturas eram as de arroz, milho, feijão e fumo.

b)Pecuária: destaque para a criação de bovinos, suínos e equinos.

c)Transporte: estava sendo construída uma estrada que ligava Itaguatins a Tocantinópolis com extensão de 68km. Pequenos barcos faziam o transporte entre Itaguatins e cidades vizinhas por meio do rio Tocantins. No município existiam 05 veículos particulares para passageiros e 07 para carga. Existia um campo de pouso com 1000m que permitia o pouso de aviões C-47.

d)Indústria e Comércio: funcionavam em Itaguatins 22 estabelecimentos comerciais e 03 industriais. O município se ocupava da extração do óleo de babaçu.

e)Finanças: a arrecadação em 1968 era de Cr$ 213.365,00 e o orçamento para 1969 era de Cr$ 191.525,00.

13. Município de Nazaré (GO):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície:1233 km²

b) Localização: norte goiano

c) Altitude: 270m

d) Distância de Goiânia: 1408 km

e) Distância de Brasília: 1497 km

f) Distância dos povoados (lista com 25 nomes)

g) Distância das cidades vizinhas (lista com 02 nomes)

ii) Aspectos psicossociais:

a)População e densidade demográfica: 13.438 hab. e 10,89 hab/km².

b)Habitação: condições precárias, não havendo redes de água ou esgoto. Na sede do município existiam 450 moradias, uma pensão e um templo religioso.

c)Educação: existiam 37 escolas públicas primárias, com 37 professores e 1300 alunos. Era considerável o número de crianças em idade escolar que não frequentavam a escola por falta de vagas. Havia uma biblioteca.

d)Saúde: condições precárias de higiene e não havia nenhum estabelecimento de saúde, os doentes eram conduzidos para Tocantinópolis ou Imperatriz.

iii) Aspectos políticos:

a)Colégio Eleitoral: 7444 eleitores

b)Prefeito: José Gomes de Souza da ARENA

c)Lista com dez nomes de personalidades influentes, sendo três delas do MDB

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: as principais culturas eram arroz, milho, banana, cana-de-açúcar e feijão.

b)Pecuária: destaque para a criação de bovinos, suínos e equinos.

c)Transporte: existiam estradas ligando Nazaré a Ananás e Tocantinópolis. Estavam registrados 03 veículos para passageiros e dois veículos particulares de carga.

d)Indústria e Comércio: estavam registrados 24 casas comerciais e duas indústrias de cerâmica. O município também se ocupava da extração de madeiras, como mogno.

e)Finanças: a arrecadação em 1968 foi de Cr$ 130.428,00 e o orçamento previsto para 1969 de Cr$ 200.000,00

14. Município de São Sebastião do Tocantins (GO):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 1629km

b) Localização: Alto Araguaia – Tocantins

c) Altitude: 180m

d) Distância de Goiânia: 1740km

e) Distância de Brasília: 1829km

f) Distância dos povoados (lista com 03 nomes)

g) Distância das cidades vizinhas (lista com 06 nomes)

ii) Aspectos psicossociais:

a)População e densidade demográfica: 2860 hab. e 1,75 hab/km²

b)Habitação: condições precárias, não havia redes de abastecimento de água e de esgoto. Na sede do município existiam 260 moradias, uma pensão e um templo religioso

c)Educação: havia 05 escolas públicas primárias, com 05 professores e cerca de 200 alunos matriculados.

d)Saúde: não havia hospitais e pessoal de saúde. Havia apenas um dentista. Os doentes graves eram conduzidos para Marabá ou Imperatriz.

iii) Aspectos políticos:

a)Colégio eleitoral: 563 eleitores

b)Prefeito: Irio Oliveira Souza da ARENA

c)Lista com 07 nomes de personalidades influentes, sendo dois deles vereadores pelo MDB.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: as principais culturas eram arroz, milho, cana-de-açúcar, algodão e feijão.

b)Pecuária: destaque para a criação de bovinos, suínos e equinos.

c)Transporte: havia estradas carroçáveis ligando São Sebastião do Tocantins às cidades vizinhas. Existia um campo de pouso com 1000m de pista.

d)Indústria e Comércio: em 1968, havia 20 casas comerciais e duas indústrias.

e)Finanças: arrecadação em 1968, Cr$ 60.715,00 e o orçamento previsto para 1969 foi o total de Cr$ 90.000,00.

15. Município do Sítio Novo de Goiás (GO):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 360km²

b) Localização: Alto Araguaia-Tocantins

c) Altitude: 280m

d) Distância de Goiânia: 1536km

e) Distância de Brasília: 1829km ou 1460km por rodovia até Itaguatins, meio fluvial até Tocantinópolis e daí por via aérea até Carolina.

f) Distância dos povoados: lista com dois povoados.

g) Distância das cidades vizinhas: lista com três municípios.

ii) Aspectos psicossociais:

a)População e densidade demográfica: 4575 hab. e 14,95 hab/km²

b)Habitação: condições precárias, não há redes de esgoto ou água. Na sede do município existiam 600 casas, uma pensão e um templo religioso.

c)Educação: existiam 06 escolas públicas primárias, com 07 professores e cerca de 500 alunos.

d)Saúde: condições de higiene eram precárias, não existiam hospitais e nem profissionais de saúde, contava-se apenas com um farmacêutico.

iii) Aspectos políticos:

a)Prefeito: Manoel Messias de Souza da ARENA

b)Lista com sete personalidades influentes entre elas, três vereadores do MDB.

c)Efetivo da Polícia Militar: dois soldados armados com dois fuzis Mauzer, modelo 1908.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: destaque para arroz, milho, cana-de-açúcar, feijão e algodão.

b)Pecuária: as principais culturas eram de bovinos, suínos e equinos.

c)Transporte: havia estradas carroçáveis que ligavam o município com cidades vizinhas. Existiam cinco veículos de carga, sendo um oficial e quatro particulares.

d)Indústria e Comércio: existiam, em 1968, 15 casas comerciais e três industriais. A principal indústria extrativa era a do mogno.

e)Finanças: em 1968 o município arrecadou Cr$ 75.306,00 e o orçamento previsto para 1969 era de Cr$ 160.000,00.

16. Município de Tocantinópolis (GO):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 5602km²

b) Localização: norte goiano

c) Altitude: 131m

d) Distância de Goiânia: 1089km por meio aéreo via Carolina e 1380km por meio de rodovia via Anápolis.

e) Distância de Brasília:1304km por meio aéreo via Carolina e 1469km e por meio de rodovia via Anápolis.

f) Distância dos povoados: lista com 30 nomes

g) Distância das cidades vizinhas: lista com 07 nomes

ii) Aspectos psicossociais:

a)População e densidade demográfica: 23.962 hab. e 4,26 hab/km², estimando-se para 1970 cerca de 30.000 hab.

b)Grupos indígenas: em Tocantinópolis existiam 300 índios Apinayé, do tronco linguístico Jê, localizados no posto indígena Apinayé, com os quais eram mantidos contatos permanentes com a FUNAI.

c)Habitação: as condições eram precárias, na sede do município existiam 1400 casas, 05 hotéis, uma pensão e 05 templos católicos.

d)Educação: em 1969, existiam 15 escolas de ensino primário e 60 escolas municipais, com um total de 2500 alunos e 98 professores. Havia ainda duas escolas particulares de nível médio com 750 alunos, sendo uma delas de caráter técnico-comercial além de uma escola normal com 43 alunos e 06 professores. Na sede do município funcionavam uma biblioteca, uma livraria e um cinema.

e)Saúde: Não havia rede de esgoto e a rede de água atendia apenas parte do município. Era grande a incidência de verminose e malária e havia casos de bócio e tracoma.

f)Justiça: parte do município se encontrava sob situação dominial não definida, sob efeitos da ação discriminatória intentada pelo Estado de Goiás, que tinha presunção de domínio sobre a região.

iii) Aspectos políticos:

a) Colégio Eleitoral: 3948 eleitores

b) Prefeito: Ribamar Marinho da ARENA

c) Lista com quinze personalidades influentes, havendo seis vereadores do MDB

d) Efetivo da Polícia Militar: um sargento e 04 soldados, armados com 05 fuzis Mauzer, modelo 1908.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: as principais culturas eram as de arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão.

b)Pecuária: cultivo de todos os tipos de cultura. Em 1968, registrou-se a existência de 577 propriedades agrícolas.

c)Transporte: o município dispunha de 800km de rodovias de cascalho. Havia 31 veículos para passageiros, entre particulares, de aluguel ou oficiais, e 47 para carga. A prefeitura possuía um pequeno trator e um caminhão basculante. A empresa Expresso Braga Ltda. fazia a ligação do município de Tocantinópolis em Goiânia e Brasília. Havia um campo de pouso de 1000/50m que permitia o movimento de avião do tipo C-47.

d)Indústria e Comércio: em 1968, funcionava o Banco da Amazônia S/A, além de 27 casas comerciais e 22 industriais. O município era rico em diamantes, manganês, cristal de rocha e minerais de teor radioativo. Em 1967, extraiu-se 4500 toneladas de amêndoas de babaçu. A indústria extrativa vegetal tinha por principal finalidade a extração do mogno. A CELG fornecia energia hidrelétrica ao município.

e)Finanças: as arrecadações estaduais e federais somadas superaram Cr$ 550.000,00 em 1968. O orçamento previsto para 1969 era de Cr$ 610.000,00.

17. Município de Xambioá (GO):

i) Aspectos fisiográficos:

a) Superfície: 2847km²

b) Localização: norte goiano

c) Altitude: 170m

d) Distância de Goiânia: 1615km por meio fluvial até Araguatins, e daí, por via aérea até Carolina; ou 1444km por rodovia municipal até Araguaína, e daí por rodovia federal via Anápolis.

e) Distância de Brasília: 1504km por meio fluvial até Araguatins, e daí, por via aérea até Carolina; ou 1535km por rodovia municipal até Araguaína, e daí por rodovia federal via Anápolis.

f) Distância dos povoados: lista com 04 nomes.

g) Distância das cidades vizinhas: lista com 04 nomes.

ii) Aspectos psicossociais:

a)População e densidade demográfica: 6344 hab. e 2,22 hab/km²

b)Grupos indígenas: no município se localizavam cerca de 100 índios Xambioá (Karajá), no posto da FUNAI.

c)Habitação: condições precárias. Na sede do município existiam 325 moradias, 04 pensões e três templos religiosos.

d)Educação: em 1967, existiam 10 escolas públicas primárias, com 23 professores e 1016 alunos matriculados, além de uma escola de nível secundário.

e)Saúde: as condições de higiene eram precárias, não havia rede de água ou esgoto, nem profissionais de saúde. Em 1968, contava-se apenas com três dentistas.

iii) Aspectos políticos:

a) Prefeito: João Saraiva dos Santos do MDB. Segundo o relator do documento, “o prefeito foi responsabilizado, em exercício de mandato anterior, por uma série de atos de corrupção”.

b) Lista com sete nomes de pessoas influentes, havendo três vereadores do MDB.

c) Efetivo da Polícia Militar: um sargento e quatro soldados, armados com 04 fuzis Mauzer, modelo 1908.

iv) Aspectos econômicos:

a)Produção agrícola: as principais culturas eram as de arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão.

b)Pecuária: as principais culturas eram de bovinos, suínos e equinos. O documento ressaltou que “Xambioá detinha os maiores rebanhos de bovinos, suínos e equinos entre os municípios localizados na zona do

Araguaia-Tocantins".

c)Transporte: as estradas do município eram precárias e não havia empresas de transporte na região. Em 1968, registrou-se na prefeitura a existência de 04 veículos para passageiros e três para carga. Existia ainda um campo de pouso não homologado com 1350m de extensão.

d)Indústria e Comércio: em 1968, registrou-se a presença de 20 casas comerciais. No município existiam 14 indústrias, em geral de beneficiamento de matérias primas. Havia ocorrências de minerais radioativos (como areias monazíticas) e o cristal de rocha encontrado era tido como de primeira qualidade. O município se ocupava da extração de madeira, como o mogno.

e) Finanças: a arrecadação em 1968 foi de Cr$ 107.131,00. O orçamento previsto para 1970 foi de Cr$ 190.000,00. O documento enfatizou que Xambioá era "o segundo município da zona do Araguaia-Tocantins em arrecadação".

Notação AN: BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.86
Fundo: GSI/CSN
caixa 04, vol.C, parte II

Em 27 de novembro de 1970, a Agência Central do SNI expediu um encaminhamento sobre áreas estratégicas. No Norte, destacaram-se os "aspectos da região Marabá-Araguaína-Imperatriz-Pôrto Franco. Sobre a ocupação e desenvolvimento da Amazônia, o documento especifica três áreas a serem priorizadas pelo Grupo de Trabalho de Integração da Amazônia com o objetivo de criar "faixas de desenvolvimento e irradiação de atividades de cunho governamental e de atuação para investimentos privados". A primeira delas ficou em Rondônia, em trecho da BR-364 no sentido Porto Velho-interior do Estado e deve servir para dinamizar esse território. Na segunda área, ainda deveriam ser feitos levantamentos técnicos pelo Instituto Brasileiro de Geografia, Instituto de Pesquisas Agronômicas do Norte e Instituto Nacional de Pesquisas do Amazonas a partir de Porto Velho, Humaitá, Lábrea, Boca do Acre e Rio Branco. Por fim, a terceira região estava dentro de Boa Vista, onde deveria torná-la "instrumento de ação e incrementos indispensáveis". Também foi destacada a cidade de Tefé/AM, "para que se transforme em polo de desenvolvimento e irradiação". Tendo em vista a integração do Acre ao Planalto Central, foi recomendado prioridade a continuidade das obras da BR-236 (Porto Velho – Abunã – Rio Branco – Sena Madureira – Feijó – Cruzeiro do Sul).

Na região Centro, Oeste e Sul não ocorreram fatos de relevo no mês de análise. No Nordeste, o documento cita a inauguração da nova turbina de Paulo Afonso, ampliando a capacidade energética da 310 mil para 615 mil kw e beneficiando 691 cidades, que atraem novas indústrias e gera maior conforto à sua população.

Na região Leste, destacou-se o Grupo Permanente de Mobilização Industrial. O documento descreveu como foi montado este grupo e qual foi seu objetivo. Tem-se na íntegra que:

"Em 31 de março de 1964 foi criado, em São Paulo, o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), diante das necessidades de fornecimento de armas e equipamentos militares aos revolucionários paulistas, e baseado na ideia de que 'não é possível existir qualquer poderio militar sem uma indústria que faça esse poderio'. O GPMI é órgão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo que congrega civis

industriais e militares e estuda os meios de, com pequenas alterações, uma fábrica de utilidades civis produzir materiais necessários às operações militares".

"Criado com a eclosão da Revolução de 1964, o GPMI foi uma primeira tentativa de união industrial-militar, diante da possibilidade de resistência por parte de militares ligados ao então Presidente da República e da notícia de que o material e os equipamentos das tropas brasileiras já estavam ultrapassados".

"A necessidade de se ter montado um esquema para, numa situação de emergência, utilizar as indústrias já existentes na produção de material bélico, preocupou um círculo de industriais ligados a militares comprometidos com o processo revolucionário em andamento, e resolveu-se criar, então, na Federação das Indústrias, um órgão especializado em problemas de mobilização industrial para a produção bélica, com vistas a preparar o parque industrial paulista para qualquer emergência futura".

"Para o atual Presidente do Grupo Permanente de Mobilização Industrial, to problema se resume a uma questão de segurança nacional, definida como 'uma atividade não exclusivamente militar', que envolve a noção de desenvolvimento, ordem e estabilidade, embora voltada, em grande parte, para o poderio militar. 'A experiência de 31 de março alertou os civis e militares sobre as necessidades militares do Brasil. É extremamente importante que a indústria saiba o que isto representa, e é, também, extremamente importante para os militares saberem que contam com uma indústria que possa, a qualquer momento, supri-los de materiais necessários".

"A necessidade de reequipamento das Forças Armadas, até se atingir a autossuficiência bélica, veio incentivar o desenvolvimento do GPMI, com a preocupação de abastecer não só o mercado consumidor civil, mas também, as Forças Armadas e Policiais Militares".

"'Toda a mobilização da indústria militar tem que ser baseada na indústria civil dentro dos padrões de melhor qualidade, melhor aproveitamento, porém, de fabricação normal na indústria civil'".

"Para o Presidente do GPMI, 'uma reação militar deve ser estudante de forma a utilizar equipamentos, produtos e alimentos de uso comum no País'. 'Este é um assunto de muita importância, porque, recentemente, quando precisamos enviar tropas a S. Domingos, encontramos dificuldades na obtenção de reação de boca, uma vez que não estávamos preparados'".

"O GPMI não procura fazer industriais especificamente militares e sim incentiva industriais que têm o seu mercado na vida normal e comercial do País, mas que possam, numa percentagem pequena, fabricar, sem dificuldades e problemas de produção, equipamentos para as Forças Armadas, usando aquilo que estão fazendo, desenvolvendo, projetando ou melhorando em sua linha comum. Assim, num momento de mobilização urgente, ela poderá usar esse equipamento imediatamente, deixando suprir o mercado civil. Isto, facilita o problema de mobilização".

"De 31 de março de 1964 até hoje, a ideia da criação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial cresceu e há planos para a construção de grupos idênticos em Federações de Indústrias de outros Estados. Nesse período, o GPMI paulista já produziu diversos materiais necessários às Forças Armadas e, agora, planeja a instalação, no Nordeste, de uma indústria de aviões civis e militares, com os recursos provenientes da Lei de Imposto de Renda e depositados no Banco do Nordeste do Brasil".

Foi feita ainda uma explanação da situação nacional, tendo por base os materiais estratégicos e os problemas de conjuntura daquele período.

Foi informado que o Brasil possuía como fontes de mercúrio apenas o jazimento em Ouro Preto/MG, mas de valor ainda desconhecido. O metal foi considerado de grande relevância para as indústrias química, farmacêutica e bélica. O país é totalmente dependente de importações do produto, que vem da Alemanha, Espanha, E.U.A. e, sobretudo, México. Em caso de interrupção de abastecimento por vias marítimas, os vizinhos sul-americanos são incapazes de suprir a necessidade. A formação geológica do subsolo brasileiro oferece pouca expectativa de que se amplie a produção do metal no país, crescendo progressivamente sua carência, de acordo com o grau de industrialização. O documento sugere que se estabeleça pequenas e constantes aquisições do produto através do Chile, Peru, Bolívia e Colômbia, a fim de assegurar o fornecimento em ocasiões de crise na Europa ou América do Norte. Aconselha ainda que se realize estudos apurados sobre o jazimento de minério de mercúrio em Ouro Preto, para que se determine seu real valor.

O magnésio também foi considerado estratégico por seu emprego na produção de motores de automóveis, fabricação de estruturas leves para embarcações e aeronaves, quando reduzido a pó, é utilizado na fabricação de granadas e bombas incendiárias e iluminativas, além de ser largamente usado na medicina, produção de borrachas, cosméticos, etc. Embora o Brasil seja um dos principais produtores de magnésio do mundo, não produzimos magnésio metálico. No ano de 1966, as importações deste produto foram de 2.800 toneladas e esperava-se que em 1972/73 esse número atingisse 5.000 toneladas. Concluiu-se a partir de então que em virtude do crescimento da indústria automobilística, a elevação no consumo do metal seria de 10% ao ano, podendo ser ainda superior em caso de introdução no país da indústria aeronáutica. O Brasil se encontrava dependente das importações do magnésio metálico dos E.U.A.(55%) e Noruega (44%), os quais, em caso de conflito, suspenderiam o fornecimento. O documento sugere que se crie estoques do produto suficientes para o consumo interno, por pelo menos três meses, e que se inicie, imediatamente, estudos para montar uma usina metalúrgica de produção de magnésio metálico, a qual permita o consumo e expansão do mercado interno, além de possibilitar exportação para a Argentina, país igualmente dependente do fornecimento internacional. As futuras instalações deveriam ser feitas no Nordeste, pois contariam com o abastecimento elétrico da Chesf, estariam próximas às grandes jazidas do Ceará, Bahia e Sergipe, trariam desenvolvimento e emprego à região e permitiriam interligar os projetos de potássio (carnalitas) e magnésio.

Dentro da seção “problemas de conjuntura”, foram salientados os preparativos para a II Operação Rondon, que deveria deslocar estudantes do Nordeste para o Sul, e vice-versa, a fim de que, após diplomados, pudessem retornar as áreas visitadas e aí se radicarem. No contexto da agropecuária, o programa de eletrificação rural previu o atendimento a 27 mil habitações em 17 Estados, projeto que se realizaria em 3 etapas. Citou-se ainda a reunião entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia na II Conferência de Chanceleres dos Países na Bacia do Prata. Ficou acertado na ocasião que em quatro meses seria montado um anteprojeto de tratado objetivando institucionalizar esta zona sub-regional do continente. O Comitê Intergovernamental teria as atribuições de propor aos Estados membros planos de estudos e investigação; fazer circular entre estes países informações sobre a Bacia do Prata; realizar gestões junto a organismos

nacionais ou não para estudos ou investigações sobre ajuda técnica e financeira; e propor datas de reuniões ordinárias. Treze projetos foram aprovados tratando, em maioria, da navegação nos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, os quais compõem a Bacia do Prata. Foi aprovada a modernização dos portos de Buenos Aires, Montevidéu, do Rio Grande, Assunção e construção do porto de Rush, na Bolívia. Foram tratados ainda temas de interesse argentino, como o aproveitamento das águas dos rios Pilcomaio e Bermejo, assim como a realização do Salto Grande, que uniria Argentina e Uruguai em torno da energia elétrica. A ata da reunião foi o primeiro passo para formalizar a institucionalização da sub-região formada pelos cinco países. Estabeleceu-se que reuniões periódicas, já sob caráter de "autoridade Superior" seriam feitas para traçar uma política de desenvolvimento harmônico na região, pelo menos uma vez por ano, ou, em caráter extraordinário, a pedido de três ou mais membros. Ficou acertado que as decisões seriam tomadas após votação unânime; deveria ser aprovado um estatuto do Comitê Intergovernamental Coordenador, o qual seria responsável pela criação de disposições necessárias para atingir os objetivos visados; ao Comitê também coube preparar o projeto de institucionalização da Bacia do Prata.

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71037923
ACE: A037923/71
Agência: AC
Data de Emissão: 27/08/1971
Assunto: Operação Mesopotâmia – Resumo

Trata de relatório que apresenta os principais fatos ocorridos no desenvolver da Operação Mesopotâmia, aponta os resultados obtidos e sugere medidas que possibilitem maior eficiência no combate à subversão em áreas similares.

Período: 02/08/1971 a 12/08/1971

Participantes: 38 elementos pertencentes ao CIE/ADF; CMP/11ª RM e 3ª Bda.Inf., sendo 1 Oficial General no comando; 2 Oficiais Superiores do Estado-Maior; 4 Capitães; 1 Sub-Tenente; 17 Sargentos; 6 Cabos; 5 Soldados; 2 Majores

Principais ações desenvolvidas:

I. *Equipe Terra I*
- prisão de 4 elementos em Imperatriz/MA (04/08/1971)
- prisão de 3 elementos em Lagoa Verde/MA (05/08/1971)
- prisão de 1 elemento em "Gavião", a 90 km ao norte de Imperatriz (06/08/1971)
- prisão de 2 elementos em Imperatriz/MA (07/08/1971)
- prisão de 1 elemento em Imperatriz/MA (09/08/1971)

Total: 11 elementos no Maranhão

II *Equipe Terra II*
- prisão de 6 elementos em Porto Franco/MA (04/08/1971)
- prisão de 9 elementos em Tocantinópolis/GO(04/08/1971)
- prisão de 2 elementos num garimpo, no município de Marabá / PA (07/08/1971)

- prisão de 3 elementos na Praia do Cacau, próximo a Imperatriz (08/08/1971)

Total: 20 elementos em Goiás e Maranhão

III *Equipe Terra III*

- guarda aos presos

Número de prisões efetuadas: 32, de elementos subversivos ou suspeitos. Destes, foram transportados para Brasília:

1 – Eliezer Vaz Coelho – "Geraldo" – VAR-PAL – Imperatriz/MA

2 – Pedro Gomes dos Santos – "João Ferro" – VAR-PAL - Imperatriz/MA

3- Catarino Leal Juair da Silva – "Severino" - VAR-PAL - Imperatriz/MA

4 – Antonio Gonçalves Guimarães – "Antonio Aviador" – PRT – Tocantinópolis/GO

5 – Linduarte Machado de Moura – "Lino" – PRT – Tocantinópolis/ GO

6 – Inácio Pereira de Macedo – "Pescador" – PRT – Tocantinópolis/ GO

7 – Bartolomeu Cassimiro de Albuquerque – "Beto" - PRT – Tocantinópolis/ GO

8 – José Pereira da Silva – "Zé Alecrim" - PRT – Tocantinópolis/ GO

9 – João Nunes Guimarães – "João Ferreira" - PRT – Tocantinópolis/ GO

10 – Pedro Morais Millhomeme – "Ambrozio" - PRT – Tocantinópolis/GO

11 – Epaminondas Gomes de Oliveira – "Epaminondas" – PRT – Porto Franco/GO

12 – Bartolomeu Gomes – "Bartu" – PRT – Porto Franco e Buritis/GO

13 – Pedro Américo de Salles Gomes - Imperatriz/MA

Arrola os materiais necessários para futuras missões

Descreve a atuação de duas organizações subversivas na região:

- Var-Palmares
- PRT (oriundo de AP)

Assinala os objetivos das organizações subversivas em duas etapas: primeiro, acolher fugitivos e doutrinar a população local; depois, iniciar guerrilha rural

Resultado dos interrogatórios:

A Var-Palmares adquiriu três pequenas propriedades em torno de Imperatriz/MA, com a finalidade de aliciar elementos locais para a guerrilha rural, assim como constituir futuras bases de apoio a essa guerrilha em organização e, eventualmente, abrigar subversivos foragidos.

Conclusões:

A área é propícia ao estabelecimento de bases para guerrilha rural, mais pela sua distância dos grandes centros e pelas condições de interiorização do que pelos acidentes fisiográficos. O isolamento da área dificulta o desencadeamento imediato de operações, sendo que a dificuldade de circulação mesmo em tempo seco torna penosa, mesmo para pequenos elementos, a execução das operações; já em tempo chuvoso, até as operações com apoio aéreo serão extremamente difíceis, face à falta de meios de apoio em terra. Deve-se utilizar as vias aquáticas, somente acessíveis

em regiões ribeirinhas ao longo da rodovia Belém-Brasília.

Observações:

Contém mapas da região

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72046472
ACE: A046472/72
Agência: AC
Data de Emissão: 02/06/1972
Assunto: Operação Axixá – Resumo

Trata de relatório com a finalidade de apresentar os dados colhidos na operação em epígrafe, realizada por componentes do CIE/ADF, DOI/CODI/CMP e 3ª BDA INF.

A Operação Axixá teve por objetivo reconhecer e levantar dados sobre a presença de elementos subversivos nas cidades maranhenses e goianas de Imperatriz, Açailândia, Axixá, São Félix, Itaúba, Cidra, km 1700 – centro de Gavião, Lagoa Verde, São Sebastião e Buriti. Teve duração de 12 (doze) dias, de 24/02/1972 a 03/03/1972.

Dados levantados:

1) quanto à subversão:

Ficou evidenciada a presença em Imperatriz/MA, em janeiro/1972, dos subversivos Euclides e Maninho, elementos da VAR-Palmares, que pressionaram as senhoras Ana Francisca Gomes dos Santos (esposa do subversivo preso Joair dos Santos) e Edina Simones Coelho (esposa do subversivo preso Eliezer Vaz Coelho, o Pepé), a fim de que elas se retirassem do local em que se encontravam. Também foi encontrada em Imperatriz a senhora Osmarina Alves Gomes, viúva do subversivo Jordão Alves de Souza, que declarou a existência de um grupo subversivo do qual seu marido fazia parte, constituído por Davi, Cleia, Benedito e Maria "Buchinho", um moça de nome "Ana" e Doutor Augusto. O grupo se dissolveu, e seus integrantes teriam tomado os seguintes rumos:

- Davi e Cleia : MG
- Benedito e Maria : Buriti / São Sebastião ou centro de Domingão / São Sebastião
- "Ana": Arco Verde/BA
- Doutor Augusto: sem local certo, viajando para Belém

2) quanto a problemas de terra:

Foi constatado um clima de tensão permanente entre posseiros e grileiros na região de Açailândia – Santa Luzia.

Conclusão:

Embora haja indício de movimentação de subversivos, não foi localizada nenhuma estruturação de terroristas na área. Com respeito a um episódio de choque entre policiais e desconhecidos em Imperatriz (tiroteio em 06/03/1972, em que os elementos conseguiram fugir numa viatura C-10, tendo sido atingido um dos ocupantes; perseguidos pelos policiais, pararam a 18 km ao norte de Imperatriz, abandonaram a viatura e adentraram a selva), não ficou

perfeitamente caracterizado como ação subversiva. Ainda que não se possa desprezar tal hipótese, tudo leva a crer tratar-se de elementos engajados em contrabando. O grande problema existente na região é o de luta entre posseiros e grileiros.

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72048810
ACE: A048810/72
Agência: AC
Data de Emissão: : 03/08/1972
Assunto: Relatório da Reunião da Comunidade de Informações do I Exército

Documento da Agência Rio de Janeiro do SNI, trata do *Relatório da Reunião da Comunidade de Informações do I Exército*, realizada no dia 03 de agosto de 1972 no I Exército. A reunião contou com os representantes dos seguintes órgãos de informação: Agência do Rio de Janeiro do SNI, DOPS/GB, CIE, DOPS/RJ, DPF/DR/GB, IV Região Militar, a 2ª Seção do I Exército, 1ª DE, e PMEG-BG.

Cada órgão apresentou um caso a ser discutido pelo grupo presente. O I Exército apresentou "o novo esquema adotado em relação à prisão de elementos de comprometimento superficial, com o processo de subversão, em linhas gerais, trata-se do seguinte: ao ser efetuada a prisão, a família é avisada do fato, e o pai ou responsável é chamado para ter acesso ao depoimento do filho, que é sempre redigido de próprio punho, a fim de não deixar dúvidas quanto a possíveis desconfianças por parte dos familiares. Tal prática já provou ser altamente positiva, tendo em vista que o preso, por ser pouco comprometido, passa a colaborar com os Órgãos de Informações, e a família fica tranquila, sabendo onde está e que está sendo bem tratado". Continuando o relato, o Coronel F. informou que foram levadas "à prisão cerca de 140 pessoas, sendo, a grande maioria estudantes, filhos de pais revolucionários autênticos, que tiveram o tratamento acima, e foram liberados logo após, permanecendo presos apenas uma minoria, cujo comprometimento foi considerado de nível militante do PCdoB". O Coronel F. concluiu dizendo que "a subversão no meio estudantil está superada, o que indiretamente retira a possibilidade de recrutamento para as organizações terroristas. Tal fato realça a posição do PCB, certamente, de agora em diante, desenvolverá grandes atividades".

O DOPS/GB informou que "foi preso ontem 02/08, o jornalista do jornal do Brasil A.S.F., membro do Comitê Central do Partido Comunista Internacional (PCI). Em seu poder foi encontrada farta documentação, inclusive vários envelopes endereçados a pessoas no exterior, contendo material de propaganda contra o Brasil, relação de elementos infiltrados na Petrobrás, vários exemplares do jornal Voz Operária de junho/1972".

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049769
ACE: A049769/72
Agência: AC
Data de Emissão: 24/08/1972
Assunto: Relatório da Reunião da Comunidade de Informações do I Exército

Documento da Agência Rio de Janeiro do SNI, trata do *Relatório da Reunião da Comunidade de Informações do I Exército*, realizada no dia 24 de agosto de 1972

no I Exército. A reunião contou com os representantes dos seguintes órgãos de informação: Agência do Rio de Janeiro do SNI, DOPS/GB, CIE, DOPS/RJ, DPF/DR/GB, IV Região Militar, a 2ª Seção do I Exército, Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), 3ª Zae, e 3º BC.

Cada órgão apresentou um caso a ser discutido pelo grupo presente. O I Exército relatou que houve duas tentativas de levantamento de informações por parte de militantes do PCdoB junto às Sentinelas do Exército. Como resultado, foi "levado pelo Coronel A., apresentou-se ao DOI/I EX D.A.M.J., militante do PCdoB e ex-aluno da EPC do AR".

O CIE informou que "o terrorista morto em São Paulo, José Júlio de Araújo pertencia ao Segundo Exército de Libertação Nacional da ALN". A DPF/DR/GB registrou que "um informante assegura que viu, em Copacabana, o banido D.A.R., usando óculos e cabelos longos". O DOPS/GB, por sua vez, comunicou a tentativa de sequestro da esposa do presidente da Comissão de Inquérito daquele órgão.

O DOPS/RJ anunciou que "foi desbaratado o Comitê Municipal do PCB da cidade de Campos/RJ. O Comitê se reunia na sede do Sindicato dos Ferroviários". O 3º BC registrou que foi "comprovada a fraude no exame de madureza realizado em Vitória/ES, em consequência será anulado. Que as dependências da Faculdade de Medicina [de Vitória] foram pichadas com dizeres contrários à revolução. Um automóvel Galaxy preto recentemente desembarcou em Vitória 4 caixas, cujo conteúdo verificou tratar-se de pedras preciosas".

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72046067
ACE: A046067/72
Agência: AC
Data de Emissão: 01/03/1972
Assunto: Operação Axixá e movimento pela posse de terras – Resumo

Trata de relatório sobre estudo psicossocial, no que tange à possibilidade de eclosão de movimento subversivo ou agitações de inspiração comunista: causas, evolução e tendências.

Cita vários nomes de movimentos pela posse de terras que estavam sendo reativados naquela época, a saber: o da Reserva Índia de Nonai/RS, o de Santa Helena/PR, o de Santa Terezinha/MT e o de Açailândia – Santa Luzia e Canindé/MA, além do de São Domingos do Capim/PA.

Relata que a exploração da posse da terra pelos grileiros vinha alimentando ressentimentos de posseiros, ressentimentos recrudescidos pelas atividades populares promovidas pelo clero engajado, como o movimento em Santa Terezinha/MT liderado pelo Padre François Jacques Jentel – francês – contra elementos da Cia. de Desenvolvimento do Araguaia - CODEARA.

> No campo educacional, detecta uma insatisfação contra a Reforma do Ensino, proveniente tanto por parte de estudantes como por parte dos administradores, os quais não estavam levando a cabo suas diretrizes, em entidades como a UFBA, a UFRJ, a UEG, a UFF e o Colégio Pedro II. Defende que medidas deveriam ser tomadas no âmbito dos Ministérios da Agricultura e da Justiça, visando a garantia das leis e dos direitos individuais, de forma inclusive a afastar do País elementos que atentavam contra a

Segurança Nacional, como era o caso do Bispo Pedro Casaldáliga e do Padre François Jentel.

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80007955
ACE: A007955/80
Agência: AC
Data de Emissão: 03/10/1972
Assunto: Relatório de situação – Xambioá/GO

Documento produzido pela 2ª Seção do EMG, 11ª RM. Citado no capítulo 69 do livro *Operação Araguaia*. Classificado como Secreto (um radiograma altera a classificação sigilosa dos relatórios nº 01 e 02, de CONFIDENCIAL para SECRETO). Documento redigido pelo Gen. Div. Olavo Vianna Moog. Redifusão de dois relatórios de Situação.

Relatório de Situação nº 01: Descreve a existência de 16 elementos subversivos ao Norte da Serra das Andorinhas; na região de Cocalina (Couro D'Antas) e na região de Sítio da Viúva (Castanhal da Viúva).

Operação: das 06:00 de 14/09 até às 12:00 do dia 25/09. As equipes do CMP (Comando Militar do Planalto) e CMA (Comando Militar da Amazônia) desembarcaram em Xambioá e Araguatins em 20/09. A missão tinha dois objetivos: operações contra guerrilheiros e *Ação Cívico Social* (ACISO).

Nas operações contra guerrilheiros foi localizado e destruído depósito de elementos subversivos ao Norte da Serra das Andorinhas.

Baixas militares na região de operações: 1 soldado que teria se suicidado (v. *Operação Araguaia*, p. 293); 6 soldados combalidos por doença (não identificada no relatório); 2 soldados feridos em acidentes com armamentos (um no joelho, outro no olho); 1 soldado morto em acidente com armamentos (v. *Operação Araguaia*, p. 294).

Operações da ACISO (v. *Operação Araguaia*, p. 294): Tiveram início em 21/09. foram instaladas, dentre outras cousas, 4 postos médicos, 1 posto de vacinação, 1 farmácia, 1 equipe de veterinária e agronomia. Foram atendidos, entre 21/09 e 22/09, 1996 pessoas; distribuiu-se 16 bandeiras nacionais para as salas de aula.

Relatório de Situação nº 2:

Operação: das 12:00 de 25/09 até 08:00 de 02/10 (Manobra na região da Amazônia Mato-grossense). Constatou a presença de guerrilheiros em Pau Preto e Albertino. Encontraram, em Formiga, na residência de um morador que acusou falta de comida, um bilhete das Forças Guerrilheiras do Araguaia (que deixaram meia quarta de farinha, cinco mil cruzeiros); em Perdidos, outro morador constatou o sumiço de 10 quilos de sal, além de cana e frutas de sua horta.

A rádio Tirana, da Albânia, de acordo com o documento, transmitiu notícias sobre a "Manobra Xambioá".

Guerrilheiros mortos:

<u>Região de Pau Preto (Zona de Ação 10º BC)</u>

- Carlos Victor Alves Delamônica (codinome Cazuza). Pertencente ao grupo 900, Destacamento C. Antonio José Monteiro Teixeira, do grupo 500, Destacamento C.
- José Francisco (codinome Zé Francisco). Pertencente ao grupo 500, Destacamento C.
- José Toledo Oliveira (codinome Victor), sub-comandante do Destacamento C.

Região de Alvo (Zona de Ação 2º BIS)

- Uma terrorista não-identificada. (possivelmente Fátima).

Na Zona de Ação do 6º BC

- 3 guerrilheiros mortos de identidade não confirmada, aparentando ser Paulo Rodrigues (Comandante do Destacamento C) e João Carlos Haas Sobrinho (do Comando Militar dos Terroristas).

Há uma apreciação da situação, onde diz: foram mortos, no total, 8 guerrilheiros; o Destacamento C, atuante na Serra das Andorinhas, fora quase totalmente destruído; a presença de guerrilheiro era mais intensa nas regiões do Vale do Saranzal e de Pau Preto.

Dois militares foram feridos: em 28/09, um atirador isolado guerrilheiro matou um sargento (na Zona de Ação do 2ª BIS); na Zona de Ação do 6º BC, um tenente-comandante de destacamento foi ferido também por ação de atirador isolado. (ver “Operação Araguaia”, p. 287).

A operação dos militares incluiu igualmente uma ACISO (entre 20 e 27/09) nas regiões de Xambioá e Araguatins, onde receberam atendimentos médicos 6749 indivíduos.

Por fim, o documento destaca as dificuldades na locomoção e comunicação no palco de operações.

Origem: CMP/11ª RM
Relatório de situação n°01 – CMP/11ª RM
Relatório de situação n°02 – CMP/11ª RM
Anexo: I Cópia dos relatórios de situação 01 e 02 - CMP/11ª RM
Radiograma
Data: Outubro de 1972
Assunto: Relatório de Situação – Xambioá/Goiás.

Relatório de Situação n° 01/CMP/11ª RM:

O relatório de situação n° 01/CMP/11ªRM, de outubro de 1972, versa sobre as manobras militares realizadas na região de Xambioá, no Estado de Goiás. O documento menciona que existiram “atividades dos elementos subversivos” nas áreas ao norte da Serra das Andorinhas, de Cocalina – Couro D’Antas e na localidade de Sítio da Viúva – Castanhal da Viúva, única região com estimativa de efetivos assinalada, contando com a presença de 16 “subversivos”. O relatório destaca que, entre os dias 14 e 20 de setembro, foi ocupada a ZAç. As operações nesse local consistiram em localizar e destruir o depósito da Serra das Andorinhas. Ocorreram dois contatos com grupos subversivos na região da Gameleira I, não resultando em feridos de ambos os lados. A.G.C. foi preso para averiguações, e foi posto em liberdade logo em

seguida.

O documento descreve as baixas ocorridas no meio militar, tanto em razão do deslocamento entre as localidades, quanto das operações, como também por doenças e por acidentes com armamentos. O relatório informa ainda que as equipes chegaram em Xambioá e Araguatins em 20 de setembro, dando-se início às operações das Ações Cívico-Sociais – ACISO em 21 de setembro, com a instalação de serviços médicos e assistenciais à população local. O documento informa acerca de boatos gerados contra os militares que participavam das ações. Tais rumores se deram em decorrência de notícias veiculadas por rádios-amadoras da região. Contudo, o documento finalizou cientificando que providências já tinham sido tomadas para cessar tal onda de boatos. (ACE?)

Anexo II: Radiograma de 20 de outubro de 1972: o documento trata da alteração da classificação de confidencial para secreta dos relatórios n° 01 e n° 02, referentes às manobras em Xambioá, expedidos pelo COM/11°RM, com o documento de informações n°720/72, de 03 de outubro de 1972. O documento foi assinado pelo Cel. H.F.

Relatório de Situação n°02/CMP/11ª RM:

O relatório de situação n°02/CMP/11ªRM, de outubro de 1972, disserta sobre as atividades mais importantes daquele período na região sudeste do estado do Pará, citando incursões em fazendas e assinalando a presença de "terroristas" em algumas localidades, como Vale do Saranzal, Consolação, Pau Preto, Albertino, Perdidos e Formiga. O documento elenca algumas peculiaridades ocorridas nas operações, como as informações dadas por habitantes locais que tiveram contato com os militantes, verificando-se que os guerrilheiros vestiam calça preta, camisa verde-escura e botas. Localizou-se uma rádio que transmitia mensagens em castelhano, as quais versavam sobre pedido de comida. Foi ainda apreendida grande quantidade de documentos, croquis e mapas da região. Além disso, alguns moradores constataram falta de alimentos e roubo de suprimentos em suas casas. Um deles afirmou que lhe furtaram farinha, porém essa pessoa teria encontrado uma nota de cinco cruzeiros e um bilhete deixado pelos militantes, que informavam terem levado parte de sua comida e agradeciam em nome do "Movimento de Libertação do Povo – Forças Guerrilheiras do Araguaia".

O documento também relata as baixas ocorridas no terreno dos "terroristas", nas regiões de Pau Preto, Alvo e na ZAç do 6°BC, havendo um total de oito militantes mortos. A maior incidência da presença dos guerrilheiros estava localizada na região do Vale do Saranzal e Pau Preto. O relatório destaca a ação da Rádio Popular de Tirana, que transmitia notícias em detalhes sobre as manobras militares em Xambioá. Como apreciação dos mais recentes dados das operações das Forças Armadas, o documento destaca que os militantes realizavam incursões na área de responsabilidade do 25° BC. Constata-se não apenas a presença de atiradores isolados - ainda que não tivessem sucesso em suas ações - como também que o destacamento C, localizado ao sul da Serra das Andorinhas, foi quase totalmente destruído, sendo mortos seus principais líderes.

O relatório informa sobre a situação das "forças amigas" e suas principais operações nas regiões da Fazenda Pernambuco, Alvo, Vale do Saranzal, Pau Preto e ZAç. Em Corumbá, no Estado do Mato Grosso, o principal objetivo das missões era o de "cortar a possível retirada de elementos subversivos que tentem se homisiar em municípios do Mato Grosso, limítrofes com o Estado do Pará". O documento passou a relatar as

baixas ocorridas no meio militar, com as mortes do sargento M.A.S. e do tenente F.M.J. Em relação às Ações Cívico-Sociais – ACISO, o documento expõe alguns dos trabalhos relativos à região de Xambioá e Araguatins, tais como ações assistencialistas, além de atendimento médico, odontológico, certificação de alistamento, entre outras atividades. Como informações gerais, o relatório realça a captura de uma mensagem codificada, suspeita de pertencer à "rede dos terroristas", além do estabelecimento de ligações terrestres entre São Geraldo e Marabá; Sítio Paulista e Abóbora; Serraria Marcelinense e Cachoeirinha; e Xambioá e Remanso dos Botos. Em conclusão, o documento constata deficiência no sistema de comunicação, nos primeiros dias de operação na região de Xambioá, principalmente no que se referia a normas de segurança, haja vista que rádio-amadoras militares transmitiam ligações não-oficiais de "mensagens em claro". Contudo, o relatório informa que tais falhas teriam sido solucionadas. (ACE?)

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83004589
ACE: A004589/83
Agência: R (Goiás)
Data de Emissão: 09/10/1972
Assunto: Operação Xambioá – Programa radiofônico, em português, da Rádio Tirana da Albânia.

O documento da AC/SNI, de novembro de 1972, informou que a Rádio Tirana da Albânia, em sua programação radiofônica diária em língua portuguesa, difundiu as seguintes notícias sobre a Operação Xambioá.

Em 09 de novembro de 1972, no horário compreendido entre 20h e 22h, a rádio divulgou que os generais brasileiros estavam "tomados de pânico com a resistência armada do Araguaia". Isso se comprovou pela movimentação constante de generais e oficiais superiores entre as cidades de Araguaia e Brasília, principalmente com o deslocamento do Comandante do II Exército para o centro de operações militares, com a finalidade de inspecionar as ações no norte de Mato Grosso, na área de Santa Terezinha. O General B.B.F., Chefe do Estado Maior do Exército, deslocou-se para Xambioá, onde a brigada militar instalou seu Quartel-General. Segundo o documento, o general B.B.F. declarou falsamente à imprensa o sucesso da operação contra os guerrilheiros, tendo as Forças Armadas conseguido manter as cidades intactas apenas porque elas já estavam sob seu controle. À margem esquerda do rio Araguaia, somente as matas eram controladas pelos guerrilheiros. O jornal "O Estado de São Paulo" reconheceu, em reportagem, que os militantes mantinham o domínio de grande parte das selvas".

Em 10 de novembro de 1972, no horário compreendido entre 20h e 22h, a rádio difundiu a notícia da "impressionante mobilização de forças levadas a cabo pela ditadura militar para combater os guerrilheiros do Araguaia". Segundo informações publicadas na imprensa brasileira e também pelo jornal "A Classe Operária", considerado órgão central do Partido Comunista do Brasil, cinco mil soldados, somados aos que já se encontravam na região do Araguaia, fizeram parte da última operação contra os combatentes. O documento descreveu os regimentos, as tropas, as unidades e os batalhões que se concentraram na região e alegou que não apenas se tratava de uma operação de guerra que há muito não se via no Brasil, como também que, apesar de tantos reforços, "isto não foi suficiente para esmagar

os guerrilheiros".

Notação BR DFANBSB VAZ.0.0.29593
Origem: Ministério da Aeronáutica/ Gabinete do Ministro – CISA
Data de Emissão: 22/10/1972
Assunto: Atividades do Partido Comunista do Brasil.

O relatório do CISA de novembro de 1972 ressaltou os aspectos mais importantes dos acontecimentos ocorridos no núcleo da guerrilha do Partido Comunista do Brasil – PCdoB na região de Xambioá, no Estado de Goiás. O documento foi dividido em seis partes, a saber:

1) **Histórico do PCdoB:** o documento dissertou sobre a organização do PCdoB, em 1962, que teria surgido após a cisão do Partido Comunista Brasileiro – PCB, quando uma parte de seus integrantes adotou a linha político-estratégica e ideológica chinesa, com a aplicação dos ensinamentos de Mao Tse Tung. Segundo este documento, o PCdoB era uma "verdadeira organização preparada para levar a efeito a luta armada no território nacional, a qual seria apoiada e dirigida, integralmente, pelo Partido Comunista Chinês". Um informante revelou que a "centelha da luta armada no Brasil precisava ser ateada no campo, na área rural, sem dispensar, contudo, o apoio dos grandes certos urbanos". Além disso, a grande extensão territorial do país dificultava atividades de fiscalização por parte dos órgãos governamentais em regiões do interior, o que representava condições propícias ao desenvolvimento dos trabalhos do PCdoB.

2) **Aspectos psicossociais:** Foi constatado que o PCdoB atuou nas cidades de São Félix/MT, Conceição do Araguaia/GO, Santa Terezinha/GO, entre outras. Em razão disso, considerou-se necessário examinar os aspectos psicossociais de tais localidades. O documento descreveu as condições socioeconômicas encontradas nas cidades:

- **Educação:** as regiões analisadas eram caracterizadas por elevados índices de analfabetismo, fosse pela inexistência de escolas e professores na maioria das cidades ou pela grande distância da população dos centros de ensino;

- **Habitação:** havia precariedade nas condições de abrigo. As casas eram "construídas de barro e no chão de terra";

- **Higiene:** inexistiam conhecimentos básicos de higiene, o que contribuiu para a fácil proliferação de doenças tropicais;

- **Saúde:** havia deficiência de assistência médica em pessoal, instalações e medicamentos;

- **Condições de trabalho:** "os homens de pouca instrução estavam à mercê de exploradores". O trabalho semi-escravo existia de fato;

- **Terra:** tema central de conflitos e "demagogias locais". O informante alegou que havia a atuação de muitos padres que se "desvirtuavam da sua missão e com isso interferiam indevidamente na questão, ao incitarem ações violentas e desmoralizarem as executadas pelo governo, atribuindo a si próprios méritos que não possuíam, o que gerava subversões";

- **Segurança:** a polícia era permeada por facções políticas, fator que conduziu os policiais a agirem de acordo com conveniências de interesse

pessoal e político, sendo os soldados “escandalosamente arbitrários e não atentavam para os princípios morais”.

3) **Indícios da atuação do PCdoB:** Segundo o documento, o PCdoB era conhecedor das condições psicossociais da região e por isso objetivou não apenas angariar a simpatia dos habitantes, como também conscientizá-los para a luta armada.

- **São Félix:**

i) Antônio Carlos Monteiro Teixeira, conhecido como o professor “Antônio”, lecionou, no período de junho a dezembro de 1971, na Escola dos Padres de São Félix, situada na Terra Nova, no sopé da Serra do Roncador. O professor “Antônio” se fazia acompanhar de uma professora e enfermeira, que atendia pelo nome de “Diomar”, que foi reconhecida em fotografia pelas pessoas locais como sendo Dinalva Conceição Oliveira, a “Dina”. O informante destacou que “Antônio” foi guerrilheiro do PCdoB em Xambioá e que “Dina” ainda fazia parte na ação de guerrilha.

ii) O Bispo Pedro Casaldaglia mandou construir um campo de pouso clandestino em Terra Nova, tendo sido observada considerável movimentação de aviões que transportavam pessoas estranhas, ligadas aos padres da região, e que eram oriundas de São Paulo e Bahia. O documento realçou que a melhoria do tratamento dispensado aos trabalhadores da mata pelos fazendeiros foi atribuída à intervenção do bispo P.C., o qual lançaria em breve um novo livro capaz de causar impacto às autoridades.

iii) Na fazenda Suiá Missu, constatou-se a presença de elementos que, embora não fossem identificados como trabalhadores do campo, pediam emprego temporário nas fazendas. Segundo o documento, um deles foi reconhecido em fotografia como José Humberto Bronca, o “Zé Fogoió”, guerrilheiro do PCdoB em Xambioá e “cursado na China Comunista”. O documento alertou para o fato de que, entre os trabalhadores da fazenda, pareciam existir indivíduos com maior grau de instrução, considerados responsáveis por operarem modificações no comportamento dos demais, como por exemplo: a introdução clandestina de bebidas alcoólicas, mudança no trato dos dirigentes e ausência do local do trabalho para viagens periódicas sem dar satisfação aos chefes das turmas.

iv) No vilarejo de Pontenópolis existia uma igreja denominada pelos padres de “Casa do Povo”. Nela, instrumentos agrícolas nas paredes substituíam as imagens dos santos. Também neste vilarejo existia uma escola primária dirigida pelos padres de São Félix, onde universitários de São Paulo e outros estados ministravam as aulas.

v) Os habitantes da região informaram que “os padres mandavam invadir terras de antigos posseiros quando estes deixavam de obedecer às suas ordens, o que gerava conflitos entre os novos e os antigos usuários das terras”. Porém, tais desavenças eram sempre decididas favoravelmente ao mais novo posseiro, punindo-se o anterior ocupante. Foram invadidas fazendas montadas sob incentivo fiscal.

- Conceição do Araguaia: O padre M. mantinha um campo de pouso clandestino, localizado a quatro horas de jipe de Conceição do Araguaia. O referido padre era irmão da madre M.B, banida do Brasil.

- **Santa Terezinha:** palco de desentendimentos entre posseiros e a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia – CODEARA, houve participação ativa do padre J., constatando-se a passagem de elementos do PCdoB.

- **Xambioá:**

i) Próximo a esta cidade atuavam os destacamentos B e C, da Comissão Militar do PCdoB. A "**Operação Papagaio**" do Exército Brasileiro causou algumas baixas, porém a guerrilha continuou em atividade, dificultando as ações de órgãos do governo, como o INCRA.

- **Marabá:** nessa região, agia o grupo de guerrilheiros do destacamento A da Comissão Militar do PCdoB. A "**Operação Papagaio**" causou apenas uma baixa nesse destacamento.

- **Porto Franco/ Tocantinópolis:**

i) O guerrilheiro treinado na China João Carlos Haas Sobrinho foi médico do Hospital de Porto Franco durante cerca de dois anos.

ii) Dr. C.B., médico gaúcho e que pertenceu ao movimento subversivo "Colina", foi dono do Hospital existente em Porto Franco, transferindo-se posteriormente para Tocantinópolis e, depois, tornou-se foragido. O informante acrescentou que os dois médicos anteriormente referidos, por clinicarem em uma região de precários recursos, "devem ter deixado, por laços de amizade, pelo menos, vários simpatizantes".

- **Araguaína:** "Deficientíssima a atuação da PM sediada nessa localidade, contando com total antipatia do povo".

- Xingu: Observou-se o movimento de aeronaves que sobrevoavam a região sem entrar em contato com as estações de rádio locais. O documento destacou que "quando há aeronaves da FAB pousadas, o trânsito desaparece".

4) **Ações Militares em Xambioá:** O documento enfatizou que as ações repressivas anteriores não obtiveram o resultado esperado, contudo a "Operação Papagaio", levada a efeito pelas forças de repressão contra a Comissão Militar do PCdoB (Marabá/Xambioá), apresentou ações mais adequadas à situação, ainda que tivessem sido empregados efetivos em excesso e as tropas estivessem sem preparo e treinamento adequado. O tempo de atuação, limitado em um prazo curto, também prejudicou o resultado. A retirada da tropa antes da "neutralização no núcleo da guerrilha do PCdoB", no entendimento do informante, poderia ser explorada pela subversão "como fortalecimento político e incentivo para outras organizações e partidos dedicarem-se à guerrilha rural". Fato que já era observado até internacionalmente, pois "tem-se notícias de reportagens no estrangeiro do que se passou em Marabá/Xambioá, bem como indícios de ações de campo do PCBR e APML do B". Segundo o relatório, acreditava-se ser necessário "empregar meios em vulto mais elevado do que os utilizados para enfrentar uma ação de campo em termos de Frente, isto é, organizações subversivas agindo em conjunto". As forças terrestres se adequavam lentamente para ações de campo, minimizando as questões psicossociais; porém, quando não estavam presentes, retornava-se à situação anterior, agravada pela "exploração dos comunistas em relação à atenção transitória do governo pelos problemas da área". O documento reconhece que o trabalho das organizações e partidos, enquanto isolados, não acarretavam problemas sérios de segurança nacional, mas sim preocupação em termos regionais no que se referia à exploração da imprensa clandestina e internacional sobre a existência da guerrilha no Brasil.

5) **Conclusões:** O documento terminou por afirmar que já se observava o início da guerrilha rural no Brasil, em razão de existirem elementos essenciais à sua sobrevivência, como por exemplo, "terreno

propício e áreas problemas". A ação repressiva foi limitada e prejudicada em razão de conflitos de jurisdição territorial dentro dos comandos do exército e da aeronáutica. O informante acreditava que "tornavam-se imprescindíveis ações do governo para combater as vulnerabilidades, requerendo, portanto, um planejamento global e uma atuação permanente". Segundo ele, o trabalho de órgãos como o INCRA foi fundamental na solução de problemas, como se pôde verificar em Marabá, ainda que nas regiões interiorizadas próximas a Xambioá, São Félix e outras, a situação de posse de terras era ainda delicada. O informante aconselhou "a fixação dos homens à terra, legalizando a sua posse; assistência médica permanente; educação e higiene", "medidas preventivas aconselháveis e decisivas contra a subversão e guerrilha de campo". Foi necessária a fiscalização dos órgãos governamentais que atuavam nestas áreas, pois "a corrupção era um excelente vínculo para a subversão". Os indícios apresentados sugeriram "um plano de busca para a configuração de outros prováveis campos de guerrilha", que incluiriam as localidades citadas e propiciariam o acompanhamento dos acontecimentos ligados ao PCdoB, "permitindo-se um controle e fiscalização da situação global".

6) **Considerações:** No entendimento do informante, em Xambioá/Marabá, o PCdoB tinha possibilidades de: manter-se na área por tempo indeterminado, ampliando seu efetivo; reconquistar o apoio da população "quer por simpatia ou intimidação"; reiniciar a fabricação de armas, minas, explosivos e munição; receber ajuda de país estrangeiro em material e pessoal e tentar formar uma "zona liberada". Nas outras regiões relacionadas acima, seria possível ao PCdoB incentivar o conflito entre posseiros "a fim de explorar, convenientemente, a situação"; explorar os problemas existentes, procurando "revoltar a população contra órgãos do governo"; e realizar "ações terroristas na Transamazônica". Em outro ponto do território nacional, o PCdoB poderia estabelecer outro núcleo de guerrilhas "semelhante ou mais aprimorado" que o de Xambioá.

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72052046
ACE: A052046/72
Agência: AC
Data de Emissão: 21/11/1972
Assunto: Centro de guerrilhas do PC do B em Marabá

Origem: Ministério de Minas e Energia/ Divisão de Segurança e Informações - DSI
Informação n° 30/651/72/BSB
Referência: Ao Relatório Mensal de Informações n° 08/72/CISA
Anexos: I - Cópia do documento referenciado
II - Cópia do volante do "Conselho da Luta Operária" distribuído no subúrbio de Cavaleiro (área da grande Recife)
Data: Novembro de 1972
Assunto: Centro de Guerrilhas do PCdoB em Marabá e ações das organizações clandestinas

O documento da Divisão de Segurança e Informações - DSI do MME, de novembro de 1972, analisa as informações contidas no relatório mensal de informações da CISA n° 08/72, o qual afirmou que o Partido Comunista do Brasil – PCdoB estava reestruturando, de maneira clandestina, novos quadros

em todo o território nacional. Segundo esse documento, o partido tinha por finalidade “a promoção da guerra popular, considerada pela orientação chinesa como única forma de luta para a tomada do poder”. O relatório alega que foram apreendidos pelos órgãos de informações, durante a localização do centro do movimento na região de Marabá, documentos que comprovavam a “orientação chinesa para esta guerra popular”. O objetivo dessa corrente ideológica seria o de “promover no campo a guerrilha e levar o estrangulamento das grandes cidades pelo controle dos centros de produção”. O documento assevera que a maioria dos militantes do PCdoB possuía curso de combate na Academia Militar de Pequim, na China, e procurava atuar em “regiões geoeconômicas com condições psicossociais aptas a apoiar a guerrilha rural”. Contudo, outras localidades além de Marabá ofereciam tais requisitos. Em Itabuna, Ipiaú e Itapetinga, regiões do interior do estado da Bahia, o PCdoB estaria fazendo um trabalho de campo e teria ainda deslocado quadros para o Ceará com o propósito de atuar nas áreas atingidas pela seca. Na região de Salvador, no primeiro semestre, foram desarticulados “oito aparelhos subversivos, com a detenção de 282 elementos”. Na Guanabara, foram presos cerca de cem militantes.

O documento informa que o trabalho político junto à população seria iniciado no final de 1972 ou no início de 1973, já sendo notada propaganda na área da Grande Recife, no subúrbio de Cavaleiro, quando se distribuiu o volante “Conselho da Luta Operária”. A “ação subversiva” também se fazia sentir no setor sindical, onde documentos confirmavam a ação de JOÃO AMAZONASO. durante a cerimônia de sua posse na presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais, na cidade de Pendências, no Rio Grande do Norte. O relatório destaca que, no momento da posse, “foi dado vivas 'a Fidel Castro’ e recordados vários slogans usados da época da revolução de 1964”. O presidente eleito teria ainda recebido apoio ostensivo de J.R.S, ex-presidente geral da Federação dos Sindicatos Rurais do Rio Grande do Norte, que esteve preso após incitar a invasão de propriedades rurais. O documento conclui por destacar que o organograma da CISA, em anexo, não assinalou o setor de sabotagem, tipo de ação característica da corrente ideológica chinesa e termina por realçar que “os acontecimentos que mostram ação do trabalho político junto às massas ocorreram quase na mesma época em que foram feitas sabotagens na linha de transmissão Guarapuava – Pitanga, no Estado do Paraná, e tentativas de subestação da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança, em São Luiz, no Estado do Maranhão”.

Anexo I: Relatório Mensal de Informações n° 08/72/CISA

O Partido Comunista do Brasil – PCdoB estaria se estruturando com o objetivo de formar novos quadros em todo o território nacional, bem como o de preparar-se para a “guerra popular”, considerada a “única forma válida para a tomada do poder”. O PCdoB foi organizado em 18 de fevereiro de 1962, por um grupo de dissidentes do Partido Comunista Brasileiro – PCB (conhecido como “Partidão”). Militantes, como João Amazonas de Souza Pedroso, Maurício Grabois e outros, discordavam da linha pacifista adotada no IV Congresso do PCB. Os integrantes do PCdoB teriam, então, elaborado uma linha política radical com adoção da luta armada e tinham como ponto de orientação e de ajuda financeira o Partido Comunista chinês, o qual seguia linha divergente Partido Comunista da URSS.

O surgimento da teoria “foquista”, de Regis Debray, proporcionou a formação de várias organizações revolucionárias militaristas que passaram a

atuar na guerrilha urbana, como forma de luta principal. Essas instituições chamaram atenção dos órgãos de segurança dos grandes centros urbanos, que as combateram com sucesso. Formaram-se alas populistas dentro do PCdoB. Em 31 de março de 1972, foi detido um militante do PCdoB, P.A.N., que após ser interrogado, informou ter sido levado com sua companheira de São Paulo para o interior do Pará, na região de Marabá, acrescentando que naquela área havia um campo de preparação de guerrilha rural. Declarou ter abandonado o campo diante da impossibilidade de conciliar o nascimento de seu filho e a assistência à sua esposa, "tarefas não admitidas para um revolucionário", com o que "postularam os dirigentes do partido local". Após tais informações, os órgãos de segurança foram mobilizados, iniciando operações que perduraram no tempo, realizando-se prisões e descobrindo-se "várias ações subversivas". A localização do centro de guerrilha na região de Marabá permitiu avaliar o grau de desenvolvimento do PCdoB na preparação da "guerra popular". Foram verificados os seguintes pontos:

1) A prova material e incontestável da orientação chinesa aos guerrilheiros da região, pelos seguintes dados: o tipo de construção dos "barracos montados pelos guerrilheiros"; o sistema de segurança com minas do tipo "antipessoal", fabricadas com latas de óleo de cozinha; sistemas de alarme, uniformes de tecido marrom e a descoberta de vários metros do mesmo tecido;

2) O Partido iniciou o trabalho de implantação há cerca de quatro anos quando o primeiro grupo liderado por João Amazonas instalou-se em Faveiro, no estado do Pará;

3) Montagem de um sistema de infraestrutura para sobrevivência dos grupos, os quais estavam divididos em três destacamentos, com um efetivo aproximado de 60 homens e coordenados por uma comissão militar;

4) Apoio relativo da população local, graças à montagem de uma rede de assistência social conjeturada pela militância;

5) Todos os militantes possuíam nível universitário e alguns militantes mais antigos possuíam curso de guerrilha na Academia Militar de Pequim, na China;

6) O efetivo atual não estava adequadamente armado, porém as instalações dos destacamentos possuíam sistema de segurança para "visitantes inesperados";

7) A região foi escolhida de acordo com a doutrina básica da "guerra popular", após um minucioso levantamento socioeconômico e geográfico da área, localizada próxima a regiões de fronteira, visando conflitos de responsabilidades entre as jurisdições;

8) O Comitê Central, instalado no eixo Rio/ São Paulo, não media esforços para enviar militantes para a região a fim de reabastecer os efetivos dos destacamentos;

9) A população local negava informações às Forças Armadas nas regiões em que os militares não conseguiram dominar a guerrilha. Os habitantes temiam represália por parte dos "paulistas" - como eram chamados os guerrilheiros - quando os soldados se retirassem do local em que residiam;

10) O Partido iniciaria as operações de guerrilha no fim de 1972 e início de 1973, época em que faria o trabalho político junto à população;

11) Após o contato com o "inimigo", os destacamentos, por não estarem preparados para a ação armada, evitavam o combate dispersando-se

na mata para dificultar os trabalhos dos militares. Dessa maneira, constatou-se que os militantes “seguiam à risca as instruções dos manuais, elaboradas pelos partidos sobre guerra popular”, principalmente o documento intitulado “A Guerra popular no Brasil”, do PCdoB. Seus princípios eram: a primeira fase da guerrilha seria defensiva-estratégica, em razão da vulnerabilidade das forças revolucionárias, o que não significava passividade diante das lutas, mas sim, estratégia para sua sobrevivência; as forças revolucionárias careciam de experiência militar e de combate, sujeitas a sérios golpes dos inimigos; no interior, as forças revolucionárias teriam a seu dispor amplo campo de manobras que lhes permitiriam evitar o cerco e acumular forças para assegurar a sobrevivência dos grupos combatentes da “guerra popular”;

12) Depois de derrotas sofridas, os militantes ainda demonstravam resistência e conseguiam sobreviver, o que para o exército poderia indicar sinal de grande efetivo na região. Por outro lado, o partido mobilizava a opinião pública ao expor as Forças Armadas como agressoras dos camponeses. Verificou-se isso nos panfletos distribuídos à população, nos noticiários da Rádio Tirana, na imprensa do Panamá e em outros diversos meios jornalísticos;

13) Uma das dificuldades encontradas pelas Forças Armadas dava-se pela falta de levantamento de informações em tempo útil, pois essas chegavam às mãos dos usuários com atraso de 48h, o que gerou situações difíceis e até fatais no deslocamento das patrulhas. Como exemplo, o documento citou o incidente ocorrido em 1972, quando uma patrulha de três oficiais foi surpreendida por dois militantes perto da localidade de Couro D’Antas. Houve troca de tiros que resultou na morte de um soldado e o ferimento de um sargento. Tais dificuldades foram previstas no documento “As forças inimigas, sua concepção militar e sua tática antiguerrilha”, elaborado pelo PCdoB.

Em conclusão, o documento sintetizou por afirmar que o PCdoB necessitava de toda atenção dos órgãos de Segurança e Informações em virtude da sua expansão em todo o território nacional.

Anexo II: Manifesto ao povo nordestino

O documento apresenta-se incompleto, possuindo apenas as 06 primeiras páginas.

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73054351
ACE: A054351/73
Agência: AC
Data de Emissão: 02/02/1973
Assunto: Operação Peixe

Trata de uma operação motivada pelos itens encontrados numa inspeção feita em documentos apreendidos do subversivo **Yuri Xavier Pereira**, em São Paulo-SP, na qual foram achados quinze mapas, uma planta de orientação e uma carta-guia, a saber:

- mapa do município de Dianópolis, esc. 1:100.000;
- mapa dos municípios de Paraíso do Norte, Ponte Alta do Norte, Dueré, Peixe, Almas, Natividade, Alvorada, Tocantínia, Formoso do Araguaia, Novo Acordo e Pium, todos na escala 1: 100.000;

- mapa da Ilha do Bananal, esc. 1:250.000, com as seguintes cidades assinaladas: Porto Seguro, Pantanal, São João, Canto dos Boiadeiros, São José, Lago Preto, Bom Jesus, São Salvador, Jacuns, Coqueiro, Cocal, Jatobá e Nova;
- planta geral de orientação de Goiânia, esc. 1:30.000;
- mapa do Estado de Goiás na esc. 1:1.500.000;
- carta-guia de Brasília-DF.

Segundo o relatório, a região que compreende os municípios de Trombas e Formoso, limítrofes aos municípios de Peixe e Paranã, é conhecida pelos fatos de natureza “comuno-subversiva” (sic) ali registrados no período anterior a 1964.

Dentre as providências tomadas, uma operação foi realizada pelo DPF/GO, a qual percorreu todos os pontos suspeitos, tendo concluído, por meio de uma série de dados e informes, como possível a existência de elementos estranhos àquela região do Estado, cujo número supõe seja entre quatro e seis pessoas, embora, até o momento, não identificadas. Admite-se como provável que a base de tal grupo seja a “Serra das Almas”, em Paranã/GO, por certas condições favoráveis de sobrevivência naquela área: água e caça em abundância.

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73054903
ACE: A054903/73
Agência: AC
Órgão Produtor: Ministério da Aeronáutica/ Gabinete do Ministro - CISA
Data de Emissão: 01/03/1973
Assunto: Atividade do PCdoB em Xambioá
Anexo: 04 fotografias

O documento informa sobre a situação geral das ações do Comando Militar do PCdoB na região compreendida entre Xambioá, Araguanã, São Geraldo, Gameleira, Santa Cruz e Palestina. Segundo um informante, seus componentes executavam “trabalho de massa” junto à população local, além de receberem reforços de pessoal e material para prosseguirem com as ações de implantação da guerrilha rural naquela região.

A partir de 1972, conforme o testemunho de habitantes locais que tiveram contato com o destacamento do PCdoB, seus componentes portavam novas armas, algumas delas semelhantes às usadas pelos soldados do exército, e muitos deles, principalmente os que estavam na região há bastante tempo, sofriam de malária.

Após a retirada das Forças Armadas da área em dezembro de 1972, os integrantes do Comando Militar do PCdoB “passaram a andar mais livremente na mata”. Contudo, mantinham o sistema de segurança que consistia em, ao adentrarem dois militantes em uma casa, o restante do grupo, “composto de dois a seis elementos”, fazia a segurança em pontos estratégicos, a fim de evitarem emboscadas.

Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como “Osvaldão”, agia como comandante do destacamento B e, segundo o documento, seu objetivo era o de “justiçar os caboclos que colaboraram com as Forças Armadas durante as operações militares de setembro de 1972”. Foi constatado que, não apenas com o afastamento do Exército e do INCRA da região, mas também com a atuação negativa da Polícia Militar de Goiás – PM/GO, a população local

sentiu-se intimidada e desprotegida, situação considerada favorável pelo informante a “um possível recrutamento, mesmo que sob pressão por parte do PCdoB”.

Na região onde operou o destacamento C, registrou-se que Dinalva Conceição de Oliveira, a “Dina”, percorreu a região de Pau Preto, junto a um grupo formado por oito homens, com o objetivo de divulgar o manifesto do PCdoB, bem como de “convencer os caboclos da validade da sua luta, prometendo aos mesmos que após a derrubada do governo, colocariam escolas e hospitais na região”. Além disso, o documento destaca que o grupo estava preocupado em retirar dos caboclos a imagem de terrorista que pesava sobre suas pessoas e alertou a população que não procurassem se afastar da região “porque havia militantes novos na área que poderiam confundi-los com o pessoal do exército”. “Dina” teria comentado que o grupo estava preparado para vingar os companheiros mortos durante as operações militares de setembro de 1972.

Na região onde estava localizado o Destacamento “B”, constatou-se que “Osvaldão” visitou casas de caboclos da região acompanhado de vários homens, entre eles Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, conhecido por “Zé Ferreira”. “Osvaldão” interrogou as pessoas da região para saber da existência de soldados na Palestina. O grupo pediu comida e, depois, embrenhou-se na mata. O documento destacou que “em todos os pontos que “Osvaldão” e seu grupo têm passado, procuram fazer trabalho de massa, lendo a proclamação do PCdoB”.

O levantamento também ressalta que um integrante do destacamento do PCdoB de nome desconhecido teria contratado os serviços de guia de um caboclo da região e prometido aos moradores da região terras e remédios, bem como teria informado que ele e mais doze companheiros estavam acampados numa região próxima a São Geraldo. No final de janeiro de 1973, um taxista afirmou ter conduzido três militantes até a região de Porto Franco, no Maranhão. Eles fizeram comentários sobre “Osvaldão” na mata. Após a denúncia do motorista, os passageiros foram identificados como J.L.S., J.R.C. e T.A. Nomes que o documento qualificou como “pouco prováveis à identificação dos elementos”.

Sobre o levantamento acerca da rede de apoio aos dos militantes, o documento ressalta a rede de colaboradores de “Osvaldão” e dos destacamentos B e C, responsáveis pelo suprimento de comida e de trabalhadores para as regiões ocupadas. Encontrava-se na região de São Geraldo o Padre G.N., vindo a esta localidade por determinação do bispo de Conceição do Araguaia, para dar assistência à população da região. Segundo o documento, o padre vivia constantemente armado e fazia reuniões freqüentes nas residências de M.G.F. e N.M., além de ter expressado seu interesse em fazer pregações religiosas na região de Caiano e Perdidos e colaborar para a campanha de M.G.F. para vice-prefeito de Xambioá”.

O informante expressou seu descontentamento com a companhia da Polícia Militar de Goiás destacada em Xambioá, por ter praticado uma série de arbitrariedades contra a população local, o que contribuiu para desfazer o “trabalho construtivo feito pelas Forças Armadas, no período das operações militares naquela região”. Entre as ações praticadas pelos soldados da PM/GO, o documento ressalta o conflito na festa de colação de grau do colégio local entre as pessoas do recinto e os policiais, ocorrendo troca de tiros e prisão de várias pessoas, as quais foram levadas para o acampamento para realizar trabalhos braçais. Além disso, o informante destacou uma série

de arbitrariedades como prisão de populares sem justa causa, a prisão do vice-prefeito por ter criticado a ação da PM/GO na área e o assalto de populares por soldados.

Outro problema revelado pelo documento se refere ao grave surto de malária em toda região, não havendo médicos e nem medicamentos suficientes para grande parte da população de baixa renda. Devido às chuvas na área, o INCRA abandonou o local e montes de terras foram deixados para trás o que, no entendimento do informante, poderiam ser "utilizados como trincheiras". Soma-se a isso a preocupação sobre livre acesso a todos os destacamentos do comitê militar do PCdoB, principalmente na rodovia Transamazônica, existindo apenas um ponto de controle feito pelo PM/PA na estrada que levava à cidade de Marabá.

Concluindo, o documento reafirma o "firme propósito de prosseguir com a guerrilha rural na região de Xambioá, apesar das quedas sofridas em suas fileiras". Destaca ainda a presença de novos militantes na área, o trabalho de massa junto à população local, a existência de novos armamentos com os militantes, a necessidade de assistência médica e social por parte do Governo Federal a fim de neutralizar a ação de recrutamento dos populares e a necessidade de combater as ações negativas da PM/GO, evitando-se, assim, a resistência da população às Forças Federais caso houvesse necessidade de novas operações militares na área.

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83004465
ACE: R004465/83
Agência: R (Goiás)
Órgão Produtor: Delegacia Regional em Goiás/ DPF
Data de Emissão: 21/03/1973
Assunto: Atividades de Grupos Terroristas

O presente documento, originário da Delegacia Regional em Goiás do Departamento de Polícia Federal, datado de 21 de março de 1973, contém informações colhidas junto a informantes residentes no município de Santa Cruz/PA, próximo à base de operações em Xambioá, e também possui informações levantadas por agentes do posto da DPF em Estreito/GO.

O documento inicia com a afirmação de que "Vem surgindo novos e valiosos dados de atividades de grupos terroristas no extremo norte do Estado de Goiás e principalmente sul do Estado do Pará". Apresenta informações sobre a quantidade e atuação de guerrilheiros na região. "Osvaldão encontra-se na região de Gameleira/ Ouro Danta/ Cajueiro/ Castanhal do José Ferreira, com 15 homens e duas mulheres. Dia 12 Mar 73, por volta das 15 horas, o grupo atacou o informante A P. L. e seu companheiro P. M., matando o último. O 1º conseguiu fugir". Dentre os militantes que foram reconhecidos nesta ação ao lado de "Osvaldão", estão: Conceição Oliveira ("Dina"), Antônio Guilherme Ribeiro Ribas ("Biba") e Zé Pereira ("Amauri de Azevedo Siqueira").

Os informantes ainda trouxeram informações a respeito do suposto temor da população de Santa Cruz/PA, que se encontrava apavorada com a possibilidade de represália prometida pelo grupo de Mauro Osvaldão; sobre

determinações da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) em reforçar contato com a 8ª Região Militar (RM), nos limites com o estado do Pará, para apurações de informações; e também sobre o comparecimento do cidadão que efetuou a prisão do "terrorista" Breno ao 3º BPM, para prestação de esclarecimentos.

Os levantamentos realizados em Estreito também identificam a presença de "subversivos" na região, seus nomes e suas áreas de atuação, como bem expressa o documento: "(1) Registra-se a presença de elementos terroristas na região de São Domingos das Latas/PA. 2) Os terroristas que freqüentam aquela região são conhecidos como: a) "Nelson"; b) "José"; c) "Adão"; d) "Sônia". 3) Exercem pressão ideológica nas seguintes localidades: a) Fortaleza; b) Fazenda São José; c) São Geraldo; d) Fazenda Jacu; e) Gitas; f) Metade; g) Vila São José." De acordo com o documento, a ação dos militantes consistia em "pregações" ideológicas, distribuição de panfletos e assistência médica. "Distribuem panfletos manuscritos, com características subversivas, fazem pregação contra o regime. "Sônia" dá receitas médicas e faz curativos. *(sic*.) Dia 09 Mar 73 estiveram na cada de T. os terroristas "Adão" e "Sônia". Enquanto "Adão" fazia pregação ideológica, "Sônia" fez curativos no pai de T".

Foram levantadas, ainda, outras informações referentes ao modo de atuação dos militantes na região, a localização de sua base rural e suas atividades de subsistência. "Os terroristas vem [sic] criando um clima de pavor entre os homens do campo, especialmente dominando e impedindo que alguns falem, debaixo de ameaças de "justiçamento". (...) Na Fazenda de T. F., retirada 5 km de Fortaleza, consta que os terroristas se localizam aproximadamente a 6 km da Fazenda São José, de propriedade de T., e a uns 4 kms da pequena plantação de mandioca do pai de Nelson (terrorista). A mandioca consta ser o alimento básico do grupo".

Notação AN: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73075053
ACE: 75053/73
Agência: AC
Órgão Produtor: Ministério da Aeronáutica
Data de Emissão: 03/10/1973
Assunto: Dossiê (Diversos Aspectos Políticos, Econômicos e Psicossociais, Observados por Componentes de Missão da FAB, ao Norte do Araguaia, nos Estados do Mato Grosso e Pará).

O presente dossiê, originário do CISA/ Ministério da Aeronáutica, datado de 03 de outubro de 1973, conjuga documentos das Agências Central e Campo Grande/ SNI, referentes a relatórios de missão da Força Aérea Brasileira ao norte do Rio Araguaia. A citada missão visava assistir à população regional por meio de uma unidade hospitalar denominada "Hospital Tático", bem como apurar os aspectos políticos, econômicos e psicossociais ocorrentes na área.

A missão se deu primeiramente nos municípios de Luciara e Santa Terezinha (MT), e posteriormente no município de Santana do Araguaia (PA).

Em Luciara, foram colhidas informações com o pastor da Igreja

Adventista do 7º Dia, C.P., a respeito de atividades “subversivas” realizadas em Conceição do Araguaia e Xambioá. “(...) nas cidades de Conceição do Araguaia e Xambioá está circulando, às escondidas, um jornal subversivo, cuja impressão está sendo feita em uma tipografia em Conceição do Araguaia”. Outro aspecto importante é o possível envolvimento do clero em tais atividades. “(...) na cidade de Conceição do Araguaia há dois padres alemães que mantém sob suas ordens, homens devidamente armados.” Ainda sobre a atuação do clero na região, o documento ainda ressalta, na seguinte passagem referente a uma reunião de Bispos e demais autoridades religiosas na região: “Na noite da reunião, enquanto os religiosos falavam de assuntos ideológicos, eram distribuídos, às escondidas, panfletos subversivos, tendo eu obtido um e encaminhado à Seção de Informações desta Base Aérea.”, ressalta o oficial autor do relatório.

Em Santa Terezinha, também se vê pelo relatório uma situação parecida envolvendo o clero e as atividades “subversivas”. “Em Santa Terezinha apresentaram-se como líderes os Padres A.C. e J. e mais alguns que usando como escudo o nosso Salvador Jesus Cristo, procuram instigar os posseiros contra a Codeara.” Ainda sobre a atuação dos padres, o autor do relatório acrescenta o seguinte: “Conforme informes colhidos o Padre C., em vez de pregar a palavra de Deus na hora da missa, ainda continua a instigar peões e posseiros contra a Codeara, o que ficou evidenciado, pois quando os peões vinham falar comigo sobre questão trabalhista, demonstravam conhecimento de seus direitos, o que não condizia com a sua falta de capacidade, pois muitas das vezes eram analfabetos, verificando-se, assim, que há alguém a instruí-los”.

Em ambas as localidades, as descrições sobre as condições de vida dos habitantes, bem como a assistência médica e educacional existentes, podem ser consideradas precárias e insuficientes. “Assistência médica apresenta aspecto não condizente para um povo. Não obstante possuir um posto médico com remédios fornecidos pela Central de Medicamentos (CEME), não são utilizados por falta de médicos; (...)”, “(...) Quanto ao ensino, existe um ginásio, funcionando até a 2ª série do 1º ciclo, assim mesmo em situação precária, faltando sempre professores de determinadas matérias, dificultando assim o aprendizado; o ensino primário parece-me satisfatório; (...)”. Além disso, o relatório da missão em Santa Terezinha apresenta particularidades sobre violência e abusos, tanto por parte de policiais quanto por fazendeiros. Assim assinala o documento: “(...) e quando ali cheguei entrei em contato com o povo local, ouvindo as suas queixas, e constatei que os próprios policiais provocam os moradores com atitudes rudes, muitas vezes agressivas, com espancamentos, prisões, etc. (...)”. “(...) e quanto aos fazendeiros, durante a minha permanência em Santa Terezinha, verifiquei que exploram seus empregados, comumente chamados de peões. Concluí que os fazendeiros não levam em consideração as leis trabalhistas, demitindo empregados sem qualquer indenização, muitas vezes elementos já incapacitados para o trabalho, por acidente em serviço, infringido frontalmente a Consolidação das Leis Trabalhistas; (...)”.

Quanto à missão realizada no município de Santana do Araguaia, no estado do Pará, em especial no distrito de Barreira do Campo, o relatório procura traçar um panorama do povoado, destacando os pontos de maior deficiência, como o analfabetismo e a violência policial praticada pelo destacamento local. Assevera o documento sobre o analfabetismo: “O analfabetismo é bastante acentuado na região, sendo que mais ou menos 70% dos habitantes não possuem documentos de identidade”. Sobre a

economia do município, suas atividades eram concentradas nas “fazendas projetos” apoiadas pela SUDAM, que atraíam para a região indivíduos de muitas partes do país. “A população local é composta de pessoas oriundas das mais diversas partes do País, predominando a presença de maranhenses, paraenses e goianos”. Contudo, percebe-se que, no processo de recrutamento dos trabalhadores (“peões”) para o trabalho nestas fazendas, estes se viam diante de uma relação de exploração econômica, além de estarem constantemente expostos a doenças como a malária. Atesta o documento: “(...) é notório que os problemas da região se avolumam, pois o que comumente ocorre é que os “gatos” ludibriam os peões desde o início do recrutamento em outras áreas, prometendo muitas vantagens a esses elementos ansiosos por uma melhoria de vida.” Contrair malária, nessa situação, era um fato quase inevitável, que contribuía para o aumento da dependência dos trabalhadores frente aos empreiteiros que os contratavam, denominados “gatos”. “Deve ser ainda esclarecido que dificilmente um peão que exerce atividades na região deixa de ser atacado pela malária. Esse fato vem agravar mais ainda sua situação financeira, pois todos os medicamentos absorvidos durante a moléstia são descontados nos vencimentos dos peões”.

Pela ótica do relatório, Barreira do Campo era um distrito violento e isolado, sem a devida assistência da prefeitura de Santana do Araguaia, não sendo visto com bons olhos por seus moradores a pessoa do prefeito. “Foi observado que o político em apreço não é visto com bons olhos no povoado de Barreira, pois os moradores reclamam falta de assistência por parte da Prefeitura”. Imperavam no distrito a violência social e policial em larga escala. “A força policial é comandada pelo Terceiro Sargento A. M. R., policial temido pela violência com que exerce sua atividade. Durante a permanência do Hospital Tático no povoado, foram registrados diversos tiroteios com a participação da Polícia, resultando deste choque, ferimentos em dois peões, gravemente”. (...) “Urge providências das autoridades competentes no sentido de reforçar a ação policial, considerando que Barreira do Campo vem servindo perfeitamente de abrigo a assassinos oriundos de toda a parte do País, sendo que assim os crimes avolumam dia a dia, tornando o povoado uma verdadeira região de garimpo onde impera a lei do mais forte”.

Por fim, o relatório conclui que, mesmo não havendo indícios nítidos de atividades “subversivas” na região, far-se-ia necessária uma maior atenção por parte do governo federal na perspectiva de evitar o estabelecimento de tais focos. “(...) porém cremos ser de bom alvitre uma maior atenção à região, por parte dos órgãos federais competentes, face a existência na área de elementos em grande escala não identificados”.

No documento que relata observações feitas nas áreas de Santa Terezinha, Luciara e São Félix, datado de 07 de dezembro de 1973, destacam-se, além da referência ao fichamento de oitenta indivíduos nas duas últimas localidades, também a apreensão de documentos em Pontinópolis, em poderio de J. P. e S. L., que revelavam o envolvimento de setores do clero com organizações de esquerda. “Há uma organização subversiva, coberta pela Prelazia de São Félix (Bispo D. P. C.), empenhada em estabelecer um foco de Guerrilha Rural, nos moldes básicos dos preconizados pela VAR-Palmares e OCML-PO.” Lê-se sobre a intensa “doutrinação” política exercida pela Prelazia em suas publicações, com o auxílio de professores de cursos de alfabetização. Lê-se também: “A luta de classes é a constante dos documentos oficiais da Prelazia (Alvorada: Folha da Prelazia de S. Félix) e, nas pregações dos religiosos. (...) A presença de professores e leigos, de alto nível cultural na área, é uma tônica (exemplo: S.

R. L., com 19 diplomas, sendo a maioria de cursos superiores)".

Mais indicações de grupos armados envolvidos com o clero são apontadas nas seguintes passagens: "Em Serra Nova, havia indicação da existência de um grupo armado, liderado pelo Padre E. C., ordenado na beira da estrada, em um Casebre, por C.. (...) A ação resultou na apreensão de grande quantidade de armamentos e na prisão de E. S. e T. C. A., por suspeita de subversão".

Ao encerrar, o documento recomenda a continuidade da vigilância às atividades da Prelazia de São Félix e de seu Bispo, para a tomada imediata de ações por parte do governo. "Temos certeza da necessidade, a curto prazo, de ações de governo, mais intensas, para não ser necessária uma ação repressiva violenta, que separará, mais ainda, a população do Poder Constituído".

Documentos após 1974

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80009330
ACE: A009330/80
Agência: AC
Órgão Produtor: CISA/RJ
Data de Emissão: 18/06/1980
Assunto: Conflitos de terras na região de Conceição do Araguaia/PA.

Documento produzido pelo CISA/RJ, em 18/06/1980, contém comentário proferido pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia/PA, B.S.L., de que sua gestão estava sendo "sistematicamente combatida pelo clero local e por entidades ligadas ao clero: Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento de Educação de Base (MEB)". B.S.L. comentou também que a Igreja Católica vinha criando "um clima permanente de insegurança e agitação em todo o Baixo Araguaia, incitando posseiros à invasão de terras". Demonstrando bastante preocupação em relação às eleições sindicais a serem realizadas no dia 28 de junho de 1980, B.S.L. classificou seus opositores como de "linha radical", e que contavam com o apoio daqueles que o combatiam. B.S.L. temia que, em caso de vitória de seus opositores, a região se tornasse "um barril de pólvora", evidência do clima de animosidade ainda dominante na região em que ocorrera o conflito da Guerrilha do Araguaia, conforme a visão do Serviço Nacional de Informações.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.76095152
ACE: A095152/76
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 27/07/1976
Assunto: Comissão Pastoral da Terra e a CNBB

Conforme documento produzido pela Agência Central do SNI, o Padre Ivo Poletto, pertencente à Arquidiocese de Goiânia/GO e ao Secretariado da Comissão Pastoral da Terra - Centro Sul/Goiás, vinha se correspondendo com pessoas e organizações ligadas ao problema de terras, de diversos estados do Brasil. As articulações que vinham sendo feitas por esse sacerdote objetivaram sistematicamente, de acordo com a Informação nº 708, de julho de 1976, "a conquista de adeptos para a formação da 'Comissão Pastoral da Terra Nacional', então idealizada pelos membros da Comissão Pastoral da Terra Nordeste III, em reunião realizada em Salvador/BA, no período de 23 a 24 mar 76".

A atuação das "Comissões Pastorais da Terra" estava se desenvolvendo dentro das Circunscrições Eclesiásticas (Arquidioceses, Dioceses, Prelazias), particularmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base e dos Agentes de Pastoral, "visando o trabalhador rural da região" A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, para maior eficácia de implantação desse plano, faria publicar o livro "Pastoral da Terra" como integrante da coleção "Estudos da CNBB" (série verde). Esse livro deveria conter os resultados do "Encontro sobre o Problema de Terras na Amazônia Legal – Projeto Especial", que foi realizado em Goiânia, de 19 a 22 de junho de 1975, além de uma antologia dos principais pronunciamentos pastorais sobre o "Problema de Terra" desde 1950.

Apesar de os objetivos dessas "Comissões Pastorais da Terra – CPT" terem sido lançados pela CNBB "de uma maneira genérica", as pesquisas e

contatos efetuados pelos integrantes da CPT poderiam fornecer ao clero dados que subsidiassem a apresentação de objetivos específicos. Por outro lado, segundo o documento, admitia-se que os resultados dessas pesquisas pudessem ser conduzidos a partir dos grupos que trabalhavam nas bases (Comunidades Eclesiais de Base), prevendo suas futuras exigências e reivindicações.

As Comissões Pastorais da Terra dedicavam suas atividades aos seguintes aspectos:

- levantamento político e socioeconômico da situação no meio rural;

- troca de experiências entre as CPT e órgãos afetos ao problema de terras; e

- intercâmbio com órgãos sindicalistas, na área de atuação das CPT.

Os problemas-chave, em cujo contexto a "esquerda clerical" se apegava para a formação de suas "Comissões Pastorais da Terra" eram:

- "ausência completa de um plano de colonização";

- "ausência de títulos de propriedade, transcrições viciadas, terras da União e lentidão dos processos de discriminação do INCRA";

- "baixo custo das terras e rendosos investimentos funcionando a valorização imobiliária e engendrando problemas correlatos, como o da especulação imobiliária; o próprio Governo do Estado atraindo os homens do capital e 3 slogans bem falantes: produzir no Acre, investir no Acre e exportar pelo Pacífico".

- "problemas das autoridades e órgãos competentes: inoperantes ou ineficientes", em que apresentou-se o caso de governante, juízes, policiais, advogados e instituições corruptas que faziam "o jogo dos grandes proprietários";

- "ausência absoluta de sindicatos ou órgãos de classe" que defendessem "os interesses dos oprimidos (posseiros, trabalhadores rurais, seringueiros, peões)" – correlato a isso, havia "insegurança absoluta para as famílias que se transferiam de uma região para outra, atendendo aos chamados das frentes de colonização, como no caso das famílias do Paraná (72), sem terras no seringal Montevidéu, em Brasiléia/Acre";

- "um problema como o de terras", que não podia "ser equacionado a não ser em nível de País, reativando o que se chama a Reforma Agrária"; e

- "o Clero, em contato direto com o povo dos diversos municípios mostrou a insegurança geral das famílias de todos os nossos municípios, devido à venda crescente de terras a grupos de projeção política em São Paulo, Paraná e Minas Gerais, assim como agropecuaristas de larga tradição no ramo. Entre a atividade agropastoril e o seringueiro, instalou-se uma incompatibilidade vital, obrigando este a abandonar suas colocações, mediante indenizações irrisórias, e a perambular atrás de terras livres, mesmo que em território boliviano".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.KKK.84004882
ACE: K004882/84
Agência: Pará
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 18/09/1984
Assunto: Pressão sofrida por ex-guias do Exército

O documento do Serviço Nacional de Informações/ Agência de Belém, datado de setembro de 1984, faz referência ao documento de informação n° 0482/16/ABE/83, o qual dá destaque à situação de tensão que havia no sul do Pará, especialmente em São Geraldo do Araguaia, com a "atuação da esquerda clerical" da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Essa instituição, segundo um informante, estaria "minando mentes desavisadas com idéias progressistas", destacando-se também o "ressurgimento na área de militantes do Partido Comunista do Brasil – PCdoB". O documento realça que "informantes e colaboradores que auxiliaram as Forças Armadas, por ocasião da guerrilha, estavam apreensivos e inseguros com tal situação, uma vez que as atividades vinham sendo acompanhadas pelos 'padristas', tendo alguns sofrido ameaças e tido suas casas fotografadas". O documento referenciado ressalta ainda a visita, à época, do ex-guerrilheiro e atual deputado federal José Genoíno Neto, do Partido dos Trabalhadores – PT de São Paulo, que teria "realizado contatos e partido com anotações dos que ajudaram militares no combate à guerrilha e ainda permaneciam na região".

A fonte primária alega que membros do "clero progressista" da Diocese de Conceição do Araguaia, auxiliados por políticos e sindicalistas ligados ao PCdoB, principalmente o deputado estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB do Estado do Pará, J.C.F.L., continuavam a "exercer pressões sobre os 'guias do Exército', visando aliciá-los e obter testemunhas dos fatos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia". O deputado estadual J.C.F.L foi designado pelo governador do Estado como coordenador político do sul do Pará. O grupo tinha o objetivo de "promover um processo a ser iniciado por José Genoíno Neto", no qual pretendia "denunciar crimes praticados pelas Forças Armadas quando lá estiveram para eliminar o foco guerrilheiro". O documento informa que uma parcela significativa de habitantes locais "já se encontrava voltada para o lado do clero" e cita uma lista com dez nomes. Os "guias" que ainda permaneciam fiéis estavam "descontentes pela falta de amparo a que foram relegados", e eram "ameaçados pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs", que os taxavam de "bate-paus do Exército".

O documento lista as palavras de ordem dadas durantes as reuniões realizadas pelas CEBs, que versavam sobre retaliação aos habitantes locais que delataram informações aos membros do Exército. Os "guias" eram descritos, em sua maioria, como "analfabetos, dispersos na região e que não possuíam estrutura suficiente para suportar as pressões que recebiam, principalmente quando foram totalmente reconhecidos por seus colegas que aderiram às pregações das CEBs". A fonte afirma que ainda era grande o número de "ex-guias" que procuravam o Quartel General da 23ª Brigada de Infantaria de Selva em busca de orientação. Esteve na região a ex-guerrilheira e militante do PCdoB, E.M., "acompanhada de elemento desconhecido", sendo que ambos portavam "um álbum de fotografias no qual procuravam descobrir o destino dos elementos constantes no referido álbum". O documento enfatiza que o "interesse do 'clero progressista' e do PCdoB em recrutar os 'ex-guias' do Exército para sua causa se fundamentava no fato de serem eles um dos poucos elementos conhecedores da região que ainda não estavam sobre seus controles ideológicos e, por isso, fatores adversos a uma possível reativação da chamada Guerrilha do Araguaia".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.85005742
ACE: I0<u>5742/85</u>

Agência: Amazonas
Órgão Produtor: 17ª Brigada de Infantaria de Selva
Data de Emissão: 18/08/1985
Assunto: Dower Moraes Cavalcante. - Dossiê

O documento elaborado pela 17ª Brigada de Infantaria de Selva solicita dados sobre o médico sanitarista cearense Dower Moraes Cavalcante., que vinha exercendo a função de diretor de saúde pública da Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Acre, a convite do secretário José Alberto de Souza Lima. Dower teria informado a imprensa sua participação como militante da guerrilha do Araguaia.

Anexo: Informe n° 034/120/AMA/85
Anexo: Recorte do jornal "Tribuna da Luta Operária" – TLO, n° 231 de agosto/setembro de 1985
Data: Setembro de 1985
Assunto: DOWER MORAES CAVALCANTE

O informe do Serviço Nacional de Informações/ Agência de Manaus, de setembro de 1985, traz dados sobre o jornal "Tribuna da Luta Operária" – TLO n° 231, referente aos meses de agosto e setembro de 1985, no qual publicou o nome de Dower como um dos ex-guerrilheiros a ser ouvido pelo juiz da 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília como testemunha dos familiares dos mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia. "Domingos", juntamente com Heitor de Sá Gonçalves e Jorge Montenegro Braga, se diziam militantes do Partido Revolucionário Comunista – PRC, com atuação no estado do Acre.

Anexo: Jornal "Tribuna da Luta Operária" – TLO, n°231 de agosto/setembro de 1985

O jornal "Tribuna da Luta Operária" – TLO n° 231, referente aos meses de agosto e setembro de 1985, publicou o artigo "Familiares do Araguaia se aproximam da vitória" que trata da ação judicial movida na 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília pelos parentes dos mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Os familiares dos militantes visavam obter o reconhecimento oficial das mortes e a localização dos corpos dos guerrilheiros desaparecidos. O artigo cita que o juiz V.L. ouviu os depoimentos das testemunhas arroladas pelos autores da ação, as quais confirmavam que os guerrilheiros do Araguaia foram mortos pelo Exército, muitos deles depois de presos. Entre as testemunhas estavam o jornalista F.P., autor de um livro sobre a guerrilha, e o deputado estadual P.F., que, na qualidade de advogado da Comissão Pastoral da Terra – CPT, percorreu a região da guerrilha acompanhado de uma caravana de familiares para obter informações concretas sobre os desaparecidos. O juiz V.L. cancelou a audiência em que seriam ouvidos os depoimentos de Elza Monerat, dos ex-guerrilheiros Dower Moraes Cavalcante., L.D. e Criméia Alice, esta companheira de André Grabois, um dos desaparecidos. De acordo com o artigo, a sentença seria dada até os primeiros dias do mês de novembro. A publicação noticiou ainda que, durante sua estada em Brasília, os parentes dos mortos e desaparecidos, acompanhados do deputado H.L., líder do PCdoB na Câmara, foram

recebidos em audiência pelo Ministro da Justiça, F.L.. O Ministro teria reafirmado o compromisso assumido por Tancredo Neves em buscar soluções para o problema e reconheceu o direito legítimo dos familiares à obtenção dos corpos e atestados de óbitos, afirmando que "a Guerrilha do Araguaia é um fato histórico sobre o qual o governo da Nova República não pode se calar". O Ministro da Justiça solicitou ainda que o deputado H.L. mantivesse o ministério informado sobre toda a tramitação judicial, para que o governo tivesse condições de intervir no momento adequado. O artigo conclui com a alegação de serem estes os mecanismos da vitória da ação.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85053338
ACE: A053338/85
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 01/08/1985
Assunto: Possibilidade de ressurgimento da guerrilha no Sul do Pará

O documento tem caráter de pedido de busca e foi originado no SNI, em agosto de 1985. Apresenta como dados recebidos que, a partir do debate travado entre os deputados daquele Estado Paulo César Fonteles de Lima (PMDB) e Aziz Mutran Neto (PDS), na Assembleia Legislativa do Pará, este denunciou que estava, naquele ano, ocorrendo "formação de quadrilhas, lideradas por 'agitadores profissionais', com intuito de reorganizar a Guerrilha do Araguaia, desencadeada entre 1972 e 1974. O delegado da Polícia Federal de Marabá/PA, N.J.C.G., informou que embora não soubesse de tal fato, possuía consciência de que ali vinha atuando um grupo fortemente armado, comandado por uma mulher chamada 'Denise', sobrinha do bispo diocesano de Marabá, Dom A.M.P. O delegado afirma ainda que o grupo possui cerca de 90 homens, mas que 'isso é um problema da Polícia Civil e não da Polícia Federal'".

O documento pede: (a) confirmação dos dados recebidos; (b) se positivo, quais as providências tomadas pelas autoridades; e (c) esclarecer, caso verdadeiras, as afirmativas e a razão da não atuação policial.

Uma cópia do pronunciamento do deputado Aziz Mutran Neto foi atrelada ao documento em novembro de 1985. Junto a este anexo, um "informe" foi produzido relatando que, de fato, a denúncia do deputado foi feita e que até esta data, "não se tem conhecimento de quaisquer providências tomadas pelas autoridades". Em contrapartida, o deputado do PMDB/PA e militante do PCdoB, Paulo César Fonteles de Lima, confirmou em pronunciamento na Assembleia Legislativa, que "grupos armados e treinados militarmente" realmente existiam no sul do Pará, mas que estes estavam sendo preparados pelos latifundiários, com o intuito de organizar uma "guerrilha" naquele local. Paulo César Fonteles de Lima solicitou a intervenção do Governo Federal na área.

Foi informado ainda que, na região de Cuxiu, município de São João do Araguaia/PA, cerca de 90 homens armados foram avistados. Tal grupo estava sob o comando de: (1) Denise Spiller Pena, sobrinha do bispo diocesano de Marabá; (2) Luciano Fazio, italiano; e (3) Giussepe Cogotzy, também italiano. Os três atuavam junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), associada à diocese de Marabá. "Mesmo confirmada a existência desse grupo

armado, o Departamento de Polícia Federal (DPF) encontra-se tolhida de atuar, uma vez que se trata de assuntos de ordem pública, cuja competência, para apuração, pertence à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SSP/PA)". O documento justifica a não atuação, alegando que "a atuação do DPF em conflitos onde a União ou a Ordem Política e Social não estejam sendo lesadas, caracteriza intervenção federal em assuntos do Governo Estadual".

Em seu depoimento, o deputado Paulo César Fonteles de Lima declarou que "a audácia dos grandes fazendeiros, dos grandes latifundiários, realmente chega a sarapantar [sic] a nossa consciência, porque um dele Fernando Ralf, lá de Vizeu da companhia Cidapar proposta fez aos jornais para dizer que eles tinham lá cerca de cincoenta a setenta jagunços treinados militarmente, portadores de pistolas automáticas sete e meio para treze tiros, para apontar não só a nossa consciência democrática, não só o Poder Judiciário, não só o Poder Legislativo, não só o Poder Executivo, mas a própria consciência cívica desta Nação Brasileira. (...) O que veste o Sul do Pará não é guerrilha preparada pelos lavradores, mas sim um verdadeiro exército de jagunços que estão a matar impunemente no Sul do Pará. (...) Peço e exijo que as providências do Governo Federal sejam tomadas, imediatamente, para desarticular essas milícias de jagunços e mais do que isso, para aqueles que preparam nova guerrilha, não contra o povo, mas contra a Nação".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.KKK.88007060
ACE: K007060/88
Agência: Pará
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 29/09/1988
Assunto: Trabalho Político-ideológico desenvolvido na região do Pará: Partido Comunista do Brasil

O documento foi originado no SNI, Agência Belém, em setembro de 1988. Informa que os rumores de uma nova luta armada no Sudeste do Pará, a exemplo daquela ocorrida nos anos 70, vinham transformando-a quase numa "lenda, o que interessa as Organizações Comunistas (...) especialmente ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB)", pois "a constante alusão à guerrilha serve para manter viva a imagem, junto à população local, do movimento armado". Enquanto o PCB e o PRC atuavam restritamente em Marabá/PA, o PCdoB já possuía diretórios municipais nas cidades paraenses de Itupirangá, Jacundá, Marabá, Xinguará, Rio Maria, Curionópolis, São Geraldo do Araguaia e Conceição do Araguaia, "possuindo 157 militantes (identificados) com atuação na área".

Foi asseverado ainda que o PCdoB, embora não tivesse descartado a luta armada, vinha priorizando a via legal, lançando 25 candidatos para o cargo de vereador, 2 ao de vice-prefeito e 2 ao de prefeito, em municípios do sudeste do Pará. Ressaltou-se também que esta organização estava infiltrando-se em sindicatos, "visando assumir os seus controles", cujo exemplo pôde ser visto pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria/PA, "onde detêm o controle total".

"O trabalho político-ideológico que o PCdoB desenvolvia na região, tendo a frente Paulo César Fonteles de Lima, sofreu um grande revés com o

assassinato do referido militante no dia 11 de junho de 1987, em Ananindeua/PA, pois este atuava intensamente junto aos camponeses (posseiros), sendo um dos principais insufladores de invasão de terras. Paulo Fonteles, constantemente, procurava deixar claro a correlação existente entre a Guerrilha do Araguaia e o trabalho que o PCdoB executava".

"Com sua a morte de Paulo Fonteles, o PCdoB desarticulou-se no Sudeste do Pará, isto é, perdeu sua grande liderança, e, atualmente, busca um nome, ou melhor, uma nova liderança, capaz de dar ímpeto as suas atividades na região". O afastamento do 'clero progressista' também foi observado, que desde as eleições de novembro de 1986 passou a apoiar "intensivamente" o PT.

Ao abordar a guerrilha, foi feito um "retrospecto" daquele movimento no Araguaia, onde apesar de ser iniciada em 1972, começou a ser preparada durante a IV Conferência do PCdoB, em 1966, oportunidade em que o Comitê Central "definiu o 'foquismo' como 'uma concepção pequeno-burguesa sobre a revolução, tanto na esfera política, como na militar e organizativa (...). É uma teoria falsa, de fundo subjetivista, que posta em prática causa imensos danos ao movimento revolucionário'. A partir dessa crítica as 'foquismo' e da consequente definição do Partido pela estratégia da 'guerra popular prolongada', o PCdoB enviou os primeiros militantes à região do Araguaia". Adotando a "linha maoísta", estes guerrilheiros, chegados ao Araguaia em 1967, passaram a conviver com os próprios camponeses, conquistando sua confiança e "criando condições para desenvolver um trabalho de politização e de resistência aos ataques das forças do Governo". No ano de 1971, novos militantes desembarcaram na localidade.

Ao descobrir, por delação, o plano da guerrilha, as Forças Federais enviaram soldados para por fim ao "foco guerrilheiro que se havia instalado naquela área". Conforme mostrou o "Relatório da Operação Marabá", a região do Araguaia apresentava características ideais para o desenvolvimento de um "movimento revolucionário no meio rural", isto é, possuía grande extensão territorial com floresta densa, sua população era de "baixo nível cultural" e a situação socioeconômica era precária. O mesmo relatório mostrou que a conquista da população pelo PCdoB se deu com uma "intensa ação psicológica", onde foram oferecidos aos habitantes assistência médica, ajuda financeira, semente, ensino de 1º grau e técnicas de preparo de hortas e lavouras. Numa tentativa de neutralizar esta "ação psicológica", o Comando Militar da Amazônia, paralelamente às operações de segurança interna, optou por realizar operações de Ação Cívico-Social (ACISO), conquistando o apoio da população. Embora considerando a ACISO um sucesso, o Exército alertou a necessidade de atendimento das carências primárias mesmo após o fim da operação.

No momento da descoberta do plano da guerrilha, o PCdoB ainda não pretendia iniciar a luta armada, pois apenas uma politização mais duradoura e consistente poderia levaria o confronto com as Forças Federais a "proporções muito mais graves". O documento sustenta que a "'teoria revolucionária' engendrada pelo marxismo-leninismo não excluía nenhuma forma de luta, quer pacífica, quer armada. Uma e outra dependiam apenas do 'nível de consciência e de organização das massas e da correlação das forças sociais e políticas", razão pela qual o uso da luta armada sem o amadurecimento dessa consciência foi definido pelos comunistas como "aventureirismo perigoso e inconsequente". Dessa forma, chegou-se à conclusão de que a luta armada é inerente a todo partido comunista, sendo apenas "uma questão de oportunidade". No entanto, a avaliação das condições e os critérios para

deflagração do conflito não são simples: “tal dificuldade é proporcional à complexidade e à fluidez dos fenômenos sociais, em cuja composição interferem, além das ‘condições objetivas e subjetivas’, a liberdade humana, e o que se costuma chamar de acaso”.

No que concerne as “condições objetivas”, depreende-se do teor do documento que, de acordo com a dialética marxista, o antagonismo e os conflitos no interior da sociedade são a “mola propulsora das transformações estruturais”. A partir daí, o contexto paraense demonstrou quatro “condições objetivas”:

(I) O problema fundiário. A luta por terras no Sudeste do Pará intensificou-se desde o começo dos anos 70. “Cresceu a luta pela apropriação privada das terras devolutas, invadidas ou ocupadas”. O embate travado entre trabalhadores rurais, em busca de terras cultiváveis, e empresários, que dentre outros motivos encontravam os “incentivos e favores governamentais”, transformou em pouco tempo a terra em mercadoria, envolvendo “tanto a violência dos homens contra a natureza como dos homens entre si. (...) Agravam-se e explodem as ‘contradições’ entre os posseiros, os grileiros e os fazendeiros”. Foi nessa conjuntura que organizações comunistas e membros do ‘clero progressista’ atuaram, tentando conscientizar a população de que se fazia necessário “reagir às investidas dos fazendeiros e grileiros, bem como invadir propriedades sob a máxima de que as terras são de todos”. O documento argumenta que a ausência de uma política agrária capaz de gerar uma “infraestrutura necessária à dignidade humana, é um outro fator que tem sido determinante na manutenção deste complexo e grotesco quadro fundiário da região”. O ano de 1988 demonstrou, até a elaboração deste relatório, que a redução dos conflitos se relacionou às desapropriações levadas pelo Governo Federal através do Plano Nacional de Reforma Agrária.

(II) A questão garimpeira. Um significativo número de pessoas viera de todo o país em busca de ouro na região amazônica. Ao lado dos garimpos surgiram pequenos povoados, habitados enquanto a produção é frutífera. Quando esta caía, os garimpeiros que dela dependiam se deslocavam para as cidades mais próximas, as quais, sem qualquer tipo de infraestrutura para recebê-los, sofria um “inchaço”, aumentando com isso seus problemas socioeconômicos. Apesar disso, não foi detectado qualquer tipo de trabalho ideológico realizado por organizações comunistas ou pelo ‘clero progressista’. Entendeu-se que a razão para tal devia-se à falta de vínculo entre o garimpeiro e a terra, assim como seu nomadismo, “o que dificulta uma conscientização política. Entretanto a questão garimpeira possuía ingredientes que podem ser ‘trabalhados’ em prol dos objetivos comunistas e, por isso mesmo, não pode ser relegada a um plano secundário”.

(III) O descaso político-administrativo das autoridades. O documento argumenta que a “inoperância de órgãos governamentais” e a “incompetência de políticos da região”, foram refletidas na “falta de zela pela coisa pública”, que era visível através da “corrupção de prefeitos e de outros funcionários públicos”. Esse contexto favoreceu a atividade comunista, cujo objetivo era “questionar a autoridade do Governo, enfraquecendo-o progressivamente”.

(IV) Falta de infraestrutura na região. A ausência de infraestrutura que viesse suprir as necessidades básicas como saneamento, habitação, hospitais, escolas, etc. foi tema explorado pelos comunistas, pois os “anseios naturais do ser humano, são mais fáceis de ser salientadas”.

Como “condições subjetivas”, o documento compreende o “grau de doutrinação” atingido, sendo analisadas em quatro perspectivas:

(I) Ideologia. Foi a “principal condição subjetiva do processo revolucionário”. No Sudeste do Pará, a ideologia marxista foi “incutida” nas massas, levando à “crença” de que “as estruturas não prestam mais e é preciso substituí-las, nem que seja pela força (...) como se fosse a solução para todos os problemas da região”. Nesse incitamento à violência no campo surgiu, como principal inimigo das organizações comunistas, a União Democrática Ruralista (UDR). Além do “trabalho de massa” realizado intensamente pelo ‘clero progressista’ e pelos comunistas, o PCdoB esteve formando jovens lideranças camponesas, através da União da Juventude Socialista (UJS). A tática do PCdoB visava transformar o homem do campo em guerrilheiro, lutando pela implantação do socialismo.

(II) Liderança. Este ponto não foi visto como inferior ao primeiro, uma vez que a ideologia não atingiria qualquer resultado se não tivesse em um homem a encarnação do projeto. Sem esse, tudo seria mera expectativa. O papel do chefe era “promover a encarnação das ideias, transferindo-as do mundo da mera possibilidade para o mundo da realidade (...) Há dirigentes com expressivos trabalhos junto ao campesinato, mas não chegam a constituírem-se verdadeiras lideranças. Poder-se-ia dizer que o falecido líder do PCdoB no Pará, Paulo Fonteles, detinha uma grande liderança na região do Araguaia, mas, mesmo assim, ainda incapaz de liderar um movimento revolucionário”.

(III) Grupo ou equipe. O líder, para ser eficaz em seu trabalho, necessitaria de assistentes. Esses grupos ou indivíduos de confiança dos líderes formariam o “quadro”. O documento destaca que os “‘quadros’ ainda são reduzidos, o que dificulta, de alguma forma, a atuação de comunistas junto aos camponeses”.

(IV) Organização. Para salientar a importância da organização foi citado Lukács: “o problema da organização é o problema intelectual mais profundo de desenvolvimento revolucionário”. O trabalho do PCdoB, sobretudo, vinha sendo desenvolvido de modo a buscar uma “estrutura orgânica compatível com suas estratégias e táticas”. Foi observado, no entanto, que este grupo comunista enfrentava problemas financeiros e materiais, os quais se puseram como obstáculos às atividades na região.

A análise esboçada mostrou que o PCdoB seria a única organização comunista capaz de desencadear uma luta armada naquela área. E mais, o ‘clero progressista’, ligado ao PT e atuando de acordo com a ‘Teologia da Libertação’, preparou o camponês para reagir aos grileiros e latifundiários. Compunham o clero progressista no Sudeste do Pará: Dom Patrick Joseph Hanrahan, bispo da diocese de Conceição do Arguaia/PA; A.C., vigário da paróquia de Cristo Redentor em Redenção/PA; François Jean Marie Gouriou, vigário da paróquia de Sant’ana em Santana do Araguaia/PA; e Ricardo Resende Figueira, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Araguaia-Tocantins com sede em Conceição do Araguaia/PA.

Não raramente militantes de organizações comunistas e membros do ‘clero progressista’ apareciam como responsáveis por invasões de terras e/ou emboscadas. Quatro casos deram ilustração. Em 27 de outubro de 1976, na cidade de São Geraldo do Araguaia/PA, topógrafos do INCRA e uma tropa da Polícia Militar do Pará foram alvos de uma armadilha. “Em consequência, o padre F.M. foi preso, acusado de ter incentivado a emboscada”. No início de abril de 1981, em Itaipavas, Conceição do Araguaia/PA, foi invadida a fazenda ‘Novo Mundo’, evento que motivou o assassinato de M.N.S., empregado daquela propriedade. “Com a prisão de três posseiros que participaram da

invasão, houve a revelação de que tudo havia sido orientado pelo padre A.C. e Paulo Fonteles, este, na época, principal líder do PCdoB no Pará". Em agosto de 1981, invasores da fazenda 'Cajueiro' mataram L.A.S.N., empregado desta estância, que servia de guia a funcionários da Polícia Federal e do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins. "Posteriormente, os padres A.C. e F.G. foram presos, acusados de terem planejado a emboscada. Em julho de 1983, invasores da fazenda 'Musa' atacaram dois funcionários daquela propriedade. O primeiro, S.R., foi espancado, e, após jurar que jamais voltaria à fazenda, foi liberado; o segundo, JOÃO AMAZONASP., não teve a mesma sorte e foi morto. "Membros do 'clero progressista' e militantes do PCdoB foram acusados de estar envolvidos no planejamento da emboscada".

Embora denúncias tenham sido feitas alertando sobre uma iminente deflagração de guerrilha no Sudeste paraense, não existiram fatos concretos que viessem confirmar tal alarme. Uma dessas denúncias veio do juiz de Conceição do Araguaia, E.S.P., ao afirmar que sua cidade vinha acomodando "ativistas nicaraguenses" com o fim de treinar guerrilheiros na região de Xinguará/PA, e que estes estariam "insuflando os sem-terras a invadir fazendas no Sudeste do Pará. O referido magistrado, também, falou da existência de trincheiras na região". Reagindo à denúncia, o presidente nacional da UDR, R.R.C., acusou o padre R.F. de incentivar invasões e não descartou seu relacionamento com os "nicaraguenses". O padre R.F., por sua vez, sugeriu que o juiz E.S.P. pedisse a intervenção da Polícia Federal para prender os guerrilheiros nicaraguenses e apresentá-los ao público. Declarou ainda, o religioso, que não existia 'estado de guerrilha' na região, pois os camponeses não possuíam qualquer tipo de inclinação ideológica, sendo o próprio Estado culpado por aquela situação. A denúncia do juiz preocupou as autoridades que, através da 23º Brigada de Infantaria da Selva, manteve contato com o denunciante, obtendo dele a retificação de que "ainda não tinha visto os guerrilheiros e nem as trincheiras, mas, que este era comentado na região". As autoridades possuíam conhecimento do "trabalho de massa" realizado junto aos camponeses, mas não foram encontrados quaisquer tipos de campos de treinamento ou armamentos. Padres e militantes comunistas apareceram como os únicos grupos fomentadores desses boatos.

Um aspecto da região, observado desde fins dos anos 70 até o ano de 1988, foi seu rápido desenvolvimento. Em 1984, durante uma conferência na Universidade Federal do Pará, a ex-guerrilheira Elza de Lima Monnerat afirmou que a escolha da região do Araguaia para atuação da guerrilha foi, dentre outros fatos, devido à sua grande distância em relação às cidades mais próximas e à ausência de estradas que dão acesso à localidade. Em 1988, "a região ingressa no ritmo e no espírito do desenvolvimento capitalista que predomina no Centro-Sul e que se estende por todo o território nacional". As rodovias PA-70, PA-78 e PA-150 passaram a integrar o Sudeste do Pará ao restante do estado e regiões próximas, de forma que se configurou, em 88, uma geografia urbana e rural diversa daquela em que se encontrava a localidade no período da guerrilha. "A economia e a sociedade locais liberaram-se do ritmo e andamento que os rios Araguaia e Tocantins conferiram a sua vida econômica e social". Junto a isso, os incentivos fiscais iniciados pela SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em 1986, para criar e ampliar a grande empresa agropecuária, somaram-se ao desenvolvimento econômico do estado. Dessa forma, o quadro de dificuldades destacado nas "condições objetivas" foi contraposto pelos avanços observados acima.

O documento é categórico ao afirmar que “há ‘condições objetivas’ favoráveis à eclosão de um movimento revolucionário (embora não iguais às do início da década de 70), mas não existe, na mesma proporção, condições subjetivas. A doutrinação, aliás, processa-se de forma lenta em virtude, basicamente, do baixo nível cultural da população local”. Portanto, a iminência de uma guerrilha foi descartada, embora não impeça “que qualquer OC [organização comunista], forma ‘inoportuna e inconsequente’, em curto prazo, parta à luta armada”.

Em anexo, o documento apresenta uma relação de militantes do PCdoB no Sudeste do Pará (3 em Curionópolis, 27 em Conceição do Araguaia, 14 em Itupiranga, 14 em Jacundá, 43 em Marabá, 18 em Rio Maria, 6 em São Geraldo e 32 em Xinguará), fotografias do “garimpo da cotia”, fotografias e área de atuação de Patrick Hanrahan, A.C., F.G. e R.F., mapa da atuação de organizações comunistas no Sudeste paraense e declarações de R.R.C. e padre R.F. à imprensa. Estas últimas trataram da denúncia feita pelo juiz de Conceição do Araguaia E.S.P, acerca de guerrilheiros nicaraguenses, e da resposta do padre R.F. à referida suspeita. Ambas já foram descritas acima.

Notação BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.86 (anexo)
Órgão Produtor: Ministério da Justiça – Brasília
Data de Emissão: 27/03/1979
Assunto: Estudo Sucinto n. 008/1ª.SC/79

O documento do Ministério da Justiça, produzido em Brasília em março de 1979, tem o título de “Estudo Sucinto” e aborda a autonomia municipal. Informa que a autonomia municipal foi garantida pela eleição direta para prefeito, vice-prefeito e vereadores, assim como suas administrações mantiveram-se autônomas ao arrecadar tributos e aplicar suas rendas. Foram nomeados indiretamente, após aprovação da Assembleia Legislativa, prefeitos de capitais e municípios considerados estâncias hidrominerais. Coube aprovação do presidente para nomeação dos prefeitos dos municípios considerados de “interesse de segurança nacional”. O Conselho de Segurança Nacional indicou quais seriam estes municípios, seguindo os critérios políticos – municípios de história política marcada por tumultos eleitorais –, econômicos – municípios industriais –, critérios psicossociais – municípios cujas condições sociais favoreçam atuação de elementos subversivos –, critérios econômicos – municípios que acomodem atividades industriais ou parque industrial de maior interesse da Segurança Nacional – e critérios militares – municípios de localidades estratégicas, como as de fronteiras. No ano da produção do documento, em 1979, 106 municípios se encontravam nessas condições. Eles distribuíam-se em: Acre (11), Amazonas (9), Bahia (10), Goiás (1), Maranhão (1), Mato Grosso (16), Para (7), Paraná (11), Piauí (1), Rio de Janeiro (3), Rio Grande do Sul (25), Santa Catarina (6) e São Paulo (5). Até 1977 governadores e vice-governadores eram eleitos por voto direto e universal, evoluindo para eleições indiretas por motivações políticas. Foram razões de segurança externa que justificaram a perda de autonomia dos municípios considerados de interesse da segurança nacional.

O documento informa que, entre as eleições de 1970 e 1974 para Câmara Federal, pôde-se observar o crescimento da oposição, que se

acomodou na liderança nos Estados da Guanabara, Acre, Amazonas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Para Assembleia Legislativa, entre 1974 e 1978, a oposição cresceu em 13 Estados e para Câmara Federal esse crescimento foi em 14 Estados. Como conclusão, informou-se que em 1974 a oposição ascendeu nos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Em 1978 a oposição registrou evolução crescente no Ceará, Maranhão, Rondônia e Roraima e decrescente no Acre, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estes cinco Estados possuíam os maiores números de municípios declarados de interesse de segurança nacional, excetuando-se Mato Grosso.

A restrição à autonomia municipal vincula-se ao alinhamento a critérios, onde a "ordem dentro da democracia, articulação das ações estaduais e federais, eliminação da influência abusiva do poder econômico ou político em eleições e fortalecimento de legendas arenistas são orientações a serem cotejadas com a legislação existente". A conjuntura de 1979 mostrou que havia um desejo político em rever a restrição à autonomia de municípios brasileiros. Na Câmara dos Deputados, onde a ARENA mantinha maioria, a maior parte dos deputados foi favorável às eleições diretas para prefeitos de estâncias hidrominerais e capitais estaduais, também se posicionando a favor de uma revisão da legislação, no que versa sobre os municípios de interesse de segurança nacional. No Senado, onde a ARENA também garantia maioria, o posicionamento foi idêntico, e contou ainda com outra linha que apoiou às eleições diretas para governadores. O documento alertou que, embora a maioria arenista garanta, ao governo, posição tranquila no Senado, a atuação do partido na Câmara dos Deputados era duvidosa, e que a corrente "pró-diretas" deveria perder fôlego com a definição das posses dos prefeitos de capitais, mas com as eleições gerais para prefeito de 1980 esperava-se uma campanha mais forte, pressionando pelas eleições diretas nos municípios de instâncias hidrominerais e de interesse da segurança nacional.

Uma série de empecilhos à solução da questão foi apresentada. Foram eles: rejeição dos nomes indicados para prefeitos pelas Assembleias Estaduais; dissidência arenista na Câmara, impedindo a reforma política planejada; tentativa da oposição de captar para si o mérito de uma possível reforma política; e mobilização da opinião pública em torno de pontos que possam desarticular as ações estaduais e federais. Foram caracterizados como obstáculos ao restabelecimento da autonomia municipal em regiões de interesse nacional: possibilidade de perda de apoio eleitoral em Estados da região Norte do país; posse de prefeitos sem qualificação administrativa e sem convergência político-ideológica com as esferas estaduais e federais; possibilidade de desordem em períodos pré-eleitorais; e possibilidade de influência demasiada indesejável nas eleições.

Em seção de título "Pressupostos básicos" foram considerados: vocação democrática do brasileiro; compromisso do governo com a implantação da democracia; o impedimento às eleições diretas foi vista como desgastante ao governo; vantagem política através da opinião pública para o partido que se comprometer com a restauração das autonomias municipais e eleições diretas; obediência às diretrizes governamentais; o então governo teria impopularidade nos primeiros anos, em decorrência da política de combate à inflação; e a partir de 1982, as eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores seriam simultâneas as de deputados.

Tendo em vista as informações apresentadas, o documento sugere a

perseguição dos seguintes objetivos: eleições diretas para prefeitos de estâncias hidrominerais; reformulação da legislação sobre municípios de interesse da segurança nacional; manutenção do critério de nomeação de governadores e prefeitos de territórios federais; e eleições para prefeitos de capitais. Para tanto, foram sugeridas estratégias. As estâncias hidrominerais poderiam alcançar as eleições diretas para prefeitura através da Reforma Constitucional ou de lei estadual que a descaracterize como tal. Se a solução viesse por vias estaduais, além de não apresentar resolução definitiva, dificultaria a capitalização de vantagens políticas, pelo governo federal, diante da opinião pública, mas possuía a vantagem de ser mais rápida, evitando debates políticos em nível nacional. Se a opção fosse pela Emenda Constitucional, a oposição poderia se colocar como obstáculo, por a proposta não atingir, de forma ampla, as demais restrições existentes na constituição. "Traria, se proposta isoladamente, vantagens para a oposição junto a opinião pública". Quanto ao municípios de interesse da segurança nacional, far-se-ia necessário "um estudo aprofundado, pela 5º.Subchefia". No que se refere às eleições para prefeitos de capitais, estas poderiam ser feitas através de emenda na Constituição e estariam vinculadas, ou não, à candidatura para governador. Se vinculada, "duas alternativas de mérito se apresentam, sendo uma a que mantém a eleição indireta para governadores de Estados. Considerando-se que dos governadores a serem eleitos, direta ou indiretamente em 1982, dependerá em grande parte a institucionalização política futura do País, esta questão não pode ser analisada senão em um quadro mais amplo que contenha a própria sistemática de eleição presidencial".

A conveniência de uma reformulação da sistemática de nomeação de prefeitos de estâncias hidrominerais, municípios de interesse da segurança nacional e capitais estaduais foi uma constatação que se enquadrava nas diretrizes do governo Figueredo. Considerou-se que a ARENA deveria apresentar proposta de Emenda Constitucional o mais abrangente possível, a fim de que não deixasse margem para que a oposição reivindicasse o mérito do fato diante da opinião pública.

O documento ressalta a necessidade de criar uma forma de impedir que "as substituições dos prefeitos atualmente nomeados se façam antes das substituições dos prefeitos eleitos para todos os municípios do País". E sugere que a ARENA apresente uma Emenda Constitucional que estabeleça: eleições diretas para prefeitos de municípios de estância hidrominerais por meio de leis estaduais; limite para permanência no cargo de prefeito de municípios de interesse da segurança nacional igual ao de governador; eleições para prefeitos de capitais com candidaturas vinculadas às dos governadores; e substituição dos prefeitos nomeados na mesma ocasião dos prefeitos eleitos para os demais municípios brasileiros. Caso o partido em questão viesse julgar conveniente a prorrogação da nomeação dos prefeitos das capitais, evitando uma possível "precipitação da questão dos governadores", a Emenda sugerida acima poderia ignorar a referência aos prefeitos das capitais. Como proposta, o documento pretendia "Concluir Estudo, juntamente com a 5º.Subchefia, sobre municípios de interesse da Segurança Nacional e elaborar Informação Conjunta submetendo as conclusões dos Estudos à consideração do Exmo. Senhor Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional".

Notação BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.86 (anexo)

Órgão Produtor: ARENA
Data de Emissão: 1979
Assunto: Estudo Sobre Municípios em Áreas de Segurança Nacional

O documento informa que a suspensão de eleições diretas nos municípios de interesse da segurança nacional foi motivada pelo "zelo pela ordem interna e a paz social". No entanto, a conjuntura nacional de 1979 permitiu que a ARENA sugerisse ao presidente Figueiredo, que, se julgasse oportuno, "determine a realização de estudo no sentido de verificar a possibilidade de, por Decreto Presidencial, ser devolvida a autonomia política a Municípios em Áreas de Segurança Nacional. A aplicação da medida provocará, de imediato, o esvaziamento da Emenda Mauro Benevides, além de efeitos políticos colaterais favoráveis".

Em abril de 1979, o Exmo. Senhor Secretário-Geral comunicou que: a questão de estâncias hidrominerais possuía relevância secundária; a vinculação de prefeitos de capitais às candidaturas de governadores não foi aceita pelo Ministro da Justiça; e não deveriam ser descaracterizados todos os municípios de interesse da segurança nacional.

O documento apresenta uma Emenda Constitucional promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado a qual alterava o §1º do art. 15 da Constituição. A partir da Emenda teve-se: §1º. Seriam nomeados pelo governado, após prévia aprovação, da Assembleia Legislativa, os prefeitos das capitais, e, para prefeitos de municípios de interesse da segurança nacional, esta aprovação seria do presidente da República, sempre com mandato não superior ao do governador. Art. 2º., A substituição dos prefeitos nomeados em municípios de estâncias hidrominerais ou os que vieram deixar de ser de interesse da segurança nacional deveria ocorrer em 15 de março de 1981, em razão das eleições que seriam realizadas em 1980. Uma segunda Emenda Constitucional veio alterar o mesmo artigo 15, incluindo agora no §1º, que "o candidato a Prefeito da Capital de Estado considerar-se-á eleito, em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado". No §2º legalizava que os prefeitos de municípios de interesse da segurança nacional deveriam ser nomeados pelo governador, com prévia aprovação do presidente da República. E no §3º, assegurou o que já pretendia o artigo 2º da emenda anterior, adicionando que a substituição dos prefeitos nomeados das capitais ocorreria em março de 1983, em razão das eleições de 1982.

Notação BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.86 (anexo)
Órgão Produtor: Subchefe da 5º. Subchefia ao subchefe da 1ºª.Subchefia
Data de Emissão: 19/04/1979
Assunto: Municípios de Interesse da Segurança Nacional

Após recompor resumidamente as informações fornecidas nos documentos anteriores, mostrou-se que "as condicionantes que determinaram a indicação dos municípios como de interesse da Segurança Nacional, para o fim de nomeação de prefeitos, não são mais prevalecentes na atualidade. O país tende à normalidade democrática, a subversão está sob controle, as áreas carentes da região amazônica estão sendo, paulatinamente, integradas ao restante do País, as telecomunicações já possibilitam ligações em todo o

território nacional e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República procura, com empenho, assegurar plenas franquias democráticas". Considerou-se, como medida mais adequada, a descaracterização de todos os municípios considerados de interesse da segurança nacional. Todo o estudo apresentado já havia sido incorporado nos documentos anteriores.

Notação Notação BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.86 (anexo)
Órgão Produtor: SG/CSN
Data de Emissão: 27/03/1979
Assunto: Infomação n.019/1ªSC/79 - Municípios de Interesse de Segurança Nacional

O documento foi uma resposta da Secretaria-Geral sobre a incumbência de estudar o documento do diretório nacional da ARENA, intitulado "Estudo sobre municípios em áreas de segurança nacional". Fez-se uma reconstituição dos dados apresentados pelo documento daquele partido político. A Secrataria-Geral justificou o estudo do caso pela evolução positiva da política do país naquele momento, podendo reconsiderar, em relação aos municípios de interesse da segurança nacional:

1- definição precisa de critérios para enquadramento;

2- outras restrições além da nomeação de prefeitos;

3- redução de seu número e

4- analisar-se a necessidade e a convivência de reformulação constitucional.

O documento considera a proposta da ARENA de devolução da autonomia aos municípios de interesse da segurança nacional, por meio de Decreto Presidencial, "inexeqüível em sua forma, face à prescrição constitucional de, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o Poder Executivo apresentar projeto de lei, que descaracterize alguns ou todos os municípios até então considerados de interesse da Segurança Nacional". Sugeriu ainda que a 1º. E 5º. Subchefias continuassem os estudos sobre autonomia daquelas municípios, contatado sempre os Ministérios interessados, para no mais breve possível, enviasse os projetos de lei e de Emenda Constitucional convenientes às considerações do presidente da República.

Um novo documento foi anexado aos demais, onde consta um anteprojeto como resposta à sugestão feita no documento anterior. Neste anteprojeto é declarado de interesse de segurança nacional os municípios que "especifica, e dá outras providências". São eles: 3 no Acre, 2 em Amazonas, 1 no Mato Grosso, 7 no Mato Grosso do sul, 4 no Paraná, 9 no Rio Grande do Sul, 1 no Rio de Janeiro, 1 em Santa Catarina, 1 no Amapá e 1 em Rondônia. Dessa forma, o número de municípios considerados de interesse da segurança nacional reduzia-se para trinta. A nomeação dos prefeitos destas localidades seriam nomeados pelo governador do Estado ou território respectivo, sujeita à aprovação do presidente da República. Os nomeados deveriam residir no próprio município de trabalho, de onde não poderiam sair por um período maior que cinco dias. O prefeito seria imediatamente exonerado caso deixasse de merecer confiança do presidente.

Como critérios para o enquadramento do município no grupo de interesse da segurança nacional, foram propostas as seguintes alterações:

Critério político – “Municípios fronteiriços cujas sedes se assentem na linha de fronteira, com valor significativo, ou com tensões potenciais com países vizinhos”;

Critério econômico – “Municípios onde se desenvolvem atividades relevantes, cujo funcionamento seja vital para a economia do País”;

Critério psicossocial – “Municípios que apresentem condições sociais capazes de gerar tensões com graves reflexões na manutenção da ordem pública”.

Critério militar – “Municípios que apresentem condições estratégicas ou táticas de maior interesse militar”.

Após expor as propostas, foi lembrada a Lei 6.448/77, ao sê-la apresentada, em anexo, através do Diário Oficial de 13 de outubro de 1977. Nela, firmaram-se as normas nacionais para a organização municipal do período, tratando “da criação do município”, “da autonomia e da competência dos municípios”, “da organização política do município” e “da administração financeira”.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.82027019
ACE: A027019/82
Agência: AC
Órgão Produtor: Ministério da Justiça/ Departamento de Polícia Federal/ Centro de Informações
Data de Emissão: 12/07/1982
Assunto: Revista Guerrilha do Araguaia – Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

O documento do Centro de Informações, datado de julho de 1982, narra que a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal da Bahia apreendeu inúmeros exemplares da revista intitulada “Guerrilha do Araguaia”, após ocorrências verificadas na reunião do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, na cidade de Salvador. A revista foi lançada pelo partido por meio da Editora Anita Garibaldi e tinha como principal objetivo a divulgação de acontecimentos sucedidos no sul do Pará, no período compreendido entre 1972 e 1974, quando ocorreram movimentos armados entre “os subversivos comunistas e os integrantes das Forças Armadas”. O documento passou a descrever as matérias encontradas na revista, basicamente composta de entrevistas, depoimentos, biografias e relatórios, nos quais se descreveu o movimento armado do Araguaia como “um dos maiores acontecimentos na vida do país e do PCdoB”. Acrescenta que a publicação apresentou os militantes que participaram da guerrilha como “verdadeiros heróis pela coragem, audácia e sagacidade como enfrentaram as forças da repressão”. A revista contou com depoimentos dos líderes do PCdoB à época, como João Amazonas e Elza Lima Monerat. O documento, então, distingue os principais tópicos abordados pela publicação, alegando ter feito a revista uma conclamação para que os leitores dessem “prosseguimento à luta iniciada por aqueles que tombaram no Araguaia” e que elevassem ao mais alto nível “a

memória daqueles heróis do nosso povo, pois o Araguaia é uma semente que brotará".

O documento acusa que a publicação do PCdoB fazia uma propaganda do "movimento subversivo realizado por maus brasileiros e que, através da luta armada, tentaram cimentar bases para a imposição da ideologia comunista no Brasil". A fonte documental leva a crer que a revista dirigiu uma propaganda "distorcida e tendenciosa" aos jovens universitários, "os quais não tendo vivido o período dos acontecimentos narrados, possivelmente se deixarão impregnar por apologia tão bem elaborada e pelo enaltecimento de pseudovítimas de um 'regime injusto e opressor'". O documento conclui com a informação de que, apesar da apreensão de dezenas de exemplares da revista, ainda proliferavam no país outras centenas delas, cometendo-se permanentemente delitos tipificados na Lei de Segurança Nacional. Diante disso, solicitou-se ao Ministro da Justiça, em caráter de urgência, a autorização para apreensão em todo o território nacional da revista citada.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.82027019 (anexo)
ACE: A027019/82
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 09/08/1982
Assunto: Informação N°163/16/AC/82 - Revista Guerrilha do Araguaia

O documento do AC/SNI, de agosto de 1982, informou que em 01 de julho de 1982 foi lançada a revista "Guerrilha do Araguaia", no auditório da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, pelo Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Houve intervenção da Polícia Federal, com a detenção de treze militantes e apreensão de farto material "subversivo", inclusive de exemplares da revista. O documento passou a descrever as matérias apresentadas na revista, a começar pela introdução, que foi escrita pelo militante do partido Clóvis Steiger Moura. O texto afirmava que a existência do movimento da guerrilha se deu em decorrência "da necessidade de se enfrentar a ditadura terrorista pela luta armada" e foi o "detonador político da elevação do nível de consciência dos seus habitantes". O tópico seguinte trazia uma entrevista com o secretário-geral do PCdoB, João Amazonas de Souza Pedroso, que entre outras declarações, avaliou o movimento armado como "o acontecimento marcante do combate à ditadura, o ponto mais alto da resistência popular", além de indicar que o caminho da libertação e do progresso social dependia fundamentalmente da "disposição das massas em ir ao combate guiadas por um partido revolucionário". O artigo seguinte apresentou a biografia do militante Maurício Grabois, para em seguida publicar a entrevista feita pelo militante do PCdoB Paulo César Fonteles De Lima com o frei dominicano Dulce Gomes, conhecido por frei Gil, que foi expulso pelas forças militares por ter se oposto à utilização dos índios Suruí no combate à guerrilha. Seu depoimento teve por maior enfoque a participação e o apoio da população local aos "terroristas".

O texto seguinte intitulado de "Relatório sobre a luta no Araguaia",

escrito por Ângelo Arroyo, analisou as três campanhas das Forças Armadas que tiveram curso naquele período e que terminaram por desarticular os guerrilheiros. O documento apontou ainda os resultados políticos e militares, estes últimos divididos em deficiências, erros cometidos, experiência adquirida e tarefas imprescindíveis, todos listados no documento. Foi impressa em uma única página a "Canção das Forças Guerrilheiras do Araguaia", apontando a luta nas selvas como o caminho para a liberdade. Depois, foi apresentada a "Entrevista com Guerrilheiros Hoje", feita com as militantes do PCdoB Elza Lima Monerat e Criméia Alice Schmidt De Almeida, que relataram os motivos pelos quais ingressaram na luta armada e na contestação do regime, bem como recontaram passagens diversas ocorridas no sul do Pará à época dos movimentos "terroristas" e opinaram sobre como viram o desfecho da luta.

Com o título "Cartas de Guerrilheiros aos Familiares", com destaque a Dinalva Oliveira Teixeira, a "Dina", a revista publicou três supostas cartas dos militantes onde, segundo o documento, "eles colocam os ideais revolucionários acima da própria família". Em páginas da cor azul, divulgou-se a "Biografia dos Guerrilheiros", com destaques às de "Dina" e de Osvaldo Orlando da Costa, o "Osvaldão", perfazendo um total de 64 biografias, em sua maioria acompanhadas de fotos dos biografados, onde resumidamente foram apresentados aspectos de suas vidas, o modo como foram mortos ou se estavam desaparecidos. Em sequência, foi divulgada uma reportagem feita por Osmar Luiz, em 1972, com um grupo de "terroristas", em que se exaltou a guerrilha feita em diversos países, além de serem apresentadas as impressões do repórter sobre o perfil dos militantes e seus ideais revolucionários. O tópico seguinte versou sobre uma "Entrevista com familiares dos mortos e desaparecidos do Araguaia", realizada em março de 1982. Nela os parentes dos guerrilheiros expuseram os motivos de terem criado a "Comissão de mortos e desaparecidos do Araguaia", o problema comum da falta de notícias oficiais sobre o destino dos militantes desaparecidos e exigiram do regime militar o pleno esclarecimento dos fatos à opinião pública. "Documentos" era o título do artigo seguinte da revista, que publicou os principais dados elaborados pelo "Comando das forças guerrilheiras do Araguaia" dirigidos à população local, dando-lhe ciência dos eventos ocorridos, publicando-se também o "Regulamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia". O texto seguinte tratou do "Manifesto dos familiares dos mortos e desaparecidos do Araguaia", apresentado no II Congresso pela Anistia.

O penúltimo artigo intitulou-se "Homenagens", contendo poemas que celebravam a bravura dos diversos militantes e depreciavam o regime militar e suas instituições. A última parte da revista nomeada por "O que saiu nos jornais", publicou trechos de notícias veiculadas na imprensa escrita, dando ciência da luta armada no sul do Pará. O documento informou que a última página, intitulada "Dez anos depois", imprimiu diversos títulos de jornais do período de 16 a 22 de janeiro de 1981, dando ideia da sequência dos conflitos rurais até os dias atuais. A fonte documental concluiu por dizer que "a propaganda subversiva foi feita ostensivamente na revista 'Guerrilha do Araguaia', que não poupou esforços para cercar o assunto de depoimentos 'isentos de qualquer suspeita'". Verificou-se, segundo o documento, o incitamento à luta armada e à prática de crimes previstos na Lei de Segurança Nacional, o que gerou a apreensão de todos os exemplares em todo o território nacional, assim como a suspensão de sua impressão e a proibição de sua circulação, distribuição e venda. O documento findou dizendo que a Polícia Federal percorreu os locais de provável armazenamento da

mercadoria, sendo apreendidos cerca de 180 exemplares, porém acreditou-se que a militância do PCdoB havia escondido as publicações restantes para posteriormente colocá-las em circulação.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83007950
ACE: C007950/83
Agência: Rio de Janeiro
Órgão Produtor:
Data de Emissão: 15/03/1983
Assunto: Divulgação da Guerrilha do Araguaia, Aparecida Paiva. Vitória/ES

Aparecida de Paiva repórter do jornal “A Tribuna”, de Vitória/ES, em maio de 1982 trouxe de São Paulo/SP para Vitória/ES grande quantidade de fitas cassete com gravações de depoimentos e entrevistas sobre a Guerrilha do Araguaia, algumas com Frei Gil Gomes, decano dos irmãos dominicanos. Essas fitas foram distribuídas no Espírito Santo, algumas vezes em reuniões promovidas por A.P. em sua residência, sendo visitada periodicamente por pessoas estranhas a esta área. A repórter mantém correspondência constante com Zaca, residente em São Paulo/SP.

Quanto à entrevista de Frei Gil Gomes, esta se encontra reproduzida no jornal “Tribuna da Luta Operária” nº 64, veiculado de 5 a 18/04/1982, com reportagem sobre seu testemunho, relatando seu contato com guerrilheiros no Araguaia. Segundo o documento, Frei Gil Gomes foi obrigado pelo Exército, à época, a abandonar a região do conflito por ter-se oposto à utilização dos índios suruis no combate à guerrilha.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83007167
ACE: R007167/83
Agência: Goiás
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 15/06/1983
Assunto: João Divino Dorneles

João Divino Dornelles, Deputado Federal pelo PMDB/GO, simpatizante do PCB/GO, solicitou, no dia 28/05/1983, no Congresso Nacional, que o Governo Federal revele onde estão os 251 presos políticos, mortos e desaparecidos, após a deflagração da Revolução de 31 de março de 1964. Segundo o nominado, a juventude que participou da Guerrilha do Araguaia foi impedida de externar suas idéias, nos grandes debates em busca de uma solução nacional, democrática e humana, para sanar a imensidão dos problemas nacionais.

Documento contém reprodução de reportagem do jornal “Diário da Manhã”, de Goiânia/GO, de 29 de maio de 1983, intitulada “Onde Estão os Desaparecidos”, referente a discurso do parlamentar supracitado feito da tribuna da Câmara, em Brasília, em que cobrava do Governo Federal o

cumprimento da promessa feita à Nação, de mostrar aos brasileiros onde estariam os 251 presos políticos desaparecidos após a deflagração da Revolução. O deputado exibiu documentos e fotos inéditas da Guerrilha do Araguaia, documentação que o Diário da Manhã comentou ter reproduzido nessa mesma edição.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.83007849
ACE: R007849/83
Agência: Goiás
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 13/10/1983
Assunto: Goiamerico Felicio Carneiro dos Santos, Jornal Tribuna da Luta Operaria, TLO

O poeta Gioamérico Felício Carneiro dos Santos, militante do PCdoB/GO, fez uma composição poética, publicada no jornal "Tribuna da Luta Operária", porta-voz do PCdoB, Edição 139, veiculada de 10 a 17 de outubro de 1983, intitulada "Olá Osvaldão", em uma referência à memória do ex-guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, Osvaldão, morto na Guerrilha do Araguaia; o poema enaltece a figura do ex-guerrilheiro. O poeta G.F.C.S. e autor do livro de poesias intitulado "Funesta Festa", lançado em 20 de março de 1981 pela EHAGL, de Goiânia/GO, cujos poemas foram inspirados nos episódios da chamada "Guerrilha do Araguaia", da qual participou quando prestava o serviço militar no atual 42º B.I.M.T.Z., de Goiânia/GO, em 1972.

O poema contém apenas uma estrofe com 12 versos livres (não possuem metrificação nem rima).

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84038900
ACE: A0038900/84
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 21/12/1983
Assunto: As dissidências atuais do PC do B e o aparecimento de novas organizações subversivas

Histórico das dissidências ocorridas no PCdoB e organizações surgidas em consequência dessas divergências, que tiveram como causas básicas: a condução da luta armada, vista por parte do C.C. do PCdoB como um caminho aventureiro; a Guerrilha do Araguaia, considerada pelos dissidentes como um foquismo no campo e derrotada militarmente; as relações internacionais envolvendo a desmaoização e o rompimento com o PC chinês; a realização de um congresso nacional do partido, que até então o PCdoB nunca realizara; e o autoritarismo de João Amazonas, impedindo a crítica e a autocrítica. Resoluções da VII Conferência Nacional do Partido, realizada em junho de 1979, no exterior. Punições efetuadas pelo C.C. do PCdoB aos dissidentes e consequências principais das quedas desse Comitê Central, em dezembro de 1976. Criação do CIPES em setembro de 1979,

para a difusão teórica do marxismo/leninismo. Surgimento do PCdoB e da OCDP, organizações que defendem a luta armada e suas ligações com o MEP. Atuação da corrente denominada “autonomismo”, no movimento estudantil.

Contém documento intitulado Estudo sobre as dissidências atuais do PCdoB e o aparecimento de novas Organizações Subversivas, em que busca as causas das divergências que ocorreram entre os componentes do PCdoB, e fatos concretos que levaram o Comitê Central a punir diversos de seus membros, “procedendo a um verdadeiro expurgo dos dissidentes”.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.84006601
ACE: P006601/84
Agência: Bahia
Órgão Produtor: Polícia Militar do Estado da Bahia – PM/BA
Data de Emissão: 16/04/1984
Assunto: Homenagem aos mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia

O documento da Polícia Militar do Estado da Bahia – PM/BA, de abril de 1984, informa sobre a realização de um ato público em homenagem aos mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, ocorrido no dia 12 de abril de 1984. O evento foi promovido pelo Comitê de Anistia e Direitos Humanos – CADH e contou com a participação de aproximadamente cem pessoas. O ato foi precedido pela apresentação “repentista” do trovador B.B. e foi dirigido por A.G., cujo pronunciamento ressaltou a luta dos militantes mortos no Araguaia em combate à repressão, e reclamou da falta de explicações por parte do governo sobre os desaparecidos no período. O documento destaca o trecho em que a organizadora teria almejado que a luta viesse a fazer com que eles (os governantes) prestassem contas “de todos os nossos companheiros mortos e desaparecidos” e que pagassem “na mesma moeda”. Após seu pronunciamento, o grupo Poeta na Praça declamou poesias de cunho contestatório ao governo e ao regime militar. Em seguida, a organizadora A.G. relembrou aos presentes do lançamento da Revista Guerrilha do Araguaia em Salvador, quando treze militantes foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional os quais, segundo ela, “só não foram condenados pelos assassinos porque não tinham provas suficientes para condená-los”. O informe terminou por identificar os presentes ao ato, contendo a lista 24 nomes. Seguiu em anexo um pedido para atualização de dados, em que se solicitava a correção de dois nomes referenciados na lista de presença do ato.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.KKK.84004796
ACE: K004796/84
Agência: Pará
Órgão Produtor: Departamento de Polícia Federal/ Superintendência Regional no Estado do Pará
Data de Emissão: 22/06/1984
Assunto: Tensão social no povoado de Palestina – São João do Araguaia, no Estado do Pará

O documento do Departamento de Polícia Federal/ Superintendência Regional no Estado do Pará, de junho de 1984, disserta acerca da doutrinação rural na região da Palestina, município de São João do Araguaia, movida por agentes pastorais da Diocese de Marabá. Segundo a fonte primária, a região seria um dos locais preservados como santuário da Guerrilha do Araguaia, sendo que o francês Emanuel Wamber, Denis Spiler Pena e Orlando Solino realizavam um trabalho de organização dos trabalhadores rurais com o objetivo de "transformação da sociedade a partir das bases, ou seja, através da educação das crianças" e "promoviam culturas comunitárias, intercalando serviços com discussões políticas". O informe alega que, em razão da atuação desse grupo, "os habitantes da região não aceitavam vinculação com servidores do governo federal, porque os lavradores que não seguissem as normas por eles impostas não eram contemplados com os serviços evangélicos, principiando pela negativa de batismo dos filhos daqueles que não aceitassem a pregação do clero".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84043988
ACE: A043988/84
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 28/08/1984
Assunto: Guerrilha do Araguaia, movimento para levantar o destino de desaparecidos.

Elza Lima Monerat, militante do PCdoB, em companhia de dois elementos não identificados, em 27 de agosto de 1984 esteve no Bar Uracaba com uma relação de nomes de pessoas desaparecidas durante as ações empreendidas contra o movimento guerrilheiro que houve no Araguaia, sul do Pará, e de guias que trabalharam para as forças militares que lá atuaram. Texto integral.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84046415
ACE: A046415/84
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 16/08/1984
Assunto: Guerrilha do Araguaia – movimento para apurar o destino de desaparecidos

O documento, produzido pela Agência Central do SNI, data de agosto de 1984. Informa que "elementos interessados em apurar o destino de desaparecidos na guerrilha do Araguaia estão organizando um movimento neste sentido", contando com o suporte jurídico dos advogados L.E.R.G, de São Paulo, e A.C.S.S., de Brasília. Para tratar o assunto, foi marcada audiência em 23 de agosto daquele ano, em Brasília. Conforme ficou programado, antes de viajar à capital federal, o advogado LUIS EDUARDO

RODRIGUES GREENHALGH deveria se reunir com uma caravana organizada pelos interessados, que partiria do Rio de Janeiro para São Paulo.

Estes interessados foram identificados como: Victória Lavinia Grabois Olímpio.; Alzia da Costa Reis, que também possui documento com nome de Alzira Reis Grabois, mãe de Victória Lavinia Grabois Olímpio.; Igor Grabois Olímpio; Julia Gomes Lund; Cirene Moroni Barroso; "Marilene de tal"; Consueto Ferreira Callado; "Selma de tal"; e o Prefeito de Cachoeiro do Itapemirim (não identificado no documento). Segundo "Alzira de tal", Consueto Ferreira Callado é mãe de um menino morto num dado quartel (não identificado). "Alzira" confirmou ainda que este pai conhecia um individuo que estive preso no Araguaia e identificou o filho de Consueto Ferreira Callado numa prisão. Existia a possibilidade dos interessados solicitarem o apoio dos parlamentares J.E.(PT/RJ) e R.E.(PMDB/SP).

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84044262
ACE: A044262/84
Agência: AC
Órgão Produtor: Ministério do Exército/ Gabinete do Ministro/ CIE
Data de Emissão: 11/09/1984
Assunto: Guerrilha do Araguaia

No dia 22 de agosto de 1984, uma caravana dos familiares dos chamados mortos e desaparecidos no Araguaia partiu de Salvador/BA com destino a Brasília/DF. Tal caravana, que foi organizada pelo Comitê de Anistia e Direitos Humanos de Salvador/BA, contou com o apoio financeiro da Câmara de Vereadores daquela capital, bem como do Padre Renzo Rossi. O motivo aparente da viagem seria a prestação de declarações perante o juiz responsável pelo andamento do processo, enfatizando o massacre que o Exército teria promovido na região, durante o combate à guerrilha. O PCdoB, através dos parentes dos desaparecidos, exige que o governo esclareça o desaparecimento das pessoas que militaram na Guerrilha do Araguaia, seus atestados de óbito e a indicação do local onde as mesmas foram enterradas.

O documento trata de matéria publicada pelo "Jornal da Bahia", edição de 24 de agosto de 1984, sobre uma Ação Judicial contra a União, impetrada por familiares dos mortos e desaparecidos no Araguaia.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84044476
ACE: A044476/84
Agência: AC
Órgão Produtor: DSI/MEC
Data de Emissão: 27/09/1984
Assunto: Palestra sobre a Guerrilha do Araguaia, Elza Monerat, Universidade Federal do Pará.

O DHA UFPA promoveu, em 10 de setembro de 1984, uma palestra com Alza Monerat, sobre a Guerrilha do Araguaia. A palestrante fez um relato sobre a Guerrilha, explicando que principiou em 1967, na fronteira dos estados do Pará, Goiás e Mato Grosso. O objetivo era conquistar a massa, através de promessas de abertura e organização de escolas, do comércio e da assistência médica. A guerrilha chegou a ter 17 mil elementos na área, e uma de suas preocupações foi a de fixar os locais, impedindo-os de deixar a região. Entre os coordenadores do grupo se destacavam, entre outros, João Amazonas e Maurício Grabois. Comentou que os guerrilheiros cometeram muitos erros, entre eles o da apropriação de animais pertencentes aos moradores. Citou que 80% da guerrilha se encontrava na cidade e não no campo. Ao fim da palestra, foram lidos os nomes dos guerrilheiros desaparecidos em ação. A palestra contou com a colaboração de professores da UFPA, entre eles Terezinha Morais Gueiros, Nilzo Fialho de Andrade, Maria de Nazaré e Leila Mourão, todos militantes do PCdoB.

Documento do DSI/MEC trata de palestra ocorrida na Universidade Federal do Pará em 10 de setembro de 1984, sobre a Guerrilha do Araguaia. Contém alguns dados de qualificação interessantes sobre o guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão: “O comandante mais eficiente foi ‘Osvaldão’, oficial R/2, jogador de basquete do Botafogo/RJ e campeão amador de box”.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84045617
ACE: A045617/84
Agência: AC
Órgão Produtor: ABE/SNI
Data de Emissão: 24/09/1984
Assunto: Pressão exercida sobre ex-guias do Exército

O documento do SNI de setembro de 1984 disserta sobre o sentimento de apreensão e insegurança dos informantes e colaboradores que auxiliaram as Forças Armadas no sul do Pará, por ocasião da Guerrilha do Araguaia, uma vez que suas atividades vinham sendo acompanhadas por militantes do Partido Comunista do Brasil – PCdoB e por membros do “clero progressista”, os quais atuavam na Comissão da Pastoral da Terra – CPT. Alguns alegaram ter sofrido ameaças e que suas casas haviam sido fotografadas. Segundo o documento, membros do “clero progressista” da Diocese de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, auxiliados por políticos e sindicalistas ligados ao PCdoB, principalmente pelo deputado estadual Paulo César Fonteles de Lima, designado pelo governador como “coordenador político do sul do Pará”, continuavam a exercer pressões sobre os “guias do Exército”. O informe divulgou que os militantes tinham por objetivo o “aliciamento com o intuito de obter testemunhos de fatos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia”. O documento declarou que tais ações seriam utilizadas por J.G.N, deputado federal do Partido dos Trabalhadores – PT de São Paulo e militante do Partido Revolucionário Comunista – PRC, em processo que pretendia promover para “denunciar os crimes praticados pelas Forças Armadas quando lá estiveram para eliminar o foco guerrilheiro”.

A fonte primária realça que uma parcela significativa dos informantes já se encontrava ao lado do clero; porém, os demais, que ainda permaneciam fiéis às forças da repressão, estavam descontentes com a falta de amparo a que foram relegados. O grupo, em sua maioria, "era formado por analfabetos dispersos na região, que não possuíam estrutura suficiente para suportar as pressões que recebiam, principalmente após terem sido reconhecidos por seus ex-companheiros que aderiram às pregações das Comunidades Eclesiais de Base - CEB". No dia 16 de setembro de 1984, chegou a São Geraldo do Araguaia uma equipe de cinegrafistas de Brasília contratada pelo deputado estadual P.F., para fazer um documentário sobre a Guerrilha do Araguaia. Lá,, a equipe manteve contatos com os padres JOSÉ MARIA CAVALCANTE COSTA e L.F.S. e com membros do CPT, além de haver percorrido a região, filmando as casas dos ex-guias do Exército e entrevistando os moradores da área. No dia 20 de setembro, a equipe esteve na localidade de Ponta de Pedras, no município de São João do Araguaia, no Estado do Pará, procurando saber sobre o local em que teria sido enterrado o guerrilheiro João Bispo Ferreira Borges, o "Joca", e teriam filmado demoradamente um poço existente na área que teria servido para manter guerrilheiros presos.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.KKK.84004887
ACE: K004887/84
Agência: Pará
Órgão Produtor: ABE/SNI
Data de Emissão: 19/09/1984
Assunto: Conferência sobre o tema "A Guerrilha do Araguaia"

O documento foi elaborado pela Agência Belém do SNI, e data de setembro de 1984. Informa que no dia 10 daquele mês, na UFPA, realizou-se uma conferência com Elza de Lima Monerat, ex-guerrilheira, militante do PCdoB e da "Comissão de Mortos e Desaparecidos do Araguaia", sobre o tema "A Guerrilha do Araguaia". "O evento foi promovido pelo Departamento de História e Antropologia da UFPA, representado na ocasião pela Professora Nilza Maria Fialho, Coordenadora do curso de História". Cerca de 180 pessoas estiveram presentes, "na sua maioria, militantes das organizações subversivas atuantes na área".

Leila Mourão Miranda professora de História da UFPA e militante do PCdoB, coordenou uma mesa, a qual teve a ex-guerrilheira como presidente e a participação de Nilza Maria Fialho e uma outra professora não identificada. Leila Mourão Miranda "agradeceu a iniciativa do Departamento de História e Antropologia da UFPA, por querer 'esclarecer a verdade', fugindo assim da 'campanha de silêncio' imposta pelo governo sobre o assunto". Elza narrou a história do PCdoB e reiterou que o partido "sempre pregou a luta armada como fator principal para 'colocar o povo no poder'", dado que "toda vez que o povo conquista alguma melhora, acontece um golpe de estado. Esse fato é claramente comprovado pela História". Elza afirmou que foi em 1962 que começaram os primeiros estudos do partido para uma ação armada e "com o advento da Revolução de 1964 e o consequente 'fechamento' do regime, o PCdoB começa finalmente a procurar a região ideal para a guerrilha, dando preferência ao meio rural, pois as cidades estavam muito vigiadas pelas Forças Armadas. Porém, o PCdoB não abandonou as cidades, como exemplo

lembrou as inúmeras passeatas, greves, e a própria guerrilha urbana". No Araguaia, os preparativos tiveram início no natal de 1967, com a chegada em Faveira da própria palestrante, Maurício Grabois e Líbero Jean Carlos. Ali, foi organizado um pequeno comércio, comprando produtos dos habitantes locais e vendendo remédios, tecidos, açúcar refinado e outros itens. Nesse ínterim, Grabois volta para São Paulo e retorna com João Amazonas Pedroso, secretário-geral do PCdoB, que fez visita à área. Todos utilizavam codinomes: Elza era a "D.Maria", Grabois recebeu o nome de "Mario", Líbero foi chamado de "Joca" e Amazonas passou a ser "Cid". Com o tempo a relação de amizade entre guerrilheiros e camponeses estreitou-se. "Situação ideal para a chegada de novos 'companheiros', que aos poucos chegavam com a desculpa de 'difícil vida na cidade'. Não faziam críticas ao governo para que fosse evitado ao máximo qualquer desconfiança". O relacionamento foi facilitado pela carência de atividades profissionais naquela localidade. Assim, enfermeiras e professoras ajudavam a população.

Contando com um número de militantes já elevado no local, foram criadas novas "frentes" em São Geraldo do Araguaia e Cachoeira de Santa Izabel, distribuindo o pessoal. Ao final, contava-se com seis casas construídas, chamadas de "ponto de apoio"(PA), tendo no centro das operações um sítio montado por O.M. O sítio, de nome "Chega com Jeito", passou a ser chamado de "peazão", e as casas de "peazinhas".

A preparação dos militantes contou com o apoio fundamental da população local que, através de seus hábitos no que concerne aos conhecimentos sobre o cultivo da terra, sobrevivência na mata, e caminhadas noturnas, foi "de suma importância para enfrentar as Forças Armadas". A preparação militar ficou sob a responsabilidade de militantes que já tiveram passagem pelo serviço militar. Entre eles encontrava-se o oficial da reserva do Exército, Osvaldo Orlando da Costa, também chamado de Osvaldão.

A partir dos debates com os camponeses, foi elaborado o documento "União Para Liberdade Democrática dos Povos" (ULDP), constituído de 27 pontos. Com treinamentos diários, os guerrilheiros "tornaram-se profundos conhecedores da região e de seu povo".

A "primeira fase de combates" deu-se quando, em abril de 1972, estranhos foram avistados por camponeses na localidade. Um guerrilheiro conhecido como "Piauí" foi designado por Grabois para verificar a informação, e constatou que se tratava de uma patrulha do Exército, a qual tomava a direção do sítio "Chega com Jeito". Os guerrilheiros puderam ser avisados a tempo, o que permitiu a fuga. Dias antes deste fato, Elza esteve em São Paulo, para as comemorações do cinquentenário do PCdoB. Em seu retorno, o ônibus em que viajava foi parado para revista pelo Exército. "Apesar das revistas, os militares nunca desconfiaram de uma 'velha', o que permitiu a sua chegada à Marabá/PA".

Elza Monerat lembrou que "O Exército, chegando ao 'Chega com Jeito', encontrou os camponeses que, momentos antes, encontravam-se com os guerrilheiros. Foram interrogados, mas nada sabiam sobre os 'paulistas' pois encontravam-se comprando café. Posteriormente, os militares descobriram que os guerrilheiros haviam alugado um comércio no vilarejo de Faveiro e que Beto periodicamente, recorria a ele em busca de mantimentos necessários à guerrilha. Diante de tal informação foi preso o camponês responsável pelo estabelecimento e sua casa invadida, onde, por 8 dias Beto foi esperado, mas que, previamente avisado, não compareceu". A ex-guerrilheira relatou ainda que poucos enfrentamentos ocorreram e nestes,

inúmeras baixas foram registradas no lado das Forças Armadas, as quais dispunham de um efetivo de mais de 2 mil soldados, enquanto que no lado dos guerrilheiros, apenas “6 prisões e um insignificante número de mortes”. O Exército valeu-se da ajuda de “Jonas”, “um ‘traidor’ que abandonou a guerrilha e ‘entregou todos os companheiros’”. A primeira fase de combates termina quando diante dos resultados negativos, o Exército, “reconhecendo a derrota, abandonou a região”.

A segunda fase teve início em setembro de 1972, onde dessa vez o Exército contou com o apoio da Marinha e Aeronáutica, somando um contingente de 12 mil homens. Numa tentativa de reverter o apoio popular à guerrilha, pôs-se em prática a “Operação Aciso”, a qual constava em “atividades de cunho assistencialista, utilizando médicos e odontólogos no atendimento da população”. Os resultados não se diferiram daqueles obtidos na primeira fase, “os militares com enorme número de baixas e a guerrilha com desprezível número de mortos”. Em novembro daquele ano as Forças Armadas abandonaram a região.

Valendo-se da “trégua”, os militantes buscaram solidificar seu trabalho junto à população, através de “núcleos”, que chegaram a possuir 50 camponeses. Foi ainda neste período que a guerrilha realizou quatro “operações militares”. A primeira delas deu-se contra um fazendeiro chamado Mener, conhecido por maltratar camponeses e colaborar com militares. “Sua fazenda foi invadida e roubada, mas sua vida foi poupada”. Em outra operação um pistoleiro conhecido como Pedro Mineiro, identificado como autor de diversos roubos de terras de posseiros, maus-tratos e assassinatos, foi capturado. Em sua casa foram encontrados diversos títulos de terras e cartas de recomendação de militares para militares. Após ser julgado por um improvisado “tribunal do povo”, o pistoleiro foi condenado à morte por fuzilamento. “A sentença foi cumprida ‘por quatro guerrilheiras que acertaram todos os tiros’”. Destino idêntico teve um reconhecido “ladrão de terras” chamado Osmar. A última operação foi deflagrada contra o Posto militar de São Domingos, o qual foi incendiado após armas e munições serem tomadas pelos guerrilheiros. A fama de maus-tratos aos moradores locais por parte dos soldados explicou a reação daquele povo, que saudava o feito gritando: “Êta Parazão livre!”

Após um ano de trégua, as Forças Armadas retornam numa terceira campanha, que seria a última fase da guerrilha. Desta vez, a consideração dispensada à população local em períodos anteriores é substituída por uma “ ‘lei de terror’, onde ‘todos eram considerados suspeitos e aquele que fosse comprovada a simpatia para com os guerrilheiros, pagava até com a própria vida’”. Nesta fase, vários militantes morreram, e Elza acentua, em seu relato, o “heroísmo e a disposição de lutarem pela liberdade”, assim como o “terrorismo e a covardia das Forças Armadas”. Osvaldo e Dina são citados como heróis, “exemplo para a juventude”; o general H.A., “que mandou descarregar todas as armas sobre Suely, após esta haver matado em combate um Capitão, cujo pai era General”, foi apontado como covarde. A morte de Suely foi confirmada pelo Ministro da Previdência e Assistência Social, Jarbas Passarinho, e pelo general Bandeira, que “após a morte do guerrilheiro médico João Carlos, mandou expor o corpo em Porto Franco e Tocantinópolis, cidade em que era muito querido”. A ex-guerrilheira contou que estivera recentemente na região do Araguaia, recolhendo informações sobre mortos e desaparecidos, e concluiu seu pronunciamento pedindo que ‘não deixem a história desses heróis se perder’, e que ‘todos lutem na Campanha da Comissão de Mortos e Desaparecidos do Araguaia, cujos

membros, há anos buscam o direito de reaver os restos mortais dos heróis da liberdade".

Finda a exposição de Elza Monerat, a professora Leila Mourão Miranda leu o nome dos mortos e desaparecidos na guerrilha e a partir daí iniciou-se os debates, com perguntas dirigidas à ex-guerrilheira. Foi perguntado e registrado no documento: (a) Qual o número total de guerrilheiros que participaram do movimento? Elza respondeu que eram 69 na região até o início da primeira campanha, em abril de 1972, passando, posteriormente, para 82. Desses, apenas 8 sobreviveram. (b) Como o Exército descobriu a guerrilha? Afirmou que "a presença de militantes na área, nunca causou suspeitas". A descoberta deu-se quando uma guerrilheira doente foi levada a um hospital de Anápolis/GO e seus familiares notaram sua presença, que "com muita pressão, conseguiram saber dos preparativos na região do Araguaia. Tais fatos foram repassados às autoridades". (c) Por que foi escolhida a região do Araguaia? Argumentou que a distância para com as cidades mais próximas, a ausência de estradas que dão acesso à região e a mata fechada foram fatores determinantes para a escolha. (d) Quais as principais falhas dos guerrilheiros? Respondeu que apenas ocorreram falhas na terceira fase, quando deveriam ter optado por outra tática, avançando em direção ao interior e aumentando, com isso, a área de atuação. Alegou também que faltou preocupação com as informações, "pois as únicas notícias passadas aos guerrilheiros, eram provenientes da Rádio Tirana da Albânia, que a noite vinculava notícias especialmente para os guerrilheiros do Brasil". (e) Quais as armas utilizadas e como foram adquiridas? Os guerrilheiros já chegavam com um revólver calibre 38 e na própria região "compravam uma arma de cano longo". Havia também o "Zezinho", um guerrilheiro operário metalúrgico e armeiro. Ele fabricou diversas armas, até mesmo metralhadoras, batizadas de "zezinhas". O restante do armamento foi furtado do Exército. (f) Qual o tratamento dado aos pistoleiros? Elza afirmou que os guerrilheiros não faziam prisioneiros e, aos soldados, foi escrito um "Manifesto aos Soldados", fixados em árvores. O "Manifesto" buscava angariar apoio dessa "classe oprimida". (g) Você (Elza) participou da luta armada? "Infelizmente não participei de nenhum ato de bravura". (h) Como esteve organizada militarmente a guerrilha? Respondeu que "havia uma 'comissão militar' composta por Amazonas, Grabois e Arroyo, e 3 destacamentos: A, B, e C. Em cada destacamento havia um Chefe e um Subchefe, que eram respectivamente Zé Carlos e Piauí [A], Osvaldo e Zeca [B] e Paulo e Vitor [C]. Por sua vez, cada destacamento era dividido em 3 subdestacamentos de 7 guerrilheiros cada e que, também, possuíam seus Chefes e Subchefes". (i) Como você vê os movimentos de trabalhadores rurais, que hoje lutam no Sul do Pará, contra os grandes proprietários? Alegou que assistia a tudo com satisfação, pois acreditava que a "organização dos trabalhadores hoje é reflexo do movimento de 1972". (j) Se não fosse a interferência do Exército, quantos elementos o PCdoB pretendia colocar na área e quais seus planos? O partido estava satisfeito com o número de guerrilheiros, pois esperava que a guerrilha fosse iniciada com a ajuda de todos os camponeses. "'Não foi o PCdoB que iniciou a guerrilha, foi o Exército que atacou' e, se não fosse isso, 'ainda esperariam muito tempo para o início da ação armada'".

Ao final das perguntas, Elza Monerat disse que a conjuntura política não é compatível com novas guerrilhas, mas não se deve ignorar por completo a ideia. Enfatizou a necessidade de se eleger Tancredo Neves, pois mesmo sabendo que, se eleito, "não vai mudar muita coisa (...) é melhor que Paulo Maluf, que é elemento das classes dominantes".

Entrevistada pela imprensa, “Elza informou que familiares dos ‘desaparecidos’ na guerrilha do Araguaia solicitaram a Tancredo Neves que, se eleito Presidente da República, se comprometa com a divulgação de documentos do Exército referentes ao movimento guerrilheiro, ‘para que se saiba, finalmente, o que aconteceu com vários militantes do PCdoB e camponeses da área, que foram massacrados durante a repressão à guerrilha’”.

Afirmou ainda na entrevista que, desde janeiro de 1980, familiares dos ‘desaparecidos’ e amigos vêm reunindo informações que conduzam ao destino tomado por 49 pessoas que participaram da guerrilha. Através de provas juntadas por políticos e anistiados foi possibilitada a entrada no processo judicial, orientado pelos advogados Luiz Eduardo Greenhalg e Luis Carlos Sigmaringa Seixas.

O documento concluiu afirmando que “os militantes do PCdoB continuam no firme propósito de buscar notícias sobre os comunistas ‘desaparecidos’ no movimento guerrilheiro, mesmo que para isso, tenham que ameaçar de ‘justiçamento’ os moradores da região que colaboraram com as forças do Governo”.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.KKK.84004988
ACE: K004988/84
Agência: Pará
Órgão Produtor: ABE/SNI
Data de Emissão: 23/09/1984
Assunto: Visita de João Amazonas de Souza Pedroso a Belém, no Estado do Pará

O documento do Serviço Nacional de Informações/ Agência de Belém, datado de outubro de 1984, disserta sobre a visita do secretário-geral do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, João Amazonas de Souza Pedroso, a Belém, realizada em outubro do mesmo ano. O documento cita a lista dos seis integrantes da comitiva de recepção do secretário-geral do PCdoB, entre eles dois deputados estaduais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, um militante do PCdoB e outro do Partido Comunista Brasileiro – PCB, além de um integrante da Convergência Socialista – CS e outros participantes do PCdoB. O documento descreve, em seguida, as atividades de João Amazonas em sua visita à capital paraense. Como primeiro compromisso, o secretário-geral concedeu entrevista coletiva à imprensa local no auditório do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Pará – SJPEP, “onde externou seus pontos de vista em relação ao quadro político atual, particularmente em torno da sucessão presidencial”.

Em relação aos incidentes ocorridos durante os comícios da Aliança Democrática – AD, realizados em várias cidades, inclusive Belém, João Amazonas reafirmou que, “apesar das repressões contra o porte de bandeiras dos partidos clandestinos, em nada mudou ou mudará a posição do PCdoB em apoio à candidatura de Tancredo de Almeida Neves”. Os militantes teriam assumido esta posição por duas razões: “porque o Brasil precisa por fim urgente ao regime de arbítrio e criar uma nova situação democrática no país” e “porque a vitória de Tancredo de Almeida Neves representa um compromisso seu para com o povo brasileiro, o que levará ao caminho certo para o fim do autoritarismo”. O secretário-geral do PCdoB criticou a posição do Partido dos Trabalhadores – PT, “que, por não participar do pleito indireto,

serve aos interesses de Paulo Salim Maluf, uma vez que o colégio eleitoral não passa de uma arapuca criada para firmar no poder o candidato apontado pelo Partido Democrático Social – PDS".

À noite, na Assembleia Legislativa do Estado, João Amazonas proferiu palestra seguida de debate sobre o tema "A situação política atual e suas perspectivas". O evento contou com a presença de aproximadamente duzentas pessoas, "a maioria militantes das diversas organizações subversivas atuantes na área" e citou os nomes de alguns participantes, entre eles: B.W.M, procurador-geral do Estado do Pará, militante do PCB; Itaí Sá da Silva, secretário de Estado de Justiça, "esquerdista"; o deputado estadual pelo PMDB do Estado do Pará, Manoel Gabriel Siqueira Guerreira, também participante do Movimento Revolucionário de 08 de outubro – MR-8; Raimundo Antonio da Costa Jinkings, integrante do PCB e João Carlos Batista, advogado da Defensoria Pública e "militante comunista". Além de João Amazonas, compuseram a mesa Neuton Miranda e P.F. A fonte primária descreve a sequência dos trabalhos do evento, que iniciou com a assertiva de P.F. sobre o atual momento político em que "o regime se esgota e as classes populares se movimentam, tornando-se necessário ao proletariado começar a dar suas opiniões". P.F. não apenas enalteceu a figura do secretário-geral do PCdoB, como recontou sua trajetória política, como um dos idealizadores da Guerrilha do Araguaia no sul do Pará, ao final sendo apresentado como "o camarada Amazonas".

Em sua palestra, João Amazonas falou da emoção em retornar ao Pará, seu Estado de origem, e visto por ele como uma região "porta de entrada da Amazônia e tão prejudicada pela política antinacional do governo brasileiro". Disse ter percorrido vários Estados da Federação "com o objetivo de colocar a posição dos comunistas sobre como encarar a conjuntura presente", uma vez que se vivia "o fim de um regime que causou tão difícil situação ao povo brasileiro, por aplicar uma política contraria aos objetivos nacionais". Chamou o regime "de tirânico e opressivo, que sufocou as tradições e conquistas do povo, e que afetou a soberania nacional". Salientou que "jamais o povo curvou-se diante da situação atual, empreendendo grandes jornadas, como a Guerrilha do Araguaia, que foi uma luta heroica, onde muitos dos nossos, inclusive jovens, morreram pela conquista da liberdade e pela conquista do nosso país".

João Amazonas, ao dissertar sobre a última década, dividiu-a em quatro importantes fases: a primeira referiu-se a grande campanha pela anistia que, segundo ele, "não foi uma concessão do governo militar opressor e sim, uma conquista do povo brasileiro"; o segundo momento foi marcado pelas eleições de 1982, quando "a situação recebeu nove milhões de votos a menos e houve a vitória da oposição nos dez Estados mais importantes da Federação, incluindo o Pará, travando-se uma grande luta contra o regime para conquistar posições, uma grande vitória do povo, que conquistou o governo"; o terceiro marco foi a luta pelas Diretas Já, classificando-a como "um acontecimento histórico da nossa terra, com o povo nas ruas a reclamar o direito de eleger o Presidente da República, foi um golpe mortal no regime militar"; a quarta fase tratou da grande jornada sucessória, considerada como "o tiro de misericórdia, já que o governo não pôde impedir duas candidaturas, uma delas apoiada por dissidentes do PDS".

Sobre a candidatura de Tancredo Neves, disse "surgir dentro do quadro do fim do regime, uma oposição que se impôs e se transformou em 'bandeira do povo'". Enfatizou que "os comunistas foram os mais abnegados lutadores desse regime, por isso apoiamos sua candidatura, pelo

compromisso de acabar com o autoritarismo, assegurar a democracia e convocar a Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana". João Amazonas criticou a candidatura de Paulo Salim Maluf por ser "o candidato que conseguiu a repulsa da nação brasileira, é o representante legítimo do continuísmo, da corrupção, é precisamente o candidato antipovo, do fim do regime". A seguir afirmou que "a nação está submetida ao capitalismo internacional, através de dívidas exorbitantes, não podemos continuar a ser humilhados por uma delegação estrangeira que examina as contas da nação e diz o que devemos fazer e qual a posição que o Brasil precisa tomar". Sobre a reforma agrária, disse que "a nação conclama um plano mais patriótico e mais técnico para resolver os problemas de terras e que deve ser modificada a política do governo de defesa do latifúndio". Disse ainda que "deveriam se olhar os posseiros e garantir-lhes o direito a terra, tirar os poderosos e colocar os colonos" e finalizou por afirmar que "a reforma agrária deve haver onde existe o latifúndio". Acerca da cor vermelha, criticou a falta de acesso dos comunistas aos meios de comunicação ao dizer que "o vermelho é a cor da liberdade, do sangue dos heróis e mártires, que tombaram pela liberdade, pelo progresso social" e concluiu por asseverar que "o medo do vermelho é o medo da democracia". João Amazonas finalizou sua palestra dizendo que "é assim que os comunistas vêem a situação política atual, falamos abertamente, nunca renegamos nossos objetivos" e arrematou com frase: "Sou socialista e não um visionário. Comunista até a morte!"

Encerrada a palestra, o debate foi iniciado, passando o documento a descrever as perguntas consideradas pelo relator como as mais importantes. A primeira questão referia-se a "qual seria a luta mais importante, a ideológica ou a política?", a que João Amazonas respondeu que "a ideológica é constante, existe sempre; enquanto que a luta política é a específica, que atualmente, é a luta pela vitória de Tancredo Neves". Indagado sobre qual seria a principal "bandeira de luta dos comunistas após a vitória de Tancredo Neves", se seria "a Assembleia Nacional Constituinte ou diretas em todos os níveis", João Amazonas disse "não ser possível delimitar prioridades de lutas após a vitória da oposição, pois ela vai depender do início do governo de Tancredo Neves, que hoje promete diretas quando assumir". Questionado acerca de como encarar a repressão dos governos estaduais da oposição, o secretário-geral do PCdoB recordou que a "repressão já foi muito pior", que era preciso "antes de condenar os governadores da oposição, comparar com os governadores da ditadura, lembrar que o movimento popular avançou muito graças à ajuda dos governadores oposicionistas". O documento finaliza por expor a última pergunta feita a João Amazonas sobre se "a vitória de Tancredo Neves significaria a ruptura com o regime militar", ao que ele disse acreditar que, após a vitória do então candidato, "ainda haverá restos do regime opressor, os elementos da Frente Liberal", os quais seriam "guiados pelo povo para o caminho certo, depois da Assembleia Nacional Constituinte e através das diretas em todos os níveis".

O evento foi encerrado com "todos os presentes gritando palavras de ordem", como "Um, dois, três, quatro, cinco, mil! Vivas ao Partido Comunista do Brasil!". O documento finaliza por observar que "a candidatura oposicionista é considerada pelas esquerdas brasileiras como um fator de transição para implantação do socialismo no país".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85047126

ACE: A047126/84
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 03/12/1984
Assunto: Padre Aristide Camio

Aristide Camio Arc, radicado novamente na Diocese da Santíssima Conceição do Araguaia/PA, tem sido visto, frequentemente, mantendo contatos sigilosos com Ana Lúcia Ribeiro de Oliveira, funcionária da CPT de Conceição do Araguaia/PA, [com] José Maria Cavalcante Costa, seu substituto na prelazia e [com] Luciano Furtado Sampaio. José Maria Cavalcante Costa, pároco titular na diocese citada, manifesta-se ostensivamente a favor da luta armada, prometendo, inclusive, vingança pelas vítimas que tombaram nas Guerrilhas do Araguaia. Desenvolve um trabalho de incitamento, visando a indispor os posseiros contra os órgãos governamentais.

Documento trata de denúncia de que o clero de São Geraldo do Araguaia é responsável pela "subversão e incitamento de posseiros contra o Governo, o Exército e a Polícia Federal, na região do Araguaia".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.85011613
ACE: C0011613/85
Agência: Rio de Janeiro
Órgão Produtor: CIE – ARJ/SNI
Data de Emissão: 04/01/1985
Assunto: Reportagem sobre o Araguaia – Itamar Correia

O documento, caracterizado como um informe, foi originado no Ministério do Exército, em janeiro de 1985, e possui, em anexo, uma cópia de recorte de jornal. Trata do artigo "Itamar Correia canta seu amor pelo Araguaia", publicado em 12 de dezembro de 1984 pelo jornal "Ùltima Hora", do Rio de Janeiro.

O informe alega que "o referido artigo se trata de uma nítida propaganda montada para exaltar o trabalho do 'artista' Itamar Correia que busca notoriedade exaltando temas de agrado dos esquerdistas brasileiros". Cantor, compositor e escritor, Correia vinha "divulgando disco, show e também um livro intitulado 'Araguaia Meu Brasil' e que contém a apresentação do escritor Fernando Morais, dedicada a M.A.D.B., morto pela repressão em Xambioá". Embora o disco seja de patrocínio independente, o documento informou que o cantor vinha sendo ajudado pelos artistas Sá e Guarabira, Rolando Boldrim e a jornalista e vereadora de São Paulo Irede Cardoso. O disco foi analisado e o documento destaca as canções "Araguaia Meu Brasil", "Desaparecido", "Xambioá", "Revoada", "Araguaia Meu Amor" e "Ilha do Bananal", onde seus versos "incitam ou lembram a luta no campo". Quanto ao livro, é descrito como contendo poemas e as letras das músicas que cantam a região do Araguaia. A reportagem informou que Itamar Correia é natural de Goiás, residente naquela data em São Paulo, fornecendo endereço para correspondência e telefone. No Rio de Janeiro, Itamar apresentou-se em dezembro de 1984, na sala Funarte/Sidney Miller, onde

"compareceu um público esquerdista".

O documento conclui que o artista "provavelmente é simpatizante e/ou militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (...) podendo este estar, à soldo desta Organização para divulgar liricamente os fatos da guerrilha de maneira deturpada".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85049678
ACE: A049678/85
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 03/06/1985
Assunto: Existência e atuação do Partido Comunista do Brasil – PcdoB
Anexos I e II: DEGRAVAÇÃO N° 0631-DV/43/AC/85 e Nº 0777-DV/43/AC/85

O documento do Serviço Nacional de Informações/ Agência Central do dia 25 de março de 1985 discorre sobre a existência e atuação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, por meio da Rádio Tirana da Albânia. A rádio transmitiu em Língua Portuguesa dois relatos sob os títulos "Dois grandes acontecimentos para o partido comunista do Brasil" e "A Guerrilha do Araguaia, importante acontecimento na vida do povo brasileiro", nos dias 25 de março e 12 de abril de 1985, respectivamente. O primeiro depoimento fez alusão ao 63° aniversário do Partido Comunista do Brasil, bem como ao 23° de sua reorganização. A emissora relatou de forma cronológica os fatos que envolveram a participação do partido no Brasil, desde as campanhas do petróleo até a metade da década dos anos 70, que culminaram com a Guerrilha do Araguaia. Além disso, referiu-se ao surgimento do PCdoB como "originário da reação natural ao surto revisionista originado com o 20° Congresso do Partido Comunista da União Soviética, enfatizando a tentativa do Partido em tomar o poder no Brasil por meio da Intentona Comunista de 1935", ao que o relator disse ser um "acontecimento de triste memória para nós". O segundo relato transmitido descreveu a atuação do partido na Guerrilha do Araguaia. Na percepção do responsável pelo documento, os fatos foram apresentados com "habitual distorção histórica, com a maximização das partes envolvidas, incitando o prosseguimento da luta, não mais somente no campo e sim, expandindo-se pelas fábricas, escolas e sindicatos". Verificou-se "que os relatos nada mais são do que uma confirmação de tudo o que sobejamente já se conhece das táticas comunistas no mundo e, particularmente, no Brasil".

Anexo I: Degravação n° 0631-DV/43/AC/85Data da Transmissão: 25 de março de 1985
Emissora: Rádio Tirana
País: Albânia
Programa:Comentários
Horário: 20h
Assunto: Dois grandes acontecimentos para o Partido Comunista do Brasil – PCdoB comemoram-se neste ano

A degravação n°0631-DV/43/AC/85 trata da emissão do programa "Comentários" da Rádio Tirana, transmitido da Albânia em Língua Portuguesa, no dia 25 de março de 1985. A programação radiofônica anunciou a comemoração de "dois grandes acontecimentos para o Partido Comunista do Brasil – PCdoB: o 63° aniversário de fundação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB e o 23° aniversário de sua reorganização". A emissão difundiu que a "fundação do PCdoB, a vanguarda do proletariado brasileiro, em 25 de março de 1922, representa um acontecimento marcante no movimento operário e na vida do povo brasileiro". O partido surgiu da "unificação dos diferentes grupos comunistas sob a influência direta do maior acontecimento da história da humanidade, a grande Revolução Socialista de Outubro". O programa dissertou sobre a trajetória histórica dos 62 anos do partido, caracterizando-o como "força impulsionadora das principais lutas de massas e de sentido progressista que se realizaram no país, ao ajudar a classe operária a organizar-se e a pugnar pelas conquistas sociais". Segundo o programa, o partido "forjou uma consciência nacional antiimperialista", "ao iniciar a campanha em defesa do petróleo e das riquezas nacionais".

A transmissão radiofônica comentou sobre a atuação do Partido na luta pelas liberdades democráticas e em defesa da livre manifestação de pensamentos, "combatendo, sem descanso, o regime de opressão vigente no país e definindo o caráter da revolução no Brasil". Em 1935, o "PCdoB desfraldou a bandeira insurrecional libertadora, sob o lema de 'pão, terra e liberdade', e, pela primeira vez no país foi tentada, por meio da luta armada, a instauração de um poder popular, constituindo um fato memorável da luta do povo brasileiro por emancipação". A degravação descreve a reação anti-comunista no período do Estado Novo e as grandes mobilizações populares ocorridas sob a direção do partido na luta contra o Eixo Nazi-fascista. Em decorrência da vitória dos povos sob o nazismo, o PCB "conquistou em 1945 a liberdade para os presos políticos e sua legalidade". Todavia, "a reação das forças de situação, que estava assustada com o sucesso do partido, colocaram-no na ilegalidade", tempo em que nas décadas de 40 e 50, "a penetração do imperialismo norte-americano aumentou sua influência nas Forças Armadas e quando o movimento sindical atingiu grandes dimensões, ampliando-se o movimento contra a fome e a carestia".

Com o surto revisionista, originado no 20° Congresso do Partido Comunista da União Soviética, "militantes revolucionários dos diferentes estados ergueram a bandeira da defesa da liga, convocando uma conferência nacional extraordinária em fevereiro de 1962, na qual reorganizaram o antigo partido do proletariado, o Partido Comunista do Brasil, em rompimento com os oportunistas de Kruschev, depois do surgimento do revisionismo contemporâneo". O programa salientou que, ao se examinar o golpe militar de 1964, "o PCdoB mostrou o quanto era errado o caminho pregado pelos revisionistas do caminho pacífico e desmascarou as teses revisionistas sobre o pretenso caráter democrático das Forças Armadas", e "revelou que o golpe militar não era semelhante aos anteriores, mas viera para instalar por um longo período uma ditadura reacionária". Em 1966, em sua 6ª Conferência Nacional, o PCdoB "expôs a tática e as tarefas de organização partidária e lançou o apelo para união dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista". No fim da década de 60, "ganhou força o movimento popular e o partido teve uma ativa participação neste movimento".

De 1972 a 1975, o PCdoB dirigiu a Guerrilha do Araguaia, considerada "uma gloriosa página da história da luta do povo brasileiro" que "despertou os

camponeses para a idéia de luta organizada, como meio de defender e conquistar seus direitos". Em janeiro e fevereiro de 1983, realizou-se o 6° Congresso do PCdoB, "um acontecimento de significação histórica no movimento operário brasileiro e na vida do partido, evidenciando a justeza da posição assumida quando do rompimento categórico com os revisionistas. Foi considerado pela Classe Operária, órgão central do partido, o congresso mais representativo e mais revolucionário de todos os já realizados". Com as manifestações populares mais recentes contra o domínio dos militares e pela conquista das liberdades políticas, o PCdoB "experimentou grande crescimento", ao "participar ativamente e de forma organizada nos grandes atos públicos", "o Partido deu uma rica contribuição nessa importante fase da luta do povo brasileiro ao fim dos 21 anos de ditadura militar". Segundo o programa, o "PCdoB foi a única força que, atuando em frente única com os setores democratas, progressistas e patriotas, mas preservando sua independência, soube avaliar corretamente esse complexo processo e oferecer alternativas claras" e, por isso, "tornou-se uma força nacionalmente conhecida e politicamente respeitada, retomando e enriquecendo suas melhores tradições de luta".

A transmissão enfatizou o depoimento do "camarada" E.H, da Albânia, que afirmou a "estreita fraternidade existente entre o PCdoB e o Partido do Trabalho da Albânia", falando-se em "verdadeira unidade de pensamento e ação, uma antiga e combativa unidade que emana das inabaláveis atitudes dos dois Partidos nas posições do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário". E.H. salientou que o PCdoB tinha no Partido do Trabalho da Albânia "um fiel companheiro de armas e um fiel respaldo"; em contrapartida, o partido albanês tinha no PCdoB "sinceros companheiros de armas, combatentes do mesmo ideal". O programa concluiu por acentuar que o PCdoB "encontrava-se presente em todas as frentes, imprimindo a sua linha revolucionária e sua cor vermelha, como autêntica vanguarda marxista-leninista da classe operária, na luta conseqüente rumo ao socialismo e ao comunismo".

Anexo II: Nº 0777-DV/43/AC/85
Data Da Transmissão: 12 de abril de 1985
Emissora: Rádio Tirana
País: Albânia
Programa: Comentários
Horário: 20h
Assunto: A Guerrilha do Araguaia, importante acontecimento na vida do povo brasileiro

A degravação n° 0777-DV/43/AC/85 tratou da emissão do programa "Comentários" da Rádio Tirana, transmitido da Albânia em Língua Portuguesa, no dia 12 de abril de 1985, cujo assunto era a Guerrilha do Araguaia. O programa iniciou sua difusão por lembrar o aniversário de 13 anos do início da luta armada ocorrida no sul do Pará "contra as forças militares da ditadura fascista que se instaurou no Brasil em 1964". A Guerrilha do Araguaia tornou-se, segundo a emissão radiofônica, "a forma mais elevada de resistência contra os generais no poder", "constituindo uma das mais ricas páginas da história da luta do povo brasileiro por sua emancipação social". O programa passou a descrever o período do início da década de 70, considerado por ele como "o mais negro da ditadura militar fascista". Nesse contexto, em 12 de abril de 1972, "as Forças Armadas atacaram os moradores do sul do Pará,

ocupando a região a partir da Conceição do Araguaia, até a cidade de Marabá, numa operação repressiva de grande envergadura". A emissão enfatizou que "os moradores mais decididos não se vergaram e resolveram resistir à violência das forças repressivas", a eles se incorporaram às "forças guerrilheiras do Araguaia e contaram com o apoio do Partido Comunista do Brasil – PCdoB". A resistência armada do sul do Pará prolongou-se por quase três anos. O programa salientou que, "temerosos de que a luta armada se espraiasse por todo o Brasil, os militares concentraram todos os seus esforços na tentativa de extingui-la rapidamente e, para isso, empreenderam três grandes e aparatosas campanhas de cerco e aniquilamento com a participação do Exército, Aeronáutica, Marinha e Polícia Militar, mobilizando um contingente em torno de 20 mil homens, empregando armas das mais modernas". "Comentários" realça que "as tropas governamentais cometeram crimes dos mais bárbaros contra a população local" e descreve os atos cometidos pelas Forças Armadas. Contudo, "os moradores da região não arrefeceram, mantiveram-se unidos e firmes, pois haviam compreendido, por sua própria experiência, que a resistência decidida era o único caminho para enfrentar o inimigo e sua violência reacionária". Para isso, "organizaram-se nos núcleos de base da frente de massas de apoio à guerrilha, na União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo – ULDP" e "inúmeros foram os exemplos de abnegação e dedicação dos homens simples do povo, que deram sua vida em defesa das bandeiras desfraldadas pelas massas pobres do sul do Pará".

O programa evidenciou "a coragem e a determinação do povo, que se uniu para fazer frente a um inimigo numericamente maior e mais bem armado, e porque na base desta união estava uma causa justa, a luta pela liberdade e a defesa dos justos direitos dos povos". O PCdoB "participou ativamente nesta combativa jornada de luta, revelando coerência revolucionária, fiel à sua tradição revolucionária, levou tanto a ideia como a prática da revolução ao campo, no sentido da solução revolucionária das contradições fundamentais da sociedade brasileira". O programa passou a enaltecer a luta dos moradores do Araguaia e dos militantes do PCdoB que morreram no conflito e ressaltou que "o Araguaia não foi um acontecimento fortuito ou localizado, mas o justo desdobramento do processo da luta libertadora do povo brasileiro; sua derrota parcial não o nega, mas ao contrário, constitui uma grande escola da qual os combatentes populares e os revolucionários procuram extrair aprendizados, constituindo o ponto mais elevado da resistência que apareceu no país desde 1964, e um dos mais importantes eventos da história do partido da classe operária brasileira". A transmissão alega que a semente lançada no Araguaia caiu em terreno fértil", pois, na área da guerrilha, naquela época, os camponeses apresentavam "um avançado grau de organização e elevado nível de consciência política, enfrentando corajosamente a violência dos latifundiários e suas milícias privadas". A emissão distinguiu que "os ideais pelos quais deram a vida os bravos combatentes do Araguaia são eternos, traduzem a necessidade efetiva do desenvolvimento social", e que os mesmos "ressurgem a cada instante nas lutas populares e nas lutas sociais, nas grandes manifestações do povo brasileiro por seus direitos e por amplas liberdades políticas, na propaganda incisiva do socialismo". O programa bradou aos "camaradas e amigos", dizendo que "acabaram de ouvir um comentário sobre a heroica luta armada dos moradores do sul do Pará, conhecida por Guerrilha do Araguaia".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.85007683
ACE: P007683/85
Agência: Bahia
Órgão Produtor: Polícia Militar do Estado da Bahia – 2º Seção
Data de Emissão: 08/04/1985
Assunto: Reunião promovida pelo Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH)

O documento foi produzido pela Polícia Militar do Estado da Bahia – 2º Seção, datando de 06 de abril de 1985. Informa que, no dia 2 daquele mês, foi realizada uma reunião do Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH), na Associação dos Engenheiros Agrônomos da Bahia, contando com 7 participantes, onde foram identificadas: Ana Maria Guedes, D.S.S., Yara Rangel Moscoso e Carmilce Miriam Carneiro De Souza. No encontro, que foi dirigido por Ana Maria Guedes, discutiu-se a questão daqueles que ainda não obtiveram anistia, como Thodomiro Rangel dos Santos. As discussões levaram ao acordo de que Ana Maria Guedes ficaria encarregada de entrar em contato com Ronilda Noblat e Augusto Raimundo Bonfim de Paula para possibilitar o regresso de Thodomiro Rangel dos Santos ao país. Yara Rangel Moscoso advertiu que se este retornasse ao Brasil, não poderia permanecer na capital e sugeriu que procurassem o deputado federal Haroldo Lima para que fosse esclarecido o caso do processo de anistia de Thodomiro Rangel dos Santos. Durante a reunião falou-se que D.S.S. participou em São Paulo de um encontro com familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, onde a partir daí foi enviado um documento ao Ministro da Justiça pedindo “apuração e punição dos responsáveis pelas mortes e desaparecidos ocorridos no Araguaia”.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ.85003140
ACE: Q03140/85
Agência: Ceará
Órgão Produtor: Departamento de Polícia Federal/ Superintendência Regional no Estado do Ceará/ Serviço de Informações
Data de Emissão: 11/09/1985
Assunto: Dower Moraes Cavalcante e outros

O documento foi produzido pelo Departamento de Polícia Federal/ Superintendência Regional no Estado do Ceará/ Serviço de Informações, no dia 11 de setembro de 1985, e informa sobre as atividades do militante e médico cearense Dower Moraes Cavalcante O documento lista seus principais dados biográficos e informa que, em 1970, o “nominado foi indiciado no inquérito de n° 22/70, por ter incorrido no art.16, do Decreto-lei 898/69”. Em setembro de 1972, Dower Moraes Cavalcante foi condenado à pena de um ano e seis meses de reclusão em inquérito policial militar, sendo incurso no art.45, incisos II e III, do Decreto-lei 898/69. Em seqüência, o documento informa as atividades do médico no ano de 1973, quando “já tendo cumprido a

pena anteriormente citada, iniciou o cumprimento de uma outra de cinco anos de reclusão, imposta pela 1ª Auditoria da 2ª CJM e suspensão de seus direitos políticos por incursão no art.14 do Decreto-lei 898/69, processo n°793/72 – 1ª Auditoria da 2ª CJM, São Paulo, tendo sido posto em liberdade em maio de 1976". No ano de 1981, Dower Moraes Cavalcante proferiu palestra sobre a guerrilha do Araguaia, na sede da Tribuna da Luta Operária - TLO. O documento conclui por nada ter a registrar quanto às atividades de H.S.G., médico, e sobre J.M.B., também médico, informou haver dados constantes nos Informes n°430/83 e 671/83-SI/SR/DPF/CE.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.85011200
ACE: O011200/85
Agência: Minas Gerais
Órgão Produtor: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PM/MG
Data de Emissão: 16/09/1985
Assunto: Sandra Bara Alves, militante do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, em Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais

O documento da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, datado de setembro de 1985, disserta acerca das declarações da militante do PCdoB, Sandra Bara Alves, em relação aos comentários do general Euclides Figueiredo, comandante da Escola Superior de Guerra – ESG. Esse comandante teria dito serem "os PCs falsos democratas" e a declaração "nós vamos pagar caro pela legalização desses partidos". A militante afirmou não lhe causar surpresa que o militar tivesse opinião diferente da sua, opinião que ela classificou como direitista, "que retrata todo um processo que estão lutando para que seja encerrado". Segundo Sandra Bara Alves, o PCdoB pretendia lançar, em data ainda a ser definida, uma campanha de filiação denominada "Rodolfo Troiano", em homenagem ao militante oriundo de Juiz de Fora que lutou na Guerrilha do Araguaia, no princípio da década de 1970, e que se encontrava desaparecido.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85051844
ACE: A051844/85
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 17/09/1985
Assunto: Painéis com os Partidos Políticos

O documento foi produzido pela Agência Central do SNI e protocolado em setembro de 1985. Informa que o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA/RS), associado ao "Movimento Gaúcho da Constituinte", programou uma série de painéis intitulados "O Administrador e a Constituinte", para o período de 9 de julho a 22 de agosto de 1985. Dessa forma, o CRA/RS realizou em 13 de agosto daquele ano, na sede da OAB/RS,

um painel sobre a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, com a participação de representantes do Partido Revolucionário Comunista (PRC), PCdoB e PCB.

A posição do PCR, declarada por meio de seu representante, Aldo Fornazieri, é a de que a Constituinte “deve defender as eleições de fato e ser exclusivamente eleita num pleito, permitindo, inclusive, a eleição de candidatos avulsos”. O PCdoB, através de E.S., insistiu que a validade da Constituinte está condicionada ao seu planejamento “por um poder constituinte de direito, isto é, resultado da luta democrática, onde se inclui o PCdoB”. Ao ser liberada a participação dos assistentes no debate, que gravitou em torno dos temas “A Constiuinte” e “A Guerrilha do Araguaia”, foram constatadas “divergências entre as organizações comunistas”.

Na mesa diretora do encontro estiveram Olga Cavalheiro de Araújo, coordenadora do evento, militante do PCB e representanre do Movimento Gaúcho pela Constituinte; Julio de Souza Teixeira, membro da Comissão Executiva do Comitê Estadual do PCB e membro suplente do Comitê Central; Edson Menezes da Silva, membro do Comitê Regional do PCdoB e do Comitê Central deste partido; e Aldo Fornazieri, membro do Comitê Regional do PRC. Foram identificados ainda no evento: Tarso Fernando Herz Genro, membro do C.C. do PCR e do C.R.; L.H., vereador de Porto Alegre pelo PCB; Oscar José Plente Neto membro da Comissão Diretora Municipal Provisória do PCB – 1º.zona de Porto Alegre; Hilário Gonçalves Pinha, membro do C.C. do PCB e da CEX/CE/PCB/RS; e Eduardo Kroeff Machado Carrion, militante do PCdoB.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86055012
ACE: A055012/86
Agência: AC
Órgão Produtor: Serviço Nacional de Informações/ Gabinete do Ministro
Data de Emissão: 04/02/1986
Assunto: Ressurgimento do movimento guerrilheiro na área rural

O memorando n° 285/02 do Serviço Nacional de Informações/ Gabinete do Ministro, do dia 04 de fevereiro de 1986, trata sobre o ressurgimento do movimento guerrilheiro na área rural, observando a Guerrilha do Araguaia “como modelo àqueles que pretendiam chegar ao poder por meio da luta armada”. O documento assevera que, entre os principais ensinamentos legados pelo movimento, três se destacavam: o primeiro seria “o trabalho de massa abrangendo toda a área a ser liberada”; o segundo seria “a utilização de membros da população local para a prática de ações de enfrentamento, deixando aos guerrilheiros os atos de fustigamento”; e por último, “a estrutura administrativa do movimento acobertada por uma frente política”. Segundo o memorando, “a forma encontrada para garantir a eficácia do trabalho de massa foi o açodamento dos conflitos fundiários, surgidos em razão das ampliações das fronteiras agrícolas, onde as questões fundiárias são fatores primordiais do desenvolvimento regional”. O documento verifica que a segunda metade da década de 1970 foi marcada pelos “trabalhos de identificação de lideranças e pela organização dos trabalhadores rurais em torno de uma bandeira: a questão fundiária”. Alega que, para isso, foram utilizados os sindicatos dos trabalhadores rurais e suas

respectivas delegacias.

Se, no início da década de 1970, havia poucos sindicalizados, “atualmente existiam cerca de 2.626 sedes com cerca de nove milhões de inscritos, algo em torno de 40.000 dirigentes e delegados sindicais”. Tal estrutura, encabeçada pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, demonstrava “o potencial político da organização, que se ramificava em todo o território brasileiro”. Para o documento, o êxito da mobilização devia-se, em sua maior parte, “ao clero dito progressista, que sob o pretexto de pregar a Teologia da Libertação, arrebanhou por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, mais de um milhão de fiéis, para receberem as primeiras orientações de cunho ideológico e para a formação de líderes rurais, acobertadas por temas bíblicos”. O memorando acrescenta que o objetivo principal das CEBs era o de “promover o ensinamento do pensamento dialético, por meio do método ‘Ver-Julgar-Agir’, impulsionando o indivíduo para a prática de atos violentos, como maneira de se promover socialmente”.

A fim de se analisar os conflitos fundiários, dividiu-se o estudo de suas origens em raízes econômicas e ideológicas. Caracteriza-se por conflito fundiário econômico aquele “surgido em razão de desavenças quanto à posse e o domínio de uma determinada área, sendo sua motivação de origem econômica, por visar a capitalização de bens”, ou seja, “sua causa é material, passível de ter seu valor expresso por meio de uma avaliação real”. O memorando destaca que “o cerne do problema é coisa corpórea, isto é, de possível apreensão pelos sentidos” e exemplifica como conflitos “as questões de divisas, a grilagem de terras, a venda fraudulenta de terra alheia e o esbulho possessório”. Enquanto isso, o conflito fundiário ideológico seria aquele que “foi industriado em razão da não aceitação da natureza do direito de propriedade, não se questionando a posse e/ou o domínio da terra, mas sim, seu apossamento”, sua motivação seria, portanto “política e destinada a alterar os valores consagrados pela sociedade”. A essência do litígio era “a destruição dos princípios originários de aquisição da propriedade imóvel pela ocupação res nullius, ou seja, a apreensão de bens que não pertençam a ninguém”. A ocupação, portanto, deveria se dar “em conformidade com a lei natural, em direito do primeiro ocupante, o qual seria legítimo por não prejudicar a ninguém”. O memorando sintetiza que “a forma de ocupação é o alvo específico dos conflitos fundiários ideológicos e ela tem sido deteriorada através de um movimento organizado e estruturado em todo o território brasileiro”.

O documento cita os mecanismos utilizados para se “manipular a população rural para efetuar ocupações ilegítimas”, sendo estas, em geral, precedidas de um trabalho de “doutrinação massiva e sucedidas de divulgação enaltecedora”. Tal estratégia, segundo o documento, “alcançava êxito inquestionável”, e para isso bastava averiguar que “a quase totalidade da população identificava como ‘posseiro’ quem na realidade era invasor e, por disposição legal, considerado criminoso”. Em contrapartida, “os trabalhadores rurais contratados por fazendeiros, para proteger suas terras, taxados de jagunços, contrariando o que determinava a lei, eram perseguidos pela polícia”. O memorando sintetiza que “a causa do conflito fundiário ideológico era abstrata e seu valor político”, “o que torna o problema inestimável, não sendo possível seu equacionamento o que contribuiu para acirrar à luta não entre indivíduos, mas sim entre classes sociais”.

O documento enfatiza que “a manipulação dos conflitos fundiários era fruto de um movimento organizado e bem estruturado, cujas lideranças se

diziam representantes de uma ‘massa de manobra’, que agia sem saber os reais propósitos orientadores”. Para o relator, a “exaltação dos atos ilegais praticados pelos membros das comunidades por parte dos clérigos – cujas palavras para os rurícolas tinham o valor de ensinamentos de Deus – fez com que o grupo se norteasse em conceitos errôneos de vida em sociedade, partindo para ações de enfrentamento e dando origem aos grupos de autodefesa”. Tais associações, segundo a fonte primária, “eram conscientizadas para a prática de atos criminosos em grupo, pois tal comportamento dificultava a participação e responsabilidade criminal de cada um na prática delituosa, pois as orientações eram dadas como: ‘a comunidade se reuniu’, ‘a comunidade decidiu’, ‘a comunidade quis assim’...”.

O documento discorre sobre as principais ações dos grupos de defesa entre o período de 1983 e 1985, destacando-se: o assalto a Fazenda Jussara; o enfrentamento da Polícia Militar na Fazenda Musa; a tomada do povoado de São Domingos, em São João do Araguaia, no Pará; a interdição e a montagem de barreiras para revistar veículos que transitavam pela rodovia OP-2, em São Geraldo do Araguaia, no Pará; o enfrentamento do contingente da Polícia Militar na Fazenda Lagoa Preta, em Grajaú e o “justiçamento do pistoleiro I., em Arame, ambos no Estado do Maranhão”. O memorando conclui que, em face da situação existente, foi feito um levantamento de conflitos fundiários no território brasileiro, constatando-se um total de 634 áreas em litígio, “cuja essência da disputa podia ser considerada ideológica” e listou uma sequência de embates territoriais em diversas regiões seguidas pelo quantitativo de lides encontradas.

O documento ressalta mais dois fatos: o primeiro, “a exemplo do que foi o processo de Wladimir Herzog, tramitava pela Justiça Federal de Brasília, um processo movido por familiares de desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, que visava responsabilizar a União por suas mortes, bem como indicar o local onde foram sepultados”, ao que destacou o relator “não haver mártires sem sepultura”; e o segundo, “que estava em fase final o longa metragem intitulado ‘A Guerrilha do Araguaia’, cuja pré-estreia deveria ocorrer simultaneamente à decisão do processo já citado, sendo o filme realizado com o roteiro fornecido por Elza Monerat”. O teor do documento tende a crer que tais fatos estavam voltados para “reabilitar perante a opinião pública o movimento guerrilheiro, identificado como uma ação para levar melhores condições de vida à população rural, ceifada pelas forças mantenedoras do latifúndio”. O memorando finda por incluir uma análise doutrinária da escalada para a deflagração da luta armada a partir do campo, dividida nas seguintes fases: normalidade; tensão-insatisfação; trabalho de massa; grupos de autodefesa; guerrilha e guerra interna. Contudo, em nota explicativa, a análise doutrinária referida não deu entrada na instituição a que se destinou o memorando.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86057332
ACE: A057332/86
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 18/07/1986
Assunto: Atividades de José Milititski Iochpe

O documento Agência Central do Serviço Nacional de Informações, datado de 18 de julho de 1986, relata as atividades do militante Partido Comunista do Brasil – PCdoB, José Milititski Iochpe, que possuía vários registros na agência. A fonte primária destaca, dentre os arquivos principais do nominado, o referente ao ano de 1963, no qual consta o ingresso de José Milititski Iochpe no PCdoB, época em que cursava engenharia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Sempre vinculado ao Movimento Estudantil – ME, o militante foi representante, entre os anos de 1964 e 1965, da ala estudantil do PCdoB e participou como candidato na campanha de eleição à Presidência do Diretório Estadual Estudantil, em 1965, tendo sido derrotado. Em razão de suas atividades, o documento informa que José Milititski Iochpe "incorreu no artigo 45, inciso VI, da Lei 898/69, no ano de 1971; foi julgado e absolvido pela 1ª Auditoria da 3ª CJM, em 25 de setembro de 1972".

Em 13 de março de 1972, o Banco de Boston solicitou ao Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul informações sobre os antecedentes do militante "para fins de admissão em um cargo de confiança na sucursal de São Paulo", ao que o Departamento Central de Informações – DCI relatou ter encontrado vários registros. Os pais do investigado foram contatados e informaram que há 12 anos o filho se afastou de Porto Alegre, residindo na cidade de São Paulo, onde trabalhava na diretoria da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Foi também contatado I.I., vice-presidente do conglomerado Iochpe, que admitiu "nunca ouvir falar do nominado, porém, não descartando a possibilidade de parentesco". O documento acrescentou que o jornal do PCdoB, Tribuna da Luta Operária – TLO, apresentou artigo criticando o grupo Iochpe.

Anexo I: Recursos Financeiros do Partido Comunista do Brasil – PCdoB

O documento sobre os recursos financeiros do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, datado de 17 de março de 1986, trata sobre os mecanismos de arrecadação financeira do partido. Segundo o documento, "a principal fonte de recursos era o grupo financeiro Iochpe, que no final da década de 60 possuía pequena expressão e limitava sua atuação ao sul do país". A fonte primária enfatiza que "o partido conseguiu recrutar um membro da família Iochpe e passou a utilizar as empresas vinculadas ao grupo para limpar o dinheiro proveniente das expropriações efetuadas na época, e também para aplicar os haveres vindos do exterior para apoiar a Guerrilha do Araguaia". Contudo, "com a derrota do movimento guerrilheiro, o grupo usou os recursos do partido para se expandir, sendo que uma percentagem dos lucros foi revertida para o PCdoB e financiava as principais atividades do Partido (como o deslocamento de militantes, publicações etc)".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.87012840
ACE: O012840/87
Agência: Minas Gerais
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 27/04/1987
Assunto: Debates sobre questões ligadas à guerrilha do Araguaia

O documento foi produzido pelo SNI – Agência Belo Horizonte, em abril de 1987. Informa que no dia 15 daquele mês ocorreu, na "Casa do Jornalista de Minas Gerais", um debate sobre questões relacionadas à Guerrilha do Araguaia, onde também foram homenageados os mortos e desaparecidos do conflito. O evento contou com aproximadamente cem pessoas e foi coordenado por: (a) René Trindade do Nascimento, vereador em Belo Horizonte pelo PMDB e "ativista de esquerda"; (b) Artur Viana Neto, vereador da mesma cidade pelo PL e também "ativista de esquerda"; H.G., vereadora de Belo Horizonte pelo PT e militante da "Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS)" e Maria Aparecida Gesteira e Matos, militante do PCdoB e integrante da União Juventude Socialista. Durante o ato foram identificados Sérgio Miranda De Matos Brito, militante do PCdoB; Antônia Vitória Soares Aranha, também chamada de "Tonha", militante do PCdoB; Maria Do Socorro Morais Vieira, conhecida por "Jô", ou M.S.J.M., militante do PCdoB; Edson De Paula Lima, militante do PCdoB; M.M.M., médico e militante do PCdoB; R.F., chamado de "Cadinho"; e "Rubens de tal, que atende por "Rubinho Jequitinhonha". Além de enfatizar o "heroísmo" daqueles que perderam a vida no confronto e exigir justiça, os organizadores apresentaram 'slides' com imagens dos guerrilheiros, os quais foram identificados. Sérgio Miranda De Matos Brito declarou em discurso o desejo de resgatar os corpos de militantes mortos, pois "esta atitude não é revanchismo, mas que a história deve ser resgatada com justiça". Comentou-se que o advogado e membro da Comissão arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, Luís Eduardo Rodrigues Greenhalgh faria a defesa dos interesses dos familiares dos guerrilheiros.

O documento apresenta em anexo o panfleto "Araguaia: 15 anos de impunidade e Omissão Histórica". O folheto lista, inicialmente, nove nomes de mineiros desaparecidos no Araguaia e em seguida traz um texto onde pode ser lido: "Mesmo com a Nova República, a situação não se alterou. O processo caminha a passos lentos nos trâmites legais. Oficialmente, não temos direitos a informação do paradeiro de nossos familiares. No entanto, enquanto não recebemos respostas satisfatórias, famigerados torturadores continuam ocupando postos governamentais e muitos inclusive, sendo promovidos". (Folheto em boas condições para incluir no corpo do texto)

O documento ainda solicita a atualização de dados a partir de um "Informe" anexado, produzido pelo Ministério do Exército – Belo Horizonte, em 28 de abril de 1987. Foi comunicado por este que, em 14 de abril, a sede do Sindicato dos Jornalistas foi palco de uma reunião de militantes do PCdoB com cerca de cem pessoas, onde se comemorou os 15 anos de guerrilha. A mesa diretora do evento foi composta pelos membros do PCdoB: Antônia Vitória Soares Aranha, Dalva Stela Rodrigues de Medeiras, Geromina Martins de Abreu, Sérgio Miranda De Matos Brito e Terezinha Facuri Barbosa, assim como a vereadora pelo PT Helena Grecco e mais três senhoras não identificadas de idade entre 60 e 65 anos, onde possivelmente um delas seria Elza Lima Monerat. O informe apresentou uma lista com 15 nomes, indicando as pessoas que compareceram ao evento, destacando a presença de uma argentina, entre 20 e 25 anos, não identificada.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ.87003753
ACE: Q03753/87

Agência: Ceará
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 20/05/1987
Assunto: Tribunal do Araguaia, comemorações promovidas pelo Partido Comunista do Brasil – PCdoB

O documento do Serviço Nacional de Informação/ Agência de Fortaleza, datado 20 de maio de 1987, informa sobre a realização de um júri simulado realizado no dia 14 de maio do mesmo ano, na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, para o julgamento da Guerrilha do Araguaia, intitulado Tribunal do Araguaia. A manifestação teve o intuito de "marcar a passagem dos 15 anos de início da Guerrilha do Araguaia e tentar atrair a atenção pública sobre o processo movido contra a União pelos desaparecidos durante a guerrilha". O evento contou com a participação do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, entidades estudantis e populares, informando o documento sobre o comparecimento de cerca de 500 pessoas, dentre elas, "familiares das vítimas, simpatizantes e militantes do PCdoB". O documento discorre sobre os integrantes do tribunal do júri, em sua maioria formado por militantes do PCdoB, ex-guerrilheiros e representantes do movimento estudantil, sendo que um dos participantes era o deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores do Estado do Ceará – PT/CE, João Alfredo Teles Neto. A fonte primária destaca que "durante o transcorrer do evento, os componentes do júri fizeram críticas à maneira da atuação das Forças Armadas, em particular o Exército, no combate às forças de guerrilha". Pediu-se ainda a "condenação da União, responsabilizando-a por tudo o que aconteceu no Araguaia, desejando saber onde estão enterrados os mortos, a fim de que fossem resgatados os seus corpos e providenciados os atestados de óbito".

Anexo I: O documento trouxe em anexo dados cadastrais e biográficos do militante do PCdoB A.F., que foi o juiz do evento do Tribunal do Araguaia.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.87062216
ACE: A062216/87
Agência: AC
Órgão Produtor: Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal
Data de Emissão: 12/05/1987
Assunto: Debates – Quilombo dos Palmares e Guerrilha do Araguaia

Anexo: I Panfleto intitulado "A verdadeira face da história"
II Fotocópia do texto da palestra "Quilombo dos Palmares"
III Fotocópia dos estatutos da União da Juventude Socialista – UJS
IV Fotocópia do documento-análise intitulado "Gloriosa jornada de luta"

O documento da Divisão de Informações, datado de 08 de maio de 1987, versa sobre uma sessão de debate intitulada “A verdadeira face da história”, promovida pela União da Juventude Socialista – UJS, realizada no Colégio de Taguatinga Norte – CETN, no dia 15 de abril de 1987. Os temas abordados foram o Quilombo dos Palmares e a Guerrilha do Araguaia. Durante a palestra estiveram presentes quarenta e oito pessoas que, segundo o documento, “estavam todas na faixa etária de dezoito a vinte e cinco anos”. A primeira parte do evento teve como debatedor Hércules Ribeiro, membro da Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores – PT do Distrito Federal, que tratou do tema Quilombo dos Palmares. Hércules Ribeiro fez uma análise detalhada do que foi o movimento e disse, reproduzindo frases de Karl Marx, que “Um negro é um negro, apenas dentro de determinadas condições ele se torna escravo”. Foi distribuído ao público presente no debate um documento sobre o Quilombo dos Palmares, assinado pelo debatedor, que conclamava uma “necessidade de reconstituição histórica a serviço dos oprimidos racialmente no Brasil”.

Após essa palestra, o jornalista e militante do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, J.S., fez uso da palavra e abordou o tema da Guerrilha do Araguaia. J.S. iniciou sua palestra relatando o cenário político brasileiro após o golpe militar de 1964, afirmando que “o Brasil passou a viver uma das mais negras fases de sua existência, pois o imperialismo financiou tal investida dos militares contra o povo”. Em 1968, após a chegada do general Médici ao poder, o debatedor falou que “ocorreu um golpe dentro do golpe, os (militares) mais radicais se sentiram à vontade para agir contra os defensores dos ideais de liberdade” e “a guerrilha urbana ficou totalmente débil sendo estraçalhada pelo aparelho repressor”. J.S. disse que o PCdoB “passou a reformular a luta e, como a região do Araguaia apresentava um ponto de tensão com lavradores sendo espoliados pelos grandes latifundiários, passou-se a enviar militantes para conscientizar a população da região e para prepará-los para uma escala maior de luta”.

Em 1970, intensificou-se o envio de militantes à localidade em conflito, “chegando-se ao número de 69 pessoas, todas de peso dentro do partido”. Em 1972, J.S. afirmou que “o Exército descobriu as intenções do PCdoB através do Serviço Nacional de Informações – SNI e do próprio Serviço de Informações do Exército e começou a enviar tropas”. A luta durou até abril de 1975, quando o movimento foi completamente abafado. O debatedor destacou que “20.000 homens das Forças Armadas foram empregados contra apenas 69 pessoas” e que tal movimento foi considerado pelo general Hugo Abreu “como o mais importante movimento armado ocorrido no Brasil”. O jornalista passou a descrever o envolvimento de pessoas comuns na guerrilha e o trabalho de ação das Forças Armadas, e enfatizou que “o que restou foi uma grande experiência arquivada na memória de todos”. Disse também que “a forma de luta do PCdoB hoje é diferente, tendo em vista as circunstâncias do momento em que se vive ser diferente”. O debatedor finalizou sua palestra ao pronunciar que o partido “ajudou a enterrar a ditadura, apoiando Tancredo Neves para a presidência, o que possibilitou uma grande abertura” e que o “PCdoB continuava atento e fazia oposição ferrenha ao governo cruzado”.

No decorrer dos debates foram distribuídos ao público presente um panfleto intitulado “Em defesa da juventude e do socialismo”, contendo os estatutos da União da Juventude Socialista e indicando os endereços provisórios da entidade, e fotocópias das páginas 107 a 126 do livro “Gloriosa Jornada de Luta”, que se tratava de um “documento de análise e balanço da guerrilha do Araguaia”, publicado em “A Classe Operária”, órgão central do

PCdoB, n°109, de setembro de 1976.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.87062120
ACE: A062120/87
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 12/06/1987
Assunto: Debate da União da Juventude Socialista

Anexos: I – Manifesto da União da Juventude Socialista
II – Panfleto “Debates: a verdadeira face da História”
III – Gloriosa Jornada de luta
IV – Relação de Cadastro

O documento da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, datado de 12 de junho de 1987, trata acerca do debate promovido pela União da Juventude Socialista – UJS, Núcleo de Taguatinga, realizado no Centro de Ensino de Taguatinga Norte – CETN, no dia 15 de abril de 1987. Na reunião foram abordados os assuntos da Guerrilha do Araguaia (1970-1974) e do Quilombo de Palmares. O evento contou com a participação de quarenta pessoas, na sua maioria jovens entre 15 a 20 anos. Os trabalhos foram coordenados por Jayme Sautchuk, escritor e jornalista, e H., militante do Partido dos Trabalhadores – PT.

J.S. palestrou sobre a Guerrilha do Araguaia e usou como roteiro o documento intitulado “Gloriosa jornada de luta”, que fazia “análise e balanço da luta guerrilheira do Araguaia”. A fonte primária destaca seus principais comentários ao final da palestra, todos relacionados não apenas ao insucesso da guerrilha, mas também sobre a capacidade atual de mobilização do Partido Comunista do Brasil - PCdoB em diferentes regiões do país, além de criticar a construção das rodovias Belém/Brasília e Transamazônica. Enfatiza que os guerrilheiros realizaram um “grande trabalho de massa na região do bico do Papagaio, pois lá seria o início de tudo” e lembrou que ao retornar ao local, em 1978, o “povo ainda falava dos líderes daquela época, como Dina e Oswaldão, ‘autênticos revolucionários’, de maneira emocionada”. Por fim, argumenta que “o regime militar não acabou, pois foram os ministros militares que obrigaram o presidente Sarney a determinar que os portos e refinarias fossem ocupados por tropas e que se agisse com dureza na recente greve dos bancários”. Na visão do relator do documento, Jayme Sautchuk “conduziu a palestra de maneira a sensibilizar os participantes, principalmente os jovens, sobre a luta armada comunista, enaltecendo e ressaltando os atos dos guerrilheiros do Araguaia”.

Em prosseguimento à palestra, o debatedor H., que revelou ser este seu primeiro debate como palestrante, fez uma retrospectiva histórica sobre o Quilombo dos Palmares e ao final criticou a Assembleia Nacional Constituinte, ao dizer que “a nova constituição não retratará os verdadeiros anseios do povo, pois este só conseguirá algo se for com muita luta”. Em seguida, tomou a palavra M., estudante da Universidade de Brasília – UnB e militante do PCdoB, que disse “que a Guerrilha do Araguaia e o Quilombo dos Palmares

não devem ser lembrados apenas como acontecimentos históricos, mas devem servir de exemplo para outros levantes".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.87064012
ACE: A064012/87
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 09/11/1987
Assunto: Tentativas de justiçamento na região do Bico do Papagaio, Itaguatins/GO.

O documento é originário da Agência Central do SNI, de julho de 1987, e informa que J.P.S., proprietário da fazenda São Benedito e colaborador, à época da guerrilha, das forças governamentais contra a atuação do PCdoB na região de Itaguatins/GO, sofreu "três emboscadas com tentativa de assassinato". O fazendeiro já havia sido alvo de diversas ameaças de morte partindo de D.F.L, conhecido como Domingos Foguete, e de E.P.C, chamado de Emídio Fumaça. Ambos moradores do povoado de Alto da Cruz, na cidade de Itaguatins/GO, e, segundo afirmaram, ex-guerrilheiros.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.KKK.87006191
ACE: K006191/87
Agência: Pará
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 21/071987
Assunto: Reunião realizada no Clube Vascão, Morada Nova, cidade de Marabá, no Estado do Pará

O informe do Centro de Informações Policiais – CIP, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará, datado de 21 de julho de 1987, trata sobre a reunião realizada no dia 06 de julho de 1987, no clube denominado "Vascão", de propriedade de José Gonçalves (J.G.), sediado na localidade de Morada Nova, Marabá. O encontro teve início por volta das 10h30m e terminou cerca das 16h, contando com a participação de 200 pessoas. O documento relata os discursos proferidos na reunião, a começar pelo de Maurino de Lima Magalhães (M.L.M.), presidente da Associação dos Moradores, que fez "contundentes críticas contra as autoridades constituídas, principalmente, contra o Presidente da República"; falou ainda a respeito de "saneamento básico para Morada Nova e a organização do povo para a luta de direitos". Em seguida, J.G., proprietário do clube, "fez sérias críticas contra o poder municipal, mais especificamente ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, à Polícia Militar e às Forças Armadas". Ao falar sobre a Guerrilha do Araguaia,

J.G. “incentivou a tomada do poder pelas armas”, ao dizer que “no país não se tinha segurança nem para se trabalhar, sendo ele perseguido pela polícia, que todos os fins de semana invadiam o clube Vascão, espantando a freguesia”.

Dando continuidade aos discursos, foi a vez do deputado estadual João Batista (J.B.) falar a respeito da Ferrovia dos Carajás e do racionamento de energia elétrica, e convocou os presentes “para uma desobediência civil”, ao dizer que “o povo não deve pagar o absurdo das multas exigidas pela Centrais Elétricas do Pará – CELPA” e conclamou a população para “uma manifestação em Belém em desagravo contra a pessoa do ministro M.F.”. O deputado discorreu a respeito “de 23 pessoas presas na luta que ocorrera em Xinguará, na região de Conceição do Araguaia, onde o Exército e a Polícia Militar usaram até aviões para perseguirem trabalhadores rurais e que o povo tinha que se organizar para poder enfrentar à altura”. Na oportunidade, o parlamentar rogou àqueles que estivessem presentes no dia 12 de agosto de 1987 a participar da manifestação nacional e interditar a ferrovia da Companhia do Vale do Rio Doce – CVRD, citando o problema de terra da reserva Mãe Maria. Por conseguinte, o deputado federal ÂNGELO ARROYO fez severas críticas ao Presidente da República e às Forças Armadas, dando ênfase à Guerrilha do Araguaia, bem como “incentivou a organização popular, falou do episódio do Rio de Janeiro em relação ao atentado contra a vida do Presidente da República, que aquilo nada mais era do que o desabafo do povo”.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88065533
ACE: A065533/88
Agência: AC
Órgão Produtor: Ministério do Interior – Divisão de Segurança e Informações
Data de Emissão: 25/01/1988
Assunto: Grupos militantes em Serra Pelada, Marabá/PA

O documento, gerado pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior em janeiro de 1988, é um informe acerca de grupos militantes em Serra Pelada, Marabá/PA. Nesta região, ficou constatada a presença de diversos conjuntos militantes.

Sobre os grupos identificados como de “extrema esquerda revolucionária” observou-se que E.J., provavelmente ligado ao PCdoB, aparentou ser o líder. Foi este quem estava por trás de um indivíduo de nome Jacy, responsável pelo “quebra-quebra que resultou no incêndio da COOGAR [Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada] e na expulsão dos policiais militares do Pará”. E.J. ainda gerou problemas em garimpos da Amazônia, por meio de José Altino Machado. “Quando o problema é criado, José Altino aparece e ‘pacifica a área’, obtendo, assim, os agradecimentos e apoio das autoridades civis e da Polícia Federal (PF)”.

J.R., natural de Governador Valadares/MG e militante do PCdoB, foi trazida a Marabá pelo prefeito, na ocasião Haroldo Bezerra, o qual lhe concedeu o cargo de secretária. “De Marabá foi para Serra, onde causou tantos problemas, que os garimpeiros, supostamente a mando do SNI, a

expulsaram de lá". A mesma se apresentou em comícios de esquerda como "garimpeira de Serra Pelada" e manteve "fortes ligações com grupos de esquerda de Uberaba e Uberlândia".

O casal Alzira Damasceno (A.D.) e Luiz Gonzaga Queiroz (L.G.Q.), militantes do PCdoB, chegaram na região após contratação do marido pela Cia. Brasil. Foi informado que "conseguiram barrancos e se tornaram 'garimpeiros'. Luiz Gonzaga Queiroz desvia ouro de Serra com 'permissão' da P.F". Aparentemente, Alzira manteve ligações com membros do PC francês. Foi ela quem comandou o "movimento da ponte de Marabá", telefonando antes e depois do evento para a França. O caso da ponte de Marabá contou ainda com a presença de Ataliba da Silva Leite, que instigou o povo contra Nelson Marabuto, "dizendo que não negociassem com 'traidores'". Este mesmo indivíduo foi capacitado por J.R., E.J. e Fernando Marculino para assumir a presidência do Sindicato dos Garimpeiros da Amazônia.

Sobre o grupo formado por ex-integrantes da guerrilha do Araguaia foram identificados três elementos. O primeiro foi descrito como M.L., "presidente da Associação dos Moradores de Serra Pelada, militante do MR-8. Saiu de Santarém/PA, onde era professora pública, para o Brejo Grande, onde estava o QG da operação de Guerrilha do Araguaia-Tocantins". Provavelmente, sua mudança para Curionópolis teve como motivação a perseguição a ex-militares, civis e veteranos que combateram os guerrilheiros de esquerda. Mudou-se para Serra Pelada assim que foi permitida a entrada de mulheres. Deu o nome de MR-29 ao movimento garimpeiro, em alusão aos incidentes de 29/12/87 em Marabá. O segundo elemento ainda de nome desconhecido, conhecido como "gringo" pelos garimpeiros, tratou-se de um 'guerrilheiro' salvadorenho. Aparentemente ilegal no país desapareceu acerca de um mês, e muitos suspeitaram "que se tratava de 'guerrilheiro' ou 'instrutor de guerrilhas'". Por fim foi identificado o coreano S-T.A., que possuía formação em Relações Internacionais na Coréia (não sendo informado se do Sul ou do Norte). O imigrante veio de Santarém, onde estava ilegal.

O documento também destaca que a Polícia Federal atuava em causa própria e defendendo "interesses de antigos dirigentes da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada (COOGAR) – corrupção não ideológica". Alberto Duarte Tavares (A.D.T.) foi o líder do grupo que corrompeu policiais e autoridades. Acusado de estelionato em Teresina, fugiu para Fortaleza, cidade em que teve vários processos pelo mesmo crime. Chegou a Serra em 1982, onde se aliando a Paulo, o 'careca', diretor do COOGAR, passou a "manipular e corromper os policiais federais, especialmente os que vieram de Fortaleza e Teresina (César, P.D. e Jonas – conhecidos como 'Fé, Esperança e Caridade'), que sempre se alternam como delegados na Serra. A principal fonte de informações sobre este grupo e policiais é M.G., o qual "mantém extraordinário serviço de informações na Serra". Anticomunista, cujo combate à esquerda e aos "aproveitadores da COOGAR" foi constante, M.G. era dono do único posto de gasolina na Serra e também "conhecido como dono do 'bicho' em Marabá". Ele afirmou possuir provas de que A.D.T. pagou as férias do policial P.D, o "Esperança", e sua família no Ceará. Assim como este, "Fé" e "Caridade" também receberam elevados montantes enviados por A.D.T. através do Bamerindus. M.G. acrescentou que A.M., "velho combatente do Araguaia", prometeu assinar documento que prova ter recebido 170 mil cruzados para a COOGAR, quando na verdade foi para empréstimo pessoal. Foi assegurado por M.G. que um indivíduo chamado "Bobby", jornalista do Jornal do Brasil, recebeu de A.D.T. a importância de 200 mil cruzados para "criar a imagem pública do mesmo e destruir a da Junta Interventora". Os

frequentes despachos judiciais favoráveis a todos os casos da COOGAR mostraram que o mesmo A.D.T. também teria comprado o juiz Jurandir, de Marabá, que expediu mandato para que A.D.T. recebesse os 3% em nome da Cia. Leal, retidos pela Caixa Econômica. “Conseguiu também o mesmo juiz um mandato para liberar Cz$14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzados), da COOGAR, retirados na CEF em Marabá, para pagar dívida de firma que ‘não’ prestou serviço na Serra. A dívida era de Cz$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzados) de modo que os Cz$ 3.000.000,000 (três milhões de cruzados) adicionais ficaram com A.D.T.”, que doou Cz$ 300 mil, em nome da COOGAR, ao juiz Jurandir. “Há, também, indícios de que o epigrafado também corrompeu uma das juízas de Marabá, que anda falando que a Junta Interventora é ‘ilegal e inconstitucional’”.

M.T. alegou possuir gravações do delegado Paulo Duarte (P.D., “Esperança”) pedindo que a Polícia Federal não cooperasse nem com a Junta nem com N.M., e que foi o próprio “Esperança” quem “lançou a ideia de greve e ocupação da ponte de Marabá. Os grevistas receberam instruções da PF (P.D.) de como proceder (ocupar sem armas e não fazer quebra-quebra). Foi P.D. quem mandou V.H. exigir do Tesoureiro da COOGAR, e tomar à pulso, todo o dinheiro disponível no cofre quando os membros da Junta se encontravam passando o Natal com suas famílias. Foi P.D. quem também providenciou o transporte e a comida para os grevistas”. Ao final de 1987, P.D. foi questionado pelos garimpeiros sobre o que deveriam fazer em caso de invasão de Serra Pelada pela Polícia Militar. Prontamente, respondeu que deveriam armar-se para resistir.

O documento garante existir ligações entre autoridades e um grupo “gay” de Serra Pelada. Victor Hugo Rosa (V.H.R.) manteve “intimas ligações” com a Polícia Federal. Violento, homossexual e viciado, V.H.C. possuía “guarda-costas homossexuais que o seguem por toda parte” e costumava assumir liderança em todas as greves. “Seus seguidores, a quem chama de ‘minhas meninas’, são cozinheiros e lavandeiros etc. dos policiais federais. Promoveu jantar de natal (1987) para a P.F., com um grande show de ‘ bonecas gay’”.

A localidade de Serra Pelada foi alvo da cobiça de ‘agentes’ da Vale do Rio Doce que possuíam “interesse em reaver" a Serra. No entanto, ainda não foram identificados esses agentes.

Um outro “informe” foi atrelado ao documento, neste, o tema é “grupos militantes em Serra Pelada – Marabá/PA” e teve origem também na Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior, em 09/02/1988. Foi informado que no ano de 1984, quando a PF deixou Serra Pelada, o depósito de dinamite da fábrica de cimento Capanema, no Pará, foi saqueado, tendo toneladas do explosivo sido transportadas para Serra. Junto a este armamento, encontraram-se ali outros de fabricação brasileira e tcheca, vindo em parte do Paraguai, que se somaram às armas tomadas dos policiais estaduais quando foram postos para fora do garimpo. Circularam, nesta época, boatos de que a região garimpeira seria invadida por uma brigada paraquedista, gerando uma disposição armada para resistir com metralhadoras e ‘minas’ de TNT. Em 29 de dezembro de 1987, registrou-se que durante a greve na ponte, um suposto ‘guerrilheiro’ salvadorenho, chamado de “gringo”, o qual trabalhava para A.D., esposa de L.G.Q., “deu um soco no rosto de um policial”. Desaparecendo após o ocorrido, suspeitou-se de sua volta à região.

“João Batista, ex-presidente da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra

Pelada – COOGAR, montou um cabaré na Cooperativa. Propunha montar em Serra Pelada um regime como o de Allende no Chile, daí a ideia de 'Estado Independente de Carajás'". Este mesmo indivíduo tentou armar e sublevar os indígenas para destruir a ponte dos Carajás e todas as outras que ligam rodovias. O irmão de "Betão", um secretário de João Batista, serviu com o ex-presidente chileno e trouxe do Chile "muita gente de Allende", supostamente exilados brasileiros, que trabalharam como garimpeiros na localidade.

Segundo o documento, "'H.S. é um desequilibrado'. Foi ele quem mandou tirar a bandeira do Estado do Pará e propôs a criação do Estado do Carajás". A.L.C. acusou a Companhia Vale do Rio Doce de possuir intenção fraudulenta. "O marco geodésico, pelo qual foi projetado o 'falso' mapa de Carajás, foi mudado 260m e 52cm do verdadeiro ponto onde deveria estar e que isto fez com que a Serra ficasse dentro do Projeto a Grande Carajás". O diretor-gerente da Concreto Industrial do Pará, Francisco de Andrade Aquino, alertou sobre as informações recebidas de seus funcionários de que "o clima em Serra Pelada é explosivo e o pessoal parece estar armado." Fala-se de um "novo estado revolucionário, em 'independência' para a Serra". Trabalhadores da citada indústria ficaram sabendo da vinda outros salvadorenhos, além daquele conhecido por "Gringo". Comentou-se que L.J., com apoio de João Alexandre, pretendeu dominar a região de Serra. Conforme Francisco de Andrade Aquino, seu pessoal lamentou não só o reduzido número de apenas 7 policiais federais para controlar 30.000 homens "liderados por algum fanático revolucionário", mas também a 'fraca' postura da Junta Interventora Federal.

Em dezembro de 1987, Ariomiro Lima da Costa (A.L.C.) foi expulso da Comissão de Líderes (dos garimpeiros), a qual negociava com a Junta Interventora. Sua saída foi motivada por ter insistido que membros da Comissão deveriam levar "o 'papel' para a ponte, a fim de informar os garimpeiros e tirá-los de lá". A.L.C. contou que embora o documento tenha saído da Serra ao meio-dia, a população na ponte, liderada por A.D. e F.M. não sabiam de nada, e este só foi entregue aos garimpeiros depois que a chacina já havia ocorrido. Quando finalmente o documento foi mostrado, F.M. questionou sua veracidade argumentando que o Governo já havia, em outras oportunidades, enganado os garimpeiros.

Um terceiro "informe" foi anexado ao primeiro com caráter complementar. Originado na Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior em fevereiro de 1988, mostra o recibo emitido pelo juiz J.B.O. no valor de Cz$ 336.000,00, onde informou que a importância tratava-se de uma "doação, para compras de móveis para o 'Forum' de Marabá, da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada – COOGAR, representada no ato pelo Senhor A.D.T".

Outro "informe", desta vez emitido pelo Centro de Informação do Departamento de Polícia Federal – Ministério da Justiça, em 31 de maio de 1988, trata da "denúncia de irregularidade em Serra Pelada". Onde após apurar o caso, constatou-se que as denúncias envolvendo a Polícia Federal de Serra Pelada "não condizem com a verdade".

Em depoimento, Isaias Silva Munhoz (I.S.M.), membro da Polícia Federal de Santo Ângelo, afirmou conhecer Fernando Marcolino Guimarães (F.M.G.), presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Marabá; Antonio Mentros Santos Melo (A.M.S.M.), tesoureiro do mesmo sindicato em Serra Pelada; e Maria da Graça de Souza (M.G.S.), chamado de 'Parazinho', garimpeiro e dono de um armazém. Os três, conhecidos agitadores, eram

frequentadores assíduos da Posto da Polícia Federal, local em que costumavam fazer refeições. I.S.M. alegou que quando chegou a Serra Pelada logo percebeu a intenção dos três em frequentar o posto policial para "buscar respaldo político para suas ações junto aos garimpeiros". Além disto, o hospital dirigido pelo sindicato teve suas contas desviadas e, desta forma, o depoente proibiu que os três citados continuassem frequentando o posto, tudo em "nome da moralidade". Sobre o incidente na ponte rodoferroviária, I.S.M. relata que procurou retirar os garimpeiros de forma pacífica da ponte, evitando mais mortes. Os garimpeiros, por sua vez, se exaltaram, atribuindo a F.M. a responsabilidade das vidas perdidas no evento, pois apesar do documento que comprovava o atendimento das reivindicações estar em suas mãos, ele não o entregou nem tão pouco informou os garimpeiros do êxito em suas negociações. M.F. "decidiu fazer política" e não atendeu ao pedido de V.H.R para que "não fosse inconsequente e que retirasse os garimpeiros da ponte". Por F.M. correr rico de ser linchado pelos garimpeiros, o depoente o concedeu abrigo no posto policial, saindo no dia seguinte. No dia 11 de janeiro de 1988, F.M. retornou a Serra Pelada acompanhando uma caravana de políticos do PT, PCB e PCdoB, ocasião em que foi realizado um comício. Foi sugerido no evento que os garimpeiros seguissem para Belém, num gigantesco protesto contra o governador. No entanto, os oradores logo puderam perceber a insatisfação do público diante do discurso. "Havia muitos garimpeiros exaltados contra eles, comprometendo-lhes a segurança". Após a caravana deixar a região o delegado da Polícia Federal, P.D., pediu aos garimpeiros que não atendessem ao convite de protesto evitando possíveis confrontos com a Polícia Militar, o que provocaria mais vítimas. As palavras de P.D. foram atendidas, o que frustrou a caravana que esteve em Serra Pelada, que, além de F.M., contava ainda com A.M. Malograda suas intenções, os políticos e F.M. apregoaram que a Polícia Federal "achatava as lideranças do garimpo, passando a caluniar o órgão e seus componentes através dos jornais". I.S.M. afirmou ainda em seu depoimento que, durante o movimento grevista, um indivíduo identificado como funcionário da Cia. Vale do Rio Doce infiltrou-se no movimento e acompanhou F.M., lavando-o a diversos lugares em um carro locado. O depoente assegurou que jamais agrediu quem quer que seja durante todo o tempo em que esteve em Serra Pelada, respeitando e sendo respeitado pelos garimpeiros, e que, por isso, as denúncias que fazem F.M., M.G.S. ou F.M. são "caluniosas, pois sempre os tratou bem, embora às vezes com rigidez quando o caso assim exigia". Para I.S.M. a razão da "calúnia" encontra-se na inveja, por ser bem-quisto e admirado pelas "coisas simples que realizava" aos garimpeiros, e no "desejo de vingança por não terem conseguido mais vítimas entre os garimpeiros levando-os a Belém", ou ainda na autopromoção através dos jornais.

O delegado da Polícia Federal P.D. também prestou depoimento. P.D. afirmou que a ideia de montar um pequeno hospital em Serra Pelada surgiu quando ali chegou e constatou que não existia qualquer atendimento médico aos garimpeiros, sendo necessário, em casos de emergência, o deslocamento para Marabá. Foi então enviado ofício à Coordenação Ouro pedindo o uso de sua antiga instalação, o que foi concedido. Uma comissão formada por garimpeiros e F.M. encarregou-se de arrecadar contribuições na comunidade para a manutenção do hospital, isso é, compra de medicamentos, equipamentos, alimentação aos doentes, pagamento a médicos (2) e enfermeiros (8). Desconfiando da honestidade da comissão, os garimpeiros pediram que um membro da Polícia Federal fizesse parte daquele grupo. Comovidos pela situação de miserabilidade dos garimpeiros, os policiais federais passaram não apenas a contribuir para as despesas do hospital, mas

também a fornecer alimentação aos carente, tudo com suas próprias diárias. Aumentou-se com isso os ciúmes de pessoas e outros órgãos. No entanto, por não conseguirem prova ou ato que visse desabonar o prestígio dos policiais, optaram por valer-se da "intriga, mediante falsas denúncias ou informações a Brasília". Quanto a M.G., sempre ficou claro seu desejo de assumir a presidência da Cooperativa dos Garimpeiros e liderar os garimpeiros. Como não era benquisto pelos garimpeiros, sua tática foi aproximar-se dos Policiais Federais e pelas costas difamar a imagem dos mesmos através de inverídicas informações. O depoente assegurou que nunca recebeu presentes de garimpeiros nem qualquer passagem aérea. Jamais recebeu qualquer ordem de pagamento proveniente do garimpo de Serra Pelada e que em momento algum pediu que não se cooperasse com N.M. e com a Junta Interventora. A greve do final de 1987 foi preparada desde junho daquele ano e, quando finalmente ocorreu, o delegado P.D. se encontrava em Fortaleza, por isso alegou ser falsa a acusação de "ter mandado o elemento V.H. exigir do tesoureiro da Cooperativa todo dinheiro do cofre para apoio à greve e ocupação da Ponte Rodoferroviária". Ainda por estar em Fortaleza durante a greve, o depoente chama de "ridícula" a denúncia de forneceu armas aos líderes dos garimpeiros e que os instruiu para que resistissem armados à Polícia Militar. P.D. respondeu que não tem informações que V.H.R fosse viciado ou traficante e que, de fato, existem três civis contratados para fazer trabalhos de limpeza e cozinha no posto policial, mas que nenhum deles aparenta ser "afeminado". Os policiais se juntaram na noite de natal para jantar no restaurante de V.H.R, sem qualquer tipo de anormalidade "sendo mais uma calúnia de informação de que tenha havido um show de bonecas 'gay', fato muito difícil de ocorrer em um garimpo onde os homens andam sujos e maltrapilhos, nada se assemelhando a 'bonecas'".

Também prestou depoimento o subgerente do Bamerindus, agência Serra Pelada, A.F.M. Declarou que nunca nutriu laços de amizade com policiais federais, mas que alguns destes já participaram de churrascos nas dependências do banco. A.F.M. se recorda ter trocado alguns cheques da Caixa Econômica e do Banco do Brasil para policiais federais, mas nunca trocou cheques do próprio Bamerindus. Quanto a M.G. revelou que este era cliente e frequentador assíduo do banco, mas que este nunca pediu que trocasse cheques para policiais e ainda que assim o fizesse o subgerente não faria, "pois é de conhecimento notório neste garimpo que o mesmo é sujo". Por fim, A.F.M. se comprometeu a entregar qualquer cheque que venha ser solicitado pela Polícia Federal.

Ainda foi inquirido a depor M.G. Em seu depoimento, afirmou que o único caso de corrupção comprovada envolvendo policiais federais que tem conhecimento ocorreu em 1987, quando um agente da PF, que não soube seu nome nem lembra descrição física, trocou no Bamerindus, por intermédio do subgerente A.F.M., um cheque de valor superior a 21 mil cruzados e que foi o próprio subgerente quem chamou M.G. para lhe informar que o cheque sacado era "objeto de corrupção". Afirmou que desconhece quem seja o emitente do cheque e que tudo que soube foi de "ouvir dizer que o cheque emitido fora para agraciar 'uma proteção' com respeito a retirada de um cascalho de dentro da cava". Disse ainda que em Serra Pelada todos conhecem o fato relatado e "desconhece que a Polícia Federal permita a saída de ouro de Serra Pelada". Durante o levante que causou a morte de alguns garimpeiros na ponte, M.G. alegou estar em Brasília, por ocasião do grupo de trabalho criado pelo governo federal para solucionar problemas do garimpo de Serra Pelada. Assim sendo, apenas ouviu comentários sobre "os fatos que motivaram o levante dos garimpeiros e que culminaram a morte de

alguns deles na ponte sobre o rio Tocantins". O depoente retificou que não possuía gravação de conversas de policiais federais ou delegado a respeito de uma suposta ordem vinda de Brasília pedindo que a Polícia Federal não cooperasse com N.M. ou a Junta Interventora. M.G. afirmou que por meio da "Rádio Peão e Telefone Cipó" comentava-se o envolvimento de policiais federais com corrupção, e em Serra Pelada falava-se que A.D.T. teria pagado as férias do delegado P.D., mas o depoente não possuir provas que comprovem o fato. O declarante assegurou possuir um recibo do Juiz Juramir [em outros documentos consta como Jurandir] no valor de mais de 300 mil cruzados referente a uma doação de A.D.T. para compra de móveis para o Fórum e que isso lhe pareceu duvidoso.

Após apurar os fatos, ouvindo as partes envolvidas, concluiu-se que "apenas podemos lamentar que algo tão sério como um documento de informações possa-se prestar para autêntico 'mexerico da candinha'". Quanto ao trio "Fé, Esperança e Caridade", trata-se de termos enaltecedores, já que são reconhecidas virtudes. Ficou evidente que tudo não passou de uma "piada". "Piada que custou dinheiro e precioso tempo do DPF".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88066012
ACE: A066012/88
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 22/01/1988
Assunto: Relatório anual das atividades do PCdoB no ano de 1987

O documento produzido pelo SNI – Agência Central, Brasília, em 22 de janeiro de 1988, trata de um relatório anual das atividades do PCdoB no ano de 1987. Segundo o informe, dado o inexpressivo desempenho nas eleições de novembro 1986, o PCdoB mergulhou num "processo de autocrítica". A política imediatista foi considerada uma das responsáveis pelo resultado abaixo do esperado. Como efeito, a reorganização partidária levou à realização de debates sobre o assunto em conferências regionais, municipais e distritais. O Seminário Nacional Viração e o III Congresso Nacional da União Juventude Socialista (UJS) pretenderam "buscar novas lideranças para serem incorporadas ao partido" e reconquistar o terreno perdido para o PT. Em janeiro de 1987, João Amazonas, líder do Partido, retirou o apoio que o PCdoB vinha oferecendo ao Governo, passando, desde então, a ser oposição. A partir daí, o partido radicalizou suas ações, desvinculou-se do Governo e do PMDB, no Movimento Operário-Sindical incentivou trabalhadores a não aceitarem acordos de negociação e apoiou a criação de um bloco de esquerda para influenciar na preparação da nova 'carta'.

O documento lista uma série de eventos do Partido, com discrições bastante breves. São reuniões em Pernambuco, Brasília, São Paulo e no Rio de Janeiro, ato de hostilidade ao prefeito de São Paulo, lançamento de campanha de filiação em Alagoas, participação em protesto durante a "instalação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte", Seminário Nacional Viração em Alagoas, III Congresso Nacional da UJS em Sergipe,

palestra de João Amazonas no Paraná, comemoração aos 65 anos da fundação do PC – Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), comemoração em diversos estados do 15º aniversário da guerrilha do Araguaia, protesto no Pará pela morte do Secretário-geral do CDRP/PC do B/PA, Paulo César Fonteles de Lima, Conferência Municipal Extraordinária em Vitória da Conquista/BA e programas do PCdoB em cadeia nacional.

O relatório destaca os seguintes eventos:

1) Reunião nacional do PCdoB. Realizada de 28 a 30 de janeiro de 1987 em Brasília e contou com o suporte do Governo do Distrito Federal, cedendo instalações para o evento, do Senado Federal, cedendo instalações para hospedagem, da Câmara dos Deputados e do Projeto Rondon, que disponibilizaram ônibus aos participantes. A sessão de abertura da reunião, com cerca de cem pessoas, apresentou um informe onde foram definidas as "orientações táticas" do partido diante da conjuntura nacional. Nos dias 28 e 29 as análises do balanço político se estenderam, tendo um ou outro dirigente regional abordado outros temas. E.I.V. de Goiás, criticou a política econômica e a dívida externa e propôs "ostensivamente a violência, ao defender a mobilização popular para 'arrebentar consulados, queimar embaixadas, destruir ministérios e por fogo em ônibus'". No dia 30, o secretário de organização D.F.A. externou sua preocupação diante da "desorganização interna do partido", reclamando maior elevação no nível político e ideológico do conjunto. Os debates foram encerrados com o ex-deputado federal/SP A.P. defendendo a criação de "células" e da "pregação 'marxista-leninista' no interior das fábricas". O encontro teve fim com a participação de 400 pessoas, quando partiram para uma mobilização popular, parte das "pressões de base", que tinha como meta "intimidar a ANC, considerada, pelo partido, de tendência nitidamente conservadora. Em virtude de boa parte da imprensa se encontrar em Brasília cobrindo a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, os eventos promovidos pelo PCdoB na capital federal tiveram ampla divulgação.

O documento "Informe da Direção Nacional", aprovado na reunião, além de fazer análise daquela conjuntura política, ressalta a decisão em opor-se politicamente ao Governo Federal. O partido considerou como aspectos negativos a "participação nos ministérios de 'elementos reacionários e militares que serviram a ditadura', a manutenção dos sindicatos 'atrelados' ao Estado, a limitação da reforma agrária e a 'intocabilidade' da legislação originária dos governos revolucionários e de órgãos como o SNI e a Polícia Federal". No plano da política econômica, condena a não intervenção nos lucros de bancos e grandes empresas, investimentos no fortalecimento material das Forças Armadas e a abertura ao 'capital estrangeiro' de setores até então de domínio estatal. No plano da política, o partido alegou que o governo vem "sujeitando-se à 'tutela militar'", pois não só manteve intocável importantes setores como também considerou ilegais as greves, ao passo que é passivo diante das pressões e violência dos latifundiários. Diante da instabilidade política e econômica, o PCdoB defendeu a criação de uma "frente democrática e progressiva", que seria uma "alternativa de poder". Isso visou, em um quadro estratégico, substituir o regime político por uma espécie de "democracia popular", fase intermediária em direção ao "socialismo revolucionário". Foram reafirmados alguns aspectos relevantes para debates futuros, como extinção do presidencialismo, reformulação do Legislativo e abolição do Senado, modificação profunda no Judiciário e fim do "militarismo institucionalizado". Também ficou aprovado, durante a reunião, o documento "Informe sobre Política de Organização", que destacou o lançamento de uma

"vigorosa campanha de recrutamento e filiação de novos militantes". Foi sublinhado, positivamente, a filiação de milhares de pessoas, com a inclusão de dirigentes de massa, dando maior contato com sindicatos urbanos e rurais, associações de moradores, entidades universitárias e secundaristas. Esse ganho numérico, contudo, veio em detrimento da qualidade política e ideológica do conjunto do partido. Foi destacado, negativamente, o aspecto disperso das filiações, a reduzida incorporação dos novos filiados às Organizações de Base (OB) do partido, o baixo empenho em se construir novas OB onde se recrutava militantes, atuação de grupos ativistas em substituição ao funcionamento das OB e controle insuficiente durante a filiação. Contra essas falhas o PCdoB enfatizou que o partido é dirigido por um centro único, o Diretório Nacional, que assegura a "unidade orgânica e política". Sua ligação com as massas se faz pelas OB, criadas em fábricas, bairros, escolas, etc. Os Diretórios Distritais (DD) devem ser criados nas capitais e grandes centros, onde exista um grande número de OB para organizar seu funcionamento. Ressaltou a obrigação dos militantes e a importância no controle das mensalidades e contribuições recebidas. Quanto as campanhas de filiação, reafirmou seu caráter permanente, dando prioridade "à classe operária, aos assalariados agrícolas e aos pequenos camponeses". O partido reconheceu a existência de "burocratas que dirigem o partido sem sair da sede e sem participar de suas ações" e orientou para utilizar o método da "direção coletiva".

A formação teórica e ideológica do militante também foi preocupação do partido, que lembrou que esta formação visava a "perfeita compreensão e assimilação da doutrina marxista-leninista" e obedecia aos níveis: (A) curso para filiados e membros das OB, ministrados pelos DD e DM; (B) cursos de grau médio, ministrados pelo DR, e (C) cursos de nível superior, ministrados pelo Diretório Nacional.

2) III Congresso Nacional da UJS. A União da Juventude Socialista (UJS), organização do PCdoB, realizou entre os dias 19 e 22 de fevereiro de 1987 no campus da UFSE, em Aracaju, seu III Encontro Nacional. O evento contou com cerca de 600 pessoas, número abaixo das expectativas, e teve o subsídio de órgãos públicos locais. J.R.R., secretário de massa do Comitê Central, coordenou o encontro, que em sua abertura teve uma mesa composta por representantes do PT, PSB, CUT, PCP-R (Partido Comunista de Portugal Reconstruído), de autoridades locais e de "entidades infiltradas, controladas ou dominadas, pelo PCdoB". Durante debate foi discutida e rejeitado o pagamento da dívida externa e aprovada a implantação de uma reforma agrária antilatifundiária. Destacou-se, pela declaração de G.M.M., presidente da UNE, que os estudantes realizarão pressão sobre os constituintes durante a votação de medidas de interesse da "comunidade estudantil". Os debates ainda produziram uma lista de itens para ser encaminhada ao Congresso, em oportunidade da elaboração da nova Constituição. Constou: voto a maiores de 15 anos; proibição de trabalho aos menores de 14 anos; jornada de 6 horas de trabalho para os estudantes; ensino público e gratuito em todos os níveis; preservação da fauna e flora; serviço militar opcional e extensivo às mulheres; criação de áreas esportivas em cidades com mais de mil habitantes; criação de teatro, cinema e bibliotecas em cidades com mais de 5 mil habitantes; e proibição do plantio, comercialização ou exposição de substâncias que causem dependência física ou psíquica. Seguindo o debate, o deputado federal do PCdoB/RJ E.J.V.S afirmou que os integrantes das assessorias parlamentares dos ministérios militares trabalham no sentido de convencer os parlamentares a manterem os interesses das Forças armadas. No dia 21, discutiu-se sobre drogas,

educação sexual e cultura, temas que foram coordenados respectivamente por A.A.R.F., J.F. e o ator L.G. No dia 22 foi aprovada a alteração nos estatutos da UJS, permitindo mais cinco sub-coordenações junto à diretoria, momento em que foi eleita uma nova coordenação nacional.

3) Comemoração dos 65 anos de fundação do partido. Em Alagoas, comemorou-se com faixas, cartazes, show artístico e abertura de novas filiações. Na Bahia, cerca de mil pessoas assistiram ao pronunciamento do líder comunista, João Amazonas, no cineteatro Nazaré, em Salvador, onde falou das propostas do partido para a Assembleia Nacional Constituinte e declarou a retirada do apoio ao governo de Sarney. No Pará, a CDRP do PCdoB/PA realizou um ato festivo na Câmara Municipal de Belém. O evento foi dirigido pelo presidente da CDRP/PA, M.M.S., e reuniu aproximadamente 200 pessoas. Na Paraíba, ocorreu um ato público no auditório da Faculdade de Direito, onde teve a participação do jornalista J.R.C., editor do periódico "A Classe Operária". Filiaram-se na ocasião S.A.N. e R.T.M. No Rio de Janeiro, um ato comemorativo levou à Assembleia Legislativa do Estado aproximadamente 600 pessoas, que ouviram o pronunciamento de João Amazonas, que enfatizou a permanência do mando militar e "conclamou a todos os partidos, independentemente de ideologias, que se virem para a conquista da liberdade do povo brasileiro". Em São Paulo, a comemoração ocorreu na sede do próprio partido, que abrigou cerca de 150 pessoas. José Aldo Rebelo, secretário de agitação e propaganda do comitê regional iniciou o discurso comemorativo, e, em seguida, o militante Ronaldo Cavalcante Freitas iniciou uma palestra destacando a história do partido, as contribuições para a democracia e a experiência do PCdoB na guerrilha do Araguaia.

4) II Reunião da Coordenação Nacional da UJS. O evento foi realizado entre os dias 13 e 14 de junho de 1987, em São Paulo. A reunião teve como pauta: análise da política nacional, constituinte, organização da UJS e o jornal "Descaso". No dia 13, A.A.B.F., coordenador geral da CN da UJS, abriu a reunião rejeitando a política do governo "em prol dos magnatas americanos" e destacando a luta pelas eleições diretas logo após o fim da Constituinte. No dia seguinte, A.A.B.F. iniciou o debate "procurando mostrar a posição que as atuais Comissões do Congresso Constituinte assumem no sentido de favorecer a 'burguesia' e os 'imperialistas americanos'". I.P.S, coordenador geral da coordenação estadual da UJS/SP criticou os membros do congresso constituinte que adotam posições de direita. R.R.B., presidente da UBES e membro da CN da UJS, sugeriu que se fizesse um abaixo-assinado dirigido à Constituinte, para que fosse aprovado o direito de voto a partir dos 16 anos. I.C.M., integrante da CN da UJS, propôs manifestação em praça pública, para cobrar soluções dos constituintes para as propostas enviadas à ANC. Em debates sobre a UJS acertou-se que nos três meses seguintes ao fim desta reunião serão concentrados esforços no abaixo-assinado pelo voto aos 16 anos; os estados devem enviar mensalmente cotas em dinheiro para a CN e alugarem sedes próprias.

5) Comemorações do 15º. Aniversário da guerrilha do Araguaia. O documento assevera que nessas ocasiões o PCdoB divulga "amplamente sua versa do referido episódio" reivindicando o "direito de que a 'Guerrilha do Araguaia' passe à história do País, como mais um de seus movimentos libertadores". As comemorações se deram em diversos estados da federação, destacando: (1) Amazonas. O CDRP do PCdoB/AM comemorou a data na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Amazonas (FCS/UAM), com cerca de 300 pessoas. Organizou-se um debate com a formação de uma mesa, composta por Elza de Lima Monnerat, A.V.C.M., ex-deputado federal

pelo PSB/AM, A.R.V., deputado estadual pelo PSB/AM, V.L.F., membro do diretória municipal do PDT/AM, R.M.T.J., presidente da CGT/AM, E.B.B., presidente as CDRP do PCdoB/AM, M.Q.I.T., representante do povo líbio no Amazonas, e J.J.M., diretor da FCS/UAM. J.P.G.C. comentou o envolvimento de Elza Monnerat com a guerrilha e afirmou se comemorava não apenas os 15 anos daquele movimento, mas também um ano de ataque americano à Líbia. Elza ressaltou que a decisão da luta armada partiu do Comitê Central do PCdoB e que o movimento não "reconhecido como 'guerrilha' pelas Forças Armadas, numa tentativa de omitir, da História do País, o exemplo de luta pela liberdade". O local do evento foi decorado com a bandeira da Líbia e uma foto do presidente daquele país, "servindo para que mais tarde o partido tirasse proveitos desse acontecimento". M.M. falou da "necessidade da luta pela liberdade contra o imperialismo". Todo o local foi coberto por faixas alusivas à guerrilha do Araguaia e à ofensiva norte-americana à Líbia. O evento recebeu a publicidade da imprensa de Manaus, emissoras de televisão e panfletos chamavam a população a comparecer na festividade. (2) Distrito Federal. O deputado federal pelo PCdoB/GO, A.A., pediu, em pronunciamento na Câmara, que os militares liberassem o nome dos 69 guerrilheiros mortos em "defesa da democracia", e disse ainda que a guerrilha do Araguaia "nada mais foi que uma tentativa patriótica de restabelecer a liberdade e a democracia em nosso país". Também foi registrado que, no auditório do Centro de Ensino de Taguatinga Norte, a UJS promoveu, para 40 pessoas, um debate sobre a guerrilha do Araguaia e o Quilombo dos Palmares, o qual seguiu após palestra do militante J.S.C. (3) Espírito Santo. Em Vitória, no dia 15 de abril, um ato público no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo marcou a comemoração do aniversário da guerrilha. O evento foi organizado pela executiva regional do PCdoB e contou com a participação de representantes do PSC, PDC, PMN, PCB e lideranças comunitárias. (4) Minas Gerais. Foram realizados reunião e debate sobre a guerrilha do Araguaia na Casa do Jornalista de Minas Gerais. Mortos e desaparecidos receberam as homenagens dos participantes, que comentaram que o advogado Luis Eduardo Rodrigues Greenhalgh defenderia os interesses dos familiares dos guerrilheiros. (5) Rio Grande do Norte. No dia 12 de abriu comemorou-se, na sede da Associação Norte-Rio-Grandense de Imprensa, o 15º aniversário da Guerrilha do Araguaia. O presidente do PCdoB/RN e ex-guerrilheiro, G.F.S., pediu solidariedade da população com os familiares dos mortos no episódio, a fim de que se pressione a Justiça Federal em adiantar o processo movido pelos familiares que desejam saber onde foram enterrados seus parentes. (6) Rio Grande do Sul. O diretório regional do PCdoB divulgou em Porto Alegre um panfleto intitulado "Araguaia 15 anos – A Semente Brotara". O folheto fez apologia à Guerrilha do Araguaia, mostrou os nomes dos desaparecidos e noticiou o processo judicial que envolve os familiares dos mortos no confronto, chamado de "Ação Araguaia". Citou-se, ainda, o nome do juiz federal V.L.A. por acolher o referido processo. (7) No Rio de Janeiro.o PCdoB realizou, em 13 de abril, um ato público em comemoração ao aniversário da guerrilha. O evento ocorreu na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e contou com cerca de cem pessoas. O ato prosseguiu no salão nobre da Câmara Municipal, com painéis e fotografias dos homenageados. A deputada estadual J.F. (PCdoB/RJ) declarou na oportunidade que "ao preservar a memória dos 'Guerrilheiros do Araguaia', todos estavam 'lutando para não permitir que os militares voltem a atacar'". (8) São Paulo. Quatrocentas pessoas se reuniram no auditório da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo, em 12 de abril, para comemorar o aniversário da Guerrilha. Criméia Alice Schmidt De Almeida, ao fazer uso da palavra, criticou o governo brasileiro por enviar armas ao Chile, sabendo que estas serviriam para reprimir aquela população.

João Amazonas falou que a “ditadura militar” assassinou pessoas inocentes e foi “um período de Generais corruptos” que “estão até hoje sem serem punidos”.

6) Reunião da Comissão Executiva em Brasília. O CE/CC do PCdoB reuniu-se no Sindicato dos Professores do Distrito Federal, em 20 de junho, para discutir a “Campanha Pré-eleições Diretas para Presidente da República”. Foram identificados os membros da campanha: senador A.C., deputado A.A., deputado S.S., os sindicalistas “Chico Vigilante” e W.N.V. Ao todo, o evento contou com cerca de 60 participantes, militantes do PCB, PCdoB, PT, PDT, PSB e PDS. Por decisão da maioria, o PDS foi excluído da campanha. Ficou acordado que os partidos participantes da campanha bancariam com as próprias despesas da campanha, cuja órbita teria como centro a oposição aos pacotes do Governo e a participação popular na Constituinte. Foram criadas quatro subcomissões: infraestrutura, finanças, segurança e cultura.

7) Reunião da Direção Nacional. A reunião ocorreu em 17 de agosto no Estado de São Paulo, onde foi divulgado o comunicado “Vitória da Unidade do Partido”, o qual discute os “problemas ideológicos relacionados com as atividades de grupos ‘fracionistas’ e ‘antipartido’ atuantes, principalmente, em São Paulo”. O comunicado alega que os grupos fracionistas são “produto da influência da ideologia ‘pequeno-burguesa’” e podem ser exemplificados pela Ala Vermelha (AV), em 1966, e o grupo de O.D.O., N.L. e José Genoino Neto, em 1979/80, que formaram o Partido Revolucionário Comunista (PCR). As ações de A.N.B, A.M. e L.M.A.S. foram criticadas por deturpar a ideologia do partido. O grupo de A.N.B.vinha realizando um trabalho de “fracionismo” dentro do PCdoB, o que levou a expulsão definitiva desses militantes. Também foi destacado o trabalho fracionista de M.A.A., a “Amelinha”. A militante vinha através da criação do Núcleo de Mulheres do Centro de Cultura Operária promovendo a si própria e lutando contra o partido. Amelinha e M.L.A.R., chamada de “Lurdinha” abordaram militantes do partido durante o 1º. Encontro Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulher, no Rio de Janeiro, a fim de angariar membros para seu grupo. Devido as ocorrências, o partido pretendeu, em âmbito nacional, realizar “um trabalho de educação político-ideológico sobre o significado dos grupos e das atividades antipartido, visando ao fortalecimento da unidade e a disciplina; reforçar a ‘vigilância revolucionária’; e desenvolver a democracia interna em suas fileiras”.

8) Programa do PCdoB em rede nacional de televisão. O documento caracterizou o programa como “de duvidosa qualidade política” e “exceto a intransigente defesa das eleições para Presidente da República em 1988, as posições e as propostas apresentadas são as mesmas desde Fevereiro de 62 – quando se formalizou como dissidente do PCB –, mesmo porque o PCdoB não evoluiu nem se atualizou, mantendo-se coerente com a sua linha política e ideológica, e incapaz de acompanhar as profundas transformações políticas, econômicas e sociais, ocorridas no País e no mundo, ao longo dos últimos anos. O partido mostrou-se, como na realidade o é, uma seita conservadora e retrógrada, apegado a dogmas e a princípios historicamente ultrapassados e repudiados pela imensa maioria da Nação, em 15 Novembro de 86”. O programa apresentou “agressivos ataques ao Presidente da República e às Forças Armadas, essas acusadas levianamente, ditarem e imporem a política governamental, de estarem interessadas na ‘prorrogação do mandato presidencial’ e de pressionarem, através de suas assessorias parlamentares, os congressistas e a própria Assembleia Nacional Constituinte”.

Com o tópico “Atuação nos diversos campos”, o documento informa

que o PCdoB pretendia formar uma frente de oposição que atuaria dentro do Congresso Nacional estabelecendo o que chamaram de “pressões de cúpula”, efetivadas por parlamentares e outras autoridades, também pretendem formar “pressões de base”, desencadeadas por entidades que trabalham em diversos movimentos de massa, possuindo ainda como objetivo a consumação da campanha por eleições diretas, “que poderá levar a desestabilização do atual Governo. Uma das missões da ‘Frente’ seria a de pressionar e combater a hegemonia conservadora na Constituinte”.

Tratando do Movimento Operário Sindical (MOS), o documento registra que em março de 1987 a direção nacional do partido distribuiu para seus militantes do movimento sindical em diversos Estados um documento chamado “Orientação para o Trabalho Sindical”. Nele, o PCdoB afirmou que o retorno da inflação e a deterioração salarial levaram o MOS à procura de formas unitárias. O partido defendeu que diante daquela conjuntura, a unificação do Movimento é uma necessidade. Quanto a CUT, alegou “está ligada a setores sindicais social-democratas e democratas-cristãos, reformistas e antiunitários. Defendendo ideias do anarco-sindicalismo, procura despolitizar o MS, usando linguagem radical e demagógica”. A CGT, por sua vez, deixou, em seu primeiro ano “muito a desejar, principalmente pelas disputas internas entre facções de ‘pelegos’”. Foi denunciada ainda a ligação entre os dirigentes da União Sindical Independente (USI) e o imperialismo norte-americano. O referido documento produzido pelo PCdoB inferiu determinando a seus militantes que sigam o modelo de atuação onde se deve lutar pela autonomia e sindical, por um sindicalismo unitário e coeso, pela democratização das entidades, contra o peleguismo e contra o anarco-sindicalismo. Certos sucessos alcançados pela CUT levaram alguns militantes do partido a sugerir uma adesão do PCdoB àquela entidade, o que é um erro, já que as práticas da Central Única “são hegemonistas, exclusivistas e profundamente anticomunistas”. Ainda neste mesmo documento, o partido confirmou continuar atuando na CGT, mantendo um comportamento “independente e crítico” e desenvolver um trabalho de base na região sudeste, onde sua participação, nos sindicatos mais significativos, ainda é inexpressiva. Foram apresentadas como “Tarefas Imediatas”: contribuir com o MS na busca de meios para formar uma Frente Progressista e Popular que objetive solucionar a crise cujo país estava mergulhado; contribuir com as reivindicações do MS, tais como aumento salarial, 40 horas semanais, estabilidade empregatícia, liberdade de organização das comissões de empresas, direito de greve, fim do atrelamento dos sindicatos ao Estado, liberdade e autonomia sindical e salário mínimo de acordo com cálculos do DIEESE; contribuir com a luta do MS para que a Constituição tenha valor democrático; contribuir que o MS tenha poder de mobilizar a nação para suspensão da dívida externa, reforma agrária e liberdade democrática.

O ano de 1987 marcou uma participação mais ativa do PCdoB em manifestações reivindicatórias, onde não raramente acabaram em violência. Segundo noticiou a imprensa paulista em março de 1987 o partido patrocinou invasões a terrenos em Guaianazes e Ferraz de Vasconcelos, em São Paulo. Em junho, motivados pelo aumento das anuidades escolares, integrantes da UBES coordenaram manifestação que depredou instalações do Colégio Objetivo. No mesmo mês em Goiânia, o PCdoB orientou e conduziu um “quebra-quebra” contra o aumento das tarifas do transporte coletivo. Ainda em junho a direção nacional do partido lançou uma nota convocando a população à participar em Brasília do “Comício Pró-direitas em 88” e exigir o fim do governo Sarney após promulgação da Carta Magna. Ainda foi registrada a participação de M.M.R., membro da comissão diretora regional provisória da

PCdoB/RJ, nas manifestações ocorridas em 30 de junho no Rio de Janeiro. Em julho, o jornal Folha de São Paulo publicou artigo em que G.N., membro da executiva estadual, apareceu afirmando que “saques [eram] legítimos por isso tinham o apoio do PCdoB”. Em nota oficial, o partido declarou que “não organizava, nem incentivava tais movimentos, mas reconhecia o direito do povo à sobrevivência”. O.F.J., membro do comitê regional do PCdoB/BA confirmou que a entidade estaria idealizando manifestações nacionais contra o baixo salário e os altos preços alimentícios. O mesmo indivíduo afirmou que manifestações pacíficas não adiantam, sendo provável que, na Bahia, ocorressem saques, baderna generalizada e “quebra-quebra”. Destacou-se ainda que durante a fracassada greve geral de 20 de agosto de 1987, organizada pela CUT e CGT, foi identificada a participação de militantes do PCdoB. Na Bahia, F.J.U.A.R., militante do partido, “foi responsável pelo levantamento dos pontos estratégicos, para a realização de ‘piquetes’ e distribuição de ‘miguelitos’”. Vários militantes foram presos na ocasião, em Salvador.

Como Movimento Educacional (MEd), o documento aponta a intensa atividade da UJS, instrumento de mobilização dos jovens. No entanto, procurando estruturar-se em todos os estados, não vêm encontrando grande receptividade pelos jovens. Quanto aos estímulos dados pelo PCdoB as manifestações estudantis ocorridas em São Paulo contra o aumento das anuidades escolares, e Goiânia, contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, o documento fez compreender que o partido não posicionou seus protestos diante de questões como o aumento de anuidades ou tarifas, mas dentro de um plano mais abrangente visando “inviabilizar a iniciativa privada, nas áreas em que o partido defende maior intervenção do Estado ou, até mesmo, a estatização”. A tendência estudantil “Viração”, após Seminário Nacional Viração, em Maceió, com a presença de cerca de mil delegados nos mais diversos Estados, passou a ser revigorada.

Diante dos fatos expostos, o documento conclui fazendo as seguintes apreciações: a Reunião Nacional do partido justificou a migração de seus militantes para Brasília, onde através de manifestações demonstraram a força de interferência na decisão dos constituintes. Os maus resultados econômicos do “Cruzado I e II” justificaram a passagem do partido para a oposição. Após o fracasso eleitoral, o PCdoB sustentou a criação de uma “frente democrática e progressista”, com a intenção de “aprofundar as mudanças iniciadas com a campanha das ‘diretas já’”. No II Congresso da UJS, o partido convidou representantes dos Movimentos Socialistas, como do PT, PSB, CUT e outras que anteriormente não eram convidadas. A participação de estrangeiros, como o representante do PCP-R, colaborou para uma maior dimensão ao evento e estímulo às atividades revolucionárias. O rompimento com o governo trouxe maior integração ao partido, assim como crescente radicalização em movimentos populares. O PCdoB desconsiderou o governo Sarney como um período de “transição democrática” e oportunizou o momento para “criar uma alternativa política mais esquerdista, dentro de um regime democrático ‘rumo ao socialismo’, tendo como pano de fundo a Assembleia Nacional Constituinte”. A formação de uma “frente democrática e progressista” foi uma estratégia provisória para não se isolar politicamente e ampliar o poder de intervenção no processo da Constituinte. O partido almejou que as pressões à ANC possibilitassem uma nova Constituição com condições para se chegar ao socialismo.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88066814
ACE: A066814/88
Agência: AC
Órgão Produtor: SNI
Data de Emissão: 27/07/1988
Assunto: Palestra proferida por Jacob Gorender e José Genoíno Neto na abertura do curso "20 anos de utopia e ilusão".

O documento da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, datado de julho de 1988, versa sobre o curso "20 anos de utopia e ilusão", realizado no dia 04 de junho de 1988, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, com o tema "A opção pela luta armada". Para discorrer sobre o assunto foram convidados Jacob Gorender, escritor e fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR, e José Genoíno Neto, deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores –PT de São Paulo e dirigente do Partido Revolucionário Comunista – PRC. Jacob Gorender, na abertura do evento, "fez uma breve explanação sobre o marxismo ortodoxo e as chamadas classes dominantes e dominadas, justificando a necessidade do uso da força numa revolução socialista, inclusive no Brasil, como forma de mudar o status quo". Em sequência, o palestrante lembrou a revolução bolchevista na Rússia e citou frases do teórico marxista Antônio Gramsci, como por exemplo: "Para a tomada do poder é necessário antes a conquista ideológica das massas". Gorender conclamou os estudantes presentes "a meditarem sobre a referida mensagem para a vitória de um processo revolucionário". Em continuação à palestra, tomou a palavra José Genoíno Neto, que explicou como nascera a ideia da guerrilha do Araguaia e destacou o "fracasso dos movimentos de esquerda no Brasil, pela eficiência das forças repressivas do governo e a deficiência dos revolucionários que subestimaram as forças governamentais".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88068393
ACE: A068393/88
Agência: AC
Órgão Produtor: Centro de Informações do Exército
Data de Emissão: 16/11/1988
Assunto: Ex-militantes de organizações subversivas terroristas

O documento de 16 de novembro de 1988, do Centro de Informações do Exército, versa sobre as atividades de ex-militantes de organizações consideradas "subversivas terroristas", a começar por Elizabeth Mendes de Oliveira (E.M.O.), ex-ativista da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR/PALMARES e atual secretária estadual de cultura de São Paulo, responsável por assinar o ato de tombamento do prédio da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – USP, onde no presente funciona a Junta Comercial de São Paulo. O evento foi difundido

pelo jornal “O Estado de São Paulo”, que relembrou as ações de militância da estudante E.M.O. durante a Batalha de Maria Antônia, como ficou conhecido o conflito entre estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP contra os alunos da Universidade Mackenzie. Durante o ato de assinatura do tombamento, E.M.O. declarou que “o território livre, reprimido pela direita, deveria voltar a reunir a maior soma de inteligência dos anos 60” e ainda que o “prédio voltaria à Universidade de São Paulo e seria o museu da maior batalha estudantil brasileira”.

O documento relata o discurso de José Dirceu de Oliveira e Silva (J.D.O.S.), deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores – PT e ex-militante da Ação Libertadora Nacional – ALN, responsável pela proposta de tombamento, quem declarou que se “deveria encontrar o tempo necessário para relembrar aqui nossa grande luta pela vida”. No balcão do intitulado Bar do Zé, conhecido como “quartel general dos alunos da USP” durante os conflitos contra os estudantes do Mackenzie, J.D.O.S. relembrou o momento da “falta de gasolina para montar os coquetéis molotov” e acrescentou que “a época é outra e que não se podia mais encher a barriga com ideais”. A fonte primária destacou a participação no evento do ex-militante da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil – AV/PCdoB, Vicente Eduardo Gomes Roig (V.E.G.R.), considerado pelo relator como “envolvido em várias ações armadas pela sua organização”. O ex-ativista declarou que “enquanto os estudantes de cabelo escovinha e pensamentos de direita atacavam com fuzis, ácido sulfúrico e bomba, nós (os estudantes da USP) fabricávamos coquetéis molotov com garrafas de refrigerantes e gasolina”. Ao relembrar a morte do estudante J.G., V.E.G.R. complementou que “nada mais restava a não ser abandonar o prédio, sofrer nas sessões de torturas na casa de detenção e assistir aos terríveis anos da ditadura”. Tais recordações fizeram com que o relator do documento reparasse que “os militantes de esquerda tentavam lembrar manifestações ocorridas no período revolucionário, mostrando os eventos como fatos épicos e seus participantes como heróis”. Como exemplo disso, o documento citou a “exploração constante pela imprensa alternativa, e às vezes pela imprensa regular, da Guerrilha do Araguaia, onde todos os guerrilheiros são colocados como heróis e o evento visto como um fato histórico”. O documento enfatiza que, em contrapartida, “o exército que os combateu é denegrido, seus integrantes definidos como carrascos da ditadura e expostos ao público leitor como inimigos do povo”.

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.89072494
ACE: A072494/89
Agência: AC
Órgão Produtor: Centro de Informação do Exército
Data de Emissão: 15/03/1989
Assunto: Relatório periódico mensal do mês de abril, exemplares 340 e 341

O relatório mensal do Centro de Informações do Exército – CIE, referente ao mês de abril de 1989 n°340, tinha a finalidade de “subsidiar os comandantes com dados atuais e úteis ao exercício de sua ação de comando, particularmente na orientação de seus comandados”. O documento inicia com um editorial intitulado “Greve e violência”, que disserta sobre o acirramento dos movimentos grevistas que, segundo o relator, eram caracterizados por

"explosões de violência, ameaças de confronto e ações de sabotagem, com graves reflexos no campo da segurança interna", uma vez que "o exercício do direito de greve vinha se sobrepondo e ultrapassando os legítimos direitos de livre acesso ao trabalho e de locomoção". O editorial culpa de omissão os responsáveis por manter a ordem pública e ressaltou que "os movimentos grevistas assumiam características revolucionárias e contornos preponderantemente políticos, onde o radicalismo da CUT e seus dirigentes visavam inibir a ação da autoridade, enfraquecer as instituições e manter uma permanente mobilização da classe trabalhadora". O relatório acrescenta que a "influência dessa central sindical junto aos trabalhadores e a sua estreita vinculação com o PT, favoreceram a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, enquanto que o PMDB e o PFL ainda não se definiram junto ao eleitorado". Contudo, "a definição do quadro sucessório não permitia avaliações mais precisas, pois o PT – expressão da Nova Esquerda – e o seu candidato à Presidência da República apresentavam uma tendência de queda percentual nas últimas pesquisas de opinião pública, tendente a aumentar caso persistisse o atual quadro de violência nos movimentos grevistas".

Na seção "Destaque", o artigo intitulado "A Nova Esquerda e o processo revolucionário" disserta sobre a reformulação das atividades de esquerda no país, iniciadas com "ascensão do movimento da Teologia da Libertação no início da década de 70". Essa vertente católica, no entendimento do relator, "criou um inteligente método didático para recrutar, conscientizar e mobilizar o povo, batizado de Educação Popular", ao que o artigo concluiu ser "nada mais que um novo processo para realizar trabalho de massa". O documento realça que o fracasso das organizações de esquerda do período deu-se em razão da falta de apoio popular, porém "à mesma época que elas reformularam sua estratégia desenvolvendo o trabalho de massa necessário para conquistar o apoio da população", "os seguidores da Teologia da Libertação fizeram a opção revolucionária, não obrigatoriamente luta armada, para atingir seus objetivos e intensificaram seu trabalho junto às bases mais carentes da sociedade, valendo-se principalmente do sentimento místico do povo". O artigo salienta que "a sua organização e as suas teses atraíram remanescentes das organizações derrotadas e de outras correntes marxistas", dessa maneira se iniciou uma "violenta campanha que visava desprestigiar as Forças Armadas, os órgãos de segurança e pressionar o governo".

O documento assevera que, "iniciado o processo de anistia, líderes subversivos retornaram ao país" e que "unindo-se aos remanescentes, encontraram na cobertura e proteção dos seguidores da Teologia da Libertação uma certa imunidade para se reorganizarem". Inspirados pelos ideais do italiano Antônio Gramsci, os ativistas "pretendiam criar uma contra-hegemonia social, viabilizando as transformações que permitiriam a conquista do poder e a modificação da estrutura vigente" e para isso, "criaram, infiltraram-se ou apropriaram-se de centenas de órgãos de apoio progressistas", alguns vinculados a outros na América Latina. O documento taxa de "marxistas independentes" os intelectuais, artistas e também os economistas seguidores de modelos econômicos socialistas que não estavam estruturados nas chamadas "organizações subversivas". O relatório afirmou que "esta composição formada em torno do clero marxista, baseado nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, é o que se denominou por Nova Esquerda" que, "embora não bem estruturada, atraiu organizações subversivas reestruturadas ou remanescentes da luta armada".

Com a intenção de articular os diversos movimentos sociais de

esquerda, foi criada em 1980 a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS, que em seu segundo encontro nacional lançou o "Documento de São Bernardo", propondo as bases de um partido político capaz de expressar-se não apenas como um "elemento na luta parlamentar", mas sim "instrumento das lutas populares". Em agosto de 1981, realizou-se uma pré-convenção nacional do Partido dos Trabalhadores – PT , onde "se coroou as intenções das correntes do clero, dos marxistas independentes, dos sindicalistas e de outras organizações subversivas", também se realizou em Bruxelas, na Bélgica, um Encontro das Oposições Sindicais Brasileiras, que culminou com o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, o qual sob a coordenação e inspiração do PT, elaborou as bases de criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, formalizada em 1983. A Nova Esquerda, que "tem no PT e na CUT suas bases políticas", tentou criar outra central para coordenar todos os movimentos populares, que passou a ser conhecida por Central Única dos Movimentos Populares – CUMP ou CENAMPOS.

O artigo enfatiza que o "principal suporte financeiro conhecido para a realização do trabalho de massa da Nova Esquerda era originário das Organizações Não-Governamentais – ONG, muitas delas vinculadas a organismos estatais internacionais". As ONGs, em sua maioria criadas para apoiar a Ação Católica, "eram estrangeiras e confessionais, e repassavam, por doação, milhares de dólares para diversos projetos populares". Segundo o documento, os órgãos de apoio que criaram, "orientavam-se para o fomento da educação popular e assessoria aos movimentos populares e sindicais". Contudo, seria na estrutura administrativa da própria igreja que a Nova Esquerda encontrava respaldo para suas ações, uma vez que havia "estações de tv, mais de cem emissoras de rádio AM/FM, catorze editoras, livretos, boletins e panfletos dominicais que atingiam milhões de exemplares". O relatório afirma que o sucesso alcançado pelo "trabalho de massa" possibilitou a criação de "condições subjetivas" para a tomada do poder, além do que o momento de dificuldades do país "criou condições objetivas ao fazer com que a CUT e o PT ganhassem destaque". O documento citou uma série de manifestações sociais e políticas para demonstrar que o "processo revolucionário estava crescendo e se radicalizando" e concluiu dizendo que "no momento da ruptura final, o braço armado se manifestaria para concretizar a tomada do poder pela força ou viabilizar o golpe de estado e imposição da nova ordem".

Na seção "Campo Militar", o documento cita dois casos de infiltração de ideologias de esquerda por parte de membros do Exército, relata uma série de boatos correntes no meio militar sobre o aumento dos vencimentos e sobre punição com guarnições remotas a militares que requereram atrasados os correspondentes à isonomia. À guisa de esclarecimento, o artigo informa que os "vencimentos dos militares e tudo que lhes dizem respeito, por interessar às Forças Armadas em conjunto, são tratados pelo EMFA com a participação dos três ministérios", além do que "qualquer solução que ocorresse seria estendida a todos os militares, indistintamente e a um só tempo, inclusive para aqueles que não requereram o pretendido benefício". O documento relata os acidentes ocorridos com militares e ações implementadas contra instalações do Exército, concluindo por afirmar que o "aumento do índice de criminalidade e a crescente radicalização política e sindical fazem com que elementos das mais variadas tendências e ideologias, do marginal comum ao ativista de organizações subversivas, viessem a se encorajar e atentar contra instalações militares".

Na mesma seção do relatório, menciona a realização de um seminário sobre o tema “As Forças Armadas na América Latina – papel e atuação”, promovido pela Central Única dos Trabalhadores – CUT e o Movimento Nacional da Defesa dos Direitos Humanos – MNDDH, cujos pontos mais defendidos foram a sindicalização dos militares, a mudança no recrutamento e a formação dos oficiais, “com o fim das Academias Militares para que fosse evitada uma educação dita não-democrática”. Os sindicatos participantes falaram sobre a interferência das Forças Armadas na luta dos trabalhadores, acrescentando que estavam procurando desenvolver trabalhos de conscientização junto aos cabos e soldados, como uma forma de minimizar a atuação destes nos movimentos paredistas. O documento enfatizou que “as Forças Armadas são, para a esquerda marxista, o seu maior obstáculo à tomada do poder, não só por sua capacidade bélica, mas principalmente por seu valor institucional”. O artigo defende o serviço militar obrigatório e as academias militares, opondo-se à sindicalização pois esta “só serviria para criar hierarquias paralelas e conduziria o grupo militar à indisciplina”. Além disso, acredita que a verdadeira intenção da esquerda era a de “inibir os militares para que, em caso de emprego da segurança interna, não se cumprisse o dever de obediência” e que “as poucas pessoas que prestaram atenção ao evento não representavam o pensamento da nação”.

Na seção “Estatísticas Mentirosas”, comenta acerca da resenha “Quinzena”, de 1º de maio de 1989, órgão de circulação interna do Centro Pastoral Vergueiro, entidade ligada aos movimentos populares, ao clero progressista e ao PT, sob o título “PT também veste verde-oliva”, matéria sobre a vinculação de membros das Forças Armadas ao partido. Além disso, o jornal “O Estado de São Paulo”, publicou no dia 05 de maio de 1989, na sua coluna “Canal 3”, nota com o título “Partido Verde-Oliva” em que se expressavam as mesmas ideias da publicação citada acima. Para o relator, ficava evidente que “a origem de tal notícia era a mesma da anterior, mas que a orquestração ideológica era difundida com o objetivo de ganhar credibilidade junto à opinião pública em geral e aos quadros da Forças Armadas, em particular”. Segundo o documento, não haveria pontos de “convergência entre o ideário petista – marxista, leninista, radical e internacionalista – e os valores cultuados pelas Forças Armadas – democráticos, nacionais, moderados e cristãos –, os quais eram o pensamento majoritário da nação brasileira”. Acredita que o pensamento do partido tinha o propósito “de cindir as Forças Armadas como se fossem entidades espúrias de conotação classista” e “seus componentes massa de manobra”, além do que “a forte coesão moral dos seus integrantes não permitiria que se rompessem seus valores”.

A coluna “Campo político”, cujo título do artigo era “PT e PDT: Campanha Eleitoral”, trata sobre as campanhas políticas do PT e PDT à presidência da República, pautadas, segundo o documento, “em propostas socialistas na certeza de que elas teriam credibilidade e preferência em diversos segmentos da sociedade”. Para o relator, nas declarações de Luís Inácio Lula da Silva, “não era mais abordada a estatização do sistema financeiro e dos serviços públicos, nem defendia a revolução como instrumento de transformação social, tudo com o objetivo de ampliar o leque de apoio popular e de reduzir as possíveis desconfianças à sua candidatura”. Por outro lado, “Lula satisfez os setores mais radicais do PT e manteve o compromisso com as propostas socialistas do partido, conforme entrevista publicada na revista ‘Isto é/Senhor’, de 12 de abril”. Quanto ao PDT, a campanha de Brizola “se desenvolvia obedecendo a uma retórica conciliadora, apresentando-se o candidato como a única solução para a grave

crise que o país atravessava, procurando se desvincular da imagem incendiária e caudilhesca que caracterizava sua personalidade e atuação desde o início da década de 60". Segundo o colunista, "Brizola queria situar sua candidatura em uma posição de centro, de forma a angaria simpatias e eliminar restrições" e acrescentou que "as candidaturas do PT e PDT, favorecidas pela crise econômica e pelo descrédito nos políticos tradicionais, vinham encontrando receptividade no seio da população, fazendo-se parecer alternativas modernizadoras e reformadoras". Noticia-se ainda na coluna, com o título "Frente Brasil", que foram concluídas as negociações para a formação da "Frente Brasil", composta pelo PCdoB, PT, PSB e PV, que apoiaria a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva a presidente da República. No entendimento do colunista, "essa frente apresentava semelhanças com outras criadas em diversos países do mundo em que a união das correntes socialistas girava em torno de um programa mínimo de governo, cujo objetivo era a conquista do poder político fosse pela via eleitoral, como a União Popular do Chile, fosse pela luta armada, como a Frente Sandinista de Libertação Nacional na Nicarágua". Contudo, segundo o colunista, após a vitória ou mesmo antes dela, "as correntes aliadas seriam alijadas da frente e impedidas de participarem do processo político e do regime totalitário, pois a ditadura do partido único inviabilizaria a alternância do poder".

Na seção "Campo Psicossocial", o documento considera o ciclo de palestras promovidas pelo PCdoB em comemoração à data do início da Guerrilha do Araguaia, em 12 de abril de 1972, e as ações impetradas pelos familiares dos desaparecidos como uma "campanha para desacreditar as Forças Armadas e, por outro lado, enaltecer o partido criando-se heróis e mártires, tudo em busca do reconhecimento oficial do conflito". Para o relator do documento, "o PCdoB, desde sua organização em 1962, defendeu a violência armada para a conquista do poder, vinculando ideológica e doutrinariamente à República Popular da China, procurando transplantar para o Brasil o seu modelo revolucionário, que seria desencadeada com a criação de um Exército Popular de Libertação". Dentro desta concepção, em 1966, "o partido deslocou seu primeiro militante para o sudeste do Pará, com o objetivo de estudar a região e de adaptar-se ao seu modus vivendi para assessorar os dirigentes do partido na escolha da área onde seria futuramente desenvolvida a guerrilha". O documento descreve a criação dos destacamentos, os primeiros deslocamentos de militantes para a região e também o recrutamento de ativistas, ambos feitos clandestinamente, e segundo o relator, de modo que "a maioria dos futuros guerrilheiros desconhecia o destino final e os verdadeiros objetivos do trabalho a ser realizado". As operações militares foram iniciadas após a denúncia feita por um militante que abandonara a região, descobrindo-se em pouco tempo depósitos de víveres e remédios, armamento, material de orientação, além de literatura marxista, manuais e quadros de trabalho militar". No entendimento do relatório, "as operações militares prolongadas obrigaram os militantes a se esconderem nas matas, ainda que conhecessem bem a região, não se arriscando em nenhum momento a qualquer tipo confronto".

O relator considerou que dois argumentos "fantasiosos" são utilizados para valorizar a atuação dos guerrilheiros e depreciar as ações desenvolvidas pelas Forças Armadas. A primeira falácia é que teriam sido utilizados efetivos superiores a 20.000 homens e que teriam morrido mais de 300 soldados, além do auxílio de militares norte-americanos e portugueses, orientando as forças legais, ao que o relator revelou o exagero dos dados e disse que o efetivo atingiu cerca de 2000 homens, a maioria recrutas. A segunda inverdade é que "a tortura foi apresentada de maneira sensacionalista e

emocional por uma parcela da imprensa, encontrando receptividade perante a opinião pública", ao que o relatório disse que a "polemização do fato atendia aos interesses do PCdoB, que procurava manter um prolongado debate sobre o assunto". Para o relator, "esse tipo de denúncia era invocado pelos ex-terroristas não apenas com o objetivo de obterem o reconhecimento e admiração pública, como para se justificarem perante suas organizações por terem colaborado com as forças legais e denunciado seus companheiros".

O documento contém opinião a respeito do líder do PCdoB, João Amazonas, o qual deveria ser processado pelos familiares dos jovens, que se "iludiram com o partido" e se "internaram" nas selvas do Sudeste paraense, retirando-os do conforto familiar e pondo-lhes armas em punho. O citado partido aliado, sob o novo contexto, à "Nova Esquerda" continuou defendendo a luta armada como meio para tomar o poder e mudar o regime. Isso foi visto como uma possibilidade de se ter zonas de treinamento no interior do país, assim como adestramentos no exterior, como ficou registrado o envio de grupos à Nicarágua e Líbia, camuflados como "projetos de solidariedade e culturais". A luta armada é intrínseca ao processo revolucionário marxista-leninista.

Uma seção foi dedicada à nomeação de reitores na UNB. O documento alega que ativistas de Movimentos Estudantis vinham fazendo "intensa campanha" para que o modo de substituição dos reitores nas universidades federais fosse através de eleições, levando em conta a participação da "comunidade universitária". Em razão das mobilizações, diversos reitores foram nomeados a partir de "resultados eleitorais que expressavam a escolha ideológica em detrimento da competência administrativa e valor profissional". Esse foi o caso da UNB. Em torno das possibilidades do ano de 1989, quatro chapas, ideologicamente definidas, foram montadas para, através de eleição, ser escolhido os nomes que seriam encaminhados ao Colégio Eleitoral Especial, onde apenas o vencedor aceitaria a nomeação pelo Presidente da República. A chapa encabeçada pelo espanhol Antônio Ibañez Ruiz, vinculada ideologicamente ao PT, saiu vitoriosa. É sabido que o professor Ibañez participou desde os anos 70 de importantes manifestações que marcaram os movimentos de massa naquela universidade. A seção foi concluída constatando que "essa forma de escolha desgasta a autoridade, desmoraliza a lei e cria um poder de decisão paralelo ao do próprio Estado, onde haverá dificuldades em se definir os limites entre ambição pessoal, o bem comum e a ação revolucionária das organizações e partidos marxistas".

Sob o título "Uruguai, a vitória do bom senso", o documento informa que, em dezembro de 1986, o Congresso do Uruguai aprovou a Lei de Caducidade, a qual anistia militares acusados de "pretensos crimes contra os 'direitos humanos' na luta contra o terrorismo durante o Governo Militar". Embora os partidos de esquerda tenham se esforçado para impedir a aprovação da Lei, "prevaleceu o bom senso do povo uruguaio". A campanha de oposição se colocou como um revanchismo "das organizações esquerdistas latino-americanas". "Os chefes militares brasileiros têm repetido e deixado bem claro que a luta contra a subversão e o terrorismo foi imposição e dever institucional e que qualquer tentativa de julgamento de militares por 'violação dos direitos humanos' é inaceitável".

O documentou trata também do programa "31 de março de 1964, o dia em que o Brasil mudou", exibido pela TVE em abril de 1989. O referido programa teve direção e roteiro de I.A., militante do PCdoB infiltrado naquela emissora. A visão unilateral diante da Revolução de 64, chamada de "golpe-

de-Estado", caracterizou toda a exibição. Impedidos de assumirem o poder em 1964 e ceifados militarmente entre 1968/74, as organizações comunistas tentaram desvirtuar a Revolução. "Essa campanha tem o nítido propósito de manter um permanente clima de hostilidade às Forças Armadas".

Em abril de 1989 publicou-se no jornal O Estado de São Paulo um artigo de título "A crise do socialismo", o qual foi analisado no documento. O jornal mostrou que mesmo com a ajuda soviética de cerca de U$400 por habitante ao ano, o regime de Fidel Castro não conseguiu sair da crise. Isso tudo se somou a uma política ditatorial que impediu qualquer oposição ao socialismo imposto na ilha de Cuba. O documento conclui que foi incompreensível qualquer alinhamento de organizações brasileiras favoráveis à liberdade democrática e política ao regime cubano, e que o presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva manteve contatos "fraternais" com Fidel Castro.

O documento critica, ainda, a postura de artistas e intelectuais brasileiros, "conhecidos militantes de esquerda", como Lucélia Santos, Jorge Amado, Tony Ramos e Chico Buarque por serem solidários aos "órfãos" da Revolução Sandinista, enquanto que no Brasil milhares de crianças vivem em condições miseráveis nos arredores das grandes cidades brasileiras.

Em abril de 1989, o jornal da Manchete noticiou um confronto entre "piquetes bancários" e a Polícia Militar em São Paulo. Foi visto o deputado federal e presidente nacional do PT, Luiz Gushinken, valendo-se de sua imunidade parlamentar e enfrentando a polícia. "Enquanto este parlamentar incitava a violência e o confronto, os congressistas, no plenário da Câmara Federal em Brasília/DF, exerciam as funções para as quais foram eleitos".

Em seção chamada "A ideologia do confronto", Lênin e "Che" Guevara aparecem como principais fontes ideológicas das organizações subversivas brasileiras e "explicam a busca insensata do confronto pelo socialismo revolucionário como sistema vigente". O documento argumenta que estes grupos "procuram justificar os atos de violência que praticam como medidas de autodefesa à 'violência das classes dominantes'". E alerta que "para as organizações marxistas e revolucionárias, a convivência democrática é mera situação transitória em que são criadas, pacientemente, as condições para a tomada do poder pelo confronto violento".

Uma seção foi dedicada ao "Radicalismo no MO/MS". Em março de 1989, a tentativa de greve geral mostrou que as negociações entre governo, classe patronal e o Movimento Operário e Sindical, liderados pelas centrais sindicais, em especial a CUT, e por afinidades de interesse, o PT, já se encontravam exacerbadas. Foi neste contexto, que militantes de organizações marxistas, clandestinas ou não, conduziram atos de radicalização e violência. A ausência de uma legislação que discipline as greves foi apontado como uma das causas das exacerbação grevistas.

O documento finaliza com o tópico "Sindicalismo de resultados". Foi informado que a CGT realizou, entre abril e maio de 1989, eleições para a direção do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. Com a vitória de A.R.M., militantes do PCdoB e MR-8 ameaçaram romper com o sindicato. A.R.M. e L.A.M.N., este último presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo, representaram o chamado "sindicalismo de resultados" de modelo americano, cuja ideia é melhorar as condições dos trabalhadores sem envolvimento político-partidário, onde a greve é o último recurso, quando todas as outras possibilidades já estiverem esgotadas. "Enquanto que a CGT parece estar buscando adotar uma linha mais moderada, a CUT tende a radicalizar o movimento sindical".

Notação BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.89022164
ACE: E022164/89
Agência: São Paulo
Órgão Produtor: Polícia Militar do Estado de São Paulo
Data de Emissão: 04/07/1989
Assunto: Serviço Nacional de Informações e o Habeas Data

O documento da Polícia Militar do Estado de São Paulo, do dia 04 de julho de 1989, trata das "represálias sofridas pelo instituto em relação ao pedido de informações, o Habeas Data, por parte da imprensa e de militantes considerados de esquerda, que tiveram na época do regime militar algum envolvimento contrário ao referido regime e desejavam saber sobre seu passado". O primeiro pedido de Habeas Data foi feito em 06 de outubro de 1988, "um dia após a promulgação da nova Constituição Federal, por parentes de desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, em 1972". Além disso, foi solicitada ao SNI a identificação dos locais onde eles foram sepultados para a obtenção dos atestados de óbito. O informe acrescentou que "o jornal Folha de São Paulo, de 04 de junho de 1989, publicou que o órgão se recusa a fornecer dados até hoje". Em 21 de fevereiro de 1989, o procurador da República Mardem Costa Pinto (M.C.F.) emitiu um parecer no qual dizia que, "em se tratando de pessoa morta, é preciso que haja prova segura de tal condição". Com base nesse ditame, o juiz federal Vicente Leal de Araújo (V.L.A.), da 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília, disse que "o pleito é material e juridicamente impossível" e que "os autores pretendiam compelir a União a indicar-lhes as sepulturas de seus parentes ou desaparecidos, algo que era impossível, considerando as circunstâncias em que se desenvolveram os confrontos entre os guerrilheiros e os contingentes das Forças Armadas".

O documento informa que "os advogados Nilo Batista (N.B) e Felipe Amodeo (F.A.), representantes em juízo dos pais de Sônia Angel Jones, ativista política da Aliança Libertadora Nacional – ALN, ainda não haviam recorrido ao Tribunal Federal de Recursos – TFR requerendo o Habeas Data". "Sônia Angel Jones, segundo sua família, foi torturada e assassinada pelo DOI-CODI, em 1973. Em 24 e 25 de abril de 1989, os advogados da militante entraram com mandados de segurança, com requerimentos nos órgãos administrativos competentes, nos nomes do pai e da mãe da ex-guerrilheira. Contudo, apesar dos pedidos terem sido aceitos pelo Ministério da Justiça, Marinha, Exército, Aeronáutica e Secretaria Estadual de Polícia Civil do Rio de Janeiro, o Serviço Nacional de Informações - SNI os recusou, alegando não estarem na forma prevista pelo órgão".

O informe cita outros casos de Habeas Data, como o da deputada federal Moema São Thiago (M.S.T.), do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB do Ceará, uma das primeiras pessoas a receber a ficha do SNI. Todavia, a deputada "recusou-se a mostrar o conteúdo do documento recebido, argumentando que ele contém informações falsas" e disse que "iria pedir a retificação dos dados, o que não fez ainda por alegar falta de tempo".

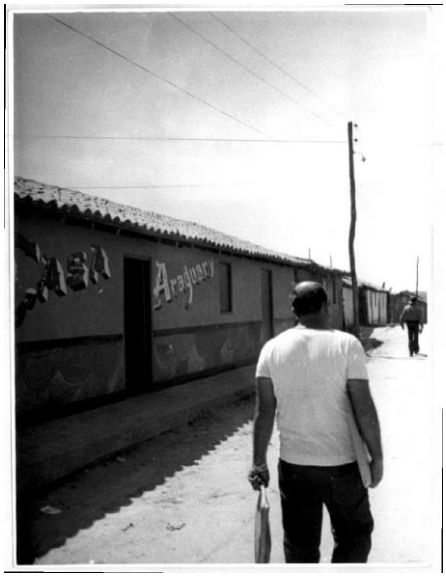
Em seguida, o documento cita o caso de José Carlos Dias (J.C.D.) que, embora “surpreso com a rapidez da resposta de Habeas Data ao seu pedido”, afirmou “não serem as informações de sua ficha e sim, um pedido do órgão para que enviasse a cópia da cédula da identidade, anexando-a ao requerimento”. Posteriormente, a fonte primária trata do fato relativo ao advogado Idibal Almeida Piveta (I.A.P.), conhecido como o teatrólogo “César Vieira”. Ele foi o primeiro requerente a pedir o Habeas Data à Polícia Federal por meio do seu advogado J.F.C.C.. O juiz S.L., da 1ª Vara Federal de São Paulo, considerou que “as informações estavam truncadas e incompletas”. Segundo o advogado J.F.C.C e o juiz S.L., “a Polícia Federal sonegou dados”. Na segunda resposta enviada ao teatrólogo por essa instituição, são relatadas suas viagens para vários países do mundo, como Cuba, Nicarágua e EUA. O documento informou que as pessoas que quisessem obter informações que lhes dissessem respeito deveriam “procurar o órgão que, presumivelmente, tivesse tais informações e saber que tipos de documentação seriam exigidos”. Além disso, o documento alegou que “no SNI não havia prazo fixo para resposta”, pois esta “dependia da duração da pesquisa” e que esta “era menor quando todos os dados estivessem armazenados em Brasília”, uma vez que o instituto “não dava informações consideradas de segurança nacional”.

O informe relata os depoimentos de alguns juristas sobre o Habeas Data. Na opinião de G.L., presidente do Superior Tribunal de Justiça – STJ, “o Habeas Data chegava a ser excessivo, porque, a rigor, ele era indispensável”. Contudo, o jurista considerou o mecanismo “um excesso positivo, porque se tratava de um instrumento específico”, pois se “ele não existisse, o direito à informação correria o risco de nunca ser colocado em prática”. Para G.L, “além dos dispositivos constitucionais que não tinham este detalhamento, existia o mandado de injunção”. No entendimento de O.F.C., da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, ele esperava “um grande número de ações relacionadas a estes novos instrumentos processuais, mas isso não ocorreu”, uma vez que “não houve reclamações de advogados sobre dificuldades relacionadas à tramitação destas ações”. No juízo de J.E.F., advogado, “o judiciário estava cauteloso na interpretação desses direitos, porque não queria se desgastar”, “ao assumir uma postura excessivamente legalista, não se avançava na implementação desses instrumentos”, causando “sofrimento para os cidadãos”. Na visão de J.E.F., “o mandado de segurança coletivo possibilitava o reconhecimento de conflitos grupais classistas, o que era um avanço”, pois “organizações sindicais podiam arguir na justiça comum”.

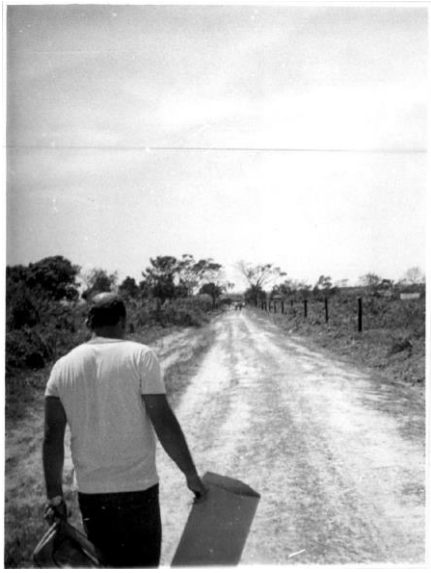
M.T.B, advogado e ex-presidente da OAB, considerou o “mandado de injunção, o Habeas Data e o mandado de segurança coletivo importantes”, porém era necessário que o Poder Judiciário fizesse “uma leitura democrática desses direitos”, uma vez que “a vigência da democracia, valor universal, no país, dependia da leitura e interpretação que a justiça fizesse dos direitos da Constituição”. Na opinião de C.B., advogado do Instituto Brasileiro Constitucional de São Paulo, “o Habeas Data era inócuo em um regime democrático”, pois “as pessoas não estavam interessadas porque o Estado não poderia utilizar as informações que dispunha contra elas”. O jurista acreditava ser o mandado de injunção “não compatível com a doutrina da separação de poderes, haja vista que o Judiciário não poderia fazer leis, mas sim, interpretá-las”, e concluiu por dizer que “o mandado de segurança coletivo era louvável, o único que deveria ser utilizado”. O documento finaliza informando que “o Instituto de Apoio Jurídico Popular, localizado na cidade do Rio de Janeiro, divulgou cartilhas, emendas judiciais e textos jurídicos e também listou movimentos sindicais e organizações de moradores”.

Anexo III: “Gloriosa Jornada de Luta” é uma obra definida como um documento de análise e balanço da luta guerrilheira do Araguaia, publicado em “A Classe Operária”, órgão central do Partido Comunista do Brasil, n°109, de setembro de 1976.

Fotografias da Região do Araguaia



Povoado na região de Xambioá, conhecida como "Baixo". Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474 BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



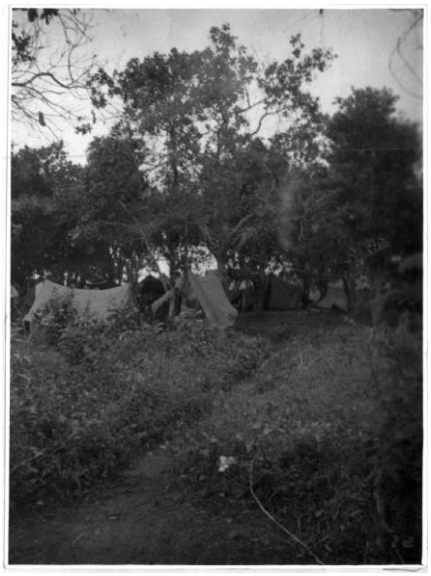
Estrada que conduz ao "Baixo", Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



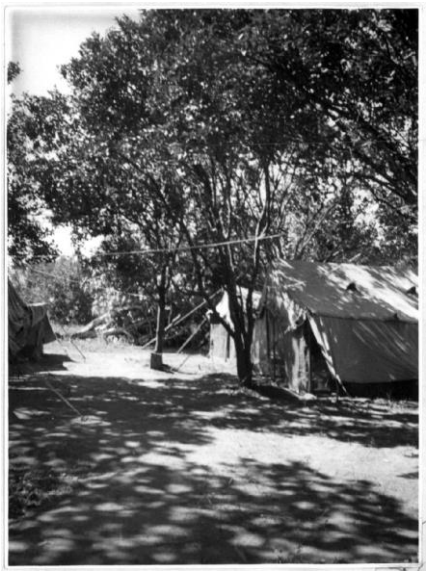
Vista da pista de pouso "Búfalo", próxima ao Posto de Comando do Exército. Região da Guerrilha. Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Posto de Comando de operações do Exército na região do Aragauaia. Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Acampamento do exército na mata, região de Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Acampamento do exército na mata, região de Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Barraca do CISA e CENIMAR na região do conflito. Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Barraca do CISA e CENIMAR na região do conflito. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474

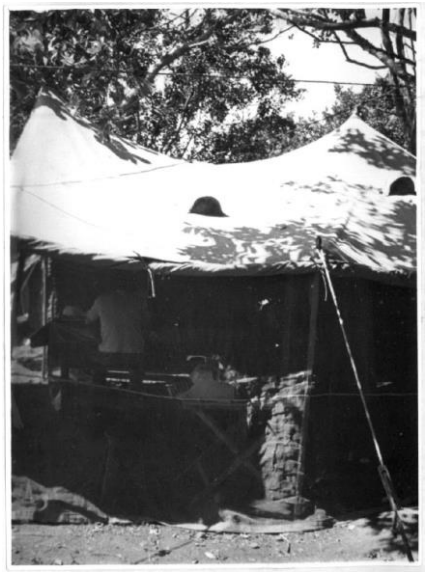


Campo de pouso do Exército, próximo ao Posto de Comando. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC,

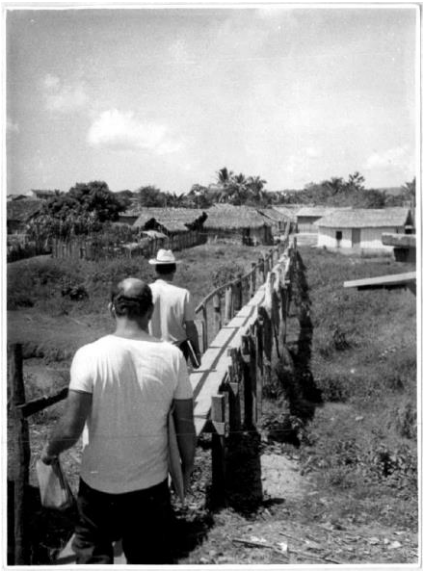
GNC.AAA.72049474



Região do campo de pouso do Exército na mata. Ao fundo, avião utilizado nas operações. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



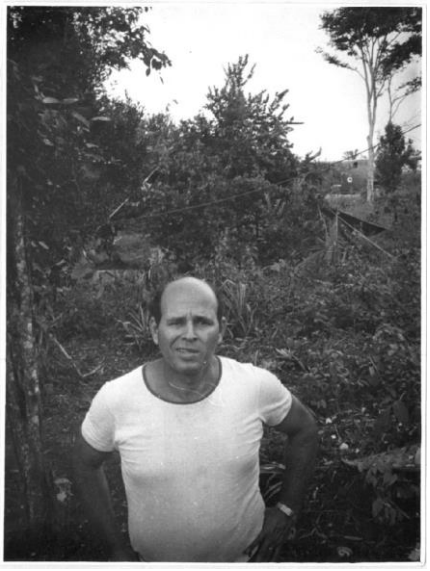
Barraca da 2ª Seção da FAB, Força Aérea Brasileira. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Ponte de acesso a povoado na região do Araguaia. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Barraca de refeitório do Posto de Comando das Forças Armadas. Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Militar no local onde foram apreendidos materiais da guerrilha. Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Campo de pouso do Exército. Posto de Comando. Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Avião usado nas operações militares. Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Vista de campo em Xambioá. Estrada de acesso ao Posto de Comando. Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Vista de campo em Xambioá. Estrada de acesso ao Posto de Comando. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Posto de Comando do Exército. Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



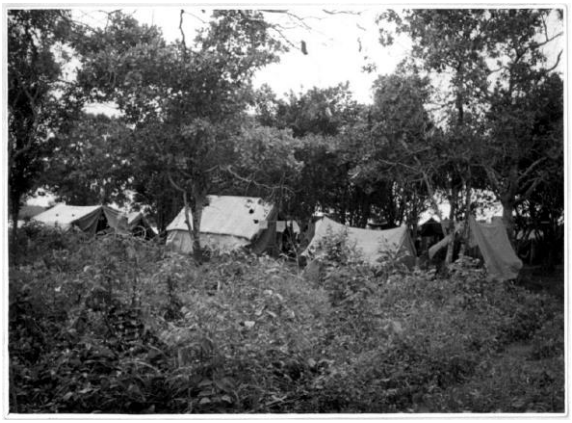
Vista do campo em direção ao Posto de Comando. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Barracas de acampamento do Posto de Comando do Exército. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Posto de Comando do Exército. Xambioá, s.d..
Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Posto de Comando do Exército. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações.* BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474



Campo de pouso do Exército, próximo ao Posto de Comando. Xambioá, s.d..
Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474

Vida na Floresta



Foto de Juarez Rodrigues Filho e família, moradores da região da guerrilha do Araguaia. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Rua Xambioá. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Ancouradouro do Rio Araguaia. Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Rio Araguaia. Ao fundo, o povoado de São Geraldo do Araguaia. Xambioá, s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Rua de Xambioá. s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Centro da cidade de Xambioá. s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Ancoradouro de Xambioá. s.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Serraria em Xambioá. s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Material pertencente a Mané e Cazuza recolhidos na região do conflito. Xambioá, S.l., s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



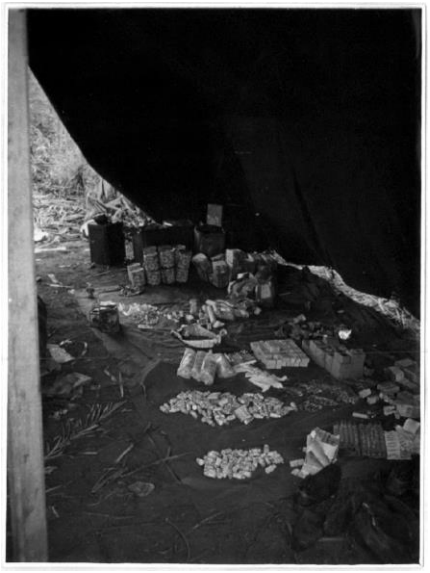
Material pertencente a Mané e Cazuza recolhidos pelos militares. S.l., s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Material apreendido pelos militares. Xambioá, S.l., s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Material apreendido pelos militares, em sua maior parte, remédios. S.l., s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Material apreendido pelos militares. S.l., s.d... *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Xambioá, S.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Xambioá. S.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Imagem de São Geraldo do Araguaia-PA, com vista de Xambioá. S.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Rua de acesso ao hotel da cidade de Xambioá. S.d. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Vista do rio Araguaia tirada do Posto de Comando do Exército. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Cidade de Xambioá. S.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Paisagem vista da estrada. Ao fundo, a Serra das Andorinhas. S.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Paisagem da região de Xambioá. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Rio Araguaia. Xambioá, s.d... *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*



Rio Araguaia. Na outra margem do rio, povoado de São Geraldo do Araguaia-PA. Xambioá, s.d.. *Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72049474*

Índice Onomástico

A

Adriano Fonseca Filho ..... - 32 -
André Grabois ..... - 33 -
Antonio Carlos Monteiro Teixeira ..... - 34 -
Antônio de Pádua Costa ou Antonio Pádua Costa ..... - 36 -
Antônio Ferreira Pinto ..... - 38 -
Antônio Guilherme Ribeiro Ribas ..... - 38 -
Antônio Teodoro de Castro ..... - 41 -
Arildo Aírton Valadão ou Arlindo Valadão ou Arilson Valadão ..... - 42 -
Áurea Eliza Pereira ou Áurea Elisa Pereira Valadão ou Áurea Valadão ..... - 43 -

B

Bérgson Gurjão Farias ou Bergson Gurgel Farias ou Bergson Gurjão de Farias ou Bergson Gurjão Faria ..... - 44 -

C

Cilon da Cunha Brum ou Cilon da Cunha Brun ..... - 50 -
Ciro Flávio Salazar Oliveira ..... - 50 -

D

Demerval da Silva Pereira ..... - 51 -
Dinalva Conceição Oliveira Teixeira ..... - 51 -
Divino Ferreira de Souza ..... - 55 -

E

Elmo Corrêa ou Elmo Correia ..... - 58 -

G

Guilherme Gomes Lund ..... - 60 -

H

Helenira Resende de Sousa Nazareth ou Helena Resende Barbosa ou Helenira Souza Nazareth ..... - 60 -
Hélio Luiz Navarro de Magalhães ..... - 66 -

I

Idalísio Soares Aranha Filho ..... - 66 -

J

Jaime Petit da Silva ..... - 67 -
Jana Moroni Barroso ..... - 69 -
João Carlos Haas Sobrinho ..... - 71 -
José Humberto Bronca ou José Huberto Bronca ..... - 74 -
José Lima Piauhy Dourado ou José Lima Piauhi Dourado ..... - 78 -
José Maurílio Patrício ou José Amaurílio Patrício ..... - 79 -
José Toledo de Oliveira ou José Antônio de Oliveira ..... - 80 -

K

Kleber Lemos da Silva ..... - 82 -

L

Líbero Giancarlo Castiglia ..... - 83 -
Luiz Renê Silveira e Silva ou Luís Renê Silveira e Silva ..... - 85 -

M

Manoel José Nurchis ..... - 86 -
Maria Célia Corrêa ..... - 87 -
Maria Lúcia Petit da Silva ..... - 88 -
Maurício Grabois ..... - 88 -
Miguel Pereira dos Santos ..... - 97 -

N

Nelson Lima Piauhy Dourado ou Nelson Lima Piahuy Dourado ..... - 99 -

O

Osvaldo Orlando da Costa ou Oswaldo Orlando da Co ..... - 100 -

P

Paulo Mendes Rodrigues ou Paulo Moura Rodrigues ..... - 104 -
Paulo Roberto Pereira Marques ou Amaury de Azevedo Siqueira ou Amauri de Azevedo Siqueira ..... - 105 -
Pedro Pereira de Souza ..... - 107 -

R

Rodolfo de Carvalho Troiano ..... - 107 -
Rosalindo Souza ou Rosalino Souza ..... - 111 -

S

Suely Yumiko Kanayama ou Sueli Yomiko Kanayama ..... - 114 -

T

Telma Regina Cordeiro Correa ..... - 115 -
Tobias Pereira Júnior ..... - 116 -

U

Uirassu de Assis Batista ..... - 117 -

W

Walquiria Afonso Costa ou Walkiria Afonso Costa ..... - 118 -
Wandick Reidner Pereira Coqueiro ou Vandick Reidner Pereira Coqueiro ..... - 119 -

Tabela de correspondência das ACEs no SIAN

ACE	Código SIAN
A007884/69	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.69007884
A013665/69	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.69013665
A017951/69	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.69017951
A021539/69	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.69021539
A068250/69	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.69068250
A017665/70	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.70017665
A022232/70	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.70022232
A025178/70	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.70025178
A025912/71	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.71025912
A030419/71	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.71030419
A030808/71	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.71030808
A034758/71	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.71034758
A035813/71	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.71035813
A035932/71	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.71035932
A036375/71	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.71036375
A037923/71	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.71037923
A041102/71	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.71041102
A041388/71	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.71041388
A042456/71	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.71042456
A044216/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72044216
A044546/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72044546
A046058/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72046058
A046472/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72046472
A047371/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72047371
A047526/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72047526
A047732/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72047732
A047772/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72047772
A048318/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72048318
A048914/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72048914
A050577/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72050577
A050789/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72050789
A050808/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72050808
A051015/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72051015
A051026/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72051026
A051503/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72051503
A054616/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72054616
A112996/72	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.72112996
A054012/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73054012
A054351/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73054351
A054764/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73054764
A054903/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73054903
A056571/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73056571
A057634/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73057634
A057676/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73057676
A062588/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73062588
A064115/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73064115
A064197/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73064197
A065116/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73065116
A065125/73	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.73065125
A069695/74	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.74069695
A069739/74	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.74069739
A080291/74	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.74080291
A089570/76	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.76089570
A091768/76	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.76091768
A092803/76	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.76092803
A098199/76	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.76098199
A101378/76	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.76101378
A102000/76	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.76102000
A113142/78	BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.78113142

A002232/79 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.79002232
A005082/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.80005082
A006032/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.80006032
A007955/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.80007955
A008114/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.80008114
A008118/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.80008118
A046670/84 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.84046670
A005437/86 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.86005437
A054730/86 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.86054730
A067641/88 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC AAA.88067641
C015960/68 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.68015960
C016976/68 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.68016976
C020896/68 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.68020896
C003096/70 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.70003096
C002972/71 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.71002972
C007999/74 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.74007999
C006928/78 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.78006928
C000646/79 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.79000646
C002163/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.80002163
C005132/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.81005132
C006216/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.82006216
C006269/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.82006269
C006271/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.82006271
C006504/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.82006504
C006611/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.82006611
C006938/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.82006938
C007021/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.82007021
C007290/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.82007290
C007291/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.82007291
C007935/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.83007935
C008397/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.83008397
C008798/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.83008798
C008869/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.83008869
C008878/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.83008878
C009450/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.83009450
C009563/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.83009563
C009819/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.83009819
C011087/84 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.84011087
C011523/84 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.84011523
C014101/86 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC CCC.86014101
E002721/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.80002721
E002730/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.80002730
E003019/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.80003019
E003156/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.80003156
E003530/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.80003530
E004108/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.80004108
E004231/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.80004231
E004803/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.80004803
E005352/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.80005352
E005579/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81005579
E006213/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81006213
E007438/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81007438
E007912/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81007912
E007997/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81007997
E008435/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008435
E008492/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008492
E008514/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008514
E008603/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008603
E008613/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008613
E008617/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008617
E008618/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008618
E008620/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008620
E008834/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008834
E008927/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008927
E008930/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008930
E008932/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008932

E008934/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.81008934
E010361/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.82010361
E010527/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.82010527
E010937/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC EEE.82010937
G010368/84 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC GGG.84010368
G010968/85 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC GGG.85010968
I002888/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC III.81002888
L005742/85 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC LLL.85005742
N003121/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC NNN.82003121
N003147/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC NNN.82003147
O000983/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC OOO.80000983
O001242/80 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC OOO.80001242
O003260/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC OOO.81003260
O003265/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC OOO.81003265
O003645/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC OOO.81003645
O005248/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC OOO.81005248
O006868/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC OOO.82006868
O006920/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC OOO.82006920
O007768/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC OOO.82007768
P000287/79 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.79000287
P002999/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82002999
P003012/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82003012
P003020/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82003020
P003064/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82003064
P003138/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82003138
P003143/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82003143
P003333/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82003333
P003649/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82003649
P003704/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82003704
P003776/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82003776
P003856/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82003856
P004065/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82004065
P004255/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82004255
P004640/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82004640
P004689/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82004689
P004815/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.82004815
P005167/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC PPP.83005167
Q001770/82 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC QQQ.82001770
R001070/81 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC RRR.81001070
R004191/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC RRR.83004191
R004465/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC RRR.83004465
R004468/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC RRR.83004468
R004749/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC RRR.83004749
R006188/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC RRR.83006188
R007849/83 ..... BR DFANBSB V8.MIC, GNC RRR.83007849